

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



**TVE-RS: A Extinção da Fundação Piratini como configuração de políticas
neoliberais no RS entre os anos 2015 - 2018**

Roberto Gonçalves Dias

**TVE-RS: A Extinção da Fundação Piratini como configuração de políticas
neoliberais no RS entre os anos 2015 - 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Sociologia, Filosofia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título no curso de Mestrado em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos

PELOTAS, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D541t Dias, Roberto Gonçalves

TVE-RS : a extinção da Fundação Piratini como
configuração de políticas neoliberais no RS entre os anos
2015 - 2018 / Roberto Gonçalves Dias ; Sérgio Botton
Barcellos, orientador. — Pelotas, 2020.

215 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política,
Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Televisão pública. 2. TVE-RS. 3. Fundação Piratini. 4.
Governo Sartori. 5. Neoliberalismo. I. Barcellos, Sérgio
Botton, orient. II. Título.

CDD : 320


Roberto Gonçalves Dias

TVE-RS: A Extinção da Fundação Piratini como configuração de políticas
neoliberais no RS entre os anos 2015 - 2018


Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção de grau de Mestre
em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de Pelotas (PPGS-UFPeI).

Data de defesa: 29/07/2020

Banca Examinadora:



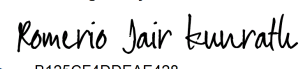
Profº Drº Sérgio Botton Barcellos (Orientador)
Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Profª Drª Simone da Silva Ribeiro Gomes
Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da
Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Profª Drª Lara Roberta Rodrigues Faccioli
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos

DocuSigned by:

B125CF4DDEAE428...

Profº Drº Romério Jair Kunrath
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, Ana, pelo incondicional apoio. Pelas renúncias que fez na vida buscando um futuro melhor pro seu filho. Por todo amor demonstrado.

A família e aos amigos pelo constante incentivo.

Ao meu orientador, Sérgio Barcellos, pelo apoio dado em toda esta caminhada. Por sua imensurável paciência, e pelo incentivo ao objeto pesquisado.

Ao PPGS/UFPel, seu corpo docente e aos colegas que compartilharam a busca por uma qualificação. Qualificação esta que, ao fim, não foi somente acadêmica como também pessoal, contribuindo com a permanente construção de um indivíduo, de um ser social.

Muito Obrigado!

*El neoliberalismo no és en sí mismo uma política econômica.
Esto es el liberalismo. Neoliberalismo és la construcción de um
sistema justificativo de modelar al conjunto de la sociedade y
no sólo del mercado, en base a princípios de individualismo
competitivo no solidário.*

Manuel Castells

Frase proferida durante conferência intitulada “La crisis global de la democracia liberal”, apresentada em 2019 na cidade de Valparaíso, no Chile.

Resumo

DIAS, Roberto Gonçalves. **TVE-RS: A Extinção da Fundação Piratini como configuração de políticas neoliberais no RS entre os anos 2015 - 2018.**

Orientador: Sérgio Botton Barcellos. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Este estudo tem por objetivo discutir o modelo de Estado adotado pelo governo de José Ivo Sartori e seus efeitos sobre a comunicação pública no Estado do Rio Grande do Sul, analisando as medidas político-econômicas por ele adotadas que levaram a proposição e a aprovação do Projeto de Lei (PL 246/2016) que extinguiu, dentre outras, a Fundação Piratini, mantenedora da TVE-RS e da FM Cultura. Descreveremos, partindo de uma análise documental de fontes primárias e secundárias, a proposição por parte do Executivo e a votação e aprovação por parte do Legislativo do PL que permitiu a extinção de empresas e fundações públicas do RS. Correlacionamos fontes diversas como matérias jornalísticas, entrevistas radiofônicas, artigos de opinião, publicações institucionais e da assessoria de comunicação do Governo do Estado, anais de votação da AL-RS e o próprio texto do PL, bem como entrevistas realizadas com atores presentes no processo exclusivamente para esta pesquisa possibilitando a reconstrução narrativa do processo investigado. Analisaremos sob a luz do constructo teórico de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, como o arranjo político naquela configuração específica possibilitou o êxito de um projeto político de reestruturação do modelo de Estado, proposto e implementado em parte por aquela gestão por meio de um Plano de Modernização das atividades e dos campos de atuação da máquina pública. Também investigaremos como a extinção da Fundação Piratini modificou a comunicação pública gaúcha, e o modelo de emissora de televisão pública ao qual a TVE-RS em sua gênese se propunha a seguir, tendo um órgão da administração pública indireta como seu ente responsável, gerando incertezas sobre a continuidade das operações da emissora sob este modelo, visto que a responsabilidade de suas operações foi transferida à Secom-RS e esta secretaria responde diretamente ao Poder Executivo. Ao fim, a extinção da Fundação Piratini originou um cenário oposto ao que propõe o ideal de televisão pública, de independência da influência política de governos de ocasião.

Palavras-chave: Televisão Pública. TVE-RS. Fundação Piratini. Governo Sartori. neoliberalismo.

Abstract

DIAS, Roberto Gonçalves. **TVE-RS: The Extinction of the Fundação Piratini as a configuration of neoliberal policies in RS between the years 2015 – 2018.**

Teacher Advisor: Sérgio Botton Barcellos. 2020. 151 pages. Dissertation (Master in Sociology) - Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

This study aims to discuss the State model adopted by the government of José Ivo Sartori and its effects on public communication in the State of Rio Grande do Sul, analyzing the political and economic measures adopted by him that led to the proposal and approval of the bill (PL 246/2016) that extinguished, among others, the Fundação Piratini, legal responsible for TVE-RS and FM Cultura. We will describe, starting from a documentary analysis of primary and secondary sources, the proposal by the Executive and the vote and approval by the Legislative of the bill that allowed the extinction of companies and public foundations of RS. We correlate diverse sources such as journalistic articles, radio interviews, opinion articles, institutional publications and from the State Government's press office, voting records of Legislative and the text of the project itself, with interviews with actors present in the process exclusively for this research for the narrative reconstruction of the investigated process. We will analyze in the light of the theoretical construct of Norbert Elias and Pierre Bourdieu, how the political arrangement in that specific configuration made possible the success of a political project to restructure the State model, proposed and implemented in part by that management through a Modernization Plan the activities and action area of the public sector. We will also investigate how the extinction of the Fundação Piratini changed public communication in Rio Grande do Sul, and the model of public television broadcaster that TVE-RS originally proposed to follow, with an indirect public administration body as its responsible entity, generating uncertainties on the continuity of the issuer's operations under this model, since the responsibility for its operations was transferred to Secom-RS and this government secretary reports directly to the Executive Branch. Consequently, the extinction of the Fundação Piratini created a conjuncture opposite to that proposed by the ideal of public television, independent of the political influence of governments at the time.

Keywords: Public Television. TVE-RS. Fundação Piratini. Sartori government. neoliberalism.

Lista de abreviaturas e siglas

Ancine - Agência Nacional do Cinema

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

AL-RS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CESA - Companhia Estadual Silos e Armazéns

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

Federasul - Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FHC – Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente)

FUNDOPEM/RS - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul

FZB - Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade)

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

OMC - Organização Mundial do Comércio

OIG - Organizações Intergovernamentais

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDV – Plano de Demissão Voluntária

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PPP – Parceria Público-Privada

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PMDB (MDB) – (Partido do) Movimento Democrático Brasileiro

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

SEMAPI – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

Sindjors – Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul

Sumário

1 Introdução	11
2 Um modelo de Estado, o percurso histórico até a conjuntura econômica atual do RS e a televisão	19
2.1 Neoliberalismo no contexto internacional - a gênese do modelo	19
2.2 Do Brasil ao Rio Grande do Sul: da década de 1990 ao séc. XXI sob a redemocratização e um novo modelo econômico sob o Estado brasileiro	31
2.2.1 A crise fiscal no RS ao longo dos governos estaduais recentes no esteio da extinção das fundações	39
2.3 Breve histórico da criação da TV e sua trajetória no Brasil	48
3 TVE-RS e Fundação Piratini – da criação aos processos de reestruturação e extinção sob uma configuração política específica	58
3.1 TVE-RS – trajetória, ideais e percalços na construção de uma TV Pública e o fortalecimento da comunicação pública no RS	58
3.2 A reestruturação da TVE-RS após a Extinção da Fundação Piratini.....	74
3.3 A configuração dos atores políticos no Estado do Rio Grande do Sul durante o processo de extinção a Fundação Piratini.....	79
4 O processo de extinção e seus significados: a configuração do projeto político de Estado para o RS em governos recentes	87
4.1 O embate político por trás da aprovação do PL246/2016.....	94
4.2 A consolidação de um projeto? O futuro incerto da TVE-RS e seus efeitos sobre a comunicação pública no RS.....	108
4.3 O porvir da Fundação Piratini e de seus veículos de comunicação após a efetivação da extinção.....	124
5 Considerações Finais	131
Referências	141
Anexos	153

Introdução

Na segunda metade do mês de dezembro de 2016, nos dias que antecederam o fim das atividades parlamentares daquele ano, foram aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul projetos de Lei que permitiriam a extinção de diversas Fundações e Empresas Públicas integrantes da Administração Indireta do Estado. A extinção destes órgãos da administração pública constituía parte de um projeto de modernização da máquina pública proposto pela então gestão de José Ivo Sartori frente ao Palácio Piratini, tendo ele sido eleito governador em 2014 pelo PMDB.

O “pacote de extinções”, como ficou conhecido, era composto pelos projetos: PL 240/2016, que extinguiu a Fundação Instituto Gaúcho de Tradições e Folclore (FIGTF) e a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro); PL 244/2016, que extinguiu a Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (Corag); PL 251/2016, que extinguiu a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH); PL 301/2015, que extinguiu a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps); e pelo PL 246/2016, que extinguiu seis fundações, sendo elas a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), a Fundação Zoobotânica (FZB), a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), e a Fundação Cultural Piratini (TVE e FM Cultura). A extinção de todos estes órgãos da administração pública fez parte de um projeto que tinha por fim reorganizar as áreas de atuação do Estado, desonerando de seu orçamento as obrigações financeiras com estas instituições tidas como dispendiosas pelo então governo, possibilitando assim o investimento deste montante orçamentário em outras áreas consideradas pela gestão Sartori como essenciais ao desenvolvimento econômico do Rio Grande.

Após a chancela do governador José Ivo Sartori sobre a extinção destes órgãos públicos iniciou-se o processo legal de encerramento de suas atividades, que logo em seu princípio teve embargo judicial sob diversas alegações de irregularidades que iam desde a inconstitucionalidade das extinções perante a Constituição Cidadã de 1988, até a insegurança jurídica que tal ação causaria aos servidores que, como concursados, teriam estabilidade de emprego nos cargos

públicos então ocupados. O processo de extinção das fundações públicas inclusas no PL 246/2016 acabou efetivando-se apenas em 2018, após uma série de decisões judiciais que impediram a demissão massiva de seus servidores, realocando-os em outros órgãos da Administração Pública Estadual, em um quadro diverso àquele previsto pelo Executivo quando da proposição do projeto.

Dentre as fundações que puderam ser extintas pelo Executivo a partir da aprovação do PL246/2016 pela Assembleia Legislativa estava a Fundação Piratini, responsável legal pela manutenção das operações da TVE-RS e da FM Cultura. A Fundação Piratini foi considerada pelo Governo Sartori como “não possuindo função de Estado” sendo “onerosa ao seu caixa”, portanto, foi incluída no pacote de extinções tomadas como medida econômica que compunha o Plano de Modernização do Estado proposto por aquela gestão.

Enquanto cidadão, gaúcho, e assíduo telespectador da TVE-RS durante a infância, o pesquisador autor deste trabalho, compreende a importância que este veículo de comunicação possui dentro da sociedade da qual é parte, constituindo-se em um meio de representação social das formas de cultura que pouco tem espaço na mídia privada comercial. O mesmo, jornalista por formação, reconhece do ponto de vista profissional baseado em suas vivências a importância da independência editorial, seja ela dos interesses políticos de veículos estatais ou de viés econômico, típico da mídia comercial, para assim poder informar de forma imparcial - mesmo que esta seja uma utopia relativa à presença do elemento humano, que é agente no fenômeno da comunicação - contribuindo à criticidade de pensamento e não apenas defendendo determinados interesses, privados, com fins economicistas.

Deste modo, pretende-se com o desenvolvimento desta pesquisa contribuir com outros estudos acadêmicos que se proponham a abordar o tema da extinção das fundações, do reordenamento das atividades dos veículos que compunham a extinta Fundação Piratini, ou mesmo que se proponham a analisar os efeitos do Plano de Modernização do Estado proposto pela gestão Sartori e que alterou os campos de atuação e o funcionamento da máquina pública no RS. Compreendemos existir grande importância na discussão destes temas, não só em âmbito acadêmico, mas principalmente no social.

Interessa-nos aqui compreender as concepções de Comunicação Pública dentro de determinada perspectiva teórica sobre Estado, que esteve presente no projeto do Governo Sartori que efetuou a extinção da fundação pública responsável por ela no Rio Grande do Sul. A pesquisa aqui proposta tem como objetivo geral discutir a perspectiva de Estado presente no Governo Sartori, analisando a configuração do processo de extinção da Fundação Piratini e seus desdobramentos, investigando seus possíveis efeitos sobre o campo da comunicação pública e em específico na emissora de televisão pública do RS, a TVE-RS.

Dentre os objetivos específicos pretendidos com a pesquisa buscaremos: A) Compreender a comunicação pública no Rio Grande do Sul a partir das ações políticas da Fundação Piratini e discutir como a TVE-RS atuou na configuração da cena cultural gaúcha enquanto espaço de representação cultural. B) Discutir a configuração do processo político ocorrido ao longo dos governos estaduais com ênfase no governo Sartori (2015 – 2018) e os seus efeitos na comunicação pública no RS, e nos jogos políticos que ocorreram durante a extinção da Fundação Piratini e a reestruturação das atividades de seus veículos de comunicação.

Para atingir tais objetivos de pesquisa recorreremos a uma bibliografia diversa como fonte de referências, não só no campo da Sociologia como também no campo da Comunicação, da História, da Ciência Política e das Relações Internacionais. Na descrição conjuntural da gênese de um modelo político-econômico, seu desenvolvimento e sua penetração no subcontinente americano, assim como na reconstrução da conjuntura que fomentou o crescimento da Dívida Pública do RS, utilizaremos certa diversidade de autores (BOROWSKI, 2012; FERRARI FILHO e PICOLOTTO, 2018; e, GARSELAZ, 2000)¹ que exploraram em trabalhos acadêmicos estes assuntos. O modelo de *Estado Gerencial* trabalhado por Bresser-Pereira permeia a contextualização da década de 1990, que por sua vez foi analisada por José Luis Fiori numa ótica crítica sobre o modelo capitalista neoliberal e aqui nos possibilitará concatenar o exposto em sua obra a outros conceitos no desenvolvimento teórico textual da pesquisa.

¹ Durante a pesquisa bibliográfica tendo como tema a dívida pública do RS encontramos trabalhos acadêmicos de tais autores através de levantamento em portais de busca acadêmica ou em repositórios digitais de instituições de ensino superior. Os trabalhos citados nesta dissertação também são referenciados por outros acadêmicos que abordaram esta temática em trabalhos científicos.

Para a descrição histórica da televisão enquanto meio de comunicação, e a exposição de seu caráter público, inicialmente utilizaremos trabalhos de Peter Burke e de Jorge Pedro Sousa, reconhecidos na academia como relevantes pesquisadores sobre a história e o desenvolvimento – técnico e tecnológico - dos meios de comunicação no ocidente. O trabalho de José Carlos Torves, que analisou o contexto da TVE-RS e sua relação com o Conselho Deliberativo da Fundação Piratini também será referência, juntamente com a obra institucional “*No Ar: Um projeto em construção*”, como referencial a reconstrução da história da emissora e de sua responsável legal, apontando o processo de construção e o fortalecimento da comunicação pública no RS.

A pesquisa sobre o Estado da Arte utilizada na construção de referencial dos capítulos I e II desta dissertação baseou-se, num primeiro momento, em obras e autores reconhecidos dentro da academia (BRESSER; FIORI; IANNI; entre outros), chegando a artigos, dissertações e teses de pesquisadores que abordaram em seus trabalhos temas semelhantes ao aqui pesquisado. Estes trabalhos foram referenciados por seus pares, tanto quando nos referimos à gênese do modelo neoliberal quanto na história e desenvolvimento da televisão pública enquanto modelo, e da história da TVE-RS. A pesquisa sobre a bibliografia supracitada deu-se por meio de consulta a portais de pesquisa acadêmica, ao exemplo do Portal de Periódicos da Capes, ou portais de acervo digital institucional, como o Lume UFRGS, entre outros. Todos estes trabalhos, citados ao longo do texto, foram essenciais para a construção desta dissertação.

A análise sobre o processo de extinção, o embate político-social ocorrido e a aplicação do modelo de Estado que supomos ser base da ação política realizada pelo Executivo que levou a implementação do Plano de Modernização do Estado, será realizada utilizando o conceito de *configuração* em Norbert Elias (*Sociedade dos Indivíduos*; *A Sociedade de Corte*; e, *Introdução à Sociologia*) para analisar a configuração das forças políticas no período do evento, compreendendo as relações de interdependência entre os atores como uma configuração específica de arranjo de interesses que possibilita alianças pontuais em um processo político. Sob essa perspectiva, será feito um diálogo com o conceito de *campo* em Bourdieu (*O poder simbólico*; e, *Sobre o Estado*), considerando este enquanto espaço de relação e disputa entre indivíduos. Assim, com mais ênfase no terceiro capítulo, buscaremos

analisar determinadas relações de poder no meio político e como estas acabaram influenciando na definição dos rumos da comunicação pública no RS por meio de definições de políticas econômicas a serem aplicadas no Estado.

Questionaremos como a legitimidade de poder dos atores políticos que compõe os Poderes Executivo e Legislativo, enquanto representantes dos interesses da sociedade, é utilizada por estes para impor uma agenda político-econômica que confronte o interesse público, privilegiando interesses setoriais de determinados grupos de poder, e o processo que configura uma relação de dependência entre as partes. A conceituação da representação política, como apresentada por Pierre Bourdieu em sua obra *O poder simbólico* (2006), serve como ferramenta de análise quando observamos a disposição dos votos e a postura adotada pelo Executivo frente aos possíveis efeitos sociais da implementação do PL 246/2016. Bourdieu (2006) aponta em sua obra o fato de existir um monopólio da representação política, feito por profissionais que, exceto em períodos de crise, possuem legitimação social em seus atos atuando em um campo altamente regulado, o campo político. Mesmo assim acabam por sofrer pressões externas de grupos organizados em busca de um objetivo político-econômico comum.

A obra *Sobre a televisão* (1997), de Bourdieu, contribuirá ainda com a construção de uma crítica feita à televisão enquanto meio de comunicação de massa, acrítico, mas possuidor de imenso potencial na construção de uma sociedade democrática. Buscaremos aqui articular o constructo teórico destes dois autores, Pierre Bourdieu e Norbert Elias, com o intuito de obter ferramentas conceituais para a realização da análise proposta.

Correlacionar essa diversidade de autores, de áreas diversas do conhecimento, nos possibilitará uma compreensão mais ampla do objeto de análise, da interdependência dos atores e da conjuntura política e social que possibilitou o processo observado. Todavia, apontamos que poderemos nos deparar com limitações teórico-metodológicas durante a construção desta dissertação.

Como caminho metodológico nessa análise qualitativa buscaremos correlacionar durante a construção textual desta dissertação um referencial teórico selecionado a partir do conteúdo extraído com base em documentos analisados e relatos registrados no caderno de campo com auxílio de entrevistas realizadas por

este autor com atores-parte no processo de extinção da Fundação Piratini (Marconi e Lakatos, 2010). Nas entrevistas foram ouvidas fontes selecionadas de forma a contribuir com a reconstrução narrativa do processo, que aqui será baseada em publicações jornalísticas (matérias, entrevistas radiofônicas e em vídeo, e artigos de opinião redigidos por profissionais) e publicações oficiais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua assessoria de imprensa referentes ao período de apresentação e de votação do PL e seus desdobramentos.

Selecionamos para estas entrevistas seis indivíduos que diretamente tiveram parte ativa no processo da votação do PL 246/2016 e que vivenciaram seus efeitos em um primeiro momento, por serem servidores da Fundação Piratini ou mesmo representantes sindicais ligados às classes de trabalhadores diretamente atingidas. Dentre os entrevistados estão: um ex-Secretário do Governo Sartori; um ex-Deputado Estadual do mesmo período; dois representantes sindicais; um jornalista ex-servidor da TVE-RS; e, um ex-Presidente da Fundação Piratini.

A análise documental – levantamento de dados de variadas fontes na busca de reunir informações prévias sobre o campo de interesse (Marconi e Lakatos, 2010) – aqui realizada partiu de fontes secundárias, principalmente de veículos jornalísticos. Partindo disso recorreremos à busca de fontes primárias, como documentação da própria Assembleia Legislativa ao exemplo da publicação do PL 246/2016 e de seus anais de votação em Diário Oficial, em uma tentativa de ratificar parte das informações sobre o objeto de pesquisa publicizadas pela imprensa, atentando-se a pormenores pouco explorados por esta.

Com o apoio das anotações tomadas no caderno de campo - construído a partir de pesquisa bibliográfica, consulta a materiais jornalísticos e artigos de opinião - reconstruiremos a narrativa do processo de extinção das Fundações e de seus desdobramentos, no caso específico dos veículos da Fundação Piratini, cruzando dados oficiais divulgados pelos Poderes Executivo e Legislativo com material publicado pela imprensa, conjuntamente com os conteúdos extraídos nas entrevistas que foram realizadas exclusivamente para a construção desta dissertação.

Com a realização de entrevistas semiestruturadas, baseadas em uma série de questões previamente dispostas (ANEXO – 1) em função de pesquisa anterior sobre a posição do ator no processo em análise - buscamos dentro daquilo que foi

possível, contemplar a fala de membros do Executivo, de oposição e da situação no Poder Legislativo, de representações sindicais e servidores afetados pela extinção da Fundação Piratini, sempre que estes quando contatados se dispuseram a contribuir com este estudo. As entrevistas foram realizadas pessoalmente nos últimos dias do mês de novembro de 2019, mediante autorização por escrito, baseando-se em perguntas previamente desenvolvidas, conduzindo a entrevista de forma semiestruturada, assim permitindo aos entrevistados dissertar sobre as questões levantadas expressando-se de forma livre. Apresentaremos ao fim da construção textual teórico-analítica desta pesquisa a transcrição das entrevistas em forma de anexo.

No primeiro capítulo partimos de uma discussão sobre a gênese do modelo neoliberal e sua influência sobre a periferia global quanto à modificação das estruturas estatais em sua ação sociopolítica e econômica, chegando a uma contextualização de como se configurou no Estado do RS a situação fiscal que atualmente é apontada como fator preponderante a impossibilidade de desenvolvimento econômico em nosso Estado, e que influenciou no direcionamento das ações político-econômicas durante toda gestão Sartori. Neste capítulo também apresentamos uma discussão sobre a história da televisão no Brasil e no mundo, descrevendo seu surgimento e sua relação com o Estado e a ideia de comunicação pública no país.

O segundo capítulo contextualiza a história da TVE-RS, de sua fundação ainda como emissora de televisão educativa no período de Ditadura Militar até a criação da fundação pública que seria responsável por suas atividades, apontando seu reconhecimento público no contexto gaúcho com seu ideal de comunicação pública que é teorizado e discutido ao longo do texto. Neste capítulo também problematizaremos a reestruturação das atividades da TVE-RS² após a extinção da

² Solicitamos, pelos canais de informação dispostos no site institucional da emissora e via e-mail institucional, informações mais detalhadas sobre a composição da grade de programação da emissora. Questionamos sobre a proporção entre programas inéditos e reprises veiculadas semanalmente na emissora, juntamente a proporção de produções próprias e/ou reprodução de outras emissoras/produtoras, e a quantidade em horas de transmissão diária de programação própria. Solicitamos também informações sobre a retomada de programas transmitidos ao vivo, que num primeiro momento após a publicação em Diário Oficial da extinção da Fundação Piratini haviam sido cancelados. Também foi solicitado um detalhamento da composição do corpo técnico que opera a emissora. Até o momento final de redação desta dissertação o pedido de informações não foi atendido pela Secom-RS, atual responsável pelas operações da TVE-RS.

Fundação Piratini e como este fato alterou suas atividades e atingiu seu ideal em constituir-se como uma emissora pública de televisão. Discutiremos ainda como se configurou o campo político no Rio Grande do Sul durante o período da extinção.

Chegaremos ao terceiro capítulo discutindo a configuração do processo político ocorrido ao longo dos governos estaduais nos últimos 20 anos, com ênfase no Governo Sartori, produzindo uma análise sobre seus efeitos frente à comunicação pública no RS, e os jogos políticos que ocorreram durante o processo de extinção da Fundação Piratini e a reestruturação das atividades de seus veículos de comunicação. Finalizaremos analisando a efetividade da aplicação projeto de Modernização do Estado proposto pelo Governo Sartori, e indicando possíveis incertezas geradas à continuidade do modelo de emissora pública criadas pela extinção da Fundação Piratini.

2 Um modelo de Estado, o percurso histórico até a conjuntura econômica atual do RS e a televisão

2.1 Neoliberalismo no contexto internacional - a gênese do modelo

O neoliberalismo pode ser considerado uma tentativa de recuperar os pressupostos do Liberalismo Econômico proposto por alguns dos teóricos fundadores do que hoje conhecemos como Ciência Econômica, como Adam Smith e John Locke, aplicando ao contexto da segunda metade do século XX as ideias de uma sociedade livre em que o mercado, enquanto ator privado, condiciona-se as relações econômicas existentes. Seu desenvolvimento e aplicação, no contexto pós-Segunda Guerra, foi uma tentativa de contrapor-se ao então modelo dominante baseado na redistribuição de renda e no Estado enquanto indutor do crescimento econômico, o chamado Estado de Bem-Estar Social (FORIGO, 2003).

A partir da crise econômica de 1929, “quando, em curto espaço de tempo, a governança liberal foi sendo desmantelada” (ARAÚJO e BRESSER-PEREIRA, 2018. p.568), por uma conjunção entre superprodução, baixo consumo e especulação, aplicadas a indústria dos Estados Unidos que haviam crescido consideravelmente na década anterior, isso tendencialmente causou um desequilíbrio econômico entre produção e consumo e foi determinante para a conjuntura político-social em escopo global nas décadas seguintes ao longo do século XX. Um dos episódios mais conhecidos e que caracterizam a crise de 1929, a “*quinta-feira negra*” - a quebra da bolsa de Nova York - entrou para história como o fato que representa a conjuntura econômica presente naquele contexto histórico, sendo apontado como o ponto de ruptura de um modelo econômico específico, o capitalista liberal.

A política econômica aplicada pelo governo de Franklin Delano Roosevelt na década de 1930, conhecida como a política do “*New Deal*”, baseava-se no Estado como indutor do crescimento econômico, criando responsabilidades sociais a ele tornando-o também responsável pela redistribuição de renda através de programas sociais em um país então empobrecido e violento. Tais políticas foram baseadas nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes³, que após romper com a

³ Keynes (1883-1946), que foi um influente acadêmico, atuou juntamente a governos britânicos antes mesmo de lançar sua obra mais reconhecida, “Teoria geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (1936). Esta obra foi concebida como uma resposta teórica dada pelo acadêmico à Crise de 1929, legitimando a intervenção do Estado na economia como forma de mitigar seus efeitos. A obra de

tradição ortodoxa liberal que dominava a academia pregou a intervenção do Estado na economia (PAULANI, 2006)⁴ buscando o pleno emprego dos fatores de produção, e influenciou a política econômica adotada pelo Estado em países de diversas partes do mundo.

Políticas semelhantes às aplicadas nos Estados Unidos na década de 1930 foram adotadas na Europa do pós-Segunda Guerra, onde os países europeus ocidentais apresentavam graves problemas em suas infraestruturas de transportes, saúde, educação e produção que foram severamente afetados, e até destruídos, no período de guerra. Tais países receberam ajuda financeira da então potência, os Estados Unidos. O fiador das obras de reconstrução europeias tinha como intuito evitar a influência da outra potência, a União Soviética, e aproximar os Estados ocidentais europeus criando assim uma dependência político-econômica consigo. O modelo de reconstrução foi adotado em grande parte dos Estados Europeus Ocidentais, sendo um modelo de sucesso tanto na França, como na República Federal da Alemanha (RFA), quanto em países nórdicos, como a Noruega. No Reino Unido, que possui histórico de lutas de classe e partidos políticos de cunho trabalhista apoiados na ação sindical, as premissas sociais do “Welfare State” foram consideravelmente positivas como medida econômica, sendo adotado até mesmo por governos tidos como conservadores. Para Forigo (2003)⁵, em artigo que trata o surgimento do neoliberalismo como resultante da crise do Estado de Bem-estar Social:

O Estado intervencionista, denominado Estado de Bem-Estar Social, Estado-providência ou Welfare State, surgiu como uma forma de reverter o processo imposto pelo liberalismo e como um prolongamento natural dos direitos civis (Forigo, 2003, p.. 52).

A influência de Keynes, e sua contestação ao modelo liberal ortodoxo, ultrapassaram as fronteiras europeias, também chegando a América Latina na década de 1950, conforme as orientações político-econômicas da Comissão

Keynes obteve tão profunda influência no campo acadêmico e no campo político que, costumeiramente, chamamos os acadêmicos e tomadores de decisão que o possuam como base de pensamento teórico o constructo do inglês por “keynesianos”, sendo este a representação da antítese ao que propunha o pensamento liberal/neoliberal.

⁴ O artigo de Leda Maria Paulani, publicado na Revista de Economia Política, tem como tema a discussão sobre a aplicação da doutrina liberal enquanto prática capitalista no contexto brasileiro.

⁵ O artigo de Marlus Vinícius Forigo nos trás apontamentos sobre como o processo de globalização econômico afetou o modelo do Estado de Bem-Estar Social, abrindo margem para a ascensão de um novo modelo político econômico, o neoliberal.

Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)⁶ (MONTEIRO, 2008). Sob a direção do economista argentino Raúl Priebsch - e posteriormente do economista brasileiro Celso Furtado - a Cepal através de seu pensamento teórico buscava soluções aos efeitos da Crise de 1929 e da Segunda Guerra que atingiram imensamente os países latino-americanos e caribenhos exportadores de matérias primas para os centros industrializados, Estados Unidos e Europa. Os efeitos da Crise afetaram severamente estas economias devido a redução da demanda de seus produtos e a desvalorização de sua moeda frente à contínua necessidade de importação de outros bens de capital e consumo que por estes não eram fabricados, situação que se prorrogou durante o período da Segunda Guerra. A aposta na substituição de importações e na industrialização destes países, enquanto políticas conduzidas pelo Estado foram adotadas em países como Brasil e Argentina, as então maiores economias do subcontinente, condicionando assim seu desenvolvimento até meados da década de 1960.

O modelo neoliberal de Estado é distinto do Estado de Bem-Estar ao afirmar que um Estado interventor retira a liberdade das ações econômicas, principalmente no que toca a iniciativa privada já que o Estado tende a regular tais relações a ponto de interferir nas liberdades individuais do cidadão. Essas ideias voltaram a ganharam força a partir da década de 1960, onde determinada parte da elite política estadunidense e europeia começava a apontar um suposto esgotamento do Estado de Bem-Estar Social pregando por uma redução da participação do Estado como indutor do crescimento econômico. Este posicionamento também surge como forma de crítica aos países que então despontavam como potências econômicas em robusto crescimento, ao exemplo do Japão e Alemanha Ocidental, que então despontavam como potências industriais baseadas em investimento estatal, e aos países nórdicos que mostravam solidez econômica e bons índices de

⁶ Criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 1948, no contexto pós-Segunda Guerra, a Cepal iniciou seus trabalhos como um órgão observador da conjuntura econômica encontrada nos países latino-americanos e caribenhos, buscando identificar caminhos para seu desenvolvimento. Propagando a ideia de desenvolvimento através da industrialização e da modernização tecnológica, as ideias cepalinas criaram um pensamento teórico-crítico próprio partindo dos escritos de Prebisch e outros prestigiosos economistas que por décadas compuseram a instituição, compreendendo através da divisão internacional do trabalho as estruturas que condicionavam os países a sua posição no sistema internacional buscando superá-las. Tal pensamento crítico influenciou governos latino-americanos e intelectuais que tiveram participação na formulação de políticas públicas nestes países.

desenvolvimento humano devido à aplicação de um modelo de Estado redistributivo quanto a renda e a prestação de serviços públicos.

Os escritos teóricos de intelectuais como Milton Friedman e Ludwig von Mises, expoentes das escolas de Teoria Econômica conhecidas como *Escola de Chicago* e *Escola Austríaca*, respectivamente, ganharam relevância acadêmica ainda na década de 1960 como contraposição a Teoria Keynesiana e de outros autores que a seguiram. Estes intelectuais se tornaram membros da *Sociedade de Mont Pèlerin*, fundada pelo Nobel de Economia Friedrich von Hayek na tentativa de aglutinar pensadores de diversos campos e assim construir sobre a base de pensamento liberal clássica uma espécie de pensamento único que se apresentasse como opção ao Estado de Bem-estar Social (PAULANI, 2006), e contrapusesse a ameaça comunista, expressa tanto pela URSS quanto pelo movimento liderado por Mao Tsé-Tung na China e as demais revoluções periféricas que aconteciam no período.

A ditadura militar do General Augusto Pinochet no Chile, iniciada em 1973 após a deposição do presidente eleito Salvador Allende, é apontada como ponto de ruptura com modelo desenvolvimentista adotado por governos sul-americanos. Allende foi o primeiro presidente autointitulado socialista democraticamente eleito no país, tendo em sua agenda a realização de uma reforma agrária e a nacionalização de empresas privadas em setores tidos como estratégicos. Pinochet após ascender ao poder tomou medidas diametralmente opostas às políticas de seu antecessor, aplicando medidas de redução da máquina pública e de fomento a livre iniciativa econômica. A conjuntura política existente no país naquele momento, com uma economia baseada na exportação abundante de minérios e pouca industrialização, proporcionou a que o Chile adotasse uma série de políticas econômicas que favoreceriam o investimento estrangeiro de capital (Monteiro, 2015; Moraes, 2018).

O grupo de economistas conhecidos como “Chicago Boys” foi o responsável intelectual por uma série de reformas aplicadas na economia chilena ainda durante a década de 1970, constituindo a chamada “Doutrina do Choque”. Consistindo em uma abrupta abertura comercial apostando no comércio internacional e no investimento externo, além da redução dos gastos públicos em aproximadamente 20% dos valores então praticados, da demissão de servidores públicos e o aumento

de impostos, o modelo ainda se baseava na privatização de empresas públicas estatais e na concessão da exploração de serviços essenciais, como saneamento e abastecimento de água, a empresas privadas. Na década seguinte, apesar do considerável aumento no PIB do país e do crescimento da Renda Per Capta, os resultados apresentados por esta série de medidas não foram positivos, ostentando um aumento na desigualdade social devido à alta concentração de renda, somando-se a crises inflacionárias que reduziam o poder de compra do cidadão e ao aumento da Dívida Pública contraída em moeda estrangeira e taxas de desemprego que ultrapassavam os dois dígitos. A reforma do sistema previdenciário chileno⁷ também foi uma das medidas político-econômicas adotadas durante o período de predominância do modelo neoliberal, causando a médio e longo prazo perdas significativas nos valores do benefício pago aos contribuintes e sendo atualmente uma das grandes reivindicações de mudança pelo povo chileno. Essa série de medidas econômicas agressivas fez com que o Chile ficasse conhecido como o “laboratório do Neoliberalismo”.

No ano de 1973 ocorreu outro evento que se tornou histórico, redefinindo a geopolítica mundial e alterando a balança de poder então existente, ficando conhecido como “O Primeiro Choque do Petróleo” (CASTELLS, 2002; GUIMARÃES, 2015; MORAES, 2018). A *Guerra do Yom Kipur*, conflito entre a coalisão árabe formada por Egito e Síria que operou ataques simultâneos ao estado de Israel durante o feriado que deu nome ao conflito, desencadeou uma reação política em cadeia que atingiu a todos países do globo. Após o ataque praticado pelos países árabes houve revide por parte dos Estados Unidos, maior aliado de Israel. Como consequência direta a participação estadunidense neste conflito regional uma coalizão de países árabes, dos quais alguns compunham a OPEP, impôs uma alta exponencial no preço do barril de petróleo em um curto período de tempo junto de um boicote no abastecimento aos países ocidentais que apoiaram o ataque. A alta no preço do barril de petróleo ocasionou um efeito cascata sobre a produção industrial mundial já que este era o principal recurso energético utilizado na indústria, acarretando uma reação em cadeia dos preços de todos os bens industrializados, de

⁷ Este modelo previdenciário que funciona como um fundo privado de capitalização com aporte apenas do contribuinte e não do empregador, causando desequilíbrio no sistema de seguridade social que já apresenta deficiências, pagando atualmente aposentadorias abaixo do valor do salário mínimo chileno.

transportes e de gêneros básicos como alimentos. Essa situação refletiu em efeitos na economia global encarecendo a produção nos países industrializados e desvalorizando as moedas dos países subdesenvolvidos agroexportadores.

As “Crises do Petróleo”, de 1973 e 1979, tiveram como base a instabilidade regional causada pelos conflitos político-religiosos existentes no Oriente Médio, sendo esta uma região fundamental ao equilíbrio geopolítico mundial. Além de constituir uma rota terrestre entre o Ocidente e Oriente, estando localizada entre a Europa, a África e a Ásia, a região é importante produtora de petróleo e gás natural, insumos energéticos fundamentais ao pleno funcionamento da indústria, que naquele período passava por massiva expansão produtiva, e consequentemente fomentando a economia global.

A conjuntura política mundial na década de 1970 apresentou, além dos importantes fatos ocorridos no Oriente Médio, uma série de eventos importantíssimos nas relações de poder - político e econômico - que somados redefiniram as Relações Internacionais. Apresentavam-se no Cone Sul um conjunto de Ditaduras Militares, ao exemplo de Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai - além do já citado Chile -, que tiveram seus governos democráticos depostos por uma conjunção de forças militares e políticas apoiadas por elites empresariais nacionais, com ajuda financeira e militar de governos estrangeiros. O alinhamento entre estes governos ditatoriais-militares sob a batuta de uma das então potências, os Estados Unidos, garantia estabilidade política quanto a mudanças de regime na região, sejam eles políticos ou econômicos, alinhando-se sempre a diretrizes pré-determinadas.

Também apontamos os processos de independência de países africanos como Angola, diretamente sob a influência do Bloco Socialista, como reflexo do processo de descolonização ocorrido no período pós-Segunda Guerra, levando ao redesenho das fronteiras tanto em África quanto na Ásia. Além das guerras por independência outras revoltas civis (ou revoluções) marcaram a década de 1970, como as ocorridas no Afeganistão (1978), na Nicarágua (1979), e mesmo em países da Europa Ocidental, onde podemos apontar a Revolução dos Cravos, ocorrida em Portugal (1974), como um ponto de inflexão na política daquele país e que acabou por influenciar o continente onde depois de décadas sob um Regime Fascista (de

Antônio Salazar, e posteriormente Marcelo Caetano) foi reestabelecida a democracia a partir de uma insurreição militar formada por praças de baixa patente com intenso apoio popular. Toda essa agitação política aconteceu ainda sobre a dicotomia exposta pelo conflito entre Estados Unidos e União Soviética, conhecido como Guerra Fria, que baseado em dois polos de poder submetia Estados periféricos e subdesenvolvidos ao alinhamento automático com uma das potências a fim de manter estabilidade econômica e garantir cooperação bélica em caso de envolvimento em algum conflito.⁸

No final da década de 1970 duas das então potências econômicas ocidentais aproximavam-se cada vez mais em questões político-econômicas e ideologia. Depois da eleição de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan - respectivamente Premiê Britânica e Presidente dos Estados Unidos da América - ambos os Estados aprofundaram a implementação de uma agenda político-econômica de cunho liberal conservadora que buscava o desinvestimento estatal e a exploração de determinados mercados exclusivamente à iniciativa privada.

Margareth Thatcher, por exemplo, a primeira mulher a ocupar o cargo de Premiê Britânica, implantou durante sua gestão diversas medidas de austeridade fiscal, reduzindo significativamente a participação do setor público na economia e implementando uma lógica de gestão privada ao aparelho de Estado. A economia britânica que passava por situação de instabilidade no início de seu governo recebeu as mudanças impostas por sua agenda de forma diversas, ao fim alcançando novamente crescimento econômico e valorização da Libra frente outras divisas, tendo como ônus o aumento da desigualdade social se contrapondo a ideia do “Welfare State” que até então guiava a política econômica e social britânica.

Cruzando o Oceano Atlântico, temos o caso dos Estados Unidos da América que no início da década de 1980 elegeu o ex-ator Ronald Reagan como seu 40º Presidente. Reagan, eleito pelo Partido Republicano, anteriormente havia sido Governador do estado da Califórnia e sucedeu o Democrata Jimmy Carter como

⁸ A aplicação do Plano Marshall a partir de 1947, dentro da lógica de ação da chamada *Doutrina Truman*, é reconhecida por teóricos como Eric Hobsbawm (1995) como o início formal daquele período que ficara conhecido como Guerra-Fria. O aporte financeiro estado-unidense a países europeus ocidentais - que fora negado pela URSS e seus países satélites - colaborou para a formalização de acordos de cooperação militar que culminaram na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949.

mandatário estadunidense, intensificando uma agenda político-econômica de cunho liberal-conservador. Reagan adotou como política econômica um corte de gastos estatais e um corte de impostos, priorizando a iniciativa privada e o setor financeiro. Como efeito da aplicação desta política, assim como no Reino Unido, a produção industrial iniciou um processo de migração para outros países mais rentáveis, que ofereciam incentivos fiscais, que possuíam uma legislação ambiental frágil, mão-de-obra barata e sem legislação sindical, mantendo apenas os centros diretivos destas empresas multinacionais em território estadunidense. O governo de Ronald Regan acirrou as disputas retóricas entre EUA e URSS, reaquecendo a Guerra Fria e a ideia de polos opostos, legitimando assim as intervenções militares estadunidenses em países caribenhos durante seu mandato e a ampliação de sua influência sobre outros países do continente americano, seja pela dependência político-militar, seja por deliberação econômica realizada por organismos internacionais a ele subordinados.⁹

A década de 1980 trouxe aos países subdesenvolvidos as consequências da conjuntura político-econômica da década anterior e as modificações estruturais que ocorreram a partir dela. México, Argentina e Brasil, sentiram o avanço do processo de globalização e a impossibilidade de manter o modelo de substituição de importações como base de suas políticas industriais. O salto tecnológico ocorrido nesta década alçou Alemanha Ocidental e Japão, que até a década anterior ainda eram países em vias de desenvolvimento, ao status de potências industriais. Também ocorreu a ascensão industrial produtiva dos países que ficariam conhecidos como Tigres Asiáticos, que então compunham um modelo de produção globalizado e complexo, recebendo as indústrias pesadas, obsoletas e pouco lucrativas que aos poucos deixavam os países desenvolvidos, tornando-se fornecedores de bens finais industrializados de baixo valor agregado ou

⁹ A retórica da “ameaça comunista” foi utilizada em países como Chile e Brasil para sustentação de uma mudança de regime na década de 1960 - do democrático ao ditatorial-militar - apoiados política, financeira e militarmente pelos Estados Unidos, como expresso na obra *Governos militares na América Latina* (2001), de Osvaldo Coggiola. Essa a cooperação, política e militar, entre seis regimes no cone-sul e a então potência ocidental culminaria na década seguinte naquilo que viria a ser conhecido como *Operação Condor*, que consistia numa troca de informações sobre supostos cidadãos subversivos, contrários aos regimes e/ou simpatizantes da URSS e sua doutrina política. O livro *Operação Condor - o sequestro dos uruguaios* (2008), do jornalista Luiz Cláudio Cunha, descreve a operação conjunta entre os exércitos brasileiro e uruguaio que ao fracassar expuseram esse sistema de cooperação político-militar.

componentes de produtos com tecnologia de ponta que seriam montados nos países desenvolvidos.

A alta das taxas de juros e o crescimento das dívidas contraídas em divisa estrangeira aprofundaram a situação de déficit fiscal nos países periféricos, somando-se à balança comercial negativa nestes países que possuíam uma economia baseada na exportação de *commodities*, tendo sua indústria voltada as necessidades internas e não a exportação, sendo ela pouco competitiva devido a uma crescente disparidade tecnológica. A queda da demanda externa por insumos fez com que a moeda corrente nas transações comerciais tivesse menor fluxo de circulação nestes países, acarretando em crises inflacionárias, desestabilizando os níveis de consumo interno e assim criando uma situação insustentável de não pagamento das dívidas já contraídas. Novos empréstimos foram realizados para quitação daqueles que estavam com vencimento próximo, numa tentativa desesperada de evitar uma situação de calamidade financeira¹⁰.

Tal conjuntura econômica, deficitária, conduziu os países subdesenvolvidos que haviam contraído dívidas então impagáveis a aceitação de uma agenda econômicas externa, proposta pela potência aliada e por organizações internacionais. Essa agenda pregava a implementação de uma série de medidas econômicas de austeridade fiscal para assim possibilitar aos países devedores a renegociação de suas Dívidas Públicas com as instituições bancárias credoras. Também foi compelido a estes países a impossibilidade da contratação de novos compromissos, evitando que má gestão financeira voltasse a ocorrer. Como medida política também havia a disposição de reformas estruturais nos Estados que adotassem o modelo proposto, como a privatização de empresas estatais, a venda de patrimônio e até mesmo a redução de investimentos em infraestrutura e tecnologia.

A chamada “Década Perdida” (modo como costumeiramente é referida a década de 1980), ao seu fim, apresentou altos índices inflacionários e baixo crescimento econômico nos países endividados, o que por sua vez acarretou em

¹⁰ Tal situação, no contexto brasileiro, é descrita na obra *Dois séculos de dívida pública: A história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)*, de Guilherme Ziliotto, utilizada como base na construção deste parágrafo e nos que seguem. A situação brasileira encontra paralelo com a dos demais países latinos, numa situação de desvalorização cambial, déficit primário e endividamento externo.

efeitos socioeconômicos devastadores como elevados níveis de desemprego e porcentagens consideráveis da população vivendo em situação de pobreza. Abriu-se então espaço para uma nova proposição de política econômica a ser aplicada nestes países, num contexto pós-Guerra Fria onde a ordem liberal havia alcançado êxito, agora difundindo seus valores políticos e econômicos por todo o globo.

A queda do Muro de Berlin em 1989, é considerado como o marco simbólico do colapso do Bloco Socialista liderado pela URSS¹¹ e a consolidação do modelo econômico capitalista (neo)liberal das potências econômicas ocidentais. O modelo de não intervenção estatal, antagônico a economia planificada praticada nos países que compunham a União Soviética, foi adotado por parte dos Estados que surgiram após a decomposição do bloco. Esse choque de liberalismo econômico criou discrepâncias na sociedade destes países, concentrando renda e fomentando conflitos político-ideológicos e religiosos que culminaram em guerras-civis nestes Estados, anteriormente satélites ao centro da URSS (atual Rússia). A região euroasiática conhecida como Balcãs foi palco de algumas das principais guerras ocorridas durante a década de 1990, onde ocorreram genocídios étnicos e estupros coletivos - crimes de guerra posteriormente julgados em tribunais internacionais –, sendo reflexo da concentração de poderio econômico nestes Estados recém-independentes e das disputadas de poder entre elites locais.

A conjuntura internacional presente naquele período, conjuntamente ao intenso processo de globalização acelerado pelos avanços nas tecnologias da informação e comunicação (TIC's), na microeletrônica e nos modais de transportes possibilitou as grandes economias ocidentais avanços que reorganizaram a divisão internacional do trabalho num processo coordenado por Organizações Internacionais que estruturaram o sistema internacional de comércio em bases análogas as premissas adotadas nas economias desenvolvidas dominantes (CASTELLS, 2002). O modelo de Estado neoliberal despontava então como modelo único a ser adotado,

¹¹ A queda da União Soviética deu-se muito por questões internas que vão desde rachas internos no partido Comunista até uma série de políticas econômicas equivocadas que adotadas ao longo dos anos e que não atingiram seus objetivos, complicando a situação macroeconômica e obrigando a uma gradual abertura econômica, e posteriormente política, expressa pelas políticas da Perestroika (1986) e da Glasnost (1988), aplicadas por Mikhail Gorbatchov após 1985. Simbolicamente, porém, como referido, a queda do Muro de Berlin demonstrara a superioridade do modelo capitalista sobre o socialista, reestruturando a conjuntura política mundial e abrindo espaço para a predominância do modelo neoliberal de Estado.

não levando em consideração especificidades de cada país - econômicas, políticas, sociais -, apenas seguindo uma cartilha metodológica de “como” e “onde” o Estado deveria atuar.

No início da década de 1990 as ideias pregadas pelo Consenso de Washington¹² tiveram o ápice de sua propagação depois da *Rodada Uruguai* do GATT em 1991, evento que deu origem a posteriormente fundada Organização Mundial do Comércio (OMC), que viria a tornar-se a instituição base para a assinatura de acordos comerciais multilaterais balizando as trocas econômicas, sempre com a influência direta dos governos das maiores economias mundiais (IANNI, 1999). A OMC trabalhou incessantemente naquele período pela redução das tarifas de importação e exportação praticadas como forma de política protecionista em mercados específicos, geralmente em países “em desenvolvimento”, tentando integrar estes Estados aos regimes internacionais com a intenção de aumentar as trocas comerciais em todo planeta e assim potencializar a circulação de riquezas.

A década de 1990 consolidou o êxito do modelo neoliberal, agora adotado também em países periféricos recentemente saídos de conjunturas políticas e econômicas bem diversas ao modelo. Como exemplo apontamos a Federação Russa e os demais países que compunham a ex-URSS, assim como os chamados Tigres Asiáticos e os países que compõe a América Latina, que então estavam em um processo de aproximação de suas políticas comerciais, definidas e coordenadas por OIG's. No Brasil e em outros países sul-americanos não foi diferente. A adesão a determinados acordos internacionais, não só relacionados ao comércio, pressupunha uma série de ajustes em políticas domésticas que se alinhavam as prerrogativas de determinadas instituições internacionais. Assim, diversas realidades se adequavam ao modelo de Estado neoliberal, aplicando a ideia de austeridade e

¹² O Consenso de Washington foi uma deliberação político econômica proposta pelo Banco Central Estado-unidense (FED), conjuntamente com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tentando direcionar as políticas econômicas apresentadas pelos países latino-americanos no fim da década de 1980. Proposto em 1989, o Consenso de Washington impunha aos Estados que aderissem à diminuição de seus gastos, visando equilíbrio fiscal e o pagamento das Dívidas Públicas contraídas nas décadas anteriores, consequentemente reduzindo a participação destes Estados na atividade econômica destes países, também influenciando os processos de privatização que ocorreram na década de 1990 nos Estados sul-americanos. As dez medidas propostas pelo Consenso, se adotadas, ajudariam os países a superar a crise em que estavam imersos. Eram elas: Disciplina Fiscal; Reordenamento dos gastos públicos; Reforma tributária; Liberalização da taxa de juros; Taxa de câmbio definida pelo mercado; Liberalização do comércio; Abertura ao Investimento Direto Externo; Privatizações; Desregulação de mercados; e proteção à direitos de propriedade e propriedade intelectual.

responsabilidade fiscal como base para outras medidas político-econômicas que ao serem adotadas alterariam a lógica de Estado.

Podemos apontar que o modelo neoliberal se baseia na defesa do Estado-mínimo com o objetivo de fazer a economia trabalhar sob os princípios do mercado e com a mínima participação possível do Estado. Para tal podemos apontar quatro pilares nos quais a aplicação do modelo se sustenta: programas de privatizações de empresas públicas a fim de excluir o Estado da participação de determinados segmentos abrindo espaço para a atuação da iniciativa privada; a desestatização em outros setores através da concessão de determinados serviços, onde o Estado não mais os prestaria, e sim apenas os regularia; abertura do mercado nacional a importação de produtos estrangeiros, conjuntamente com a redução das taxas protecionistas que tem por objetivo salvaguardar a indústria nacional equivalente, buscando assim fomentar a competição; e a abertura das economias nacionais ao investimento externo direto (AINNI, 1998; CERVO, 2000)¹³.

A lógica economicista expressa pelo modelo de Estado baseado na doutrina neoliberal tem efeitos diretos sobre os meios de comunicação de massa, sejam eles privados ou públicos. A busca pelo lucro, força motriz de empresas privadas de comunicação, caminha na direção oposta do ideal proposto pelo modelo de comunicação pública ¹⁴que é de representar a diversidade social a qual está inserida, levando informação de qualidade em tom crítico, e servindo como espaço de divulgação a expressões culturais que tem pouca representação nos meios de comunicação comerciais. A alteração dos campos de atuação do Estado, ente responsável pelo financiamento no modelo de emissoras de televisão públicas, como no caso da TVE-RS sob a administração da Fundação Piratini, no Brasil, tem refletidos em si a perspectiva que o modelo e as ideias neoliberais que o Estado adota. Essa nova perspectiva balizou a criação de novas emissoras, de novos

¹³ O trecho anterior dialoga com características descritas nas análises produzidas por Otávio Ianni (1998) e Amado Cervo (2000) em artigos que tratam da relação entre o processo de globalização e o modelo neoliberal, e da influência do modelo sob as relações internacionais no contexto latino-americano, respectivamente.

¹⁴ Apontamos aqui a ideia de comunicação pública tendo origem no conceito de comunicação governamental, diferindo-se dessa pela participação da sociedade civil no processo, de forma a buscar através dela a formação de uma sociedade cidadã e democrática (ROSA, 2012). Portanto, no decorrer deste trabalho quando referenciarmos este tema estaremos buscando enfatizar esta característica. Salientamos que o conceito de televisão pública, que será trabalhado com maior profundidade durante esta pesquisa, está imerso no ideal de comunicação pública.

modelos de comunicação televisiva como subproduto de demandas específicas, segmentadas, e mesmo a regulamentação de serviços audiovisuais e dos modelos de radiodifusão adotados nos países alinhados a essa perspectiva político-econômica.

Assim, nos capítulos que seguem, proporemos uma discussão sobre o modelo de Estado adotado no Governo de José Ivo Sartori – a trajetória do modelo no Brasil e no RS, da década de 1990 até os dias que antecederam esta gestão - e como a aplicação de suas políticas alterou a lógica de funcionamento dos veículos de comunicação pública no Estado do Rio Grande do Sul, atendo-se ao caso específico da TVE-RS em seu modelo de televisão pública que foi gradualmente precarizado, ou mesmo inviabilizado, pela extinção da Fundação Piratini.

2.2 Do Brasil ao Rio Grande do Sul: da década de 1990 ao séc. XXI sob a redemocratização e um novo modelo econômico sob o Estado brasileiro

Após o “Milagre Econômico” e a “Década Perdida”, como ficaram conhecidas as décadas de 1970 e 1980 no contexto brasileiro, com o exponencial crescimento do PIB brasileiro sob a Ditadura Militar e a aplicação de políticas de substituição de importações e investimento estatal em infraestrutura baseados em empréstimos externos acarretando no posterior estouro da Dívida Pública da União, gerando profundos efeitos sobre a sociedade, respectivamente. A década de 1980 ainda foi marcada por mudanças políticas importantes sob o período de transição do regime político vigente, passando de um governo militar ditatorial a uma democracia representativa. A construção de uma nova Constituição Federal – a Constituição Cidadã de 1988 - a partir de um processo constituinte formado por Deputados e Senadores eleitos por sufrágio universal em 1986 é um marco civil importante na história contemporânea brasileira, garantindo direitos civis e sociais que haviam sido retirados durante o período de ditadura militar, além da ampliação de direitos trabalhistas que aos poucos haviam sido desfigurados por emendas e decretos¹⁵.

¹⁵ Além dos Atos Institucionais (AI) que extinguiram diversos direitos civis e sociais da população brasileira promulgados pelo Governo Militar durante os 21 anos de Regime, houve a assinatura de diversos decretos presidenciais que modificavam a legislação trabalhista anteriormente disposta no país. Estes atos e decretos agiam em conjunção com a supressão das atividades dos sindicatos, que eram tidos como inimigos do Estado Brasileiro, o que acarretou na perda de direitos conquistados

A primeira eleição presidencial brasileira pós-redemocratização, no ano de 1989, teve como eleito Fernando Collor de Mello, um jovem advogado e político que apresentou durante campanha uma série de promessas nas áreas da economia (busca da retomada do crescimento) e no combate a corrupção e as oligarquias que detinham então o poder político no Brasil. Collor enfrentou duas dezenas de candidatos, que iam desde figuras históricas da política nacional, como Leonel Brizola e Mário Covas, a líderes sindicais como Lula e candidatos “outsiders” como Enéas Carneiro e o empresário/apresentador Silvio Santos. Gozando de boa popularidade e apoio midiático, Fernando Collor foi eleito em segundo turno derrotando o candidato do Partido dos Trabalhados, Lula, e se consolidando como sendo o candidato do empresariado liberal e da mídia hegemônica brasileira.

Como política econômica o governo eleito aplicou o Plano Brasil Novo - ou Plano Collor I, como ficou conhecido -, implementando uma série de medidas na busca de frear o crescimento inflacionário que naquele período estava projetado acima de 40% ao mês. Dentre estas medidas estava o congelamento das poupanças bancárias zerando seus rendimentos em relação à inflação mensal. Uma medida muito impopular frente a opinião pública e que se mostrou ineficiente, recolocando a economia brasileira em crise com um novo aumento dos níveis inflacionários e a redução do poder de compra dos trabalhadores, desestimulando assim o consumo das famílias. Tão logo a crise econômica faria o nível de popularidade do presidente despencar. Somando-a aos escândalos de corrupção envolvendo seu assessor Paulo César Farias e a compra de um carro para seu uso pessoal em nome de um “laranja”, o declínio de sua popularidade frente à opinião pública e a perda de capital político minou sua possibilidade de governar, fazendo com que Fernando Collor renunciasse a seu cargo¹⁶. Mesmo com a renúncia Collor

pelos trabalhadores e que iam de encontro aos interesses dominantes na ditadura civil-militar instaurada. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi incentivadora de grupos de pesquisa responsáveis por diversos trabalhos acadêmicos e jurídicos que abordam o tema exploram seus desdobramentos sociais após o fim do período de ditadura militar reportados em material jornalístico produzido pela EBC e publicado em seu site institucional. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-08/sindicalistas-revelam-impactos-da-ditadura-para-os-trabalhadores>

¹⁶ Para compreensão da configuração política existente na época em que ocorreu o impeachment do ex-presidente Collor utilizamos a entrevista de Brasília Sallum Jr., autor da obra *O impeachment de Fernando Collor – Sociologia de uma crise* (2015), concedida ao canal da Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, no site de hospedagem de vídeos Youtube (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YViMNMh5Nes>), onde o autor analisa a dinâmica do processo político e as disputas entre os atores - individuais e coletivos - envolvidos. Também apontamos o

acabara sofrendo processo de impeachment em 1992, tendo então seus direitos políticos cassados pelos oito anos que se seguiram.

O desenvolvimento e aplicação do Plano Real durante o governo de Itamar Franco possibilitou ao Governo Federal manter uma moeda forte frente a sua balizadora internacional, o dólar, possibilitando assim controlar os índices de inflação naquele período. Em seu mandato, herdado de Fernando Collor, Itamar optou por aplicar uma política monetária que atacava a causa do desequilíbrio inflacionário e não seu efeito, o aumento dos valores dos produtos ao consumidor.

Contrariamente aos planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II, o Plano Real não buscava conter a inflação através do congelamento de preços, optando por uma política monetária que equilibrava a emissão de moeda com as receitas em caixa, sendo essa uma medida que conduzia a uma política menos imediatista que as aplicadas anteriormente. Conjuntamente foram introduzidas medidas de reformulação do Estado, como corte de gastos públicos e privatizações, associado ao aumento da arrecadação Federal via impostos. A implementação da URV (Unidade Real de Valor) para calcular com exatidão e tentar conter a taxa inflacionária mensal foi adotada como medida prévia a mudança da moeda, que passaria do Cruzeiro Real para o Real¹⁷, sendo indexado a uma quantidade pré-estipulada da moeda corrente no período e posteriormente igualando-se ao valor do Dólar estadunidense¹⁸.

A paridade entre o recém-criado Real e o Dólar estadunidense, um primeiro momento trouxe efeitos negativos a balança comercial brasileira, desfavorecendo a exportação de bens e favorecendo as importações. No mesmo período o governo brasileiro liberou as importações de bens manufaturados, o que em um contexto de moeda forte tornara oportuna à importação deste tipo de bem, altamente competitivo

programa *Roda Viva* em edição especial sobre o julgamento do processo contra o então presidente, onde foram discutidos possíveis desdobramentos políticos, econômicos e sócias no Brasil por uma mesa composta por atores notáveis em seus campos, apresentando um panorama da conjuntura do período (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nVNNgp4E0vQ>).

¹⁷ A mudança da moeda, de Cruzeiro Real (Cr\$) para Real (R\$), ocorreu em 1º de junho de 1994, data em que uma unidade de Real equivalia a Cr\$ 2.750, que por sua vez equivalia a US\$ 1.

¹⁸ Um breve material foi produzido pelo jornal *Estadão* e publicado em forma de vídeo e publicado seu canal do site *Youtube* quando da data comemorativa de 20 anos do lançamento do Plano Real, trazendo de forma simplificada um panorama da conjuntura econômica encontrada no período, estando de acordo com a bibliografia supracitada utilizada na construção desta dissertação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jIRzw5ChqJ0>.

no mercado internacional devido ao baixo custo de produção em países como Taiwan, Cingapura, Vietnã, Coreia do Sul e principalmente China (VISENTINI, 2015), ocasionando a explosão da importação de produtos “*made in China*”. Houve então um breve período de desindustrialização no Brasil fomentado pela valorização de sua moeda e a abertura comercial instituída (FIORI, 2001).

O então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, gozava de grande prestígio com as classes empresariais brasileiras e com a população em geral. A consolidação do Plano Real e o cumprimento das metas estabelecidas pelo plano econômico que foi coordenado e negociado por ele - e uma equipe de técnicos - o trouxe a luz da opinião pública. Assim FHC lançou-se candidato à Presidência nas eleições seguintes, elegendo-se, quando novamente o candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula, foi o segundo colocado do pleito eleitoral. Iniciava-se então uma rivalidade política que se repetiria na eleição presidencial seguinte.

O modelo de Estado neoliberal teve aprofundamento após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, com a abertura ampla e irrestrita do mercado brasileiro conforme o direcionamento proposto pela OMC e diversos acordos internacionais que visavam incentivar a competitividade no comércio internacional (FIORI, 2001). Posteriormente com os planos de privatização e abertura de capital de empresas públicas, o governo de FHC buscou aprofundar medidas que já haviam sido propostas nos dois governos anteriores, Collor e Itamar, agora alcançando sucesso devido à estabilidade econômica resultante do sucesso do Plano Real.

A abertura do mercado brasileiro à importação de produtos manufaturados, como aqui já descrito, impactou diretamente na indústria nacional. Tal situação forçou o empresariado a adotar medidas econômico-administrativas que buscavam a redução de seus custos de produção, seja via mudança geográfica de suas fábricas na busca de isenções e incentivos fiscais (municipais e/ou estaduais) e pela busca de mão-de-obra barata, seja por meio de investimentos em automação visando dinamizar sua produção e alcançar maior produtividade. Os setores diretamente impactados em um primeiro momento foram o setor têxtil e calçadista, além da fabricação de brinquedos que após a abertura comercial começaram a concorrer diretamente e em condições desiguais com a produção chinesa, em ampla

expansão naquele período. A produção automobilística e de autopeças¹⁹ também foi impactada, aumentando a concorrência para montadoras aqui instaladas, abrindo mercado para indústrias instaladas em países como México, Argentina e Coréia do Sul, que tão logo começaram a importação de seus produtos ao mercado brasileiro.

A abertura dos portos ocorrida durante o governo Collor foi uma primeira movimentação que sinalizava a queda das barreiras tarifárias que protegiam a indústria nacional. Foi um primeiro passo - e decisivo - para a integração do Brasil ao jogo internacional da produção e do comércio, o que o aproximou do modelo produtivo toyotista²⁰ que acabava por integrar os mercados produtivos de forma global (FIORI, 2001). Essa mudança no modelo produtivo, típica da globalização econômica, somada ao aumento da competitividade imposta às empresas nacionais com a concorrência advinda da abertura comercial das fronteiras forçou o Estado brasileiro a implantar reformas que, requeridas e orientadas pelo mercado, buscavam criar condições de competitividade internacional à produção industrial brasileira, processo que se intensificou sob o governo de FHC (FIORI, 2001).

A privatização de empresas públicas também foi uma das características dos governos FHC, tendo a mineradora Vale do Rio Doce sido a primeira grande empresa estatal privatizada naquele período. A mineradora foi vendida em 1997²¹, por aproximadamente R\$3,3 bi, um valor bem abaixo dos R\$100 bi estimado em

¹⁹ As obras supracitadas de José Luís Fiori (2001) e Paulo Visentini (2015) corroboram a afirmação sobre o incremento da competição industrial no setor automotivo a partir da abertura comercial ocorrida no Brasil na década de 1990. Segundo dados do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) – hoje parte integrante do Ministério da Economia –, disponíveis em seu ainda ativo site institucional, a produção automobilística brasileira representava aproximadamente 22% do PIB industrial nacional, mantendo estreita ligação com os setores industriais de outros países, especialmente Argentina e México, devido à produção complementar dentro do setor de autopeças. (Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/setor-automotivo>)

²⁰ O toyotismo é um modelo de produção industrial surgido na indústria automobilística japonesa na década de 1970. Este modelo pós-fordista, flexível, se caracteriza pelas inovações tecnológicas aplicadas à produção aliadas à complexificação das redes de comunicação e transportes que vinham se desenvolvendo no período, possibilitando assim a fragmentação da produção em diversos polos industriais espalhados pelo planeta. A desconcentração industrial proposta pelo modelo possibilitou a existência de novas formas de contratação e a busca de mão-de-obra barata com o objetivo de reduzir os custos produtivos, juntamente com a busca por legislações ambientais mais brandas. Muitas das necessidades do modelo toyotista eram supridas por países “em desenvolvimento”, fazendo com que as sedes das grandes indústrias continuassem nos países desenvolvidos transferindo parte de sua produção, secundária ou extração de matéria-prima, a países periféricos. Existe uma intensa relação entre o modelo produtivo toyotista baseado na terceira revolução industrial e o processo de globalização produtiva e econômica no qual o modelo de Estado neoliberal apoiou-se em seu desenvolvimento.

²¹ Valores retidos de material jornalístico publicado pelo Jornal Folha de São Paulo na data de venda da estatal. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc070513.htm>

suas reservas de minério gerando profundas críticas da oposição. No ano de 1998 houve a privatização das duas empresas estatais que compunham a Telebrás, fazendo parte de um audacioso plano de privatização de uma série de empresas públicas como forma de atrair capital externo ao país, além da modernização do sistema de telecomunicações nacional. Na ocasião as duas empresas foram vendidas por aproximadamente R\$18 bi, uma cifra bem interessante para a época e que acabou levando o governo a avaliar positivamente esta venda.

O setor elétrico também foi contemplado pelo regime de concessões, onde algumas empresas privadas tornaram-se responsáveis pela distribuição do serviço em alguns municípios brasileiros, em estados diversos. Criou-se então a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica - subordinada ao Ministério de Minas e Energia, tendo como função regulamentar a prestação do serviço e garantir que eventuais abusos de precificação não ocorressem, além de garantir que os investimentos previstos em contrato seriam realizados. Assim o governo desonerava o orçamento destas obrigações e atraía investimento privado (externo) ao setor (FIORI, 2001).

Ainda naquele período, a segunda metade da década de 1990, o Governo Federal criou outras agências reguladoras visando a descentralização da prestação de serviços públicos, em setores diversos, com responsabilidades similares as da Aneel em outras áreas específicas em que o Estado não estaria mais presente, delegando esta responsabilidade as esferas subnacionais e não-estatais (PACHECO, 2006). A Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações - criada em 1997 é um exemplo desta política de Estado que visava a regulamentação e não a prestação do serviço. Neste setor específico podemos apontar situação positiva quanto à atração de capital externo e prestação de serviço que, em um primeiro momento, foi dinamizado ampliando a cobertura de telefonia móvel em parte considerável do território nacional. Como efeito negativo, apontamos que com o passar do tempo a concorrência entre prestadoras de serviço foi suprimida pela compra de empresas nacionais por empresas multinacionais, formando-se assim um oligopólio no setor, onde as empresas prestadoras de serviço praticavam preços altos e de qualidade pouco superior ao prestado nos primeiros anos pós privatização.

Ao fim, o processo de privatizações introduzido pelo Governo Federal durante a segunda metade da década de 1990, ficou conhecido nos círculos opostos ao governo FHC como “*privataria tucana*”²². Estes processos de privatizações de empresas públicas, que ocorreram em âmbito Federal e Estadual, foram severamente criticados pela oposição naquele período, e com o passar dos anos surgiram críticas de apoiadores do governo à época, apontando falhas nos estudos preliminares e nos processos que conduziram as privatizações de empresas públicas essenciais. A existência de interesses privados frente ao interesse público, e seu prevalecimento, onde é apontando que houve favorecimento a determinadas partes que, mesmo mantendo relações diretas com o governo, também foram compradoras nos processos de vendas de empresas estatais ocorridos naquele período.

A eleição de Lula (PT) em 2002 trouxe ao Estado brasileiro uma nova perspectiva de ação relativamente aos governos anteriores, apontando para a volta do desenvolvimento orientado pelo Estado, principalmente no que toca a redistribuição de renda por meio de programas sociais. A ideia de Estado presente na ideologia neoliberal ficou então restrita à oposição, por mais que por diversas vezes os governos petistas - não só os de Lula como também o de Dilma Rousseff - apontassem para políticas de favorecimento do mercado, seus governos não podem ser chamados de neoliberais. Apontamos que, em termos de direcionamento político-econômico, os mandatos no Executivo exercidos pelo Partido dos Trabalhadores mantiveram políticas de crescimento orientadas pela ação do Estado, ao exemplo dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC's), salvaguardando situações específicas em que se agiu de forma crítica ligada à conjuntura externa apresentada em determinado momento²³.

²² *A Privataria Tucana* é o título do livro do jornalista Amaury Ribeiro Jr., que descreve os processos de privatização de empresas estatais ocorridos durante o Governo Fernando Henrique Cardoso e no Estado de São Paulo sob a gestão de José Serra, denunciando os processos fraudulentos de pagamento de propina e lavagem de dinheiro em paraísos fiscais supostamente ocorridos baseando-se em fontes documentais primárias.

²³ A obra *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e ativa* (2015), um relato pessoal do ex-ministro das Relações Exteriores nos governos de Lula e Dilma, Celso Amorim, apresenta um panorama sobre alguns dos grandes acontecimentos em matéria de política externa da época e que o Brasil esteve presente como ator eminente. No que tange a perspectiva do ex-ministro sobre a rodada Doha de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) seu relato indica como a conjuntura de comércio internacional, em determinados momentos, influenciou diretamente as políticas econômicas internas adotadas por aqueles governos.

O governo de Michel Temer reaproximou o Brasil de uma agenda econômica liberalizante, instituindo reformas estruturais que tinham por finalidade a redução da máquina pública e o benefício do mercado enquanto agente econômico, ao exemplo da Reforma Trabalhista²⁴. Durante o Governo Temer também houve a cessão da exploração de determinados mercados e de empresas públicas a iniciativa privada, por meio da oferta de ativos ou mesmo por processo de privatização e venda direta. Exemplificamos o afirmado com a série de leilões que ofertaram a exploração de campos de petróleo na chamada camada do Pré-sal, em diversas localidades na costa brasileira, até então de exploração exclusiva da Petrobrás. Tal medida foi apresentada como positiva pelo Executivo com a afirmação de que sua aplicação fomentaria a concorrência, acarretando na redução dos custos ao consumidor além da melhoria da entrega do produto/serviço.

O atual governo, de Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL em 2018), aplica uma agenda político-econômica ainda mais radical se comparada a do governo de Michel Temer. O (super) Ministério da Economia, sob a tutela do economista Paulo Guedes, tem viabilizado propostas de reformas estruturais que se aprovadas incidirão num profundo redimensionamento e reorientação do Estado brasileiro. Tais proposta de reforma vão desde a já aprovada Reforma Previdenciária até a proposição de uma Reforma Fiscal, passando pela recém protocolada Reforma Administrativa, que propõe modificar a relação de cargos e salários do funcionalismo público federal. Todas estas medidas são justificadas pelos membros do Governo Bolsonaro, quase em um discurso automático, como essenciais à saúde fiscal do Estado brasileiro que tem demasiadas atribuições e gastos, e por isso não consegue cumprir com excelência nem mesmo os serviços básicos a que se propõe.

Assim, compreendemos que o direcionamento das políticas econômicas no âmbito federal incidirá em influência direta no escopo estadual, onde a comunicação pública gaúcha - que fora gerida por um órgão da administração indireta do Estado e atualmente está sob a responsabilidade de uma Secretaria - está diretamente

²⁴ As ações políticas tomadas pela gestão de Michel Temer no Palácio do Planalto confirmam a análise prévia de Antônio Augusto de Queiroz e publicadas em artigo na Revista *Le Monde Diplomatique Brasil* em 2017, quando o projeto de reforma do Estado proposto por aquele governo ainda não havia se consolidado, estando em discussão no Congresso. Segundo o autor o Governo Temer se propunha a revisar o papel do Estado brasileiro a partir das reformas que propunha, tendendo a privilegiar interesses particulares de grupos de determinados poder. Texto disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-desmonte-do-estado-de-protecao-social/>

vinculada à aplicação destas políticas, dependendo das disposições orçamentárias a que esta se propõe, e consequentemente tendo suas atividades dinamizadas por este modelo de ação.

2.2.1 A crise fiscal no RS ao longo dos governos estaduais recentes no esteio da extinção das fundações

As três décadas que sucederam a redemocratização brasileira, no contexto gaúcho, trouxeram uma série de mudanças ao arranjo político do estado com a ascensão de um novo partido político, de base popular trabalhadora, rivalizando com os arranjos políticos entre as oligarquias historicamente dominantes no RS. Esse novo cenário consolida-se em um momento de fortalecimento no cenário nacional de um modelo de Estado específico, reformador e que visava a redução da máquina pública e dos campos de ações do Estado.

A oscilação econômica persistiu no RS no início da década de 1990, assim como na década anterior. O superávit fiscal alcançado no ano de 1989 não se repetiu no de 1990, e novamente o Executivo estadual encontrava-se frente a uma anunciada crise fiscal decorrente das medidas compulsórias aplicadas pelo Plano Collor, que resultaram na queda das receitas tributárias e no aumento de suas despesas, visto o controle artificial inflacionário implementado (GARSELAZ, 2000). Novamente o Estado recorreu a operações de crédito como forma de honrar os compromissos bancários correntes e cobrir o déficit operacional, assim como fizera em diversas ocasiões nas décadas anteriores. O processo de rolagem da dívida foi então dificultado pela impossibilidade desta operação de crédito ser contratada junto ao Banco do Brasil por medida provisória, obrigando os Estados deficitários como o RS a buscarem outras fontes de financiamento.

Tendo em vista a persistência da situação fiscal em desequilíbrio em diversos Estados, no fim do ano de 1991 o governo Collor propôs (Lei Federal 8388/91) a troca de títulos de Dívidas Estadual por Títulos Federais, tendo estes 20 anos como prazo de resgate. O Rio Grande do Sul no ano de 1991 obteve superávit operacional, muito em conta da aplicação de medidas de ajuste fiscal e da grande redução de seus gastos com investimento e com pessoal, situação fiscal que se repetiu nos dois anos seguintes (GARSELAZ, 2000).

Nos anos de 1992 e 1993, com o retorno da inflação, o governo estadual volta a favorecer-se das receitas financeiras e também da defasagem inflacionária que ocorria no lapso de tempo decorrido entre os ingressos das receitas tributárias (corrigidas diariamente pela UFIR) e o pagamento dos compromissos junto a fornecedores, empreiteiras e funcionalismo (sem correção diária) conseguindo, dessa forma, amenizar os efeitos das altas taxas de juros praticadas pelo governo federal e que incidiam sobre o saldo e o serviço da dívida pública. (pág. 104).

Com a implementação efetiva do Plano Real em 1994, além da troca gradual da moeda (da URV até o Real), o Governo Federal aplicou outras importantes medidas econômicas na tentativa de conter a inflação como a indexação geral dos preços vigentes. O ano de 1994 ainda teve como fator relevante para o Rio Grande do Sul o refinanciamento das dívidas do Tesouro do Estado – e de outros órgãos da administração pública direta e indireta - junto ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Este acordo não foi cumprido em sua totalidade visto que em 1996 as parcelas deixaram de ser pagas, sendo renegociadas. Garselaz (2000) aponta que no período entre 1994 e 1998 os valores da Dívida Pública gaúcha tiveram considerável elevação, visto que a política financeira, aplicada pelo Governo Federal com o intuito de controlar os níveis de inflação, incidia diretamente sobre os saldos da dívida.

Uma grande seca atingiu as lavouras no RS em 1996, impactando fortemente a economia gaúcha, que com o baixo preço dos produtos primários e a baixa produtividade devido à seca prejudicaram a arrecadação estadual, obrigando o governo a novamente recorrer a formas de financiamento junto a bancos privados. As sucessivas operações financeiras contratadas pelo então governo de Antônio Britto (PMDB), para compromissos como quitação da folha salarial e o pagamento de fornecedores, estimularam o crescimento da dívida flutuante que se somava ao problema da dívida mobiliária recorrente. Segundo Garselaz (2000), mesmo com a elevação da arrecadação de tributos o Rio Grande do Sul continuava obrigatoriamente com a rolagem da dívida e a troca de Títulos Federais por outros com maior elasticidade de prazo. O Programa neoliberal de Reforma do Estado aplicado pelo Governo Britto a partir de 1996 estava alinhado às políticas de redução do setor público e de redução da intervenção estatal na economia implementadas em âmbito federal pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

A renegociação da Dívida Pública Estadual realizada durante o Governo Britto mostrou-se onerosa ao Estado, aumentando os níveis gerais de endividamento e mantendo o RS em crise fiscal - contexto que perdurou nos últimos 20 anos, com breves oscilações, mas mantendo os valores contraídos naquela gestão. O protocolo de assinatura do acordo de renegociação da dívida gaúcha apontava como objetivos econômico-fiscais a serem perseguidos pelo Estado a busca pelo aumento da eficiência nos gastos públicos, a geração de superávit primário e o planejamento de gestão de sua dívida à longo prazo, além da aplicação de um programa de reformas incluindo privatizações, concessões da prestação de serviços públicos a iniciativa privada e a redução dos gastos com folha de pessoal. O Estado do RS também ficaria proibido de realizar operações de crédito sem o aval da União (FERRARI FILHO e PICCOLOTTO, 2018).

Como forma de atrair capital a gestão de Britto apresentou um pacote de privatizações de empresas públicas, como a CRT. Também praticou a venda de ativos de empresas como CEEE e Bannrisul. Outra marca da gestão de Antônio Britto foi a concessão de estradas a iniciativa privada, tirando a responsabilidade do Estado sobre sua manutenção e investimentos nestas, iniciando a cobrança de tarifas de pedágio aos veículos que por elas trafegarem. Ainda hoje os contratos com as concessionárias responsáveis pelas rodovias são alvo de ações judiciais contestando o tempo de exploração cedido e as taxas cobradas pela prestação do serviço ao consumidor. As renúncias fiscais praticadas pelo Governo Britto também ajudaram a agravar a situação financeira do Estado, onde no período entre 1995 e 1998, ocorreram cerca de 450 concessões através do *Fundo Operação Empresa* (Fundopem), beneficiando na maioria das vezes grandes empresas.

Pauta recorrente nas discussões entre União e Estados – naquele período e ainda hoje - é a manutenção da Lei Complementar Nº 87/1996, a chamada Lei Kandir²⁵, aprovada durante o Governo FHC e apoiada pela gestão de Antônio Britto. A lei dispunha sobre a isenção do ICMS em produtos (primários e industrializados

²⁵ Sem a cobrança do imposto sobre importações, assegurada pela Lei Kandir, Estados como o Rio Grande do Sul sofrem de grande queda na sua arrecadação, visto que sua pauta comercial tem grande influência da exportação de grãos como arroz e soja, além da exportação industrial automobilística e de autopeças e, em menor escala mas ainda como parte significativa, da indústria metal-mecânica e da decrescente indústria calçadista. A revogação da LC já foi discutida por diversas vezes com o Governo Federal por grupos organizados de Governadores, sem atingir os resultados esperados.

semi-elaborados) e serviços destinados à exportação, aproximadamente 13% do valor do produto/serviço, como forma de criar vantagens comparativas a exportação de produtos de alta competitividade, além de atrair divisas internacionais que eram importantes para o controle de preços internos. Tal medida também seria importante para a contenção dos níveis inflacionários visto que a Dívida Externa é cotada em moedas que não o Real.

A conjuntura econômica internacional influenciou diretamente a economia brasileira nesse período visto as crises econômicas enfrentadas no México (1994–1995), no Sudeste Asiático (1997) e na Rússia (1998), gerando efeito cascata em outras economias em desenvolvimento (FERRARI FILHO e PICCOLOTTO, 2018). Os autores apontam que as incertezas sobre o futuro do Plano Real fizeram com que o Governo Federal contratasse um empréstimo junto ao FMI na ordem de US\$40 bi, buscando evitar uma crise cambial. Centrado em ações de ajuste fiscal, o acordo com o FMI também incidia sobre os entes federados. O Governo Federal assegurou ao FMI que estados e municípios atenderiam as metas de reestruturação de suas dívidas, buscando atingir superávit. Dentre os valores assumidos pela União com a renegociação da dívida dos estados – dentre eles o RS - parte seria parcelada à longo prazo, parte amortizada pela receita de privatizações.

O direcionamento econômico gaúcho no fim da década de 1990 foi balizado também por diretrizes federais, tendo o acordo de renegociação da dívida assinado pela gestão Britto servido como amarra jurídica de uma situação de dependência político econômica:

Segundo Lopreato (2002, p. 214), o programa de reestruturação das dívidas estaduais passou a ser usado pelo governo federal “como instrumento de reforma patrimonial e de imposição de metas coerentes com a estratégia macroeconômica”. O autor explica que esse processo teve dupla tarefa: retirar dos estados instrumentos usados no passado “para negar a política de ajuste federal e garantir o potencial de gastos”, bem como “cumprir o ideário liberal de reduzir o campo de atuação do Estado e abrir espaço aos investimentos privados.” (LOPREATO, 2002, p. 217). (LOPREATO, 2002, apud FERRARI FILHO e PICCOLOTTO, 2018, pág. 299).

O governo de Olívio Dutra recebeu o Estado em uma situação financeira considerada delicada, com o aprofundamento dos valores devidos a União. Tal situação levou o governo de Olívio Dutra a solicitar judicialmente a suspensão do pagamento da dívida estadual e uma auditoria sobre o contrato de renegociação celebrado em 1997 entre o Governo Britto e o Governo Federal, sob a gestão de

FHC. Dutra solicitou a revisão devido à mudança no regime cambial e a utilização do IGP-DI no cálculo sobre os juros incidentes da renegociação onde, segundo Ferrari Filho e Piccolotto (2018), este índice estaria suscetível a variações cambiais contribuindo para a manutenção de elevado estoque da dívida.

A década de 2000 é apontada por Borowski (2012) como sendo a década do estrangulamento nas finanças do Estado do RS, sendo tal situação o reflexo das políticas adotadas na década anterior. O autor afirma que mesmo com as tentativas de revisão do acordo de renegociação:

O máximo que se conseguiu foi a exclusão de algumas parcelas para computa da Receita Líquida Real, diminuindo um pouco o comprometimento da receita com o serviço da dívida. O Estado ainda ajustou algumas parcelas para inclusão entre as dívidas “intra-limites”. No entanto, isso foi pouco significativo no montante da dívida, apenas limitou o percentual dos seus encargos (BOROWSKI, 2012. p 52).

Em balanço apresentado para a Federasul e publicado no portal do Executivo gaúcho na internet²⁶ no início do último ano de governo, Olívio Dutra afirmou a melhora da situação fiscal do Estado, com uma redução significativa do Déficit Primário apresentado naquele exercício em relação aos anteriores – R\$1,032 bilhão em 1998, para R\$ 96 milhões em 2001. Em números gerais o PIB gaúcho, que vinha de recessão no período do governo anterior, alcançou taxa de crescimento superior a nacional durante o Governo Olívio - 2,4%, frente a 2,2% da média nacional. Borowski (2012) afirma que mesmo com o crescimento do PIB e da RLR, as duas crises cambiais enfrentadas durante a gestão de Olívio fizeram com que no final do período tenha-se pago apenas juros da dívida, muito devido as oscilações do IGP-DI em aproximadamente 83%.

Olívio afirmava que a situação fiscal desfavorável a investimentos estatais que se encontrava o RS naquele período era herança dos contratos celebrados pela gestão anterior, e que entregaria o Estado em uma situação fiscal melhor da que recebera. Também afirmou que, naquele exercício, o Estado cumprira com a Lei de Responsabilidade, comprometendo seu gasto com pessoal abaixo do teto estipulado, de 53,59%, quase atingindo a meta estipulada para seu próximo exercício orçamentário. É importante salientar que o acordo firmado com a União na

²⁶ Nota disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governador-faz-balanco-de-tres-anos-de-governo-durante-almoco-na-federasul>

gestão anterior entrou em vigor no ano de 1998 e atingiu sua plenitude apenas em 2001 (BOROWSKI, 2012).

Dutra finalizou seu mandato sem praticar atraso e parcelamentos ao salário do funcionalismo estadual, além de não realizar privatizações como forma de captação orçamentária - prática veementemente criticada por seu partido, o PT -, e investiu em fundações e empresas públicas ligadas ao Estado do RS. Como exemplos podemos citar os investimentos realizados na ampliação das atividades da CESA (Companhia Estadual de Silos e Armazéns), atualmente extinta, devido à demanda apresentada pelo setor produtivo agrícola que passava por expansão em sua produção na época, muito voltada à exportação. Aqui também voltamos a citar a Fundação Piratini que, como já descrito, recebeu investimentos significativos em modernização tecnológica e ampliação do quadro de servidores.

Durante o governo de Germano Rigotto (PMDB), que sucedeu Olívio Dutra frente ao Piratini, o executivo gaúcho fez tentativas de renegociação da Dívida Pública com a União. A tentativa de federalizar a dívida dos Estados – numa articulação política com outros Governos Estaduais – foi uma delas, além da proposição de uma nova forma de cálculo aos juros incidentes da rolagem da dívida já existente, deixando de utilizar como índice o IGP-DI, assim como reivindicou a gestão anterior, com o argumento de que o índice acabava por penalizar os estados do mesmo modo que outras políticas fiscais impostas pela União, como a Lei Kandir. Ainda pautado pelas exportações e as perdas causadas pelas desonerações que estas gozavam, o executivo gaúcho negociou sem sucesso por diversas vezes com o Governo Federal - no então primeiro mandato de Lula (PT) - compensações financeiras oriundas de um Fundo de Compensação das Exportações, que ultrapassavam cifras bilionárias.

Em 2004, segundo nota publicada pelo Palácio Piratini, o Estado do Rio Grande do Sul dispendia aproximadamente 18,5% de sua receita corrente líquida no pagamento da Dívida Pública do Estado com a União, porcentagem maior do que a acordada durante a última renegociação da dívida, ocorrida no ano anterior. A difícil situação financeira encontrada no RS levou o Governo Rigotto a parcelar o salário do funcionalismo público no mês de fevereiro daquele ano. Segundo Borowski (2012), a obtenção de resultados negativo no PIB gaúcho em 2005 contribuiu para

que gestão de Germano Rigotto se encerrasse com indicativos de recessão. Rigotto, do ponto de vista das despesas, seguiu a estratégia de ajuste fiscal optando pela redução dos gastos com pessoal, porém, contraditoriamente, os gastos correntes cresceram durante seu governo (BOROWSKI, 2012). A dívida pública estadual continuou a crescer em termos nominais, entretanto como fato positivo, aponta-se a diminuição de sua proporção em relação à RLR e a RLC.

O governo de Yeda Crussius (PSDB) apostou em uma estratégia de gestão diferente da de seu antecessor para sanar as finanças do Estado, adotando uma política de contenção de gastos, tanto da folha de pagamento quanto de outras obrigações orçamentárias. Dentro desta estratégia estava incluso o projeto - que não foi aplicado - da exclusão das obrigações orçamentárias do Estado do RS com Fundação Piratini, que se transformaria em uma ONG com fonte orçamentária diversa, desonerando suas receitas do Caixa do Estado. Oliveira (2018. pág. 21) aponta que o plano de governo de Yeda mostrava-se mais técnico que o de seu antecessor.

Na época os salários do funcionalismo estadual novamente sofreram atrasos e parcelamento durante a gestão do PSDB, perdurando no período entre março e dezembro de 2007, tendo como justificativa apresentada pelo Executivo a necessidade de atingir o déficit zero nas contas públicas do Estado naquele exercício. Tal resultado foi alcançado na gestão de Yeda Crussius nos anos de 2008 e 2009, resultado que só havia sido alcançado sete vezes nos 44 exercícios financeiros que antecederam seu governo.

No ano de 2008 a governadora Yeda, com o apoio do Ministério do Planejamento Federal, recorreu a um empréstimo de R\$1 bilhão junto ao Banco Mundial, com o intuito usá-lo para o pagamento de parte da Dívida Pública do RS, reestruturando-a. Ao fim de sua gestão, Yeda Crussius conseguiu manter os pagamentos da dívida com a União sem atrasos, evitando assim punições referentes a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº 101/2000), também deixando a seu sucessor a possibilidade de contratar novas operações de crédito junto a bancos públicos federais, devido ao enquadramento entre Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida do Estado como disposto pelo Senado Federal naquele ano. Segundo Borowski (2012, p. 53), “o saldo da dívida

em 2010 é apenas 1,12% menor do que em 2001, com valores deflacionados”. O autor ainda afirmando que “apesar de todo esforço com o ajuste fiscal, o pagamento da dívida não foi suficiente para diminuir o seu estoque”.

Crítico à ideia do Déficit Zero, Tarso Genro (PT), assumiu o governo do RS em 2011 afirmando que a postura econômica adotada pela gestão anterior feriu preceitos constitucionais, não atingindo os investimentos mínimos garantidos em lei, principalmente em saúde e educação (OLIVEIRA, 2018). Assim, Tarso adotou uma postura oposta frente a gestão das finanças estaduais. Seu governo optou por uma gestão controlada do déficit público, investindo no crescimento econômico como forma de equilibrar a balança orçamentária. Os serviços públicos também receberam investimentos, ao exemplo do projeto de lei que fixou em 12% o percentual de investimento em saúde no total do orçamento anual. Outra medida importante foi o aumento do salário mínimo regional, sendo essa uma das razões que levaram o RS a atingir crescimento na renda média estadual duas vezes maior que a média nacional, segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2014). Lembremos que durante esta gestão houve o último concurso público para recomposição e ampliação do quadro de servidores da Fundação Piratini.

Quanto à folha do funcionalismo público, o Governo Tarso fez esforços para evitar o atraso dos salários, fato que nos últimos 30 anos só não havia ocorrido nos governos de Pedro Simon (PMDB) e Olívio Dutra (PT), e concedeu aumento real (acima do índice inflacionário do período) ao funcionalismo, priorizando as faixas salariais mais baixas. Logo no início de sua gestão o petista congelou o aumento salarial que seria dado ao alto escalão do Executivo Estadual e aos cargos comissionados (CC's) dentro daquele Poder, uma manobra política que em pouco surtiu efeito ao Caixa do Estado, porém demonstrava uma perspectiva de valorização do funcionalismo público.

Ao fim, todos os esforços desta gestão foram insuficientes para sanar as finanças do Estado do Rio Grande do Sul, visto que a conjuntura econômica nacional fora diretamente afetada, tanto por infelizes ações no direcionamento econômico por parte do Governo Federal, sob a gestão de Dilma Rousseff (PT), tanto quanto pelos escândalos de corrupção que começavam a emergir colocando o país sob suspeita internacional, reduzindo assim o nível de confiança dos mercados

e seus investidores. Como herança para a administração que o sucederia o governo de Tarso Genro deixou a Dívida Pública Estadual, em valores totais, aproximadamente R\$16 bilhões menor do que herdara da gestão Crussius, devido às renegociações e a quitação de algumas obrigações.

O processo de endividamento do Estado, segundo Lara (2016), “não é um fenômeno recente, mas é decorrente de diversos aspectos econômicos, políticos, jurídicos e institucionais”. O autor continua dando ênfase na influência exercida pela União, tanto na arrecadação por tributos, quanto na possibilidade de o Estado contratar operações de crédito por impeditivos legais. Lara (2016), ainda afirma que:

Também é possível verificar que o endividamento ocorreu em função dos contínuos déficits dos governos gaúchos, de modo que atualmente o comprometimento da receita com o pagamento da dívida acumulada impede ao estado investir em obras de infraestrutura, buscando o desenvolvimento do estado. Na verdade, é tal a situação do estado que até mesmo os serviços públicos mais básicos estão sendo comprometidos, seja pelo parcelamento dos salários dos servidores, seja pela falta de recursos para a manutenção da prestação dos serviços. (LARA, 2016. pág. 59).

O Governo Sartori, assim como seus antecessores, proporia uma estratégia diversa para o tratamento das finanças públicas estaduais, através da proposição de um modelo de Estado que, como meio a sua aplicação, acarretaria no processo de extinção da Fundação Piratini e diversas outras Fundações, Autarquias e Empresas Públicas. A extinção da Fundação Piratini e a consequente reorganização das atividades dos veículos a ela subordinados, que teriam suas operações transferidas para a responsabilidade de um órgão ligado diretamente ao Executivo, a Secretaria de Comunicação, alterando a configuração do fazer e da continuidade da comunicação pública no RS.

O Governo Sartori em sua agenda apresentava claramente diversos elementos presentes numa agenda neoliberal, repetindo ações de governos passados, da década de 1990 até então, que se aproximavam desse ideário político e econômico. A proposição de privatizações de empresas públicas se alinhou ao praticado durante a gestão do também peemedebista Antônio Britto; a questão da busca pela renegociação da dívida pública esteve presente na gestão de outro peemedebista, Germano Rigotto; já a concessão de determinados serviços à exploração da iniciativa privada vem ao encontro do praticado por Yeda Crussius em sua gestão frente ao Piratini. Também lembramos que, assim como Yeda, Sartori

propôs reestruturar as formas de financiamento da Fundação Piratini e rever as obrigações do Estado com esta, influenciando diretamente na comunicação pública no Rio Grande do Sul.

Por tudo aqui apresentado é possível compreender que a adoção de determinadas políticas econômicas, sendo elas de redução ou de ampliação do investimento público, influenciaram diretamente o campo da comunicação pública no RS devido ao vínculo orçamental existente entre estes veículos públicos de comunicação e o Estado. O déficit fiscal histórico apresentado pelo RS contribuiu para o êxito de um modelo político austero, de desinvestimento em determinados setores da máquina pública, ao exemplo do nosso objeto de estudo.

Sob essa perspectiva, no próximo item discorreremos sobre a história da TVE-RS junto a Fundação Piratini a partir do esteio histórico da formação dos meios televisivos no Brasil.

2.3 Breve histórico da criação da TV e sua trajetória no Brasil

Grandes acontecimentos históricos no decorrer séc. XX trouxeram notáveis avanços tecnológicos que influenciaram diretamente a forma de viver do ser humano. A popularização do abastecimento de energia elétrica nas cidades que se iniciara ainda no séc. XIX, por exemplo, modificou a relação das sociedades com o tempo diário, trazendo novas configurações ao tempo disposto ao trabalho e toda a relação de uma vida social urbana. A invenção do rádio, baseada na invenção do telégrafo sem fio pelo italiano Guglielmo Marconi na segunda década do século passado, através da conversão de sons em ondas eletromagnéticas e a posterior reconversão em sons, possibilitou a transmissão de mensagens sonoras a longas distâncias em um intervalo de tempo anteriormente inatingível. Como ocorreu quando da invenção do telégrafo por Samuel Morse, o rádio configurou uma revolução nas formas de comunicação (BURKE, 2004).

Tendo como base tecnológica o já difundido telégrafo, a invenção do rádio teria profunda influência sobre os arranjos políticos e sociais em diversos Estados mundo afora, difundindo-se rapidamente já em sua primeira década de existência. A rápida aceitação do rádio ocorreu muito em função deste basear-se em uma

tecnologia difundida em termos de transmissão e que aos poucos popularizou sua forma de recepção, o aparelho radiofônico. Assim, o Rádio tornou-se uma ferramenta indispensável à estruturação da opinião pública, baseada na difusão de ideias por meios de comunicação de massa como foram os jornais impressos (e então continuavam sendo) nas décadas anteriores (BURKE, 2004).

Sua ampla penetração social devido à facilidade de compreensão das mensagens sonoras - que não precisariam ser lidas pelos indivíduos daquelas sociedades majoritariamente analfabetas - fez com que diversos governos as utilizassem como um novo meio propagandístico, ao exemplo do que ocorreu na Alemanha na década de 1930. No Brasil a primeira transmissão radiofônica, ainda experimental, foi realizada no Rio de Janeiro pelo Governo Federal em 1922 quando da comemoração dos 100 anos de Independência do Brasil, proferindo o pronunciamento do então presidente, Epitácio Pessoa.

A teorização sobre a transmissão de imagens por ondas eletromagnéticas antecede a criação de Marconi estando presente nos trabalhos do cientista russo Constantin Perskyi, e que é apontado como quem cunhou o termo televisão. Apontamos que não há consenso entre teóricos de quem seria o inventor da televisão visto que a evolução do processo se deu por diversas mãos e em localidades distintas.

O desenvolvimento da transmissão de imagens, ainda sem movimento, só foi possível no ano de 1909 com o experimento dos franceses Georges Rignoux e A. Fournier, e apenas 17 anos depois, em 1925, o escocês John Logie Baird fez o experimento que ficou conhecido como a primeira transmissão de imagens em movimento. No ano de 1927 é fundada a Columbia Broadcast System (CBS), a primeira emissora estadunidense de televisão, e ainda atualmente uma das grandes emissoras daquele país (BURKE, 2004). No Reino Unido, Baird realizaria no ano de 1928 a primeira transmissão de imagens entre continentes, ocorrida entre as cidades de Londres e Nova York, constituindo o primeiro sistema de transmissão de imagens viável.

Os primeiros aparelhos de televisão começaram a ser vendidos no início da década de 1930, tendo como maiores mercados consumidores Estados Unidos e Inglaterra, onde já eram realizadas transmissões mesmo sem a popularização dos

aparelhos receptores. O avanço tecnológico a partir da captação e transmissão de imagens por raios catódicos, desenvolvido pelo estadunidense Philo Taylor Farnsworth, permitiu a transmissão de sons conjuntamente com a transmissão de imagens num arranjo técnico de sofisticação possível para a fabricação em massa de aparelhos retransmissores. Até então os telespectadores iam a locais específicos como teatros e salas de cinema para poder assistir as transmissões.

Foi na década de 1930 que surgiram as primeiras emissoras de televisão com transmissões regulares, como a British Broadcast Corporation (BBC) que foi fundada em 1922 como uma emissora rádio e a partir de 1932 passou também a transmitir programação audiovisual, tornando-se a primeira emissora europeia. Constituindo-se desde sua fundação como uma emissora pública, ligada inicialmente ao serviço de correio, a BBC foi o laboratório de John Logie Baird que acabou sendo reconhecido pela Coroa Britânica com o título de Sir. devido aos serviços prestados ao povo britânico. A emissora britânica foi testemunha ocular de diversos eventos históricos daquela década, somente interrompendo suas transmissões diante da eclosão da Segunda Grande Guerra (BURKE, 2004; SOUSA, 2008).

Na década de 1940 ²⁷a evolução tecnológica possibilitou o desenvolvimento dos primeiros protótipos com a reprodução de imagens coloridas, tecnologia que já era testada desde 1929. Porém a comercialização destes aparelhos só ocorreria a partir década seguinte, devido á eclosão da Segunda-Guerra Mundial e a mudança de rumo das pesquisas industriais, como no caso da televisão colorida, para tecnologias de fins bélicos. Os Estados Unidos da América, que então havia alcançado ao status potência bélica e econômica, teve papel significativo no desenvolvimento técnico e tecnológico deste meio de comunicação que viria a popularizar-se mundialmente nas décadas seguintes.

A televisão, assim como o cinema, foi utilizada pela nova potência ocidental como forma de influência direta sobre as populações de seus países aliados, ajudando a criar uma imagem de dualidade que fomentava a oposição entre Ocidente Capitalista e a URSS, típica do período de Guerra-Fria. O *softpower* estadunidense cresceu significativamente com sua influência direta sobre a indústria

²⁷ Foi ainda nesta década que, nos Estados Unidos, fez-se a primeira transmissão de um comercial em televisão pela emissora NBC (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lsjc2uD1OI>).

cultural ocidental, levando assim os ideais políticos expressos por seus governos, e tidos como seus valores nacionais, para outros Estados influenciando suas sociedades em variados graus, chegando ao alinhamento ideológico (SOUSA, 2008). A televisão, assim como o cinema, constituiu-se numa poderosa arma.

No Brasil a TV teve o início de suas operações pelas mãos do empresário Assis Chateaubriand, em 1950 na cidade de São Paulo, com a inauguração da TV Tupi (TORVES, 2007). O material técnico, de aparelhos transmissores a receptores, haviam todos sido importados dos Estados Unidos já que então não existia produção nacional. Os primeiros aparelhos televisivos só seriam produzidos em solo brasileiro anos após a inauguração da TV Tupi, assim era necessário importar aparelhos receptores de Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido a preços muito elevados fazendo com que a televisão em seu princípio tivesse penetração apenas nas classes mais abastadas.

Chateaubriand, que é reconhecido por muitos como um visionário empresário dos meios de comunicação no país²⁸, comprou cerca de 200 aparelhos televisores e os distribuiu pela cidade de São Paulo, colocando-os em locais públicos para que a população em geral pudesse assistir as primeiras transmissões de seu canal. Também foram presenteadas pessoas influentes na sociedade paulistana da época a fim de impulsionar a expansão da televisão como um hábito de consumo na sociedade, assim como era o rádio. No ano de 1951 a TV Tupi instalou-se também na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República e cidade mais importante do país. O empresário alcançaria sucesso em sua empreitada televisiva ampliando ainda mais seu poderio político e econômico, criando o primeiro grande grupo de comunicação em âmbito nacional e que o fez ser conhecido como “o Rei do Brasil” (TORVES, 2007).

Nos anos que seguiram houve a inauguração da TV Paulista (1951) e da TV Record (1953) no estado de São Paulo, e logo a expansão para outros centros urbanos com a TV Rio (Rio de Janeiro, 1953), a TV Itacolomi (Belo Horizonte, 1955), e a TV Piratini (Porto Alegre, 1959). Conjuntamente a disseminação de novas

²⁸ Assis Chateaubriand, paraibano de nascimento, instalou-se no sudeste brasileiro tornando-se o maior empresário da comunicação em sua época. Chatô, como ficou conhecido, era dono dos Diários Associados e da Rádio Tupi, e veio a ser um dos maiores responsáveis pelo sucesso da televisão no Brasil criando a TV Tupi.

emissoras começaram a ser fabricados aparelhos receptores no Brasil pela fábrica da SEMP (atual TCL), fatos que somados são considerados determinantes para a popularização da televisão no país. (TORVES, 2007)

A TV Tupi também foi a responsável por inaugurar o gênero telejornalismo no Brasil com o programa diário *Imagens do Dia*, apresentado por Homero Silva, ainda somente com transmissão local. O *Repórter Esso* levou o jornalismo televisivo a outro patamar de transmissão, sendo retransmitido em diversos estados e solidificando a memória herdada deste programa que, assim como diversos outros de outros gêneros, migrou do rádio para a televisão. Incorporando artistas oriundos do rádio a televisão no Brasil, em seu início, a televisão carecia de técnica própria - que já eram aprimoradas no exterior - com a adaptação de programas anteriormente realizados no rádio, como programas de auditório e (rádio)novelas, as transmissões televisivas. A chegada do *videotape* em 1959 possibilitou a gravação de novelas, que já na época despontaram como produto televisivo preferido da audiência, permitindo que produções realizadas no eixo Rio-São Paulo fossem veiculadas por emissoras de todo o país (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002; TORVES, 2007).

A década de 1960 trouxe consigo transformações na televisão brasileira, assim como no contexto político-democrático, que se mostrou tendo um desenvolvimento correlato ao campo da comunicação. Foi nesta década, apoiado pelo então Governo Militar instalado após o Golpe de 1964, que surgiu a TV Globo²⁹ do Rio de Janeiro, misturando capital nacional e investimento externo no início de suas operações. A TV Globo então passou a ocupar o papel de liderança de audiência, que fora antes da TV Tupi e depois da TV Excelsior, consolidando-se também como grande formadora de opinião.

O período ditatorial militar iniciado em 1964 foi marcado pela censura, aplicada principalmente aos meios de comunicação audiovisuais. A partir de então foi de responsabilidade do Governo Federal a concessão de operação para emissoras de TV e Rádio, sendo toda sua programação passível de censura por apresentar conteúdo considerado inadequado. Ocorreu neste período um incentivo do então Governo Federal em modelos televisivos ligados ao Estado, como o

²⁹ Fundada em 1965, a TV Globo, de propriedade do empresário carioca Roberto Marinho teve apoio do Governo Militar instituído. Numa parceria entre o dono do *Jornal O Globo* com o grupo norte-americano *Time/Life* com um investimento aproximado de US\$5 mi.

fomento às TV's educativas, servindo de forma a limitar a atuação civil no campo da radiodifusão e tendo um papel social que pretendia ser alfabetizador através de um modelo de educação mediada pela televisão (TORVES, 2007).

A TV Cultura de São Paulo foi fundada no início da década de 1960, inicialmente fazendo parte do grupo Diários Associados e, posteriormente, no ano de 1969, sendo refundada passando então a ser gerida pela Fundação Padre Anchieta, tornando-se assim a primeira emissora de TV Pública do país. Precedeu a criação de outras emissoras que adotaram este modelo como as TVE's RS, RJ (Brasil) e Bahia, tornando-se referência nacional em qualidade de programação e alcançando reconhecimento internacional.

A popularização da transmissão em cores no país ocorreu no início da década de 1970, mesmo que a primeira transmissão com esta tecnologia tenha sido realizada quase uma década antes pela TV Excelsior (TORVES, 2007). O tri-campeonato mundial de futebol conquistado pela Seleção Brasileira na Copa do Mundo disputada no México (1970) marcou essa nova era na televisão brasileira e está marcada no imaginário nacional. A década de 1970 também marca um avanço significativo no raio de alcance das transmissões dado, principalmente, pelo avanço tecnológico que a microeletrônica trouxera.

A década de 1980 foi marcada por um período de transição no modelo político brasileiro, o que mais uma vez influenciou diretamente nas questões jurídicas ligadas a regulação da radiodifusão. A Constituição Cidadã de 1988 fixaria novas atribuições à radiodifusão televisiva, trazendo o princípio da complementaridade dos serviços entre veículos Públicos, Estatais e Privados, proporcionalmente ao número de concessões. Nesta década surgiram as emissoras SBT (1981) e TV Manchete (1983), ambas no estado de São Paulo, ajudando a solidificar este como o centro da produção audiovisual e televisiva no país (TORVES, 2007; DELLAZZANA, 2016).

Na década de 1990 houve a mudança da legislação que dispunha sobre as formas de transmissão de sinal e a chegada da TV à cabo em escala. Houve ainda uma proliferação de emissoras e retransmissoras televisivas no país, tanto em sinal aberto quanto em sinal fechado (cabo e satélite). Ainda nesta década o sistema de televisão via satélite iniciaria suas operações no país, dando um pequeno salto

tecnológico na forma de recepção de sinal devido ao avanço nas telecomunicações (TORVES, 2007).

O início do segundo milênio foi marcado na TV aberta brasileira pela multiplicação de canais com programação religiosa, quase que em totalidade de suas transmissões, de diversas denominações religiosas, mas principalmente ligadas as Igrejas neopentecostais Evangélicas, repetindo o modelo televisivo adotado pela emissora *Rede Vida* (1995), ligada à Igreja Católica. Esta década também ficou marcada por uma conjunção de projetos que fomentavam a ideia de comunicação pública, tanto pela criação da EBC³⁰, mantenedora da TV Brasil quanto num contexto de integração sul-americano com a criação da emissora plurinacional *Telesur*³¹.

A popularização do uso doméstico da rede mundial de computadores (internet), que começou a ocorrer nos países mais desenvolvidos na década de 1990 com o avanço tecnológico proporcionado pelo desenvolvimento de novas tecnologias da comunicação (CASTELLS, 2011), mas que por motivos econômicos e infraestruturais só ocorreria em larga escala no Brasil após a virada do milênio, também pode ser apontada como fato significativo à história, e ao desenvolvimento futuro, da televisão. Neste período houve massivo investimento por parte de grandes grupos midiáticos privados em portais de notícia na internet e em sites institucionais, que a cada dia ganhavam maior importância em suas receitas e colaboravam com a

³⁰ A Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 2007, durante o segundo governo de Lula (PT), para ser uma alternativa às emissoras privadas e estatais, conforme determina a Constituição de 1988 em seu princípio de complementaridade de serviços de comunicação. A EBC tem por princípio buscar cumprir seu dever de emissora pública levando conteúdo de qualidade que contemple a diversidade social existente no país, adotando postura editorial independente ao governo da hora e contando com mecanismos legais para tal, exercendo assim papel central na construção de uma rede nacional de comunicação pública em conjunto com diversas outras emissoras como a TV Cultura de São Paulo. A EBC é responsável por diversos veículos, dentre eles a TV Brasil e a RPTV, além das Rádios MEC-RJ e Rádio Nacional de Brasília, entre outras, e é responsável pela Agência Brasil possuindo veículos de abrangência nacional e internacional. Histórico institucional disponível em: <https://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>.

³¹ A Telesur é uma rede televisiva idealizada pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez e criada a partir de um projeto de integração entre Cuba, Bolívia, Equador Uruguai e Venezuela, num projeto que anteriormente contava com a participação de Argentina e Brasil entre seus mantenedores e que após mudanças de governo deixaram de integrar o projeto. Em princípio a criação da emissora, que tem como lema "*Nuestro Norte es el Sur*", visava a integração cultural do subcontinente por meio de uma emissora pública sintonizável em todo território da América do Sul buscando se apresentar como um contraponto às redes televisivas estado-unidenses que transmitindo em espanhol tinham abrangência de sinal em diversos países da região. No Brasil, mesmo este havendo sido um dos Estados que a financiava, nunca houve transmissões em tv aberta da emissora. Histórico institucional disponível em: <https://www.telesurtv.net/pages/sobrenosotros.html>.

popularização de suas programações. Assim emissoras televisivas começaram a integrar sua programação linear, transmitida em seus canais ainda sob o sistema analógico (UHF/VHF), com novos conteúdos e programas específicos presentes apenas em seus portais digitais, investindo na multimídia de conteúdo.

A segunda década do séc. XXI teve início junto ao anúncio da migração do sistema de transmissão televisivo do modelo analógico para o sistema digital. O sistema definido pelo Governo Federal seguiria o modelo japonês (ISDB T) adotando a transferência de tecnologia a partir de um acordo de cooperação entre Brasil e Japão, trazendo maior qualidade de imagem e som e a possibilidade de interatividade através de conexão com a internet. O modelo de transmissão digital seria adotado progressivamente estimulando a migração do sinal de todas as emissoras e retransmissoras, tendo como meta inicial o ano de 2016 como limite a adoção do modelo em todo território nacional. O intuito da migração, além da modernização tecnológica, seria a de liberação de banda de transmissão para que futuramente fosse possível desenvolver a instalação do sistema de internet 5G. Ocorreu massivo investimento Federal através de benefícios fiscais e facilitação de crédito as emissoras a fim de modernizar sua infraestrutura, além de subsídios a compra de aparelhos pela população em uma forma de incentivar a migração de sinal. Os grandes eventos esportivos sediados pelo Brasil, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e a Olimpíada de 2016, serviram como laboratório as transmissões dentro do modelo digital já em operação parcial, integrando o país por meio de extensa cobertura jornalística a vanguarda das tecnologias da informação e comunicação³² já presentes em outros países.

A popularização dos serviços de Streaming, ocorrida na segunda metade da década atual³³, oferecendo filmes, documentários e séries diversas, permitindo o acesso em dispositivos remotos através do acesso à internet, pôde ser apontado

³² A série de vídeos *TV Digital no Brasil* (disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLWuPBQ8mybgTaddzT-e9mdNV8XvMZg4H>), detalha o processo ocorrido no país exemplificando as modificações técnicas e tecnológicas e efeitos destas com a audiência quanto a possibilidade de maior interatividade.

³³ Segundo aponta o jornal *Valor* em material jornalístico que utiliza o IBGE como fonte primária, partindo dos resultados obtidos na PNAD Contínua, a partir de 2016 houve exponencial crescimento no consumo de produtos de entretenimento audiovisual através de ferramentas de streaming devido a popularização do uso doméstico da internet e seu acesso via aparelho de televisão. A pesquisa também revela também houve redução da audiência da TV À Cabo, fenômeno que continua a acontecer. Matéria jornalística disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/04/26/acesso-a-internet-pela-tv-dispara-em-2017-revela-ibge.ghtml>.

como um novo concorrente à televisão. Como manobra econômica diversas redes televisivas acabaram optando por integrar sua programação ao oferecimento deste tipo de serviço, caracterizando-o como uma inovação do mercado. A segmentação de conteúdo característica da revolução digital propiciada pela expansão da internet, e já presente nas TV's à cabo e por satélite, não reduziu a importância da existência de sistemas de comunicação públicos, independentes dos governos dos Estados aos quais pertencem, apresentando características editoriais que se diferem das presentes em veículos comerciais. Podemos apontar como exemplos de credibilidade veículos internacionais como a emissora britânica BBC e a alemã DW - característica atualmente encontrada no Brasil nas produções realizadas pela TV Cultura de São Paulo.

A televisão, desde sua gênese, possui intensa relação com a comunicação pública, ao exemplo do nascimento da britânica BBC que, com investimento estatal e gestão afastada do Estado por meio de uma empresa de comunicação pública, tornou-se uma das mais respeitadas emissoras de televisão do planeta, sendo amplamente reconhecida pela qualidade técnica e sociocultural de seus produtos audiovisuais (BURKE, 2004; SOUSA; 2008). Essa aproximação também se fez devido ao seu amplo potencial comunicativo, facilitando a aceitação que este meio de comunicação obteve em diversas sociedades. Assim, o modelo público de televisão tornou-se exitoso em diversas partes do mundo devido a sua pluralidade de representação social em uma programação gratuita e com reconhecida qualidade técnica, características que se apresentam em emissoras como a alemã Deutsche Welle (DW), na estado-unidense PBS (Public Broadcasting Service), a japonesa NHK e na Televisión Publica Argentina, e também na gaúcha TVE-RS.

Tendo como princípios, pluralidade de representação, gratuidade na prestação de serviço e a busca por qualidade técnica, a TVE-RS consolidou-se frente à sociedade gaúcha como um patrimônio público, valorizado e sendo um motivo de orgulho, assim como preconiza a publicação *“No ar: um projeto em construção”* (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002). Portanto, mesmo com os avanços da tecnologia da informação e as constantes mudanças que nossa sociedade informacional sofreu no desenrolar histórico, a TVE-RS continua a ter relevante função pública como fonte de informação com credibilidade e na propagação da

cultura gaúcha em toda sua diversidade, fortalecendo o caráter democrático de um meio de comunicação público.

No capítulo que segue apresentaremos a trajetória da TVE-RS indicando eventos que definiram seus caminhos até sua consolidação como uma emissora de televisão pública, discutindo seu surgimento como emissora de TV educativa e o contexto que o possibilitou, passando pela criação da Fundação Piratini e chegando ao momento em que esta foi extinta, resultando em um novo reordenamento de suas atividades.

3 TVE-RS e Fundação Piratini – da criação aos processos de reestruturação e extinção sob uma configuração política específica

3.1 TVE-RS – trajetória, ideais e percalços na construção de uma TV Pública e o fortalecimento da comunicação pública no RS

A conjuntura política vivida no Brasil no início da década de 1960, de ruptura institucional, levou o Estado brasileiro a voltar-se a uma série de políticas públicas que limitavam as liberdades civis. No campo da comunicação não foi diferente onde a prática da censura a jornalistas e as programações de emissoras de televisão tornara-se prática comum, agravadas pelo Ato Institucional Nº5 após dezembro de 1968. Nesta década o então Governo Federal adotou como política a emissão de diversas licenças de operação de canais televisivos educativos aos governos estaduais como forma de incentivar a veiculação de videoaulas e programas educativos, buscando suprir as deficiências do sistema educacional num país em expansão populacional com alto nível de analfabetismo.

Essas redes educativas, além de estarem alinhadas editorial e politicamente a um Governo Estadual que estava alinhado automaticamente ao Governo Federal pelo fato deste ser autoritário, tinham transmissão jornalística muito limitada e sem viés de criticidade fazendo com que as informações políticas em circulação no país fossem, majoritariamente, veiculadas por redes de rádio e televisão privadas, passíveis de censura prévia ou estando alinhadas ao governo da hora. Assim o período ditatorial militar brasileiro caracterizou-se pelo alinhamento de alguns meios de comunicação privados ao disposto pelo Regime, formatando a percepção social conforme seus interesses.

A TV Pública no Rio Grande do Sul tem seu início no ano de 1967, após o decreto presidencial assinado pelo então presidente João Castelo Branco criando o Sistema Educativo de Radiodifusão, via Decreto-Lei 236 (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002; BORTOLI, 2018), que previa a criação de uma televisão educativa destinada à transmissão de aulas, palestras e debates, não possuindo caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda. A intenção da criação de uma emissora televisiva ligada ao Estado do Rio Grande do Sul foi manifestada no início da década de 1960, quando a então Secretaria de Educação e Cultura pretendia constituir uma rede de ensino à distância, em condição semelhante a que ocorria em outros estados do país. Como primeiro passo, o Governo Estadual criou o setor de

Cinema e TV Educativa, ligado ao Serviço de Recursos Humanos Audiovisuais da Secretaria de Educação e Cultura, no ano de 1965 (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002).

A concessão de operação de um canal de televisão, outorgada pelo Governo Federal ao Governo Estadual por meio do Decreto 62.822 de 21 de junho de 1968, definiu o canal 7 no sistema VHF como frequência de operação da emissora que viria a ser criada. Tão logo da assinatura do decreto iniciaram-se esforços para que a TV (educativa) entrasse em operação. Porém, durante gestão de Euclides Triches frente ao Governo Estadual, já em 1971, constatou-se após uma vistoria do Governo Federal problemas estruturais no prédio que havia sido construído especialmente para abrigar a sede da televisão educativa gaúcha, adiando assim o início de suas operações (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002; BORTOLI, 2018).

Um acordo firmado entre o Governo do RS e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), no ano de 1973, possibilitou a criação de um núcleo de produção e transmissão televisivo. Este núcleo, que ainda no ano de sua criação fez transmissões experimentais, foi o embrião da CETEVE, fundada em março do ano seguinte nas dependências da PUC-RS, no prédio ocupado pela Faculdade de Meios de Comunicação Social (Famecos). A data oficial de inauguração da TVE-RS, 29 de março de 1974, é a data em que a então CETEVE começa suas transmissões públicas e abertas à sociedade porto-alegrense via canal 7.

No período compreendido entre a fundação da CETEVE e o ano de 1979, a TVE-RS teve como programação apenas conteúdos educativos, ao exemplo de aulas de ciências da 5ª série do ensino fundamental, de acordo com o fim previsto a emissora pensado no início da década de 1960. A década de 1980 traria profundas mudanças estruturais à TVE, contribuindo para seu desenvolvimento técnico e a expansão do alcance de seu sinal, proporcionando uma aproximação ao povo gaúcho e a criação de uma identidade própria. O primeiro telejornal da emissora gaúcha seria exibido somente em 1980, um ano após a integração da emissora ao Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), na gestão de José Antônio Daudt na direção da ainda CETEVE (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002). O “Bom Dia Gaúcho” - que era apresentado por Daudt em conjunto com outros dois jornalistas -

inovou sendo o primeiro telejornal matinal transmitido por uma emissora de TV sul-rio-grandense, antecipando-se as redes comerciais (DA SILVA, 2017).

O início da década de 1980 ainda marcaria a história da TVE-RS de forma profunda. Um grave incêndio atingiu as instalações da emissora, destruindo seu estúdio e ilha de edição, além de todo seu arquivo audiovisual. Após o incêndio o então presidente da emissora, Antônio Daudt, reivindicou ao Governo do Estado que a TVE-RS ocupasse as instalações da extinta TV Piratini - precursora da televisão no Rio Grande do Sul, pertencente ao magnata da comunicação no Brasil, Assis Chateaubriand, que teve funcionamento entre 1959 e 1980 (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002).

Ainda no ano de 1980 a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul aprovou a Lei nº 7.476, em 31 de dezembro, que autorizava a criação de uma Fundação para coordenar as operações da emissora da televisão educativa do Estado. O texto aprovado ainda permitia a produção de aulas e outros programas educativos, culturais e artísticos para a televisão, criando ainda a possibilidade de que esta produção própria fosse distribuída a outras emissoras (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002; BORTOLI, 2018).

O Centro de Televisão Educativa tornou-se formalmente Fundação Televisiva Educativa do Rio Grande do Sul em 1981, após a instituição da Fundação pelo Decreto 30.249, daquele mesmo ano, onde estavam dispostos seu estatuto e os órgãos que a compunham na época – Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho de Controle. Segundo a obra publicada pela Fundação Piratini (2002):

Jorge Alberto Furtado foi o primeiro presidente da Fundação, assumindo o cargo em 22 de julho de 1981. Sua gestão teve como marca as ações de planejamento e aperfeiçoamento do quadro de pessoal, a produção de programas culturais e de incentivo à formação profissionalizante de 2º grau, a transmissão de programas vinculados ao SINRED, além da realização de programas de educação rural. (pág. 20)

A TVE-RS, agora tendo suas atividades sob a responsabilidade da Fundação, sofreu uma série de reformulações a partir de 1982, desde a aquisição de novos equipamentos que possibilitaram investimentos para a expansão da área de recepção do sinal transmitido da capital do RS, até a definição de um orçamento anual próprio, intermediado pela Fundação, para o custeio de suas operações. A obra *No ar: um projeto em construção* (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002) relata:

Naquele ano foi instituída a dotação orçamentária anual específica para a Fundação; foi estabelecido que ela poderia contar com servidores da administração direta e indireta do Estado, cedidos pelos órgãos através da Lei n.º 7,617, de 11 de janeiro, houve alteração no estatuto transformando a personalidade jurídica para Fundação de Direito Privado. (pág. 21)

Quanto à programação, a TVE-RS fez de seu espaço um laboratório para novos talentos, além de lançar novos formatos de programas como o musical tradicionalista *Galpão Nativo* que aproximava do meio televisivo a cultura regional através de entrevistas e reportagens, e claro, apresentações musicais e de danças típicas, sendo o programa pioneiro neste segmento na TV sul-rio-grandense. Furtado buscou inovar (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002), abrindo espaço na televisão gaúcha para programas de cunho cultural como o programa *Quizomba*, voltando à música popular e a cultura negra, e o programa *Pra Começo de Conversa*, o primeiro a dar espaço a bandas de rock da cena gaúcha, e que nos anos 1990 seria sucedido pelo programa *Radar*. Pelos estúdios da TVE-RS na década de 1980 passaram nomes como Jorge Furtado, cineasta, diretor e roteirista - filho do presidente da emissora, homônimo -, e o jornalista e escritor Eduardo Bueno, além de diversos outros profissionais conceituados que assim como os citados passaram pela emissora em início da carreira.

O ano de 1983 marcou a expansão do sinal da TVE-RS para cidades do interior gaúcho, começando por Santa Maria, Bagé, Santa Cruz e Cruz Alta, em uma iniciativa conjunta com a hoje extinta Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) - na época uma empresa estatal. Sob a gestão do jornalista Cândido Norberto, empossado em 1983, além do processo de interiorização da emissora, já aqui descrito, houve a conquista da concessão de um canal de rádio em amplitude modulada (AM) – concedida ao Governo do Estado -, e o início das transmissões a cores da TVE-RS (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002).

No ano de 1985 modificou-se pela primeira vez o nome da Fundação responsável pelas operações da TVE-RS, abrindo espaço para a reformulação de suas finalidades sendo estas definidas através de decretos. Segundo a obra “No ar: um projeto em construção” (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002):

Em 1985, o Decreto 31.824, de 15 de janeiro, alterou a denominação da Fundação, que passou a ser Fundação Televisão Educativa Piratini – FTEP. Em comemoração ao seicentário da Revolução Farroupilha, pela primeira vez a entidade recebeu o nome Piratini em sua denominação legal. (pág. 24)

A Fundação Televisiva Educativa Piratini (FTEP), conforme a Lei nº 7.894, de março de 1985, incluiu a possibilidade de operação de uma emissora e retransmissora de rádio, o que tornara-se realidade após a publicação do Decreto 31.888, que promoveu a alteração das finalidades básicas da Fundação, passando então a ter como finalidade “operar estações transmissoras e retransmissoras de rádio e televisão educativas” (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002).

A segunda metade da década de 1980, como já aqui referido, foi de grandes mudanças no contexto político nacional. O processo de redemocratização, iniciado em 1985 com a transição entre o Governo Militar e um Governo Civil foi o início do processo sociopolítico que teve como expoente a conclamação da Constituição Cidadão de 1988 e as eleições presidenciais do ano seguinte, com candidatos civis e sufrágio universal. A mudança político estrutural proposta pelo governador eleito Pedro Simon, alterou novamente o nome da Fundação responsável pelas operações da TVE-RS. Em fevereiro de 1987, conforme o Decreto 32.504, a Fundação passou a chamar-se Fundação Piratini - Rádio e Televisão Educativa (FPRTE). Neste período a TVE-RS também esteve imersa em mudanças, dentre elas a desvinculação, no ano de 1987, de sua Fundação responsável da Secretaria de Educação do RS, onde o governador peemedebista vinculou-a ao Conselho de Cultura - que viria a tornar-se uma Secretaria de Estado (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002; BORTOLI, 2018)).

A TVE-RS durante a presidência do jornalista Alfredo Fredrizzi ampliou seu espaço destinado a programação cultural, sofrendo agudas mudanças de linguagem em relação à linha editorial até então adotada pela emissora, eliminando a estrutura voltada ao ensino, e que lhe caracterizava como uma TV educativa. Em sua gestão Fredrizzi enfrentou problemas com repasses orçamentários e dívidas existentes, passando a beneficiar-se de dispositivos da Lei Sarney (Lei nº 7.505/1986) que possibilitava a captação financeira por meio de doações e apoio cultural do setor privado, prática até então vetada por lei (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002). O aporte orçamentário de fontes diversas ao Caixa Estadual permitiu a esta gestão a realização de investimentos em equipamentos técnicos, de origem estrangeira, e a continuidade do processo de interiorização da emissora.

A década de 1980 marca a profissionalização das operações da TVE-RS, sendo esta reconhecida pelo grande número de prêmios recebidos por produções como o especial “*Pinochet: até quando?*”, laureado com o prêmio máximo concedido a uma emissora pela Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI) em 1986, e o programa *Galpão Nativo* que neste mesmo ano recebeu o *Prêmio Guararapes*, concedido pela União Brasileira de Escritores. Estreias na programação também marcaram esta década. Em 1988 a emissora gaúcha estreou programa infantil *Pandorga*, o único programa infantil diário produzido no país fora do eixo Rio-São Paulo (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002). Também foram lançados os programas *Palcos da Vida*, *VT Vanguarda* e *Corpo e Alma*, que logo começariam a ser veiculados também por outras emissoras públicas através de parcerias sobre o compartilhamento de conteúdo próprio. Quanto à Fundação, a criação da FM Cultura em 1988 - na frequência de 107,7 MHz, operando inicialmente apenas na região metropolitana -, ampliou seu escopo de responsabilidade e fortaleceu a comunicação pública no Rio Grande do Sul.

No início da década de 1990 foi assinado um acordo de cooperação com a Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura de São Paulo, que previa o compartilhamento mútuo de conteúdo produzido por ambas. Através desta parceria a TVE-RS começou a retransmitir o programa de entrevistas *Roda Viva*, que já naquela época gozava de grande prestígio devido à alta qualidade das entrevistas por ele veiculadas, gerando debate abrangendo temas culturais e principalmente sociopolíticos. Já a TV Cultura passou a retransmitir o programa infantil *Pandorga*, então com mais de uma década de transmissão no RS, possuindo bons índices de audiência e consolidado sucesso, o que atraiu a atenção da emissora paulista. Diversos outros programas, de conteúdo jornalístico e entretenimento fizeram parte deste intercâmbio de conteúdo autoral, tornando a parceria entre estas duas emissoras de televisão pública exitosa. No plano institucional da Fundação, o início da década de 1990 – durante o curto período de um segundo mandato de Sinval Guazzelli - foi marcado pela reformulação de sua estrutura organizacional, adotando um novo estatuto que retirava a palavra Piratini de seu nome legal, passando a denominar-se Fundação Rádio e Televisão Educativa, passando então a estar vinculada à Secretaria de Cultura do Estado.

O governo de Alceu Collares (PDT), iniciado em 1991, é indicado como um período peculiar para a TVE-RS segundo a publicação institucional da Fundação Piratini (2002). Durante o governo de Collares a Fundação responsável pela TVE-RS teve três presidentes: Leonid Streliaev, Bibó Nunes e João Batista de Melo Filho. Streliaev teve curta passagem, permanecendo na presidência da Fundação por oito meses. Já Bibó Nunes, que permaneceu como diretor um período inferior a dois anos, direcionou a programação da TVE-RS à cultura popular, investindo na cobertura de espetáculos carnavalescos e futebolísticos. A gestão de Batista Filho foi a mais longa dentro do Governo Collares, ultrapassando o intervalo de dois anos, tendo como característica a busca por receitas alternativas para o financiamento de novas produções e a busca por parcerias com outras emissoras públicas (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002)

Neste período, além da parceria firmada com a TV Cultura de São Paulo e uma relevante expansão das produções próprias, houve a implementação de um plano de carreira para o funcionalismo, incluindo os servidores das fundações vinculadas ao Governo do Estado. Ainda durante o governo do pedetista Collares o Decreto 35.705 aprovou um novo regimento interno para a Fundação Rádio e Televisão Educativa, onde de acordo com a publicação da Fundação Piratini (2002), “especificou-se ao presidente da Fundação apresentar propostas de alteração do estatuto e do regimento”, prerrogativa que seria posta em prática pela gestão seguinte.

A prerrogativa de mudanças estruturais que foram expressas através do Decreto 35.705, aprovado no último mês do governo de Alceu Collares, possibilitou ao governo seguinte, de Antônio Britto, alterações profundas na estrutura da Fundação responsável pelas operações da TVE-RS e da FM Cultura. A mudança estrutural concebida na Fundação durante a gestão Britto, por meio da representação da sociedade civil que abarca a nova estrutura do Conselho Deliberativo, aproximava a TVE-RS de um modelo de televisão pública idealizado teoricamente – e que pode ser exemplificado em modelos reais próximos à britânica BBC (British Broadcast Corporation) e a alemã DW (Deutsche Welle).

O primeiro presidente empossado pela gestão de Britto frente à Fundação foi o jornalista Luís Fernando Moraes, que permaneceu curto período sendo substituído pelo também jornalista José Antônio Vieira da Cunha.

Naquele ano, em 8 de agosto, a Lei nº10.536 aprovou o regimento interno do Conselho Deliberativo, que passou a contar com a representação da sociedade; no mesmo dia, a Lei nº 10.535 alterou a denominação para Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão, vinculou a Secretaria de Estado da Cultura, modificou e acrescentou itens a suas finalidades básicas e definiu os órgãos que passariam a dirigir a Fundação: Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva. (pág. 28)

A nova organização determinada pelo decreto fez com que a Fundação, a partir de então, fosse composta por dois órgãos diretivos: um Conselho Deliberativo e uma Diretoria Executiva. Um órgão eletivo e outro composto por indicação governamental.

O Conselho Deliberativo, composto por um corpo de 25 membros representativos da comunidade intelectual gaúcha, da sociedade civil e, em menor proporção, de servidores da Fundação Piratini e seus veículos, a TVE-RS e a FM Cultura.³⁴ O jornalista Ruy Carlos Ostermann foi o primeiro presidente do Conselho Deliberativo da Fundação, também sendo um dos conselheiros eleitos que participaram de sua criação durante a gestão do jornalista Vieira da Cunha frente à Fundação Piratini (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002; MIOLA, 2005).

Segundo Torves (2006), o Conselho Deliberativo é resultado de uma série de aperfeiçoamentos no modelo de gestão empregado na Fundação, o que a tornou mais representativa da sociedade gaúcha. O autor complementa sobre a influência do Conselho sobre as diretrizes da TVE-RS:

O Conselho Deliberativo estabeleceu diretrizes específicas para a programação da TVE-RS, a fim de que sejam preservados os compromissos próprios que uma emissora pública deve ter com a sociedade, mantendo a qualidade dos programas exibidos, sem se deixar levar pela lógica do mercado, a exemplo do que ocorre com as emissoras comerciais. (pág. 100)

³⁴ Composto por 25 membros, sendo 19 natos e 6 eleitos mediante indicação prévia, o Conselho possui dentre os membros natos - que são representantes da sociedade organizada indicados por elas próprias - representantes de entidades ligadas aos fins da Fundação, de representação interna e sindicais, além de representantes de entidades ligadas à indústria, comércio e agricultura, juntamente aos de entidades ligadas ao Poder Legislativo e ao Executivo. O presidente da Fundação Piratini, como prevê seu estatuto, também participa das reuniões do Conselho como convidado, assim como outros consultores técnicos.

Um novo estatuto para a Fundação Piratini aprovado na Assembleia Legislativa em junho de 1995, permitiu a captação de apoio cultural (financeiro) de empresas privadas, tanto para a TVE-RS como para a FM Cultura, possibilitando assim novas produções e a captação de verba para outros investimentos dentro destes veículos. A partir de então diversos programas da grade da emissora televisiva gaúcha apresentavam empresas como apoiadoras culturais de suas produções próprias. Como exemplos de empresas apoiadoras podemos citar Empresas Públicas Estaduais como o Banrisul, a CEEE e a Sulgás, e em âmbito nacional o apoio de Petrobrás e Vale do Rio Doce (atualmente Vale).

Na segunda metade da década de 1990 um grande salto tecnológico foi dado pela TVE-RS com o início da retransmissão de seu sinal via satélite, ampliando exponencialmente o alcance de suas 28 retransmissoras. O investimento de US\$1,2 mi, utilizados na compra e instalação de equipamento produzido nos Estados Unidos e preparo técnico, possibilitou que o sinal da TVE-RS pudesse ser sintonizado do sul da Bahia até a patagônia argentina (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002). Ainda como investimento infraestrutural, a TVE-RS reformou seu estúdio principal, com novas instalações elétricas e um revestimento acústico especial, próprio para estúdio.

Na virada do século XXI, no período que compreende os anos de 1999 a 2002, durante a gestão de Olívio Dutra, a Fundação Cultural Piratini passou por um processo de (re)construção, segundo a publicação lançada pela própria Fundação no último ano do governo citado, visando o fortalecimento de uma memória institucional. Os desafios que se colocaram a essa gestão, sob a nova mudança de postura institucional, visava fortalecer as convicções de um novo modelo de comunicação pública que se pretendia implementar no Rio Grande do Sul.

Segundo a publicação da própria Fundação, anteriormente citada:

A partir de 1999, com a eleição de Olívio Dutra, assumiu a presidência da Fundação Cultural Piratini o jornalista José Roberto Garcez. O planejamento estratégico da nova gestão estabeleceu três objetivos: renovar o parque técnico da emissora, dotando-se de equipamento compatíveis com a era digital no rádio e na TV; recuperar a capacidade de produção com a recomposição do quadro de pessoal, bastante defasado devido ao afastamento de funcionários pelo Plano de Demissão Voluntária praticado na gestão anterior; valorizar a programação local, com ênfase no jornalismo e na informação cultural, como forma de reforçar a identidade cultural do povo gaúcho. (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002. pág.30)

A postura adotada durante o então governo, sob as gestões administrativas por ele indicadas, em ambos os veículos de comunicação de responsabilidade da Fundação, era a de postarem-se como uma alternativa na radiodifusão gaúcha, frente às rádios e emissoras comerciais, privadas, num processo de reconstrução que visava o fortalecimento da produção própria e local, por meio de parcerias com instituições de ensino e produtoras independentes. O trabalho realizado neste período visava uma construção de longo prazo, não se restringindo ao momento como algo embalado com prazo de validade atendendo a permanência passageira (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002).

O planejamento técnico posto em prática logo no início da gestão empreendeu esforços na recomposição do quadro de pessoal e na renovação do parque técnico, com o intuito de aumentar a proporção de veiculação de programação local dentro das transmissões da emissora. Como direcionamento da postura a ser adotada, o planejamento balizava-se sob conceitos essenciais do funcionamento de uma TV Pública, sendo esta pluralista, democrática e um polo de produções que se contrapusesse aos veículos comerciais do Estado, e partindo de então buscou-se a reformulação da grade de programação (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002).

A TVE-RS propunha-se então a estimular a reflexão do público, seja por meio de programas informativos, análises ou debates, visando à construção de uma programação plural, democrática e que não apenas apresentasse versões sobre determinado fato (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002). A ideia de transformar a TVE-RS num polo alternativo de informação materializou-se através da proposição de um jornalismo diferente, que trouxesse novas pautas, novos sujeitos e novos formatos. Buscou-se experimentar no fazer televisão, demonstrando características de uma TV não comercial, contrapondo-se as emissoras privadas, distanciando-se da lógica de mercado voltada a setores organizados da sociedade. Exemplo de cobertura jornalística com características diversas da TV comercial foi dada na realização da cobertura em profundidade da TVE-RS sobre o Fórum Social Mundial, ocorrido em 2001 na capital gaúcha.

Outra inovação proposta neste período foi o aprofundamento de parcerias com instituições de ensino superior gaúchas, viabilizando a veiculação de produções

próprias destas, sendo elas públicas e privadas, ao exemplo das parcerias firmadas com UNISINOS, UPF, PUCRS e UFSM. A pluralidade de olhares proposta e a diversidade de produções não comerciais foi contextualizada na publicação da Fundação (2002):

Mas a TV pública não pode ter só um olhar sobre a realidade. É preciso lançar diversos olhares, evitando a simples substituição de um olhar por outro. Isso leva à defesa de parcerias, à produção de material por parte de produtores e talentos externos à emissora. A TV pública tem um papel muito importante no estímulo à produção independente ao abrir janelas para mostrar o seu trabalho, de acordo com o interesse público. (pág. 38)

Outra característica inovadora do período 1999-2002 diz respeito à veiculação de produções locais independentes. Além de documentários e de *vídeoclipes*, a TVE-RS começou a veiculação de programas jornalísticos como o *TVE Repórter*, que ganhara grande relevância pela sua qualidade técnica e seu conteúdo aprofundado despertando o interesse de retransmissão por outras emissoras públicas. O programa diário *Jornal da Cidadania*, que buscou ser um espaço de debate sobre temas que não pautavam as emissoras comerciais, juntamente aos já consolidados *Frente à Frente* e *Debates TVE*, também alcançaram bons níveis de audiência naquele período, ganhando assim relevância social (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2002). Também merecem destaque a série infantil *Escola Mágica*, que apresentava questões ligadas à cidadania, e o projeto de coprodução da série *Histórias do Sul*, que foi a primeira produção do gênero ficcional exibida pela emissora trazendo a tela da TV adaptações de obras literárias sul-rio-grandenses de autores como Simões Lopes Neto, Lya Luft e Luís Fernando Veríssimo. Ao fim do governo de Olívio Dutra, afirma a publicação da Fundação Piratini (2002), a TVE-RS era tida como uma emissora de vanguarda no cenário nacional, onde novas fórmulas foram experimentadas, projetos de sucesso foram mantidos, determinados espaços foram modificados a fim de compatibilizar os programas à sua missão e ao seu compromisso junto à sociedade gaúcha.

A criação de uma associação nacional de emissoras públicas em 1998, a Abepec (Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), demonstrava um movimento político-social na busca da valorização do papel desempenhado por estas, buscando delimitar a influência do Estado em seu funcionamento. A conjuntura política nacional a partir de 2003, com a ascensão de um governo progressista em âmbito federal, possibilitou em escala nacional que

outras emissoras públicas adotassem modelos de gestão democratizantes, com maior representação da sociedade civil através de conselhos curadores e menor influência do governo da hora (TORVES, 2006). Também existiram ações claras por parte do Governo Federal quanto à diferenciação entre comunicação Estatal e Pública, e os veículos que as constituíam. A criação da TV Brasil em 2007, uma emissora pública ligada a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), é um exemplo daquele cenário.

Durante o governo de Germano Rigotto (PMDB), posteriormente ao de Olívio Dutra, houve uma crescente influência governamental sobre a Fundação Piratini, em especial sobre a TVE-RS. Torves (2006), sobre a ingerência estatal durante o governo Rigotto, afirma que:

Embora a TVE-RS seja legalmente subordinada à Secretaria de Cultura, na prática responde a Coordenação de Comunicação Social do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho onde trabalha o Governador Germano Rigotto. Portanto fica evidente a interferência política do Executivo dentro da TVE-RS, o que de certa forma é um desafio para o projeto de TV pública. (pág. 99)

Embora naquele período a TVE-RS estivesse legalmente subordinada à Secretaria de Cultura, na prática respondia a Coordenação de Comunicação Social do Palácio Piratini, ligada diretamente a equipe do Governador Germano Rigotto. Portanto fica evidente a interferência política do Executivo dentro da TVE-RS, o que de certa forma é um desafio para o projeto de TV pública. (TORVES, 2006. pág. 99). O governo de Germano Rigotto ficou marcado por sua ingerência na Fundação Piratini, tendo como exemplo a influência para uma eventual reformulação do Conselho Deliberativo que reduziria suas atribuições, e assim sua autonomia, cada vez mais fazendo da TVE-RS e FM Cultura veículos de comunicação Estatais e não Públicos.

Sobre a autonomia conquistada durante a gestão Olívio - e posteriormente retirada, durante a gestão de Rigotto - a publicação da Fundação Piratini (2002) ressalta:

Foi ainda mais longe a construção desse projeto. A convivência entre uma Direção Executiva indicada pelo Governo do Estado e um Conselho Deliberativo formado por representantes de diversos setores da sociedade, com ampla maioria de entidades privadas, foi enriquecedora para o debate de novas formas de controle público sobre os meios de comunicação. No momento em que cresce a voz das ruas contra a cada vez maior cartelização da televisão brasileira, sem que haja mecanismos de proteção

da sociedade contra esse excessivo poder, é saudável que um órgão estatal abra mão de seu poder para que representantes da sociedade interfiram na sua gestão e determinem diretrizes de programação de emissora pública. (pág.8)

A ideia de uma reforma estatutária no Conselho Deliberativo vinha sendo pautada em suas reuniões desde o ano 2000, sob a então presidência de Daniel Hertz, durante o governo Olívio Dutra, devido às dificuldades para elaboração e aprovação de novas diretrizes para a programação da TVE-RS. Tal ideia acabou ganhando força em 2004, durante a direção de Paulo Roberto Bueno Vasquez, apoiada na crescente influência do então Governo Rigotto sobre as diretrizes da emissora. A presença constante da figura do governador na programação, somada as denúncias de funcionários sobre abuso de poder por parte de seus superiores levarem o Conselho a discutir pontuais alterações em seu estatuto (MIOLA, 2005).

A conturbada relação entre o governo peemedebista e os servidores da Fundação se exemplifica pela greve deflagrada em 2005, tendo como causa o descumprimento do acordo de reposição salarial. Também era pauta da greve a corrosão das condições materiais e pessoais de trabalho nos veículos da Fundação. O então Governo Estadual não negava o sucateamento da estrutura da TVE, que era apontada em estado pré-falimentar, justificando que tal situação era um reflexo da falta de investimento por parte dos governos anteriores.

O governo de Yeda Crussius, do PSDB, que sucedeu o peemedebista no Executivo Estadual, protocolou um Projeto de Lei que modificaria a Fundação Piratini profundamente, tornando-a uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), - o que na prática faria da Fundação uma ONG que atua ao lado do Estado prestando serviços públicos - afetando diretamente a ordem de funcionamento da TVE-RS e da FM Cultura. O projeto (PL 399/2007), que atingia outras fundações além da Piratini, foi aprovado na Assembleia Legislativa, porém nunca foi posto em prática. Este projeto de revitalização da estrutura administrativa da TVE-RS proposto pela gestão Crussius e desenvolvido pela Secretaria de Administração, segundo matéria veiculada no portal do Governo Estadual do RS em 2009*, incluía a mudança da sede da emissora para o Centro Administrativo Fernando Ferrari, prédio do Governo Estadual onde estão lotadas suas Secretarias, além da requalificação de sua capacidade técnica, com a compra de novos equipamentos e instalação de antenas retransmissoras.

Ainda durante o governo de Yeda Crussius, o imóvel onde estava instalada a sede da TVE-RS fora posto a leilão após a negativa da então gestão em adquirir o prédio que era de posse do INSS e estava locado a Fundação Piratini. No mesmo ano de 2009, a EBC arrematou o imóvel garantindo assim a permanência das atividades da TVE-RS naquele local através de uma parceria com o Governo do Estado. O governo de Yeda Crussius ainda foi denunciado em nota pública pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul (Sindjors) em 2008, por suposta tentativa de aparelhamento da emissora na defesa dos interesses da gestão, incluindo assédio moral e perseguição a jornalistas servidores da Fundação que expressavam posições políticas divergentes ao governo. As disputas do campo político representada pela oposição de projetos políticos existentes naquele momento histórico entre o Estado do RS e a União, constituído pelos governos de PSDB e PT, respectivamente, exemplificam como no jogo democrático forças em oposição disputam poder político baseadas em ações legais, como sugere a intervenção da EBC sobre a estrutura física, e consequentemente política-administrativa, da TVE-RS, que poderia então sofrer modificações que a afastariam daquilo que se propunha construir em nível nacional com criação de uma empresa pública de comunicação³⁵.

A gestão de Tarso Genro (PT), que sucedeu a de Yeda, alinhava-se politicamente ao Governo Federal sob a gestão de Dilma, conseguindo a captação de recursos orçamentários a serem alocados na modernização tecnológica da TVE-RS, visando uma necessidade futura de migração do sinal analógico para o sinal digital. Segundo Bortoli (2018), também foram celebradas parcerias com emissoras públicas federais, por meio de suas mantenedoras:

Em 2011, foi firmado convênio entre a Fundação Piratini e a Empresa Brasil de Comunicação, permitindo a transmissão e a troca de conteúdos entre elas. No mesmo ano, a Lei n.º 13.832, de 18 de novembro de 2011, procede a algumas alterações estatutárias na Fundação. (BORTOLI, 2018. p. 52).

³⁵ Conforme o disposto no site institucional da Empresa Brasileira de Comunicação (<https://www.ebc.com.br/institucional/arquivo/sobre-a-ebc>), esta teve sua criação para efetivar o princípio constitucional de complementaridade entre o sistema público, privado e estatal de comunicação, tendo como fim a prestação de serviço com o “objetivo de ampliar o debate público sobre temas nacionais e internacionais, de fomentar a construção da cidadania, com uma programação educativa, inclusiva, artística, cultural, informativa, científica e de interesse público, com foco no cidadão”. Assim, quando da entrega do prédio sede da TVE-RS durante o governo de Yeda, a EBC interviu comprando-o e cedendo-o a Fundação Piratini numa tentativa de evitar danos ao modelo de emissora pública que então era praticado pela TVE-RS.

Sob o governo de Tarso Genro, muito dos ideais de TV pública expressos durante a gestão de Olívio Dutra, já descritos aqui, voltaram a nortear a postura da TVE-RS. Durante a gestão de Tarso houve investimento efetivo na Fundação Piratini por meio da realização do último concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, no qual eram previstas em edital um total de 98 vagas – mais algumas vagas em classificação via cadastro reserva - que comporiam o quadro de servidores da TVE-RS e da FM Cultura. A posse dos cargos pelos aprovados no concurso realizado em 2014 começou a ocorrer ainda sob o Governo Tarso, continuando nos primeiros meses do governo de José Ivo Sartori, que logo vetou a criação das vagas previstas em edital via cadastro reserva, antecipando a postura adotada de não investimento do Governo Estadual na Fundação Piratini. A gestão Sartori tentou embargar a nomeação do número total de aprovados no concurso, porém não obteve sucesso visto a prerrogativa legal de nomeação de aprovados em todas as vagas predispostas em edital.

No ano de 2017, após a aprovação da possibilidade de extinção da Fundação Piratini pela Assembleia Legislativa e durante todo processo jurídico percorrido até sua extinção oficial, a TVE-RS começou o desligamento de seu sinal analógico de retransmissão conforme estipulado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Governo Federal, por meio da portaria 3,493/2016, que previa o desligamento do sinal analógico nas capitais estaduais até o fim de 2018. Em um primeiro momento apenas a capital e a região metropolitana abandonariam a transmissão de sinal analógico, tendo as demais 38 retransmissoras no interior do estado seu desligamento gradual até 2023. Porém o desligamento gradual do sinal analógico nas demais regiões do Rio Grande do Sul fez com que determinadas cidades, como Pelotas³⁶, deixassem de receber o sinal da TVE-RS visto que a amplitude de transmissão do sinal digital não atinge a região sul do RS.

Entendemos que a abertura do Conselho Deliberativo a representação da sociedade civil e do corpo de servidores da Fundação Piratini durante o governo de Antônio Britto, representou um avanço democrático significativo à direção da entidade. Ao mesmo tempo essa reestruturação foi essencial para a adoção de uma

³⁶ Até o momento em que se desenvolve este estudo não há retransmissão do sinal digital da TVE-RS na cidade.

nova postura diretiva frente a TVE-RS, adotada durante o governo de Olívio Dutra pelos presidentes da Fundação e diretores da emissora. Como contraponto o governo de Germano Rigotto visou reduzir a pluralidade e a autonomia do Conselho Deliberativo, aumentando assim sua influência sobre os veículos vinculados à Fundação Piratini. Ataques a comunicação pública também estiveram presentes durante o governo de Yeda Crussius, vide a profunda reestruturação das atividades da Fundação Piratini que foram propostas e aprovadas pela Assembleia Legislativa, mesmo que não tendo sido efetivadas. Quanto ao governo de Tarso Genro, este foi um ponto de inflexão nos processos de desestruturação que sucessivamente então vinham ocorrendo nas estruturas da Fundação Piratini, não produzindo o efeito político suficiente que evitasse o processo proposto pela gestão que o sucedera, a de José Ivo Sartori.

De acordo com Bourdieu (2006), o campo político, local simbólico de disputas de poder onde indivíduos representam interesses de determinados grupos sociais, é onde são delineados os rumos da ação estatal. Nesse caso apontamos que o capital político possuído por cada uma das gestões do Poder Executivo gaúcho anteriormente citadas, foi utilizado - cada um a seu modo e tempo - como ferramenta na barganha de negociações que visavam fortalecer ou enfraquecer o modelo de gestão e o de comunicação aplicado na TVE-RS, esta enquanto parte da Fundação Piratini, tendendo a defender interesses setoriais, ou mesmo próprios da gestão da hora, sendo influenciada diretamente por uma perspectiva teórico-ideológica de ação do Estado.

As relações de poder (Bourdieu, 2006) existente no campo político e suas disputas incidem sobre o direcionamento das instituições que delineiam o social, aqui exemplificado pelas ações do Estado quanto a valorização da existência de meios de comunicação públicos e como estes tenderão a se portar frente à sociedade, evocando alguma forma autônoma ao governo da hora como disposto em seu ideal ou servindo como máquina de propaganda oficial fomentando um capital social em prol de determinado projeto político.

Em uma sociedade considerada democrática, culturalmente plural, a legitimação de ações políticas baseadas na existência de capital social por parte dos governantes é essencial nas relações de poder onde determinado grupo social

busca a dominação dos demais em defesa de seus interesses próprios (Bourdieu, 2006). Assim a representação desta pluralidade social, mesmo que parcial, pode soar a determinados grupos como um complicador a dominação social, e uma emissora de televisão pública, supostamente independente de poderes estabelecidos, que tenha a pluralidade da representação social como característica tenderá a fomentar, mesmo que de forma não intencional, a oposição entre posições políticas. Portanto a subordinação da Fundação Piratini a um governo que poderá estar representando determinados interesses, ou mesmo a extinção da TVE-RS, seria uma possível hipótese de motivação para o processo que foi desencadeado com a aprovação do PL 246/2016.

O Governo Sartori na época fez uma aposta em seu capital político ao propor um projeto de reestruturação das atividades do Estado que extingiria diversas Fundações e Empresas Públicas, alterando os campos de atuação e prestação de serviços públicos do Estado do RS a sua população. Tal proposição - e a consequente aprovação do projeto de lei que permitiu a extinção dos órgãos públicos anteriormente citados - só foram possíveis em virtude de uma conjuntura política que em âmbito nacional precedia uma profunda crise de credibilidade de um projeto de Estado conduzido por dois governos de um mesmo partido, o PT – totalizando quatro mandatos - assolado por denúncias sobre corrupção.

Ao fim, conforme apontavam o movimento dos servidores, seus sindicatos e movimento civil que apoiavam a causa da manutenção da existência da Fundação Piratini, os efeitos de sua extinção e a consequente transferência das atividades dos veículos de comunicação sob suas responsabilidades para as da Secretaria de Cultura do Estado, tenderiam a trazer a médio e longo prazo perdas socioculturais a comunicação pública do RS ainda não quantificáveis naquele período.

3.2 A reestruturação da TVE-RS após a Extinção da Fundação Piratini

Logo após a aprovação do PL 246/2016 pela Assembleia Legislativa, possibilitando assim a extinção das Fundações que compunham aquele Projeto de Lei, o Poder Executivo tomou medidas a fim de executar o encerramento das atividades destes órgãos da administração indireta. O processo de extinção da

Fundação Piratini fez com que os veículos de comunicação que estavam sob sua responsabilidade jurídica e administrativa - TVE-RS e FM Cultura - tivessem suas atividades absorvidas pela Secretaria de Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul (Secom), então sob a gestão do Secretário Cleber Benvegnú.

A partir de então as operações da TVE-RS seriam reestruturadas de forma drástica, com a redução do quadro de servidores e a mudança de local de sua sede, reduzindo substancialmente a quantidade de produções realizadas pela emissora. Os programas ao vivo, tanto coberturas jornalísticas quanto programas de entretenimento, deixaram de ser produzidos num primeiro momento, ocorrendo a retomada das gravações de programas em estúdio após a mudança de sede. As coberturas jornalísticas continuaram paralisadas por tempo significativo, sendo retomadas apenas no segundo semestre de 2019.

Newton Silva, jornalista e ex-servidor da TVE-RS, citou durante entrevista concedida a este autor, o fato de que logo após a aprovação do PL 246/2016 uma nova diretoria ter assumido a Fundação Piratini, quando ocorreu a reestruturação das grades de programação da TVE-RS e da FM Cultura. Chamava a atenção, segundo Newton, o fato de que alguns dos programas, principalmente da FM Cultura, tiveram seus nomes modificados assim como a mudança de seus apresentadores – então servidores da Fundação -, sendo substituídos por outros profissionais ocupantes de cargos em comissão. Newton ainda afirma que o cargo que ocupava então, como apresentador do programa *Estação Cultura*, após a reestruturação das atividades da TVE-RS foi preenchido por outro profissional que anteriormente não compunha o quadro da Fundação Piratini.

Sobre as transmissões de programação ao vivo da TVE-RS, Newton Silva afirma que foram canceladas num primeiro momento, após o início do processo de extinção da Fundação Piratini, sendo retomadas gradualmente quando os veículos de comunicação que anteriormente estavam ligados à Fundação foram transferidos as responsabilidades da Secretaria de Comunicação do Estado. Porém, apenas no Governo Leite voltou-se a fazer jornalismo em coberturas externas ao vivo, tendo a Feira do Livro de Porto Alegre 2019 como primeiro evento a receber extensiva

cobertura jornalística nesta atual fase da emissora. Segundo o portal institucional³⁷ da emissora, houve a retomada e ampliação do período diário de transmissão de programação ao vivo a partir de maio de 2017, data que coincide com a absorção das atividades da TVE-RS pela Secom-RS.

A reestruturação proposta pelo Executivo gaúcho sob a gestão de José Ivo Sartori modificaria diretamente o modelo de gestão, e consequentemente o modelo televisivo ao qual se propunha a TVE-RS durante a administração da Fundação Piratini. A subordinação direta destes veículos a uma Secretaria de Estado, que por sua vez responde de forma imediata ao Executivo, modificou a ordem hierárquica do que fora praticado como ideal de gestão sob a responsabilidade de uma Fundação Pública da Administração Indireta, onde criou-se dispositivos que se propunham mitigar a influência estatal direta nas operações destes veículos. O Conselho Deliberativo reunia representantes de entidades de classe, da sociedade civil, de instituições de ensino e do próprio Executivo para delinear a linha editorial adota pelos veículos, constituindo um profícuo exemplo de dispositivo de gestão democrática em um órgão da Administração Indireta do Estado e, tão logo, foi desintegrado após a extinção da Fundação.

A gestão de Orestes de Andrade Jr., - dentro do Governo Sartori, no período imediatamente posterior efetivação legal da extinção da Fundação pelo Executivo - frente à presidência da Fundação Piratini foi a responsável pela reestruturação do modelo de radiodifusão aplicado sobre a TVE-RS e a FM Cultura. Sua gestão tinha como objetivo dar início a um novo projeto de concessões públicas de rádio e televisão sob um novo modelo de gestão administrativa. Também esteve sob sua responsabilidade a negociação com os servidores da Fundação Piratini que após sua extinção legal teriam sua situação empregatícia alterada, ou por meio de demissão ou pela realocação de função em outros órgãos da administração pública. A aplicação de um novo modelo de gestão sobre os veículos de comunicação pública gaúchos, a TVE-RS e a FM Cultura, compunham parte do processo jurídico e administrativo de extinção da Fundação Piratini. Orestes anteriormente havia sido diretor-geral da Secretaria de Comunicação e substituiu a jornalista Isara Marques, a partir de janeiro de 2017, na presidência da Fundação Piratini, havendo então uma

³⁷ Material publicado no site institucional da emissora. Disponível em: <http://www.tve.com.br/2017/05/tve-amplia-programacao-local-a-partir-de-segunda-feira/>

troca de cargos já que Isara foi empossada no cargo de direção secretarial anteriormente ocupado por Orestes.

Em entrevista concedida à jornalista Kelly Matos na Rádio Gaúcha em 18 de julho de 2018, foi captado que o ex-Presidente da Fundação Piratini e então Diretor de Radiodifusão e Audiovisual da Secretaria de Comunicação do Rio Grande do Sul, Orestes de Andrade Jr.³⁸, detalha o projeto de licitação proposto pelo Executivo gaúcho sob a gestão Sartori como forma de buscar minimizar os custos de operação dos veículos que anteriormente estiveram sob responsabilidade jurídico-administrativa da Fundação Piratini, repassando-os a iniciativa privada. O projeto - que ao fim não foi praticado -, ofertaria a iniciativa privada, por meio de licitação, a concessão das operações da FM Cultura e da TVE-RS. Na licitação constaria um teto orçamentário a ser repassado pelo Executivo a empresa vencedora, em que igual valor deveria ser reinvestido na economia criativa gaúcha, fomentando produções audiovisuais seriais, jornalísticas ou de entretenimento, abrindo a possibilidade de captação orçamentária por meio de leis de incentivo ou fundos estatais e internacionais voltados a produção audiovisual.

Orestes, na entrevista supracitada, critica os modelos de gestão de concessão de televisão pública indicando que nenhum dos modelos jurídicos institucionais existentes no Brasil (Autárquico, Empresas de Comunicação Pública, Fundações de Direito Público ou de Direito Privado) seja funcional, impedindo uma emissora de ser realmente pública, seja pela centralização e a burocracia administrativa, pela dependência de recursos que são por lei oriundos somente do Estado, ou por uma “série de vícios”, referindo-se a Fundação Piratini, que ocorreram nas últimas décadas. O modelo aplicado em redes estatais como a TV Senado e a TV Justiça (vinculada ao STF) é apontado por Orestes como ideal, rompendo com a lógica do apadrinhamento político, segundo ele, característica do serviço público, exemplificado dentro destes veículos (públicos e estatais) pela presença de elevado número de Cargos em Comissão, reduzidos (ou eliminados) nas emissoras citadas devido à terceirização da prestação do serviço. A terceirização do serviço, segundo Orestes, ainda acarretou nos casos por ele

³⁸ A entrevista pode ser conferida em: <https://soundcloud.com/radiogaucha/orestes-de-andrade-jr-presidente-da-tve-fala-sobre-a-concessao-a-iniciativa-privada-18072018>

citados, por profissionalizar o serviço prestado, além de reduzir os custos de operação.

As colocações de Orestes na entrevista concedida à Rádio Gaúcha estão alinhadas ao que nos foi descrito pelo ex-Secretário do Governo Sartori, Carlos Burigo, em entrevista realizada exclusivamente para esta pesquisa, onde compreende-se claramente a intenção do Executivo gaúcho em conceder à iniciativa privada as operações da TVE-RS e da FM Cultura. A concessão buscava reduzir a responsabilidade orçamentária existente por parte do Estado com a Fundação Piratini, também isentando-o de obrigações legais com seus servidores.

É apontado pelo ex-Secretário que o custo com a folha salarial dos servidores das Fundações, somando-se a todas outras responsabilidades jurídicas existente, acabava tornando-se muito onerosa ao caixa do Estado. Percebe-se então que a demissão massiva dos servidores estatutários e celetistas vinculados à Fundação Piratini, e todas as demais presentes no PL 246/2016, constituía-se em parte fundamental no projeto de reestruturação do Estado apresentado pelo Governo Sartori. Segundo a fala de Carlos Burigo em sua entrevista, o fato de o regime trabalhista dos servidores das Fundações ser diverso ao dos outros servidores estaduais ligados ao Poder Executivo acabava “distorcendo o sistema público”, limitando a possibilidade de ações político-econômicas que os incluíssem. A asserção do ex-Secretário confirma a percepção aqui exposta.

Newton Silva afirma que logo no início do mandato havia uma previsão por parte dos servidores da Fundação Piratini sobre a postura que seria adotada pelo Governo Sartori, e esta suspeita não era animadora. Em suas palavras: “a gente percebia enquanto funcionários que o clima não seria de investimento na comunicação, mas também não esperávamos que fosse o desmonte...”.

“A construção de uma TVE-RS em outros moldes”, baseava o discurso da gestão Sartori como aponta Newton Silva, durante o processo que extinguiu a Fundação Piratini. Mas “quais outros moldes?”, questionou o jornalista durante sua entrevista. Ele aponta que o projeto de Orestes frente à reestruturação da gestão e das operações de TVE-RS e FM Cultura era o guia das ações políticas daquela gestão, visto que ela não soube como reagir às imposições legais que surgiram no decorrer do processo de extinção da Fundação Piratini, seja pela impossibilidade de

demissão massiva ou mesmo da cedência da concessão televisiva à iniciativa privada. Para Newton: "o Governo Sartori terminou sob esse impasse, não conseguindo extinguir e nem implantar um novo modelo (de gestão na TVE-RS)".

3.3 A configuração dos atores políticos no Estado do Rio Grande do Sul durante o processo de extinção a Fundação Piratini

Eleito em segundo turno após a disputa eleitoral contra a chapa do então Governador do Estado, Tarso Genro (PT), José Ivo Sartori atingiu a marca de 3.859.611 votos, total que representou 61,21% dos votos válidos na eleição de 2014³⁹. Mais uma vez o resultado do pleito ao Palácio Piratini reprisou, de certa forma, o que muitos consideram uma "tradição" gaúcha, presente desde a redemocratização do país, em não reeleger seu governador. A vitória da chapa Sartori/Cairolí em 461 dos 497 municípios gaúchos, dentre eles os 10 municípios mais populosos, demonstrara como o Governo Sartori iniciaria seu mandato fortalecido frente à opinião pública, fato relevante para uma chapa que propunha em seu Plano de Governo aplicar mudanças estruturais no funcionamento da máquina pública.

A coligação "O novo caminho para o Rio Grande", formada por PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC, conseguiu elevado número de assentos na Assembleia Legislativa nas eleições ocorridas em 2014⁴⁰. Fato que fortaleceu o Executivo e facilitou a apresentação - e a consequente aprovação - de seus projetos. Sartori no início do mandato teria apoio político garantido de 24 deputados, dentre os 55 que compunham a Assembleia, um número expressivamente positivo visto que no jogo político negociações sobre apoio político são uma prática recorrente, estimando-se que sua base de apoio parlamentar fosse ampliada antes mesmo de sua posse.

Outros partidos como PP e PSDB tiveram importante aproximação com o bloco político alinhado ao Executivo, iniciando este processo pelo apoio expresso

³⁹ Dados oficiais do Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: http://capa.tre-rs.jus.br/upload/11/2014-2%C2%BAT_Atadeleicao261014.pdf

⁴⁰ Segundo matéria publicada no portal de notícias G1/RS, baseadas em dados cedidos pelo TSE após apuração dos votos. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2014/noticia/2014/10/confira-composicao-da-assembly-legislativa-do-rio-grande-do-sul.html>.

destes partidos as pautas da agenda econômica do Governo Sartori⁴¹. Logo estes partidos e o Executivo passaram a possuir um canal de diálogo e este a constituir informalmente apoio político, mesmo sem apresentar um alinhamento automático as pautas propostas pelo Governo. Pouca discordância houve entre a base parlamentar do Governo Sartori e os partidos que se aproximaram, visto que existiam mais interesses convergente do que divergentes, além de existir uma aproximação de base ideológica no espectro político, apontando para uma agenda de modernização do Estado.

Caso específico foi o apresentado pela bancada do PDT gaúcho, que estando dividida apoiou as proposições do Executivo em diversos momentos, ao exemplo da votação do PL 246/2016 e dos demais projetos votados naquela sessão parlamentar. Mesmo com apresentação de uma nota do partido contrariamente à aprovação dos projetos que seriam então votados, alguns de seus deputados votaram conforme vontade própria. No decorrer do mandato de Sartori frente ao Poder Executivo Estadual outros partidos acabariam sendo palco de situações similares, onde a posição adotada por determinados parlamentares sobre determinadas pautas sobrepunha-se as diretrizes estipuladas por seu partido.

Além dos partidos supracitados como base de apoio, direta e indireta, haveria espaço para negociação de apoio com outras legendas que conseguiram eleger representantes na Assembleia, ao exemplo de PTB, PRB, PV, PR e PPL. Nenhum destes partidos apresentaria, num primeiro momento, alinhamento automático a base governista, no entanto as proposições do Executivo, e toda a negociação política por trás dos processos, levaram estas bancadas partidárias a conceder apoio majoritário nas apresentações de projetos e em suas votações.

Os demais partidos presentes na Assembleia Legislativa naquela legislatura formariam oposição aberta ao governo de José Ivo Sartori. Ainda durante o período de campanha eleitoral em 2014, já havia um pequeno bloco composto por parlamentares de PT, PSOL e PC do B, que somados na ocasião da eleição

⁴¹ Segundo matéria do Jornal O Globo, houve aproximação dos partidos citados a partir da apresentação de pautas da agenda econômica. O material aqui disposto exemplifica a proposição do aumento de impostos estaduais de forma temporária numa tentativa de aumentar a arrecadação e assim sanear as contas públicas. Tal apoio, segundo a matéria, foi condicionado ao compromisso do Governo Sartori em propor medidas fiscais como a adoção da Lei de Responsabilidade Fiscal estadual. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/psdb-pp-apoiam-projeto-de-sartori-de-aumento-de-impostos-no-rs-17286636>.

conseguiram eleger apenas 14 parlamentares, os mesmos que formariam a base da oposição durante aquela legislatura.

A maioria numérica presente na Assembleia Legislativa garantiria ao Executivo a possibilidade de aprovação das propostas apresentadas em plenário sem a necessidade de aprofundar a discussão - entre os representantes políticos e mesmo com a sociedade em geral - sobre os efeitos de cada proposição⁴², além eximir o Executivo da necessidade de realizar negociações e barganhas políticas a fim de garantir as aprovações. Portanto, a oposição esteve muito enfraquecida durante o período de governo de José Ivo Sartori, não havendo espaço para a proposição de uma agenda política diversa a imposta pelo Executivo, assim como para a discussão de temas caros a agenda proposta pelo Governo Sartori, como expresso no caso das extinções das Fundações.

O ex-Deputado Pedro Ruas (PSOL), que durante o Governo Sartori compunha parte da oposição na Assembleia Legislativa, afirmou em entrevista concedida para este autor, que a aposta na maioria era a base da ação política do Governo Sartori. Segundo o ex-Deputado, “foi como tudo no Governo Sartori... ele apostava na sua maioria”, e assim não negociava com a oposição. Não havia pretensão, por parte do Executivo, em discutir as propostas de extinção e aprofundar possíveis consequências da aprovação do PL 246/2016. Esta prática, segundo Ruas, foi recorrente durante todo seu mandato.

Mesmo com robusta vantagem numérica dentro da Assembleia o Governo Sartori não conseguiria aplicar com facilidade sua agenda de reestruturação do Estado, visto que a oposição se impôs trabalhando incessantemente para barrar os projetos que julgava ser predatórios à estrutura vigente no Estado do Rio Grande do Sul, ou afetasse de forma abrupta alguma parcela específica da sociedade civil gaúcha. Dentre os projetos apresentados à Assembleia e que não tiveram aprovação dos parlamentares estavam a chamada “PEC do Duodécimo”⁴³ e o

⁴² Segundo o portal de notícias GaúchaZH, Sartori conseguiu aprovação de 86% dos projetos enviados a Assembleia, logrando êxito na aplicação de sua agenda política. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/07/sartori-conseguiu-aprovacao-de-86-dos-projetos-enviados-pelo-governo-a-assembleia-cjka8vf1502uu01p6xi56r5pm.html>.

⁴³ A PEC 260/2016 proposta pela gestão Sartori e rechaçada pela Assembleia Legislativa visava alterar o modelo de redistribuição orçamentária de 1/12 prevista em lei com valores proporcionais a parcela referente ao orçamento anual a cada Órgão da Administração Executiva, passando a partir de sua aprovação a pagar as parcelas proporcionalmente a arrecadação do exercício mensal anterior na

projeto de lei que previa a retirada da obrigatoriedade de realização de plebiscito para a privatização de empresas estatais⁴⁴, sendo essa uma pauta de grande importância no projeto de reestruturação das atividades do Estado, e abertamente de interesse da gestão Sartori. O jogo político democrático, que naturalmente apresenta vozes dissonantes, apresentou-se de forma objetiva em diversos momentos, ao exemplo da votação do PL 246/2016, onde desvelaram-se interesses particulares de determinadas classes.

Os interesses setoriais, notadamente os ligados às articulações sindicais das classes dominantes, patronais, desvelaram-se no decorrer do período entre a apresentação do projeto pelo Poder Executivo e a votação pelo Poder Legislativo. Segundo o economista Rober Iturriet, mesmo a classe empresarial servindo-se dos serviços ofertados pelas Fundações extintas pela PL 246/2016 - ao exemplo dos relatórios socioeconômicos produzidos pela FEE, os estudos técnico-científicos realizados pela Cientec, ou mesmo pelo próprio material jornalístico produzido e veiculado pelos veículos da Fundação Piratini - houve interesse em sua extinção por uma suposta concorrência na prestação de serviços. Rober ainda afirma que haviam informações de bastidor de que algumas federações empresariais iriam constituir organizações sociais para oferecer os serviços anteriormente prestados por algumas das fundações extintas, seguindo uma lógica econômica que uniria o financiamento público, que em parte continuaria a cargo do Estado, com a possibilidade de atrelar seus interesses privados as atividades que eram realizadas pelas fundações.

A conjuntura de Crise Fiscal que se apresentava no Estado do Rio Grande do Sul no período da posse de José Ivo Sartori também estivera presente em diversos dos municípios gaúcho, dificultando ainda mais a possibilidade de ação do Executivo

tentativa. Tal derrota do Executivo, como afirma matéria publicada no portal GaúchaZH, ofuscou em parte a série de vitória com a aprovação de diversas PEC's, dentre elas a PEC 246/2016, que possibilitou a extinção da Fundação Piratini. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/12/derrota-na-pec-do-duodecimo-ofusca-exitos-do-pacote-do-piratini-8877883.html>.

⁴⁴ Projeto semelhante a este votado e rejeitado durante a gestão Sartori foi aprovado no ano de 2019, sob a gestão de Eduardo Leite. A derrota do Governo Sartori com esta pauta frente a Assembleia se deu quando este propôs que houvesse uma mudança no período mínimo de entre a apresentação da proposta de privatização e a realização do plebiscito, numa tentativa de realizá-los conjuntamente às eleições municipais de 2016. A pauta voltou a ser apreciada em comissões especiais no período que seguiu numa tentativa de aplicá-la ainda sob seu mandato, porém, segundo matéria publicada no Jornal O Sul, devido as manobras da oposição para evitar votação a gestão Sartori optou por retirar a PEC e realizar o plebiscito, que ao fim não ocorreu. Disponível em: <https://www.osul.com.br/governo-rs-retira-pec-que-dispensa-plebiscito-para-privatizacao-ou-extincao-de-estatais-como-cccc-crm-e-sulgas/>.

Estadual quanto à aplicação de uma nova agenda político-econômica. A conjuntura nacional também não se mostrava favorável, visto que a crise política desencadeada por todas as movimentações sociais ocorridas a partir de 2013, com início na série de protestos populares que ficaram conhecidos como “Jornadas de Junho”, fragilizou a imagem dos governos com o fomento da descrença na classe política associando-a de forma generalizada aos escândalos de corrupção de surgiram neste período. Mesmo gozando de certa popularidade o Governo Sartori, evitou num primeiro momento a apresentação projetos que pudessem ser percebidos como danosos a manutenção de direitos civis e sociais pela população, sendo estes projetos naturalmente impopulares naquele momento político vivido. O Plano de Modernização do Estado só seria apresentando quando da consolidação de uma conjuntura política nacional favorável a ideia de agenda que se propunha.

Desestabilizado politicamente a partir da conjuntura político-econômica que se apresentou no ano de 2013, o governo petista que então ocupava o Palácio do Planalto conseguiu a reeleição em 2014, porém sem manter o apoio parlamentar que anteriormente dispunha⁴⁵. Criou-se a partir de então um grave clima de insegurança política e econômica que possibilitou o surgimento de grupos civis organizados, contrários ao Governo Dilma e alinhados ideologicamente à extrema direita do espectro político, chegando a flertar com a volta do autoritarismo. O crescente descontentamento popular por causas diversas, somado a explosão de um grave escândalo de corrupção envolvendo grandes empresas privadas e empresas públicas federais – a Petrobrás e o escândalo da Lava-Jato -, fomentou a grave crise econômica que já se anunciava, e que tendo a adição destes fatores, culminaria em um período de recessão econômica e no processo político que levou ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016.

A conjuntura política que se apresentou no cenário federal após o processo de impeachment de Dilma favoreceu o aprofundamento de uma determinada agenda política e econômica pelo Executivo Estadual, exatamente aquela que se propunha o

⁴⁵ A afirmação é exemplificada por material publicado no portal G1 logo após a eleição onde há um comparativo entre o número de cadeiras na Câmara e no Senado que seriam ocupadas na legislatura seguinte por parlamentares identificados. O material mostra um crescimento da oposição nas duas casas legislativas, o que é apontado por analistas ouvidos pela reportagem como um complicador ao governo Dilma que, especulava-se então, teria um grande desafio na formação de apoio. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/desafios-dilma-tera-de-recompor-base-no-congresso-para-governar.html>.

Governo Sartori. Com a presidência de Michel Temer, do PMDB assim como Sartori, e o fortalecimento de um projeto político diverso àquele presente no Planalto nos 14 anos anteriores. Os canais de comunicação entre Porto Alegre e Brasília foram alargados⁴⁶ e o modelo de reforma da máquina pública que vinha sendo trabalhado no RS tivera equivalência em âmbito nacional. Esse alinhamento de políticas públicas possibilitou a gestão de José Ivo Sartori aplicar e aprofundar a agenda de reformas estruturais que havia proposto, com a apresentação de projetos de concessões e privatizações de empresas públicas, conjuntamente com a extinção de outras empresas, fundações e autarquias, buscando assim reduzir o tamanho do Estado.

No plano nacional tomaram folego às proposições das Reformas Trabalhista e Previdenciária, movimentações estas que seriam seguidas pelos Governos Estaduais, principalmente por aqueles mais endividados com a União, ao exemplo da situação do Rio Grande do Sul. A anuência a determinadas políticas fiscais foi imposta pelo Executivo Federal como medida necessária para a adesão dos Estados devedores há um Plano de Renegociação da Dívida Pública com a União⁴⁷. As reformas estruturais que obrigatoriamente deveriam ser realizadas como forma de adesão ao Acordo de Recuperação Fiscal visavam a redução das obrigações orçamentárias estatais existentes, numa política de corte de gastos que conduziria a gestão da máquina pública a busca por eficiência e a redução de seu escopo de atuação. Estas medidas acabariam por retirar a autonomia financeira e administrativa do Estado quanto ao controle de suas políticas econômicas, introduzindo uma agenda econômica de forma vertical. Quanto ao caso específico do Rio Grande do Sul durante o Governo de José Ivo Sartori, tal gestão já propunha

⁴⁶ Além de pertencerem a mesma legenda, o PMDB, Michel Temer e José Ivo Sartori contavam com diversos aliados políticos em comum, sendo alguns dele, atores relevantes durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Ambos possuíam então maioria no Legislativo, podendo assim aplicar agendas análogas, cada um em sua esfera de ação. Ademais, um dos grandes articuladores políticos do governo de Temer, o Ministro-Chefe da Casa Civil Eliseu Padilha, é gaúcho e possuía bom trânsito nas duas casas legislativas.

⁴⁷ O Plano de Recuperação Fiscal entregue por Sartori ao Governo Federal previa: a não reposição salarial ao funcionalismo público além dos índices inflacionários; a não alteração dos planos de carreira e a não realização de concurso visando a ampliação do quadro funcional; o não aumento de impostos e a prorrogação do aumento então previsto para o ICMS; maior rigor a concessão de pensões e aposentadorias; o corte no volume de isenções fiscais concedidas ao empresariado; a oferta de ativos como forma de obter garantia a novos empréstimos, ao exemplo da privatização de empresas públicas. Tais medidas são muito semelhantes as adotadas durante a renegociação ocorrida em 1998 sob a gestão de Antônio Britto.

uma agenda com ações político-econômicas semelhantes às dispostas no acordo com a União.

A retórica do “Estado inchado” e do funcionalismo público como “parasita” ganhava força junto ao discurso praticado pelo Governo Sartori, configurando uma justificativa indireta de suas ações político-econômicas. Tal percepção está ancorada nas assertivas de Robert Iturriet e de Milton Simas Jr. que, em suas respectivas entrevistas, apontaram o direcionamento do discurso do Governo Sartori para tal. Segundo Simas, a ideia da extinção das Fundações baseada nos custos que o funcionalismo traz ao caixa do Estado “é uma justificativa que dialoga bem com a população”, já que, continua ele, “servidor público é vagabundo, não faz nada e ganha bem”, - aqui o entrevistado faz alusão há um pensamento errôneo sobre a importância do servidor público que naquele período havia se tornado senso comum entre determinados grupos sociais, principalmente alinhados a determinadas perspectivas políticas.

Para Rober Iturriet, existiu uma questão ideológica junto à adoção deste discurso por parte do governo, notadamente de viés neoliberal, atrelado a uma compreensão de que “o ‘mercado’ fosse só virtudes e o Estado fosse só ineficiência, corrupção e gente que não está afim de trabalhar”. Sua afirmação reflete uma visão preconceituosa, correlata ao pensamento expresso por Simas em sua afirmação.

Quando em Norbert Elias buscamos a conceituação de *configuração*, conceito cunhado pelo autor na busca de superar a ideia de estrutura/organismo como abstração estática e determinista, correspondendo tal para o ele como a percepção de que ação (figuração) do indivíduo é limitada, em determinados contextos, por relação com determinado conjunto de outros indivíduos e os modos que os definem, onde num processo de interdependência recíproca os indivíduos são tributários e dependentes uns dos outros, sendo esta correlação de ação diretamente originária de um processo social (Elias, 1995), e a aplicamos em uma análise da situação descrita acima - da apresentação do PL 246/2016 a extinção da Fundação Piratini - compreendemos que o arranjo social existente naquele momento específico, com a mudança de governo em âmbito estadual após eleição e a gestação de uma crise política em âmbito federal que culminaria no processo de deposição de um presidente e numa crise institucional, possibilitou que um projeto político distinto do

então dominante pudesse começar a despontar no meio político institucional democrático, passando a representar o “establishment”.

Apontamos que dentro do campo político - que cada vez mais é composto por profissionais, dotados de um *habitus* específico do campo (Bourdieu, 2006), usando de eloquência característica - existe uma disputa de poder contínua relativa a quem, quais grupos sociais, poderão apresentar a retórica dominante. Consequentemente os dominantes nesta disputa deterão a retórica que justificará as ações do Estado, visto que um governo é formado por indivíduos e que estes representam, e compõe, parte de grupos social, que por sua vez detêm interesses próprios⁴⁸ e tentam se utilizar desta estrutura político-administrativa para atingi-los.

As considerações de Rober Iturriet e Milton Simas nas entrevistas concedidas a este autor, no que fazem referência à imagem de que o funcionalismo teria frente à opinião pública, são possíveis de serem visualizadas de acordo com Elias (1995) como uma forma de configuração político-social daquele momento histórico onde com os episódios de corrupção em nível federal nos poderes Executivo e Legislativo acima a mencionados e os desdobramentos político-jurídicos - e também econômicos - que culminaram numa conjuntura de crise são percebidos de forma negativa pelo eleitor. Esta conjuntura acabou legitimando o discurso de determinados grupos⁴⁹, que tinham interesses na situação decorrida e aproveitaram-se desta fomentando seus princípios como corretos, estando diametralmente opostos ao que ocasionou a crise, mas que ao fim somente refletem uma visão ideológica.

⁴⁸ Bourdieu em sua obra o Poder do Simbólico (2006), quando disserta sobre a representação política, aponta que alguns dos ganhos dos políticos profissionais não são exatamente financeiros, ou mesmo perceptíveis aos “não iniciados”, e sim próprios do campo ao qual estão inclusos, simbólicos.

⁴⁹ Dentre os partidos de oposição no âmbito federal havia aqueles que abertamente defendiam uma agenda de redução da máquina pública, neoliberal, passando por uma reforma administrativa que alinhada ao discurso supracitado reduzia direitos de carreira no funcionalismo público, estando esta ação atrelada a uma agenda mais profunda. Podemos apontar PSDB e DEM como forças políticas naquele período que se alinhavam a esta perspectiva, juntamente a partidos de menor expressão como o Partido Novo, tendo interlocução com federações empresariais e sindicatos patronais como a FEBRABAN e FIESP devido a proximidade de suas agendas econômicas. Cabe-nos também salientar esta configuração possibilitou a emergência de novos atores políticos, não só indivíduos, mas também partidos como o que elegeu Jair Bolsonaro presidente, o PSL.

4 O processo de extinção e seus significados: a configuração do projeto político de Estado para o RS em governos recentes

O exposto no subcapítulo anterior leva-nos a compreender que com a coesão política apresentada pela base parlamentar o governo de José Ivo Sartori poderia obter – e obteve - sucesso na aprovação de parte considerável de suas propostas quando apresentadas à Assembleia Legislativa, pondo em prática as diretrizes de governo planejadas durante a campanha e apresentadas em seu Plano de Governo.

O Plano de Governo apresentado pela chapa “O Novo Caminho Para O Rio Grande” delineava quais seriam as ações políticas do governo de José Ivo Sartori caso eleito⁵⁰. O documento após apontar que a situação financeira deficitária do RS incide diretamente na redução de investimentos públicos e na piora da qualidade de prestação dos serviços públicos a que se dispõe, demonstra a inclinação da chapa pela busca da eficiência no gasto público e o aumento da produtividade no serviço. Para tal, buscaria a renegociação da dívida pública do RS, com o intuito de reduzir os valores do serviço e alongar seu prazo, sendo este o horizonte concebido. O documento também salienta que é imprescindível buscar o aumento das receitas, somando-o as ações citadas, para então atingir o equilíbrio fiscal do Estado, propondo então adotar um programa de reestruturação das suas atividades.

Carlos Burigo foi Secretário Geral de Governo durante os dois primeiros anos da gestão de José Ivo Sartori, sendo um dos principais responsáveis por organizar o secretariado e o corpo técnico administrativo que iniciaria os trabalhos daquela gestão⁵¹. Quando Secretário do Planejamento, a partir de 2016, foi responsável por aplicar políticas socioeconômicas baseadas em estudos produzidos nos primeiros dois anos de mandato do Executivo, versando sobre todos os órgãos vinculados a administração do Estado, direta e indireta, sua viabilidade de operações e seus

⁵⁰ Durante o período de campanha, em entrevista concedida ao programa SBT Rio Grande, José Ivo Sartori apresentou suas propostas de governo alinhadas as que compunham seu plano de governo. Sua fala nesta entrevista se inicia exatamente apontando a busca da renegociação da dívida com a União somada a outras ações econômico-administrativas como sendo um caminho a ser seguido na busca do equilíbrio fiscal do RS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w-DKH6Sn0Co>.

⁵¹ Em material publicado pela assessoria de comunicação do Governo do Estado em fevereiro de 2015, ainda quando das reuniões de alinhamento as ações das Secretarias de Estado, Burigo despontava como responsável pela organização da aplicação do plano de governo daquela gestão, como indica a matéria citada. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/secretaria-geral-de-governo-reune-equipe-para-alinhar-modelo-de-gestao>.

custos administrativos, visando compreender a dotação orçamentária do Estado e, partindo daí, propor soluções de gestão caso necessário.

O estudo produziu como resultado uma análise sobre o funcionamento de todas as Secretarias de Estado, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas vinculadas ao Estado do Rio Grande do Sul, partindo de um primeiro passo que foi a definição de quais seriam os serviços essenciais que o Estado deveria oferecer à população, identificando quais poderiam ser repassados à iniciativa privada e quais poderiam ser extintos por não cumprirem função pública. Foram elencados, saúde, segurança pública, educação, assistência social e infraestrutura, como os pilares do que o Estado deveria assegurar aos seus cidadãos. O ex-Secretário, em entrevista concedida para este trabalho, ainda cita as questões referentes a Cultura e ao Turismo como sendo ações sociais que precisariam do Poder Público.

A Crise Fiscal vivida pelo Estado do Rio Grande do Sul, numa situação que se arrasta há quase cinco décadas, limitava profundamente as ações pretendidas pelo Governo Sartori. O Estado do Rio Grande do Sul possuía então despesas maiores que suas receitas, aprofundando assim a crise financeira existente, colocando-o dentre todos os estados brasileiros como um dos maiores devedores a União. Buscou-se então arquitetar ações que reestruturassem as formas de ação do Estado do Rio Grande do Sul, num primeiro momento primando pelo equilíbrio das contas públicas, o que possibilitaria assim um planejamento orçamentário de longo prazo que reduzisse significativamente o passivo de sua dívida existente. Este plano de ação abria espaço para a renegociação da Dívida Pública e realização de novos investimentos estatais visando a atração de novas empresas e investimentos privados, assim dinamizando o sistema produtivo gaúcho e fomentando sua economia como um todo.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, aponta Burigo em sua entrevista, o Estado do RS criou diversas empresas públicas que, naquela época, eram essenciais ao seu desenvolvimento econômico, estando em alinhamento político com o projeto político-econômico praticado pelo Governo Federal, apostando no Estado como indutor do desenvolvimento. Estas empresas estatais criadas pelos Governos das épocas citadas prestavam serviços que a iniciativa privada então não entregava satisfatoriamente, sendo estes profundamente necessários naquele

período. Desde então, segundo o ex-Secretário, a máquina pública começou a crescer exageradamente, principalmente devido a presença do Estado em setores produtivos da economia, e com o tempo passou a possuir uma estrutura financeiramente insustentável. Em suas palavras: “o Estado foi ficando gigante”.

O ex-Secretário Burigo relatou que a obrigação orçamentária do Rio Grande do Sul com a folha de pagamento mensal de seus servidores compromete sua possibilidade de novos investimentos, já que a arrecadação do Estado é insuficiente para a realização de ambos. Para a quitação de suas obrigações orçamentárias e a realização de investimentos infraestruturais de forma concomitante seria então necessária uma nova fonte de receita ou, como proposto pelo Executivo, a redução de obrigações existentes. Assim, sem caixa para investimento, umas das ideias propostas pela gestão Sartori foi à realização de PPP's⁵² - Parcerias Público-Privadas –, concedendo a exploração de determinados mercados à iniciativa privada com a obrigação de investimento no setor por parte da empresa que estivesse apta a realização do serviço, ao exemplo do que já acontece na concessão das rodovias estaduais e federais.

O aumento salarial concedido pelo governo de Tarso Genro⁵³, segundo Carlos Burigo, prejudicou ainda mais a situação fiscal do Estado visto que naquele momento não seria prudente aumentar a porcentagem do orçamento disposto com a folha salarial. Assim, apontou-se que o gasto com o pagamento da folha dos servidores das Fundações e Empresas Públicas seria uma das possibilidades de economia, visto que por possuírem regime trabalhista diverso ao dos servidores estaduais ligados diretamente ao Poder Executivo não poderiam ter seus salários atrasados ou parcelados, assim como os demais servidores ligados ao Executivo.

⁵² Já nos primeiros meses de governo a gestão promulgou uma lei que reduzia a burocracia a fim de agilizar os processos e, atrair e efetivar um número maior de contratos entre o Estado e a iniciativa privada. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/01/governo-sanciona-lei-que-amplia-parcerias-publico-privadas-no-rs.html>.

⁵³ Durante a gestão do petista houve, além das reposições salariais baseadas no aumento fixado conforme o salário mínimo nacional previstos em lei, o pagamento de aumentos reais no salário do funcionalismo público estadual, ao exemplo dos valores pagos ao Magistérios Estadual e a servidores de alguns órgãos da administração indireta. No caso dos servidores da Fundação Piratini houve a apresentação de um Plano de Carreira aos funcionários já empossados e a proposição de um novo Plano aos que integrariam o corpo da fundação a partir do Concurso Público realizado em 2014, atualizando a relação entre cargos e salários e a possibilidade de progressões dentro da carreira.

O governador Sartori, em ato simbólico durante seu primeiro ano de mandato, abriu mão de seu aumento salarial⁵⁴. O aumento do salário do governador - que foi aprovado pela Assembleia Legislativa, mas poderia ter sido vetado por Sartori - contemplou automaticamente todos os Secretários de Governo, Deputados, servidores do Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do RS, além de todos os servidores estaduais ligados ao Poder Judiciário. Essa ação foi praticada como forma de sinalizar a população seu compromisso com a situação fiscal do Estado, mesmo que tal negativa em aumentar os vencimentos de seu cargo (de R\$ 17.347,14 para R\$ 25.322,25) não tivesse impacto significativo no orçamento estadual visto que por não ter vetado o aumento, e sim sancionado o disposto pela Assembleia Legislativa, todos os demais servidores que teriam direito foram contemplados com o reajuste que os cabia. Este episódio fortaleceu perante a opinião pública a retórica de que parte significativa da má situação fiscal do Estado do Rio Grande do Sul se deve aos altos salários recebidos pelos servidores estaduais, não discriminando a qual poder estes servidores estão vinculados nem os cargos que ocupam, os vencimentos que lhes competem, nem e qual a base de cálculo do reajuste a que cada categoria teve direito.

Burigo aponta em sua entrevista que o Estado do RS não acompanhou plenamente o processo de globalização, que se intensificou no Brasil a partir da década de 1990, modernizando a estrutura de funcionamento dos Estados a partir de uma nova dinâmica econômica vinculada a circulação internacional de bem e serviços e o fomento da competitividade produtiva. Ele afirma que no RS se continuou com práticas que são danosas a integração produtiva global, seja ela por meio de burocracia demasiada ou mesmo por carga tributária elevada e que não é atraente ao empresariado. Assim, o Plano de Modernização do Estado buscava o desenvolvimento econômico através da reestruturação o modelo de ação do Estado, priorizando apenas a prestação serviços considerados essenciais.

O Estado do RS, segundo o ex-Secretário, possuía então muitas empresas que o Governo Sartori, após detalhada análise, considerou como *“não possuindo mais função pública”*, visto que, como anteriormente dito, o serviço prestado por

⁵⁴ O ato de renúncia ao aumento salarial foi repercutido em matéria publicada pelo portal G1/RS. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/01/sartori-volta-atras-e-anuncia-que-abre-mao-de-reajuste-salarial.html>.

estas empresas públicas atualmente também é entregue pela iniciativa privada, com menor custo e maior eficiência. Não haveria então a necessidade de o Estado manter tais empresas, que acabam sendo sobressalentes à função que se presta a máquina pública, acarretando em custos considerados desnecessários.

O estudo descrito pelo ex-Secretário Burigo durante entrevista, realizado pela gestão Sartori, teria como missão localizar estas empresas – que atualmente teriam seus serviços ofertados e supridos pelo mercado - a fim de “enxugar a máquina pública”. Buscava-se eficiência na prestação daqueles serviços que eram considerados essenciais pelo Governo, atentando-se para aqueles que não eram mais considerados de obrigatoriedade de prestação por parte do Estado, repassando-os a iniciativa privada ou mesmo eliminando a prestação daqueles que se julgava onerosos ou desnecessários a função pretendida pelo modelo de Estado que então se propunha.

Avaliando as Empresas Públicas e Fundações sob uma lógica de empresa privada, objetiva, primando pela eficiência e pela redução nos custos de operação, o relatório elencava características essenciais para sua sobrevivência destas dentro da estrutura do Estado. Assim a análise da função destas empresas/fundações, segundo o ex-Secretário, seria baseada em uma série de questões que avaliariam estas empresas. São elas: a) Que tipo de serviço a empresa prestava?; b) Ela teria função de Estado?; c) Existiam empresas no setor privado que entregam o mesmo tipo de serviço?; d) Qual seu número de funcionários?; e) Possuía prédio próprio?; e, f) Qual seu custo de operação ao Estado? Partindo destas questões o ex-Secretário aponta que buscou-se realizar uma “radiografia” do Estado, apontando então quais destas Empresas e Fundações eram compreendidas como essenciais e quais poderiam ser privatizadas ou simplesmente deixar de existir.

Ainda segundo Carlos Burigo, em entrevista realizada para esta pesquisa, as Secretarias de Estado também foram analisadas a fim de reduzir o número das então existentes. Assim, ao fim do processo de análise, no momento da proposição do projeto de reestruturação do Estado, houve a redução do número de Secretarias, por fusão de pastas ou pela sua extinção. Das 29 Secretarias de Estado existentes

no Governo Tarso reduziu-se para 20 secretarias no início do Governo Sartori⁵⁵, e após a conclusão do estudo proposto chegou-se ao número de 17 Secretarias, primando pelos princípios de gestão e economia. O projeto para a redução do número de secretarias teve de ser levado à votação na Assembleia, sendo chamado de PL 247/2016⁵⁶, aprovado no dia anterior a votação do projeto de lei que definiria o futuro das Fundações Públicas do RS.

Ambos os projetos de lei, PL 246/2016 e PL 247/2016, convergem ao ideal da reestruturação administrativa do Estado proposta pela gestão Sartori, onde o discurso apontava para a busca por um modelo de gestão qualificada e pelo equilíbrio fiscal, tendo como fim a maior eficiência e eficácia nos serviços públicos prestados. A justificativa oficial apresentada no texto do PL 247/2016⁵⁷, publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, apontava como objetivo “a prestação de serviços de qualidade ao cidadão rio-grandense, a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia na relação poder público e sociedade”, ainda versando sobre estrutura administrativa e as diretrizes adotadas pelo Poder Executivo.

A privatização de Empresas Públicas de determinados setores também era apontada como uma forma de atração ao investimento privado, principalmente o investimento externo, o que possibilitaria a geração de novas receitas ao caixa do Estado. Partindo deste pressuposto o Governo Sartori se propôs, além da extinção das diversas Fundações presentes no PL 246/2016, a colocar em prática um audacioso plano de privatizações que contemplaria CEEE, Sulgás e Banrisul. Porém a impossibilidade de ofertar estas empresas à iniciativa privada sem antes realizar uma consulta pública em forma de plebiscito fez com que o Executivo preparasse um Projeto de Lei que, se aprovado pela Assembleia Legislativa, retiraria a obrigatoriedade legal da realização deste plebiscito. Logo, por tratar-se de uma matéria polêmica e que chamaria atenção da opinião pública, causando grande repercussão, optou-se, numa hábil manobra política, por apresentá-lo somente após as votações que definiriam o futuro das Fundações.

⁵⁵ A afirmação baseia-se em nota publicada no portal oficial do Governo do RS onde é descrita a redução de 30% do número de Secretarias de Estado. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/publicada-lei-que-reduz-em-30-o-numero-de-secretarias>.

⁵⁶ Texto integral do Projeto de Lei disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20161202-01-100000/EX20161202-01-100000-PL-247-2016.pdf>

⁵⁷ Texto integral disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20161202-01-100000/EX20161202-01-100000-PL-247-2016.pdf>.

Toda justificativa pública apresentada pelo Poder Executivo para a extinção das Fundações sempre apontava para o fato destas serem onerosas ao Caixa Único do Estado, estando numa situação oposta a apresentada por empresas como Banrisul e Sulgás. O ex-Secretário Burigo em sua entrevista aponta o caso da Corag, uma empresa tida como onerosa ao caixa do Estado, onde o serviço prestado também era oferecido pela iniciativa privada, com custos menores e qualidade superior já que esta Empresa Pública não sofreu processos de modernização tecnológica e seus custos de produção não se mantiveram competitivos com os apresentados pelo mercado. O fato de algumas das empresas supracitadas apresentarem lucro em suas operações e mesmo assim estarem nos planos de privatização do Governo Sartori nos é esclarecido pelo ex-Secretário Burigo pelo fato de que estas, mesmo lucrativas, não possuiriam a capacidade de investimento necessário para a ampliação da prestação de seu serviço, poder este possível pela ação do capital privado.

Burigo segue seu argumento referindo-se diretamente a Sulgás: “por mais que ela dê lucro ela precisa ter um volume muito grande de investimento para atender a demanda futura das empresas”, situação que não é suportada pela atual situação financeira do Estado que não poderia deslocar recursos já comprometidos para realizar investimento no setor. O ex-Secretário ainda aponta que o papel do Estado seria então de regular a distribuição do gás, deixando sua exploração e comercialização sob responsabilidade da iniciativa privada. Esta mudança de postura do Estado é apontada como fator positivo pelo ex-Secretário, onde ele afirma que tal situação fomentaria a competição entre empresas privadas, também atraindo novos investimentos para o Rio Grande do Sul, aumentando assim sua arrecadação tributária possibilitando investimento estatal em outras áreas.

A privatização de Empresas Públicas voltaria à pauta da Assembleia Legislativa em 2019, durante o Governo Leite. Naquele ano a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, tendo como relator o Deputado Romeu Turra (Progressistas), protocolou uma PEC que desobrigaria a realização um plebiscito para a privatização do Banrisul⁵⁸, Procergs e CORSAN, em manobra política

⁵⁸ Mesmo com o compromisso do Governador Eduardo Leite em não levar a pauta adiante a proposta foi protocolada por um deputado de sua base aliada, parlamentar este filiado a seu partido, o PSDB.

semelhante a que ocorreu para a aprovação de outra PEC que retirou esta mesma obrigatoriedade existente sobre CEEE, CRM e Sulgás⁵⁹. Tal manobra política da gestão de Eduardo Leite aponta semelhanças entre a agenda político-econômica de ambos os governos, claramente alinhadas a um viés neoliberal de ação governamental buscando a redução da máquina pública através de privatizações e outras medidas como as anteriormente aqui descritas.

4.1 O embate político por trás da aprovação do PL246/2016

Publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 24 de novembro de 2016, o Projeto de Lei (PL) 246/2016 autorizava a extinção de determinadas Fundações de Direito Privado da Administração Pública Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, sendo elas a Fundação Zoobotânica, a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), a Fundação Piratini, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), e a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN).

O PL que foi apresentado a Assembleia Legislativa já previa em seu artigo 2º que o Estado do RS assumiria as obrigações legais das fundações. Dizia ele:

Art. 2º Extintas as fundações referidas no art. 1º desta Lei, o Estado sucederá nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo, convênio ou contrato, inclusive quanto a eventuais obrigações remanescentes, bem assim nas demais obrigações pecuniárias.

O texto continua em parágrafo único onde é expresso que “o Estado sucederá em direitos e obrigações decorrentes de normas legais, ato administrativo, convênio ou contrato em vigor celebrados pelas Fundações referidas no artigo 1º desta Lei, podendo, inclusive, declarar a sua suspensão ou rescisão”. Assim, compreende-se que o Poder Executivo já previa como agiria para garantir os serviços que eram prestados a comunidade por estes Órgãos da administração Indireta, garantindo-os ou deixando de ofertá-los.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/10/pec-que-preve-fim-de-plebiscito-para-privatizar-banrisul-avanca-na-assembleia-ck1r1477z062s01n3z1en30s2.html>.

⁵⁹ Tal PEC foi aprovada em primeiro turno, por 40 votos a 13, demonstrando a habilidade política do Executivo e a força que o Governo Leite possuía então dentro da Assembleia Legislativa. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/04/assembleia-aprova-em-1o-turno-retirada-da-exigencia-de-plebiscito-para-privatizar-tres-estatais-cjuuc93si00ge01roglnvlpfg.html>.

O artigo seguinte, o 3º, versa sobre o patrimônio destas Fundações, afirmando que se aprovado o Projeto de Lei possibilitando as extinções, “todos os seus bens reverterão ao patrimônio do Estado, podendo ser alienados”. Dando indícios de uma possível motivação para a extinção de determinadas fundações, que possuíam considerável patrimônio, imóvel ou mesmo material relativo às suas atividades fim.

Os artigos 4º, 5º e 6º, tratam do quadro de empregado das Fundações apontando o destino dados aos servidores, sejam eles concursados ou contratados. Teriam seus contratos rescindidos num prazo de até 180 dias os funcionários das fundações que não tivessem sido contratados por meio de concurso público, aqueles que não tivessem estabilidade garantida judicialmente, sendo estes aproveitados ou colocados em disponibilidade na Administração Pública Estadual. Quantos aos contratos emergenciais existentes e os servidores cedidos de outros órgãos da administração Pública às fundações, teriam os primeiros seus contratos rescindidos e os últimos voltariam a seus órgãos ou entidades de origem. Após a extinção das Fundações seriam extintos os empregos vagos pertencentes aos Planos de Empregos, Funções e Salários e os que vagarem durante o processo, ficando extintos também todos os Planos de Empregos, Funções e Salários.

O artigo 8º determina a criação de uma Comissão Especial para “acompanhar e monitorar a execução dos atos legais e administrativos”, sob a responsabilidade do Poder Executivo até o cumprimento do disposto na Lei. Assim o Estado assumiria o ônus jurídico e econômico que pudessem ocorrer, tanto em relação ao patrimônio destas fundações quanto dos servidores, já prevendo que estes seriam base para os principais entraves às extinções.

No artigo seguinte, de nº 9, fica definido que o Poder Executivo poderá se utilizar de orçamento extra para as pastas encarregadas da execução da extinção das fundações, desde que previsto na Lei Orçamentária Estadual:

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, no orçamento da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos, Secretaria do Planejamento e Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para realocar os recursos orçamentários da entidade de origem, limitados aos saldos dos projetos e atividades correspondentes, ou retificar as classificações orçamentárias necessárias ao cumprimento desta Lei.

Como justificativa, a Lei Complementar é apontada no texto oficial como sendo necessária para a possibilidade de aplicação das medidas econômicas integrantes do Plano de Responsabilidade Fiscal pretendido pelo Executivo.

A medida busca dar continuidade às reformas na estrutura da Administração Pública do Estado, dando cumprimento às metas de controle de despesas de custeio e de reorganização no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul.

A proposta enviada à Assembleia Legislativa para apreciação demonstrava uma perspectiva de gestão operada pelo Governo Sartori, reformando a estrutura do Estado do Rio Grande do Sul à luz dos preceitos político-econômicos que moldavam a agenda proposta. O PL expõe em seu texto que: “as circunstâncias atuais exigem que tenhamos uma estrutura administrativa enxuta, transparente, eficaz, inserida em um modelo pautado pela modernização da gestão e pela priorização das atividades-fim do Estado”, demonstrando o posicionamento e o claro direcionamento das ações políticas do Executivo gaúcho naquele momento. Seu posicionamento se alinha a perspectiva neoliberal em fazer com que o Estado intervenha cada vez menos no âmbito social, delegando tal função a setores organizados da sociedade.

Apontamos que na configuração do cenário político, ou seja, a disposição dos atores políticos em determinado período e contexto, onde se define o direcionamento das ações do Estado, estão presentes diversas disputas internas pela dominação deste campo político, concomitantemente a composição de alianças pontuais e instáveis devido às disputas de poder eminentes entre as partes, baseadas nos interesses que estas defendem. A teoria de jogos competitivos em dois níveis apresentada por Elias⁶⁰ aponta que os representantes políticos enquanto jogadores “ajustam-se como rodas dentadas e, assim, indivíduos que são inimigos a um determinado nível podem ser aliados a outro nível” (Elias, 2005, p.95). Este apontamento nos ajuda a compreender o processo social de associação destes agentes políticos, que investidos de cargos público elegíveis por voto direto dentro um sistema político democrático tendem a trabalhar pela defesa de determinados interesses, como representantes de grupos específicos de poder e,

⁶⁰ O jogo de dois níveis de tipo oligárquico é apresentado por Elias em sua obra *Introdução à Sociologia* (2005), onde o autor trata da relação de interdependência de um grupo de jogadores (atores sociais) e sua relação com a figuração exercida em um nível de disputa onde estes já não jogam diretamente uns com os outros já que tal função é delegada.

costumeiramente, não representam a diversidade de demandas sociais que compõe as necessidades de seus eleitores.

Tais alianças políticas são articuladas em prol de decisões estratégicas que visam objetivos bem definidos, porém tendem a deparar-se com situações não planejadas. No caso aqui analisado pode ser exemplificada tanto pela articulação político-social que fez oposição a proposta do PL 246/2016, quanto às decisões jurídicas que impuseram a impossibilidade de extinção da Fundação Piratini, como planejada pelo Executivo, demonstrando a instabilidade do poder.

Como foi reiterado pelo ex-Deputado Pedro Ruas e pelo jornalista Milton Simas Jr., entrevistados para esta pesquisa, o Governo Sartori claramente apostava em sua maioria numérica dentro da Assembleia Legislativa para a aprovação do Pacote de Projetos de Lei que permitiria a extinção das Fundações. Assim, houve uma impossibilidade na ocorrência de negociações sobre o tema, tanto quando proposto por parlamentares da oposição quanto pelas representações sindicais dos servidores estaduais afetados. Essa postura só pôde ser adotada pelo Governo Sartori devido à configuração específica da Assembleia Legislativa nesse período, em que a maioria dos parlamentares estava alinhada ao Executivo. Assim como no caso em análise, em diversas ocasiões durante esta gestão estes representantes eleitos da sociedade não se dispuseram ao diálogo sobre potenciais efeitos de determinado projeto que estiveram em pauta, apenas defendendo os seus interesses e aqueles aos quais eram subservientes.

O fato de utilizar-se da estrutura política existente para assim assegurar ganhos específicos - seus e daqueles com os quais mantém algum tipo de associação política fora do campo político profissional -, universalizando suas demandas próprias como se fossem as daqueles a que representam legitimamente através do voto que os elegeu, segundo Bourdieu, faz com que os indivíduos atuantes no campo político exerçam “o monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos, quer dizer, politicamente expressos e reconhecidos” (2006, p. 169). Assim, quando da proposição de um projeto político por parte daqueles que detém o monopólio da representação no sistema, mesmo que tal altere o aparelho ao qual está subordinado, dá-nos a impressão de legitimidade na ação se não

contestado dentro do mesmo campo por indivíduos que se equivalham em capital social.

O ex-deputado pelo PSOL, Pedro Ruas, afirmou em sua entrevista que não houve diálogo entre o Executivo gaúcho durante o Governo Sartori e as bancadas dos partidos que o faziam oposição, nem mesmo uma apresentação formal do projeto de extinção destas Fundações Públicas. Ruas afirma que, em via de regra, como fez o Governo Sartori, os governos juntam sua base de apoio dentro do Legislativo em torno de projetos e não negociam com a oposição. Em suas palavras: “com a oposição não há conversa... quem pode mais, chora menos”. Convocando a ideia de equilíbrio de poder em Elias (2005), sendo este um elemento integral nas relações humanas, apontamos que existiu uma grande disparidade de forças entre situação e oposição na Assembleia no período das votações, de forma estrutural onde base de apoio ao Governo Sartori era mais volumosa, visto que no sistema político adotado há voto proporcional entre cada indivíduo parlamentar e a proporção da polarização política consolidou o objetivo pretense pelo Executivo. Tal configuração política, presente na votação do PL 246/2016, possibilitou uma vitória política do Governo Sartori na Assembleia, e assim a adoção desta postura irredutível de indisposição ao diálogo, como descrita pelo ex-deputado Pedro Ruas, se mostrou exitosa.

As falas de Milton Simas, Rober Itturiet e Newton Silva convergem quanto a indicar a inexistência de diálogo entre as representações sindicais dos servidores - não só da Fundação Piratini -, com o Executivo gaúcho, impossibilitando assim que houvesse qualquer tipo de negociação entre as partes sobre o futuro dos empregos e a prestação dos serviços oferecido pelas Fundações. Os entrevistados apontam também para um esforço de aproximação coletiva e união de forças por parte de representações sindicais e servidores que estas representavam, somados ao apoio à causa expresso pela comunidade externa.

Milton Simas e Rober Itturiet, em suas entrevistas, corroboram com a afirmativa do ex-deputado Pedro Ruas indicando que os sindicatos - tanto o Sindjors quanto o SEMAPI, que em determinadas ocasiões foram por eles representados nas reuniões - não tinham boa interlocução com o Executivo gaúcho, tendo diversos pedidos de reunião negados. Ambos apontam também que não houve

disponibilidade por parte dos Deputados da situação em dialogar sobre o projeto que, justificando-se com alegações diversas, negavam-se a dialogar com os sindicatos e outras representações das partes. Segundo Milton Simas, “eles nem nos recebiam, sabe... eles nem queriam conversa”, afirmação essa que indica a existência das movimentações de aproximação por parte das representações sindicais na busca de diálogo. Ele continua citando que as falas dos parlamentares alinhados ao governo apresentavam uma postura evasiva. Simas afirmou que a postura de alguns deputados transparecia “aquela coisa fechada... eu tenho que votar com o Governo”.

A ausência de diálogo entre o Executivo e as demais partes interessadas no PL 246/2016, servidores das Fundações e seus representantes legais, e mesmo entre o Executivo e a fatia do Legislativo que em princípio se propunha a discutir o Projeto de Lei, levou a conjunção de forças entre servidores, representantes sindicais e uma fatia da sociedade civil que durante o decorrer do processo, antes mesmo da apresentação e da votação do PL, já reconhecia a importância social da pauta e os possíveis desdobramentos embutidos em caso de aprovação do projeto. Assim movimentações político-democráticas configuraram-se de forma a buscar a defesa da comunicação pública no Rio Grande do Sul.

O movimento articulado por servidores da TVE-RS e da FM Cultura com a finalidade de defender a existência da Fundação Piratini foi responsável pelo desenvolvimento de uma série de ações sociopolíticas através do movimento intitulado “Salve, Salve, TVE e FM Cultura!”. Procurando aproximar a sociedade civil da causa defendida por eles, demonstrando a situação vivida pela Fundação e a perspectiva de futuro então presente, com a possibilidade de sua extinção, buscou-se demonstrar que a extinção da Fundação afetaria diretamente os serviços prestados pelos veículos que a compunham. Organizou-se então apresentações artísticas, gratuitas, como o show que ocorreu em 5 de novembro de 2016⁶¹ no

⁶¹ O ato-show organizado pelo Movimento dos Servidores da FM Cultura e da TVE-RS, com o apoio do Sindicato dos Jornalistas do RS, da CUT-RS e do SEMAPI, buscava alertar a comunidade sobre a situação de ameaça vivida pelos dois veículos, visto que o projeto de extinção da Fundação Piratini ainda não havia sido apresentado pelo governo Sartori à Assembleia Legislativa. Naquele período uma possibilidade de alteração do local da sede da Fundação no Morro Santa Teresa devido ao fim do contrato com a EBC – durante o governo de Michel Temer - e a eventual cobrança de aluguel pelo uso do prédio mobilizou servidores e sindicatos antevendo a situação que se apresentaria no mês seguinte.

Parque da Redenção, com a presença de prestigiados artistas gaúchos como Hique Gomes, Antônio Villeroy e Thiago Ramil, entre outros, além da apresentação do grupo Tribo Brasil e da banda Os Replicantes, apoiando os servidores e a manutenção da Fundação.

O movimento também foi responsável pela produção de um relatório com aproximadamente 40 páginas⁶² descrevendo alguns dos diferenciais no serviço prestado por estes dois veículos de comunicação, públicos, e por isso ímpares frente aos veículos comerciais e estatais. O documento analisa a programação dos dois veículos salientando suas características especiais como os programas voltados para públicos específicos não representados (ou pouco) na programação de veículos comerciais. Programas voltados à cultura negra como o *Nação*, além da cobertura de eventos esportivos amadores e paradesportivos, são descritos no documento como diferenciais apresentados pela TVE-RS e são apontados como incomuns na grade de programação de outras emissoras de televisão abertas.

Quanto à produção da TVE-RS, o documento enaltece o fato de a emissora ser, dentre todas as sediadas no Rio Grande do Sul - sejam elas privadas/comerciais, estatais, universitárias ou públicas - a que tem maior tempo em sua grade de programação preenchida com veiculação de produtos audiovisuais produzidos no estado. Tal característica acaba por fomentar a economia criativa gaúcha, que segundo o relatório, representou cerca de 4% do PIB do RS em 2015 (R\$11,7 bilhões), gerando empregos direta e indiretamente, não só na capital do estado, mas também no interior através das 42 produtoras parcerias. Atingindo cerca de 6,5 milhões de telespectadores em 59 municípios a TVE-RS era, naquele período, a emissora com o 2º maior alcance de cobertura no Rio Grande do Sul.

Também é descrita no documento a dotação orçamentária da Fundação Piratini, detalhando os valores gastos com seu custeio, os valores referentes a folha salarial de seus colaboradores e os valores anuais dispostos em investimentos nas operações de seus veículos. O documento aponta que o Executivo aportou sobre as nove Fundações que compuseram o PL 246/2016, no ano de 2015, o valor estimado de R\$120 milhões em seus custeios, representando 0,44% do orçamento do Executivo para aquele exercício. Assim, o documento afirma que a economia

⁶² Documento disponível apenas em versão impressa.

realizada a partir da extinção destas Fundações seria insignificante frente ao montante orçamentário do executivo, trazendo um efeito negativo causado pelo fim da prestação de determinados serviços públicos que não se encontra equivalente na iniciativa privada, e que os valores que se previa economizar com as extinções destas fundações não se justificaria baseado no custo destas ao Estado.

Questionava-se então os valores gastos pelo Executivo gaúcho com sua publicidade oficial onde, segundo o relatório, o valor demandado era de aproximadamente R\$80 milhões anuais. Também há o questionamento sobre empresas estatais e empresas de economia mistas que possuíam altos valores orçamentários destinados a publicidade, despendido pelo Estado, e que poderiam ser aplicados nos veículos da Fundação Piratini, tanto para a produção destes materiais quanto para a veiculação deste. Como exemplo de orçamento o relatório aponta o valor de R\$48 milhões anuais que o Banrisul destinou no ano de 2016 a este fim. Ainda sobre as verbas publicitárias do Estado e de Empresas Públicas, o documento propunha o reenvio a Assembleia Legislativa do Projeto de Lei do ex-Deputado Carlos Araújo que propunha a garantia de que 20% das verbas publicitárias de Executivo e Legislativo fossem repassadas a Fundação Piratini.

O documento também propõe que parte do orçamento da Fundação Piratini seja captado a partir de então por meio de leis de incentivo como a Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991). Dessa forma seria possível, segundo o relatório, a captação de até R\$ 2,3 milhões anuais, como ocorrido no ano de 2015. O orçamento da Fundação Piratini no exercício em que se decretou sua extinção foi de aproximadamente R\$ 24 milhões, consistindo num valor que se mostrou insuficiente para a realização de investimentos nas operações de seus veículos e assim justificando-se a importância de captação externa de verbas. A reestruturação do departamento de Comunicação e Marketing da Fundação também era uma das proposições do documento, indicando esta ação como uma forma de se buscar novos modelos de financiamento, seja por meio de Leis de Incentivo, como já apontado, ou pelo aporte de Fundos Internacionais destinados a produção cultura.

O relatório ainda apresenta uma série de propostas que fazem parte de um projeto de reestruturação administrativa da Fundação Piratini, tentando assim preservá-la como pessoa jurídica, mantendo-a como responsável legal pelas

atividades da TVE-RS e da FM Cultura, eximindo a possibilidade de extinção da mesma. A redução de 50% dos cargos em comissão - que costumam ser nomeados pelo governo da hora frente o Poder Executivo - é apontada no documento como uma forma eficaz de redução orçamentária no que é dispendido com a folha salarial na Fundação Piratini, visto que estes ocupam cargos diretivos que são altamente remunerados se comparados aos servidores estatutários. Havia também a proposição da criação de um Fundo Público, não contingenciável pelo Executivo, que pudesse ser aplicado para investimentos em modernização infraestrutural.

Por fim, o documento apresenta uma listagem com prêmios recebidos por programa e profissionais da FM Cultura e da TVE-RS até o ano de 2015, ultrapassando uma centena de honrarias que vão de premiações regionais até internacionais. Do *Prêmio Açorianos* ao *Prêmio ARI de Jornalismo*, conquistados diversas vezes por diversos programas e profissionais, até o *Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos* e o *Prêmio Ibero-americano de Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente*, premiações estas dadas a valorização e proteção dos Direitos Humanos demonstrando o prestígio do papel social destes veículos na construção da sociedade. O reconhecimento dado as produções da TVE-RS por organizações da sociedade civil, entidade de classe e organizações defensoras de direitos internacionalmente reconhecidos salientam a importância de seu papel social na comunicação, e na sociedade, do Rio Grande do Sul.

A apresentação do documento que contemplava esta série de propostas de reestruturação da Fundação Piratini deveria ter sido entregue ao governador por meio das Secretarias imputadas da extinção das fundações, depois de uma série de reuniões para a negociação do processo que haviam sido previamente solicitadas por sindicatos e pelo movimento dos servidores da TVE-RS e da FM Cultura. Estas reuniões, como aqui já exposto, nunca aconteceram devido às negativas do Poder Executivo, impedindo assim que as propostas fossem apresentadas. Tal negativa do Governo Sartori não impediu que, organizados, servidores e representantes de sindicais articularassem em prol da defesa das Fundações e a manutenção dos serviços por elas prestados juntamente da defesa dos empregos por elas gerados.

O documento anteriormente citado apresenta outra crítica pertinente sobre a situação fiscal do Estado do Rio Grande do Sul. Elucidado no documento produzido

pelo movimento de servidores e endossado pela fala do ex-deputado Pedro Ruas⁶³, a crítica incide sobre a sonegação fiscal no Estado do RS. Segundo o documento, entre os meses de janeiro e novembro de 2016, cerca de R\$6,4 bilhões foram sonegados no Estado do Rio Grande do Sul. O documento apresenta ainda uma contestação ao próprio material institucional publicado pelo Governo do Estado para informar sobre o ajuste fiscal então proposto, visto que os valores apresentados não corresponderiam à realidade, tendo sido manipulados.

Segundo o jornalista Milton Simas, presidente do Sindjors na época da votação do pacote que extinguiu a Fundação Piratini, houve procura por parte dos sindicatos de uma aproximação com os parlamentares, de situação e de oposição, no intuito de discutir o pacote e os possíveis efeitos das extinções sobre os servidores das Fundações e também sobre a continuidade da prestação do serviço de cada uma delas. Simas afirma que os parlamentares da situação não abriram espaço para diálogo, alguns afirmando que deveriam votar automaticamente alinhados a proposição do Governo, ou seja, votar pela extinção das Fundações. Em contraponto, as bancadas de oposição ao Governo Sartori se mostraram dispostas ao diálogo, mesmo as que durante a votação estivessem divididas, votando favoravelmente e contrariamente à aprovação do pacote.

A aproximação entre o Sindicato dos Jornalistas do RS e o Sindicato dos Radialistas, e posteriormente a aproximação com o SEMAPI, é apontada por Milton Simas como fator determinante no fortalecimento do posicionamento de luta contra a efetivação do pacote, onde a soma de forças constituiu maior poderio de negociação com os parlamentares opositores ao Governo Sartori, abrindo assim canais de diálogo entre os servidores representados por estes sindicatos e representantes do povo eleito para a Assembleia Legislativa. Ao exemplo do ocorrido no PDT, não houve alinhamento automático de votos nas outras bancadas que formavam o bloco de oposição, sendo necessário assim amplo diálogo na busca de votos contrários à aprovação do pacote.

⁶³ O ex-deputado, em entrevista concedida ao autor desta dissertação, ainda critica os altíssimos valores das isenções fiscais concedidas pelo Governo Sartori ao grande empresariado. Ele cita os valores concedidos ao empresário gaúcho Lirio Parisotto, dono da empresa Videolar após a compra de empresa Innova, recebendo o benefício de R\$380 milhões em impostos que deveriam ser pagos ao longo de 20 anos.

Quanto ao dia em que ocorreu a votação do pacote de extinções, sendo aquele o último dia de atividade legislativa do ano de 2016, Milton Simas relata que houve grande dificuldade de acesso aos parlamentares que então apoiavam os servidores das Fundações em suas reivindicações. Foi negado aos servidores das fundações que estiveram presentes a possibilidade de acesso ao interior da Assembleia, seja no acesso aos gabinetes ou mesmo ao plenário que esteve fechado por considerável período de tempo e, após aberto, teve acesso restrito. Também foi afirmado por Simas, e reportado pela imprensa⁶⁴, a ocorrência de episódios de excesso do uso da força por parte da Brigada Militar contra os servidores que se manifestavam durante a votação na Praça da Matriz, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa.

No dia da votação, no período que a antecedeu, ocorreu a tentativa de formulação de uma articulação política para que cada uma das Fundações e Empresas Públicas presentes no PL 246, e nos demais projetos apresentados no dia, fossem votadas em separado. Tal manobra política não foi exitosa visto que a bancada governista e a presidência da Assembleia foram contrárias à votação neste novo molde, abrindo o plenário para a votação dos pacotes como propostos pelo Executivo.

Houve o rompimento de algumas bancadas que, sendo de oposição ou da situação, não votaram de forma uníssona o projeto em questão. Voltamos a citar como exemplo o caso da bancada do PDT gaúcho onde o partido foi o que apresentou a maior dissensão desta votação já que dos sete parlamentares que compunham a bancada do partido cinco foram contrários e dois favoráveis ao PL 246/2016. Mesmo havendo posicionamento do partido indicando que o voto dos parlamentares deveria ser contrário ao projeto do Executivo dois de seus parlamentares tomaram posição diversa. Ainda no PDT gaúcho ocorreu profunda

⁶⁴ Diversos veículos de comunicação gaúchos reportaram a dificuldade de acesso a votação que ocorria na Assembleia Legislativa do RS. No dia 19 de dezembro foi documentado em vídeo pelo *Jornal do Comércio* as movimentações que antecederam o início da votação (<https://www.youtube.com/watch?v=fs8whsYaOSk>), já com amostras das dificuldades impostas ao acompanhamento das votações e da truculência policial contra os servidores que seriam afetados pela votação. Já sobre o desfecho da votação e o decorrer desta, há uma reportagem aprofundada publicada pelo portal de notícias *Sul21* (<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/12/as-vesperas-do-natal-al-rs-aprova-extincao-de-oito-fundacoes-e-centenas-de-demissoes/>), descrevendo parte dos acontecimentos políticos da noite de votação e a situação encontrada pelos servidores que tentaram acompanhá-la.

discordância entre os votos de seus parlamentares sobre os outros PL's apresentados e votados naquela ocasião, onde alguns parlamentares apresentaram votos contrários ao indicado pelo partido, não necessariamente sendo os mesmo que votaram de formas diversas as indicações do partido no PL 246/2016.

Discordância semelhante quanto aos votos foi apresentada pelos parlamentares do PTB gaúcho que efetivaram três votos favoráveis e dois votos contrários ao PL que autorizou a extinção da Fundação Piratini. Quanto às demais bancadas partidárias, sejam de situação ou oposição, votaram estas de forma coordenada e coesa. Referentemente aos votos do PL 246/2016 as bancadas manifestaram-se da seguinte forma: PMDB (8 votos), PP (6), PSDB (4), PSB (3), PPS (1), PRB (1), PV (1) e PR (1) foram favoráveis; enquanto PT (11), PC do B (2), PSOL (1), PPL (1) e REDE (1) votaram contrários a aprovação do projeto⁶⁵.

A votação do PL246/2016 e dos demais pacotes votados naquela ocasião, como já aqui mencionado, marcou o último dia de atividade na Assembleia Legislativa no ano de 2016, numa clara manobra política arquitetada pela mesa diretiva da Assembleia Legislativa – sob a presidência da Deputada Silvana Covatti (PP), então aliada da gestão de José Ivo Sartori - que buscavam desarticular os movimentos contrários às extinções. Tal manobra, ao fim, mostrou-se exitosa visto que as pautas acabaram indo à votação em plenário dentro do período previsto pelo Executivo, mesmo com toda movimentação popular que tentou barrar seu andamento.

Conforme o ex-secretário Carlos Burigo, o Executivo cogitava a possibilidade de entregar à iniciativa privada a produção dos materiais audiovisuais que seriam veiculados pela TVE-RS, como confirmou Orestes de Andrades Jr. na entrevista radiofônica anteriormente citada. Haveria também a possibilidade de se ofertar o espaço televisivo a instituições universitárias do Rio Grande do Sul, mantendo a concessão sob a responsabilidade do Executivo gaúcho, porém modificando o modelo de televisão adotado, deixando de ser o modelo público e aproximando-o de um modelo educativo/universitário compartilhado por diversas instituições.

⁶⁵ A listagem completa de votos de todos os parlamentares sobre os projetos de lei que estiverem em votação junto ao PL 246/2016 pode ser conferida em matéria publicada pelo portal GaúchaZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/12/veja-como-votou-cada-deputado-nos-projetos-que-extingiram-nove-fundacoes-uma-autarquia-e-uma-companhia-8833118.html>.

Segundo o ex-Secretário Burigo, após a apresentação do projeto com o pacote de extinções aos parlamentares na Assembleia gaúcha “houve a movimentação das corporações em defesa de seus interesses”, sendo esse um movimento político natural. Ele aponta ainda que aconteceram discussões parlamentares sobre a viabilidade da aprovação do pacote com as extinções, recebendo também pressões externas sobre o tema. Afirmação essa que se opõe ao exposto por outros entrevistados. Burigo ainda aponta que a extinção das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas que compunham os pacotes que foram colocados em votação e aprovados, exceto aquelas em que havia a necessidade da retirada da obrigatoriedade de plebiscito (CRM, CEEE e Sulgás), representaram uma vitória política ao projeto de Estado proposto pelo Governo Sartori.

Burigo afirma ainda que, durante as votações e o processo de extinção das fundações, foi fabricada a imagem de uma situação de crise sobre o funcionalismo público muito maior do que a existente já que, segundo ele, dos cerca de 1150 servidores “apenas 400 teriam de ser demitidos e os outros seriam (re)alocados”. O ex-Secretário Burigo indica como positivo no processo de extinção o fato de o Executivo ter proposto um acordo de demissão, conjuntamente com os sindicatos sob a anuência da Justiça do Trabalho, pagando uma indenização superior a pertinente a cada servidor que aderisse ao acordo. O acordo de demissão voluntária foi aceito por parte significativa dos servidores, de diversas fundações, que incertos de seus futuros acabaram cedendo à pressão do Executivo. Sobre a adesão de jornalistas servidores da TVE-RS, Milton Simas afirma em sua entrevista que “a pressão... o assédio, a coisa toda estava desgastando todo mundo ali”, e assim alguns profissionais de gabarito acabaram optando por aceitar o acordo coletivo mesmo estando cobertos pelas garantias jurídicas dispostas aos servidores concursados.

Logo após a aprovação da possibilidade da extinção da Fundação Piratini foi dado a todos seus servidores um período de férias coletivas, algo que até então nunca havia acontecido. Durante esse período de “recesso”, de 22 de dezembro até 2 de janeiro, a grade de programação da TVE-RS foi preenchida por reprises, sem a apresentação de nenhum programa “ao vivo”. No dia 2 de janeiro de 2017, dia em que se encerraria o período de férias coletivas, ao tentar retornar as atividades laborais, os servidores da TVE-RS e da FM Cultura, foram impedidos de entrar nas

dependências dos veículos de comunicação e assumir seus postos de trabalho⁶⁶. Essa ação realizada pelo Governo Sartori teve como reação a impetração de uma ação judicial por parte e do braço jurídico do Movimento dos Servidores da Fundação Piratini que garantiria a permanência dos empregos.

Simas afirma que a articulação sindical - representada pela frente jurídica dos servidores da Fundação Piratini e os representantes sindicais – novamente solicitou, após a aprovação do pacote pela Assembleia, uma audiência com o Governador José Ivo Sartori e com o Secretário de Planejamento Carlos Burigo. Novamente não houve resposta à solicitação. Nesse mesmo período ocorreu a substituição da direção da Fundação Piratini, quando a jornalista Isara Marques deixou o cargo e foi substituída por Orestes de Andrade Jr. O novo presidente da Fundação teria como missão concluir o processo de extinção da Fundação Piratini e reestruturar as atividades da TVE-RS e da FM Cultura. A partir de então, sob a tutela de uma Secretaria de Estado, os veículos tiveram redução da sua força de trabalho – devido as demissões e a realocação de servidores - e consequentemente a diminuição da quantidade de materiais jornalísticos e de entretenimento produzidos por estes veículos.

As discussões sobre a legalidade jurídica das demissões ocorreram num primeiro momento apenas com a Procuradoria Geral do Estado e em seguida com a petição de recursos aos Tribunais Superiores. Durante esse período foi realizado um levantamento de todos os servidores da Fundação Piratini que compunham seu quadro anteriormente a promulgação da Constituição de 1988, estando estes em situação diversa a dos admitidos por meio de concurso público e que por tal motivo possuiriam estabilidade de emprego garantida por lei. Também nesse período começaram as discussões sobre a transferência dos servidores concursados da Fundação Piratini para outros órgãos da administração direta do Estado, sendo essa uma possibilidade para aqueles que não aderiram ao PDV proposto pelo Executivo. Milton Simas aponta em sua entrevista que aproximadamente cem servidores da Fundação Piratini foram realocados, confirmando a informação dada pelo jornalista Newton Silva de que alguns de seus colegas de TVE-RS passaram a ocupar cargos

⁶⁶ Ação semelhante havia acontecido dias antes, logo após a aprovação do PL246/2016 no dia em que se deu início ao "recesso de final de ano" anteriormente citado. Tal situação foi reportada em material jornalístico publicado pela Rede TVT (TV dos Trabalhadores), estando disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ekJPvSYZBAs>.

de assessoria de imprensa em órgãos de Estado como a Brigada Militar, Secretarias de Estado ou mesmo em locais como a Casa de Cultura Mário Quintana e o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, que são de responsabilidade do Governo do Estado.

Seguiu-se então um período de reestruturação das atividades dos veículos de comunicação que estavam anteriormente sob a responsabilidade jurídica da, agora já extinta, Fundação Piratini. O aprofundamento sobre a remodelação estrutural das atividades da TVE-RS será descrito no capítulo a seguir, juntamente com as considerações produzidas pelo autor sobre o processo e a estrutura política que propiciou tal acontecimento. Também será descrito brevemente a continuação do imbrólio jurídico que perdura até o momento que se constrói essa dissertação, referente à legalidade da extinção da Fundação Piratini segundo o princípio da complementaridade de serviços de radiodifusão estipulados pela Constituição Federal tratando sobre a concessão televisiva da TVE-RS.

4.2 A consolidação de um projeto? O futuro incerto da TVE-RS e seus efeitos sobre a comunicação pública no RS

A aprovação do PL 246/2016 na Assembleia Legislativa possibilitou ao Executivo gaúcho a extinção das Fundações Públicas que integravam o Projeto de Lei, efetivando a aplicação de uma medida político-econômica que o Governo Sartori julgava necessária para atingir o equilíbrio fiscal do Estado, sendo ela parte integrante de seu Plano de Modernização do Estado.

Buscando desonerar o Tesouro Estadual das verbas dispostas ao custeio dos órgãos da administração pública que se propôs extinguir - dentre eles a Fundação Piratini - o Governo Sartori por meio de um corpo técnico desenvolveu um estudo preliminar sobre o impacto destas extinções sobre o orçamento. Tal estudo buscou a viabilidade de aplicação destas medidas econômicas pela gestão de José Ivo Sartori, conforme aquilo que já fora descrito em seu Plano de Governo. A economia prevista pelo Executivo com a extinção das oito Fundações que compunham o PL 246/2016 era de aproximadamente R\$120 milhões anuais, sendo que o orçamento disposto a elas representava menos de 0,5% do orçamento anual disposto no exercício anterior.

Segundo matéria publicada no portal GaúchaZH⁶⁷ em maio de 2019, a economia efetivamente atingida com a extinção das 13 Órgãos Estaduais (incluindo as oito Fundações que compunham o PL 246/2016) foi de cerca de 54% do total previsto pelo Governo Sartori. Informa a matéria que, dentre os 13 órgãos que puderam ser extintos após a aprovação da Assembleia Legislativa em votação, apenas cinco o foram efetivamente, "tendo baixa em seus respectivos CNPJ". No período em que foi publicada a matéria jornalística outros seis estavam em processo legal de extinção, e dois continuavam com suas atividades. Foram demitidos cerca de 14% dos servidores destes 13 órgãos (495 de 2056 servidores). Também é apontado pelo material jornalístico que a economia de R\$76,4 milhões obtida com a extinção destes órgãos públicos é pífia frente ao déficit nas operações financeiras do Estado do Rio Grande do Sul, onde o valor orçamentário que deixou de ser dispostos aos órgãos extintos representou apenas 2,8% do valor deficitário no exercício de 2018.

A possibilidade da demissão de servidores públicos concursados, desonerando o Estado de suas obrigações salariais, era dada como fator importante na possibilidade de extinção das Fundações. Estes servidores que, por contarem com regime jurídico-trabalhista de contratação específico e distinto ao dos servidores da administração direta do Estado, não poderiam ter seus salários parcelados como os estatutários vinculados ao Executivo - professores, policiais militares e civis. Tal condição, como já citado, é apontada pelo ex-Secretário de Planejamento Carlos Burigo como um empecilho a implementação do projeto de modernização da máquina administrativa.

Tornou-se uma afirmação recorrente por parte dos representantes do Executivo gaúcho na gestão Sartori, ao exemplo do exposto na entrevista concedida pelo ex-Secretário Burigo, a afirmação de que o montante disposto do orçamento com o pagamento da folha salarial era insustentável aos cofres públicos. Apontava-se que os servidores destas Fundações receberiam salários muito elevados em relação ao praticados pela iniciativa privada, além de gozarem de uma série de benefício trabalhistas que acabavam por ampliar seus vencimentos. Assim, a

⁶⁷ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/05/extincao-de-orgaos-estaduais-gera-54-da-economia-prevista-cjvbb1nu8010r01ma7lbu2x71.html>.

demissão destes servidores era parte essencial de um projeto maior que, segundo o Executivo, visaria a estabilidade fiscal do RS.

O fato de que os contratos dos servidores das fundações que o Governo Sartori se propôs a extinguir estivessem regidos sob o Regime CLT, garantindo-lhes estabilidade de emprego assegurada em lei, impediria sua demissão após a extinção das Fundações as quais estivessem ligados. Decisões judiciais de Tribunais Federais⁶⁸, após o governo recorrer a sentenças, sustentaram os direitos garantidos pela CLT a estes servidores, impedindo assim a demissão em massa pretendida pelo Executivo após as extinções das Fundações Públicas a que estes estavam vinculados. Tal ação judicial, que garantiu a manutenção dos empregos e das atividades de alguns órgãos públicos que seriam extintos, foi apontada pelo ex-Secretário Burigo em sua entrevista como fato prejudicial à saúde financeira do Estado do RS, sendo um impeditivo a aplicação das medidas de reestruturação da máquina pública propostas por aquela gestão.

O modelo de contratação destes servidores também proíbe o parcelamento de seus salários, sendo passível de multa ao Estado caso isso ocorra. Essa situação de garantias trabalhistas, diversa a vivida pelos demais servidores estaduais gaúchos vinculados ao Poder Executivo, que na época da realização da entrevista com o ex-Secretário (e atual Deputado Estadual) Carlos Burigo tinham seus salários atrasados e parcelados a cerca de 40 meses, implicou na impossibilidade de aplicação de determinada manobra econômica por parte do Executivo que utilizaria os valores que deveriam ser dispostos com o pagamento da folha salarial com o pagamento de papéis da Dívida Pública Estadual numa tentativa de evitar a rolagem de juros incidente do atraso, o que por sua vez ampliaria os valores que eram devidos.

⁶⁸ Segundo material publicado no portal de notícias G1 (<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/07/20/tribunal-federal-mantem-liminar-que-proibe-governo-do-rs-de-registrar-extincao-da-fundacao-piratini.ghtml>), em decisão judicial proferida pelo Tribunal Federal da 4ª Região (TRF4) em Julho de 2018, sediado em Porto Alegre e responsável por ações no Sul do país, foi mantida a liminar que impedia o Governo Sartori de registrar a extinção da Fundação Piratini devido à alegação de “perigo de dano à continuidade dos referidos serviços de radiodifusão, bem como possível ilegalidade no processo que supostamente devolveu a ‘gestão’ de tais serviços da Fundação Piratini à Administração Direta Estado do Rio Grande do Sul”. Tal decisão foi dada após recurso do Governo do Estado sob a alegação de que a não extinção “constitui situação impeditiva para o agravante aderir ao Regime de Recuperação Fiscal”.

Rober Iturriet e Milton Simas apontam em suas entrevistas que a intenção do Governo Sartori com a extinção das Fundações era pura e simplesmente a de constituir base legal para realização da demissão em massa de seus servidores. Para Iturriet não existe dúvida de que há um projeto político que visa “a redução da estrutura estatal, redução de serviços públicos, redução de servidores públicos... redução de empresas estatais”, não sendo apenas um projeto dos partidos, mas também de grupos e setores organizados da sociedade. Foi apontado por ele que nos projetos de extinção de empresas públicas, autarquias e fundações apresentado pelo Governo Sartori houve apoio de grupos empresariais gaúchos como a Farsul, a Federasul, a Fecomércio e a Fiergs - ele afirmou em sua entrevista que as federações empresariais “bancaram propaganda para as extinções”. Rober Iturriet definiu o projeto de modernização administrativa proposto por Sartori como um projeto político neoliberal.

Já o ex-Secretário Carlos Burigo afirmou que não houve posicionamento ideológico na proposta de extinção das Fundações, apenas uma manobra de gestão visando a estabilidade fiscal do Rio Grande do Sul. Burigo citou a ocasião de uma entrevista de rádio em que, quando questionado se havia viés ideológico na proposição do Governo Sartori em relação a extinção das fundações, afirmou que “não é uma questão ideológica, é uma questão de funcionalidade do Estado”, sendo essa uma compreensão não só dele como também do governador José Ivo Sartori e de toda a equipe que compunha o Poder Executivo naquela gestão.

A ideia de um viés ideológico que possivelmente guiaria as ações do governo Sartori apareceu na fala de outros entrevistados. Para Pedro Luiz Osório, jornalista e ex-presidente da Fundação Piratini, a extinção das fundações representa “um atraso do ponto de vista político e econômico”, vinculado estritamente a uma visão de Estado mínimo que atenderia a interesses privados visto que os serviços prestados pelas fundações extintas, que em determinados casos são essenciais ao funcionamento da máquina pública, necessariamente serão demandados à iniciativa privada. Nas entrevistas concedidas por Milton Simas Jr. e Newton Silva, assim como na interlocução com o professor Pedro Luiz Osório, existem elementos que nos levam a presumir a existência de um processo de desestruturação da comunicação pública no Rio Grande do Sul, sendo este um resultante da aplicação de um projeto político e econômico de Estado.

A justificativa apresentada pelo ex-Secretário Burigo quanto a avaliação realizada buscando averiguar se as empresas públicas que o Governo Sartori pretendia privatizar - e a as fundações que foram extintas - cumpriam ou não função pública não se sustenta de modo que, exemplificando com o aqui anteriormente exposto em relação a Fundação Piratini, existe uma contribuição social nos serviços por estas prestados. Como afirmou Robert Iturriet, economista e ex-servidor de uma fundação chave na orquestração da governança estadual, os próprios estudos que viabilizaram a proposição do projeto de extinção das Fundações foram produzidos com base em pesquisas realizadas por uma das Fundações Públicas que foi extinta pelo PL 246/2016, a Fundação de Economia e Estatística.

Partindo da alegação acima apontamos aqui que existe um modelo de Estado por trás das proposições do Governo Sartori, relativamente à reformulação das atividades do Estado no Rio Grande do Sul, partindo da proposição de um Plano de Modernização aplicando uma forma de gestão claramente de viés neoliberal. As políticas então propostas visam a redução dos campos em que atua a máquina pública no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, a desregulamentação de setores específicos onde existe interesse de determinados grupos de poder, que aliados aos representantes políticos buscam a implementação desta agenda.

A lógica de ação política em um Estado norteia-se pela aceitação deste enquanto instituição, e para tal suas bases sociais devem ser aceitas de modo a que o indivíduo compreenda a dominação simbólica exercida pela instituição como um espaço social com relações de poder, organizadora de outras estruturas, numa relação dialética entre agente social e estrutura social. Bourdieu traça ao longo de toda sua obra teórica uma conceituação básica sobre Estado. Sobre o autor:

Bourdieu reitera a dimensão simbólica do Estado, espaço de relações de força e de sentido, como produtor de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados ao mundo social. (BOURDIEU, 2004. pág. 22)

Assim, compreendemos que toda lógica de ação política imposta a atividade do Estado serve a determinados interesses, notadamente de grupos que organizados buscam a legitimação destes interesses através da utilização da legitimidade dada ao Estado. A aplicação de políticas sejam elas sociais ou

econômicas, mesmo que danosas a coisa pública e benéfica a interesses privados, teria então legitimidade frente à sociedade. Para Bourdieu:

Há uma política reconhecida como legítima, quando nada porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à sua crença na existência no princípio que a fundamenta. (BOURDIEU, 2004. pág. 39)

Bourdieu esclarece a possível dualidade da definição clássica de Estado, como administração/forma de governo de instituição burocráticas e/ou território nacional daquilo que se cria a noção de nação pelo agrupamento de indivíduos de traços socioculturais comuns, e que em sua conceituação, parte de uma distinção básica onde o Estado se faz Nação pela centralização de poder. Assim, afirma o autor:

...a construção do Estado como campo relativamente autônomo exercendo um poder de centralização da força física e da simbólica, está inseparavelmente acompanhada pela construção do espaço social unificado que é sua alçada. (BOURDIEU, 2004. p. 176)

E continua Bourdieu, analisando a perspectiva de Norbert Elias sobre Estado, apontando que:

Ele desenvolve uma espécie de antinomia do poder central: quanto mais o rei estende seu poder, mais estende sua dependência com respeito aos que dependem de seu poder. É uma maneira inteligente de dizer: a extensão do Estado apresenta cada vez mais problemas – o que é simples em escala do cantão é mais complicado na escala do condado... O que é imputado a um efeito de espaço, de distância espacial. (BOURDIEU, 2004. p. 184)

Assim compreendemos que na conceituação expressa pelos autores a expansão dos poderes e atribuições do Estado - absolutista na análise de Elias e moderno na de Bourdieu -, afasta as decisões menores e instrumentais do poder central criando assim teias de interdependência a ação política. A análise de Elias sobre as estruturas da Sociedade Monárquica francesa pôde ser equiparada - e aprofundada - por Bourdieu em seus escritos sobre as estruturas do Estado moderno, levando em consideração a impessoalidade apresentada pela nova configuração da sociedade moderna, onde também está implícita a ideia de equilíbrio de poder entre desiguais por uma série de “hábitos civilizados” que delimitam as relações existentes.

E ainda sobre Elias, Bourdieu (2004) afirma:

Elias tem a ideia de que a medida que o poder se concentra, em vez de haver um sujeito central no poder há um rede de interdependência dos poderosos. (p. 185).

Partindo da citação compreendemos que a estrutura de poder então descrita, o Estado Monárquico, baseava-se numa rede de relações que ao desenvolver-se cria sentido em si. O rei, só é rei em relação aos súditos que, numa Sociedade de Corte, cumprindo seu papel social acabam por reconhecer as relações hierárquicas de poder legitimando seu papel como soberano. Assim, novas relações de poder se estabelecem entre os cortesãos, Príncipes, Clérigos e Duques, delimitando suas funções sociais e robustecendo a interdependência entre as partes, causando o reconhecimento de suas posições dentro da corte.

As sociedades contemporâneas mantêm a configuração de interdependência nas relações sociais, complexificando-as cada vez mais ao ponto de despersonalizar o Poder, anteriormente centralizado no Monarca, institucionalizando-o na figura do Estado, que sendo um ente abstrato é formado pela aceitação de determinadas relações de poder que por sua vez se mantêm em processo de evolução - mudança, no sentido dado por Elias - pela própria disputa entre os indivíduos que o legitimam. Sobre tal, Bourdieu expõe:

Continuo a citar Elias: “A despersonalização e a institucionalização do exercício do poder conduzem a cadeias mais longas, a redes mais densas de interdependência entre os membros da sociedade” (BOURDIEU, 2004 .p.185)

Bourdieu ainda complementa expondo a significação das relações de interdependência em Elias, onde existem dominantes e dominados e estes legitimam suas existências exatamente cumprindo o papel social que lhes é atribuído. Bourdieu (2004, p.186) afirma que “interdependência não significa interdependência entre iguais; ele não esquece que pode haver estruturas de interdependência com dominantes”.

A legitimidade das relações de poder nas sociedades contemporâneas é baseada em um processo gradual de construção. Essa construção enquanto campo de poder político passa uma legitimação simbólica de sua existência, e assim dá-se a gênese do Estado contemporâneo.

Em outras palavras, creio que, para compreender esta virtude quase mágica que o Estado detém é preciso se interrogar sobre as estruturas cognitivas e a contribuição do Estado para sua construção. (pág. 216)

A formação da estrutura cognitiva de um indivíduo é dada numa relação de articulação entre o sujeito e a estrutura social a qual esteve imerso. Para Bourdieu (2006) essa articulação não anula as subjetividades do indivíduo, porém aquilo que nos é tido como “gosto pessoal” é, segundo o autor, um produto de um processo educativo ambientado na família e na escola, e esta relação tornar-se a base para o capital cultural que o indivíduo virá a possuir. Capital em Bourdieu (2014) é dado como um recurso específico, próprio, que pode ser acumulado por um agente social. Relativamente ao capital cultural, Bourdieu trata-o como condição diferencial em toda e qualquer relação de dominação.

O capital simbólico representado pelo Estado, com a legitimação do uso da força, por exemplo, é base para a repetição das estruturas que fundamentam a ordem social. Bourdieu (2006) aponta que dentro do campo político existe uma “luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social” (p. 173) entre os iniciados, aqueles agentes políticos que detêm “o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados (capital político objetivado)” (p. 174), e que esta disputa acaba por definir a “transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo” (p. 174). Portanto podemos indicar que a resultante das tensões internas do campo político, as disputas de poder que lá ocorrem, incidirão diretamente no social através das ações impositivas do aparelho político a que estes indivíduos dominam.

Apontamos então que nas sociedades contemporâneas os meios de comunicação são uma forma eficaz de disseminar e legitimar o poder do Estado, e assim os interesses – diretos ou indiretos - daqueles que detêm o monopólio da ação política dentro desta estrutura institucional. Como aponta Bourdieu (2004) em análise aos escritos de Elias sobre o uso da cultura como forma de disseminar um modelo de comportamento cortesão na sociedade monárquica, os arranjos específicos daquela sociedade possibilitaram com que o centro de poder, o Estado Absolutista, buscasse por capital simbólico através do fomento as práticas culturais, criando um *habitus* cultural cortesão que ao fim legitimaria seu status de poder⁶⁹. Segue o autor:

⁶⁹ Elias em sua obra *Mozart, a Sociologia de um gênio* (1991) descreve as configurações sociais de uma sociedade monárquica que tem semelhanças quanto as configurações sociais descritas em A

Uma das características da economia da cultura é que ela não é econômica no sentido restrito do termo. Mas as despesas econômicas se encontram no plano simbólico, do contrário não haveria despesas culturais... Portanto, só pode existir prática cultural sem público, como é a maioria das práticas cultas, porque há despesas a fundo perdido garantidas pelo Estado. Paradoxalmente o Estado assegura o monopólio destas despesas, o que pareceria contraditório se se não se percebesse que a concentração dessas despesas é inseparável da concentração dos lucros na lógica cultural e dos retornos simbólicos pelos quais são pagas as despesas a fundo perdido, pois todas as sociedades recompensam simbolicamente os atos realizados em transgressão da lei do interesse econômico. Portanto o Estado concentra cultura e seria necessário retomar aqui o tema da unificação das estruturas mentais, o fato de que o Estado se apropria das estruturas mentais, e de que produz um habitus cultural unificado cuja gênese, e ao mesmo tempo a estrutura, ele domina. (pág. 289)

A dominação praticada por Luís XIV sobre sua corte por meio da cultura e dos costumes analisada pela obra de Elias encontra paralelos com as práticas ocorridas em sociedades humanas no séc. XX. Nestas sociedades contemporâneas o uso de veículos de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, serviram para disseminar a posição político ideológica de governos mantendo assim uma dominação cultural - apontada como legítima e típica da vida social em Bourdieu. Essa dominação não necessariamente precisaria partir de um governo autoritário, podendo ser exercida através de violência simbólica, ou mesmo devido à configuração social de determinada sociedade em determinado momento, propiciando uma predisposição ao alinhamento dos valores sociais e a ideologia que guia seu governo vigente.

A sociedade ocidental – judaico-cristã ocidental (europeia e anglo-americana) - do séc. XXI caracteriza-se pela instrumentação de uma lógica de ação coerente com a lógica capitalista, de competição e busca pelo lucro financeiro. Assim a comunicação também está imersa nesse modelo de pensamento, tendo a televisão como expressão máxima do modelo durante o século passado. A lógica de mercado que se aplica às emissoras privadas comerciais não está presente em modelos que, cada um a seu modo, buscam distanciar-se dos interesses econômicos de grupos de poder.

Os modelos de televisão pública, educativa e estatal seguem, cada um, uma lógica de atuação com um fim pré-determinado. Tais modelos de emissora de

Sociedade de Corte (1995), onde a cultura também teria caráter construtor de capital simbólico sendo tida pelos círculos de poder como investimento e não gasto.

televisão podem estar presentes em sinal aberto ou fechado (cabo ou satélite), sendo classificadas por José Carlos Torves (2007), como Comercial, Educativa, Segmentada, Universitária, Comunitária ou Pública.

A televisão pública, a qual este estudo é dedicado, tem por característica básica a distinção entre consumidor e cidadão, compreendendo que a formação da cidadania é uma de suas responsabilidades sociais. Assim Torves (2007) aponta que:

O conceito de televisão pública tem como pressupostos cinco eixos fundamentais: a democracia, a cidadania, a visibilidade dos atores sociais, a linguagem audiovisual e os gêneros e os discursos que esta televisão deve ter e experimentar. (pág.105)

A televisão pública ainda tem como pressupostos a qualidade de programação em projetos de comunicação plural, diversificados e que sejam afeitos a cidadania como perspectiva, onde afirma Torves (2007) que estes fundamentos só são possíveis devido à autonomia em relação ao Governo ou a qualquer poder constituído tanto quanto dos interesses do mercado.

Torves (2007), citando Jesús Martin-Barbero, destaca como traço que diferencia a comunicação pública a representação do público aproximando o audiovisual do popular, num projeto político de democracia cultural capaz de contemplar a maior quantidade possível de atores sociais, além de ser um espaço de plena participação cidadã, direta. Uma emissora de televisão pública não busca avaliar a qualidade de sua programação através da mensuração de índices de audiência e sim por pesquisas qualitativas, aprofundadas, que possam demonstrar sua influência sobre população naquilo que se tem como objetivo, levar informação plural e de qualidade contribuindo para a construção da cidadania. O modelo público tem por objetivo a representação da sociedade em sua pluralidade e a possibilidade de aproximar a população de um conteúdo mais crítico, pouco presente nas emissoras comerciais.

A modernidade trouxe desafios a televisão, não só pelos avanços tecnológicos ou pela segmentação de conteúdo, característica da pluralidade de demandas que, no contexto neoliberal de globalização econômica, foram transformados em nichos de mercado. De um mercado da informação, fragmentado e especializado. Assim a televisão pública no contexto contemporâneo apresenta um

panorama de dupla adversidade: manter-se atualizada frente à dinâmica das mudanças tecnológicas e, conseguir contemplar a pluralidade do social em sua programação mantendo o interesse do um público geral (TORVES,2007).

Portanto, o jornalismo enquanto ferramenta, dentro da lógica conceitual da comunicação pública, deve ser praticado por emissoras de televisão pública de forma aprofundada, crítica e que instrua o telespectador a questionar a realidade apresentada. Também deve apresentar pontos diversos que fomentem o debate sobre assuntos públicos. Tal postura deve se sustentar a partir do distanciamento dos interesses econômicos dos grupos dominantes e da influência política de governos.

Em sua obra “Sobre a Televisão” (1997), Pierre Bourdieu critica a forma como o entretenimento televisivo tornou-se refém da audiência e das dinâmicas do mercado, com sua lógica de lucro. Para Bourdieu a relação entre televisão e mercado faz com que as emissoras fiquem cada vez mais parecidas, adequando seu conteúdo àquilo que dê audiência, reproduzindo por vezes um discurso único e não alcançando aquele ideal de pluralidade que a concorrência entre emissoras supostamente traria.

Pierre Bourdieu foi um crítico da televisão enquanto meio de comunicação e seus efeitos sociais sobre a própria produção cultural, não desprezando-a, mas sim fazendo críticas ao seu uso. A influência da televisão sobre outras artes, como a música, o cinema e a literatura que, segundo o autor aproxima estas de uma lógica mercadológica já enraizada na televisão. Para ele a televisão também estaria influenciando no reconhecimento das outras artes onde, por exemplo, uma obra literária só alcançaria reconhecimento caso estivesse indicada na lista de *best-sellers* do momento, ou seja, estando entre os mais vendidos, numa clara relação comercial da arte. Bourdieu (1997) aponta que há então a subversão da lógica proposta pelo autor quanto ao reconhecimento de um sujeito/objeto pelo campo ao qual está inserido, substituindo-a por uma lógica economicista de interesses privados, fomentando o predomínio do capital econômico sobre o capital social, influenciando diretamente na formação do capital cultural do telespectador e, consequentemente da sociedade como um todo.

Bourdieu (1997) aponta também que a falta de profundidade dos conteúdos veiculados em meio televisivo, por censura política em relação ao conteúdo do discurso ou técnica, visto que uma fala aprofundada em muitos casos não seria compreendida por parte significativa da audiência, é prejudicial a criticidade de pensamento. Existem também constrangimentos econômicos na construção das programações já que determinados assuntos não atraem audiência, refletindo em baixa lucratividade publicitária (BOURDIEU, 1997). A (in)dependência financeira é, sem dúvida, uma das principais diferenças entre uma emissora pública e uma comercial visto que recebendo financiamento público, advindo do Estado, uma emissora pública não está refém de interesses mercadológicos, daqueles que aportam financeiramente capital num veículo de comunicação pagando pela prestação de um serviço, a exibição de comerciais ou *merchandising* em meio a programação.

Tecendo críticas severas ao jornalismo e sua influência enquanto formador de opinião nas sociedades contemporâneas, Bourdieu (1997) aponta que o campo jornalístico, possuindo dominantes e dominados, apresenta a imposição de determinados discursos sobre política e os valores sociais da própria democracia. Bourdieu aponta em *Sobre a Televisão* que os membros do campo jornalístico, quando ligados a grandes empresas de comunicação e grupos empresariais, tendem a reproduzir um discurso homogêneo, hegemônico, defendendo os interesses privados dos grupos dominantes. O campo jornalístico é descrito por Bourdieu, de forma muito assertiva, como sendo cheio de disputas internas e contradições.

Bourdieu (1997) aponta que o reconhecimento gerado pela exposição do indivíduo/assunto na televisão segue princípios determinados por interesses internos subordinados a uma hierarquia interna pautada por interesses políticos e econômicos próprios, e não ligados ao reconhecimento de seus pares como tipicamente acontece dentro de um campo específico. Assim o autor assenta sua crítica sobre aqueles intelectuais que constantemente presentes na televisão tendem a formatar seu discurso conforme a lógica midiática, afirmando que estes querem muito mais a exposição de sua figura do que de suas ideias, mantendo-se em evidência e beneficiando dessa prática colhendo frutos financeiros e/ou glórias pessoais. Bourdieu também tece críticas aos intelectuais que se negam a ter

exposição na mídia de massa, afirmando que deve haver negociação sobre aquele espaço visto que para ele há um “dever público” do intelectual em fomentar a discussão de assuntos de interesse público, sempre de forma crítica (BOURDIEU, 1997).

Durante muito tempo a televisão, enquanto meio de comunicação de massa, foi a forma principal de entretenimento e acesso à informação de um número significativo de pessoas ao redor do planeta, e mesmo hoje com a facilidade de acesso à internet via dispositivos móveis ela continua tendo relevância e influenciando a opinião pública. Bourdieu (1997) aponta que uma das formas mais comuns do uso do seu poder de influência é a partir da prática do “ocultar mostrando”, onde determinado fato, importante socialmente, é noticiado conforme o interesse dominante de forma a parecer insignificante, dando um sentido a tal que não corresponde à realidade.

As críticas tecidas por Pierre Bourdieu ao jornalismo televisivo, principalmente ao praticado em emissoras privadas, se sustentam até os dias de hoje mesmo sua obra tendo sido lançada mais de 20 anos atrás. A televisão enquanto meio de comunicação de massa mesmo tendo sofrido alterações na sua forma de produção, veiculação e interação com o telespectador na última década - haja vista que muitas emissoras públicas e privadas adotaram os canais digitais como meio de ofertar seu conteúdo - mantém sua relevância social de forma similar a descrita pelo autor.

Uma das características a que se propõe a televisão pública, como aqui já apresentada, é a prática do jornalismo com preocupação analítica e a contextualização dos fatos que são noticiados, pontos estes criticados por Bourdieu na obra supracitada em relação às emissoras de televisão comercial. O modelo público de televisão busca manter formas de financiamento independentes aos interesses do mercado, fazendo com que estas emissoras não estejam comprometidas com os interesses político-econômicos de seus anunciantes. A lógica que norteia a comunicação pública televisiva, em seu cerne, tenta distanciar-la da influência do mercado, e mesmo de governos de ocasião que em diversas situações tentam utilizar-se de veículos públicos como máquina de propaganda em prol de benefícios próprios como a manutenção da posição de poder, substituindo-as por uma função social cultural, cidadã e democrática.

As configurações político-sociais presentes no Estado do Rio Grande do Sul nos períodos de maior desenvolvimento em sua comunicação pública - representada aqui pelo período em que esteve em atividade a Fundação Piratini exercendo a tutela jurídico-administrativa da TVE-RS e da FM Cultura - apresentam diversificadas conjunturas políticas e modelos de gestão. Sua criação durante o período ditatorial militar a partir da conjunção entre a ação do Estado e de uma rede privada religiosa de ensino superior, difere-se da lógica de atuação presente em uma fundação pública de direito privado, porém ambas apontando para um ideal comum, a valorização da comunicação pública e das formas de cultura local representativa a sociedade.

Pelo descrito na contextualização histórica da TVE-RS, baseando-se no referencial teórico apresentado e no que foi descrito pelos entrevistados que se dispuseram a colaborar com a construção deste trabalho, compreende-se que durante as gestões de Olívio Dutra e de Tarso Genro houve uma valorização da comunicação pública gaúcha através de investimentos infraestruturais e em capacitação e ampliação do quadro de pessoal nos veículos da Fundação Piratini. Devemos lembrar que durante a gestão de Antônio Britto houve a criação do Conselho Deliberativo, trazendo representação democrática ao modelo de gestão administrativa aplicado na Fundação Piratini, que passou então a contar com representantes da sociedade civil no corpo técnico responsável pela delimitação das diretrizes editoriais de seus veículos. Assim, com a gradual estruturação de uma emissora de televisão realmente pública e a valorização dos serviços prestados pela Fundação gestora, houve o crescimento do reconhecimento público de seu papel social frente à sociedade gaúcha, até o ponto de inflexão em que, repetindo tentativas fracassadas, a gestão de José Ivo Sartori conseguiu desestruturar a comunicação pública no RS em prol da aplicação de um modelo político e econômico de Estado.

Buscando compreender através de uma análise do processo de extinção da Fundação Piratini à luz da obra de Norbert Elias (1995), ao pensar o Estado como resultado de um sistema de relações entre indivíduos, instável, mutável, em “evolução” - como conceitua o autor no sentido de mudança - esta é resultado processo de reestruturação da ação do Estado propostas pela gestão Sartori. O conceito de configuração presente no constructo teórico de Norbert Elias, faz

referência a processos sociais oriundos de toda e qualquer relação social humana, podendo ser construída por poucos ou muitos indivíduos que, através do contato entre si, formarão redes de interdependência.

Partindo de então, apontamos que as relações políticas existentes entre o Executivo gaúcho e os representantes do povo eleitos para a Assembleia Legislativa no período de gestão de José Ivo Sartori conduziram a processos políticos que, ao modificar as estruturas de ação do Estado reformulando sua presença em determinados setores, tiveram efeito direto sobre as estruturas sociais. A redução ou eliminação da atuação do Estado nestes setores onde até então ele esteve presente por meio de Fundações, Autarquias ou Empresas Públicas, mostrará a médio e longo prazo os efeitos sociais da aplicação desta política de redução da máquina pública.

Podemos salientar também o efeito da extinção das fundações sobre o funcionalismo público estadual, exemplificado pelas demissões de servidores que o processo ocasionalmente causou, criando um efeito econômico sobre indivíduos/famílias que possuíam este emprego como fonte de renda - e subsistência -, ou mesmo, possíveis efeitos psicológicos aos servidores que perderam sua ocupação profissional, como nos foi descrito por Newton Silva na entrevista concedida a esta pesquisa. No caso específico da extinção da Fundação Piratini, sua consumação acarretou em efeitos diretos sobre a comunicação pública no RS, através da reorganização das atividades dos veículos que está era responsável.

As relações entre determinados setores da sociedade civil e o Governo Estadual, especialmente nas gestões do Partido dos Trabalhadores, foram mais estreitas do que em outras gestões. A proximidade do partido com movimentos sindicais, artísticos e estudantis, permitiu a estas gestões um canal mais direto de diálogo com a sociedade civil, possibilitando assim que demandas existentes chegassem de forma mais direta ao Executivo e aos órgãos de Estado que o compõe. Tais demandas também existiam quanto à comunicação, a representação da sociedade nos meios de comunicação públicos e a valorização da cultural local que então possuía limitado espaço nos veículos de comunicação comerciais.

As ações políticas promovidas por parte de servidores e sindicatos, e as ações judiciais movidas pela frente jurídica representante destes, alcançaram reconhecimento e ganho de causa em tribunais superiores, produzindo assim de uma série de consequências não-intencionais em relação aos resultados pretendidos pelo Executivo. Devido à impossibilidade da demissão em massa dos servidores concursados da Fundação Piratini, sendo este um cenário resultante das ações jurídicas movidas pelo movimento de servidores que resultaram em sentenças favoráveis a causa, impediram a efetivação desta condição *sine qua non* ao alcance dos resultados financeiros aos quais o projeto de extinção se propunha.

Interpretamos aqui que o processo de extinção da Fundação Piratini em seus desdobramentos, especificamente a absorção de TVE-RS e FM Cultura pela Secretaria de Comunicação do Estado, como um resultado não pretendido pelo Executivo – e ao que nos parece, nem previsto enquanto possibilidade -, visto que havia a proposta de reestruturação total das atividades destes veículos de comunicação, colocando-os sob um novo modelo de gestão, privado, a partir de uma prestadora de serviço ao Estado.

A predominância do modelo neoliberal na política econômica ocidental a partir da década de 1980, em um processo gradual e constante de expansão de sua área de atuação, influenciou diretamente a configuração política latino-americana e brasileira no período que se seguiu, introduzindo a lógica ação do modelo neoliberal de Estado nestes países que então saíam de modelos centralizados, e em alguns casos antidemocráticos, de governança política e econômica. O modelo de gestão pública aplicado no Brasil na década de 1990, de Estado Gerencial, mostrou-se reflexivo as reformas neoliberais propostas pelo governo FHC e idealizadas por Luís Carlos Bresser-Pereira, então a frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado, demonstrando como o modelo anglo-saxão influenciou os países do subcontinente americano.

A reforma do Estado proposta a partir de 1995 em âmbito federal – e, posteriormente em plano Estadual - tinha por meta modernizar a estrutura e os campos de atuação do Estado brasileiro, fazendo com que este então cumprisse funções de exclusividade sua. Para tal propunha-se a privatização de empresas públicas e a venda de ativos de empresas de capital misto em que os serviços

pudessem ser ofertados pela iniciativa privada e naquele momento estivessem sob um regime de exploração exclusiva do Estado. Para evitar distorções em uma possível falta de controle das operações pelo mercado o modelo propunha a criação de Agências Reguladoras. Também era presente a ideia de publicização de atividades em mercados que o Estado não possuía monopólio, entregando a operação de entidades públicas a organizações da sociedade civil, como ONG's, Fundações Públicas de Direito Privado e afins, numa espécie de gestão compartilhada.

O Estado então realizaria suas ações focado nos resultados e não mais nos processos, como característico no modelo burocrático administrativo. Assim ferramentas de gestão que anteriormente eram utilizadas apenas pela administração privada foram adotadas por diversos governos, como no caso brasileiro no contexto FHC-Bresser, visando reduzir os custos administrativos do Estado e aumentar a qualidade dos serviços por ele prestados. A ideia da cultura gerencial, fruto da globalização econômica que ampliou o nível de competitividade entre as empresas criando necessidades específicas a elas nesse novo contexto de dinamismo imposto pelo comércio global, tem como preceitos eficácia, eficiência, autonomia gerencial por meio da descentralização de poder, a redução dos custos operacionais e da burocracia.

Reconhecemos tais características deste modelo de gestão estatal nas reformas propostas pela gestão de José Ivo Sartori, das propostas apresentadas em seu Plano de Governo até as ações que foram aplicadas para a efetivação de seu Plano de Modernização do Estado. Tudo aquilo que nos foi descrito na entrevista concedida pelo ex-Secretário do Planejamento Carlos Burigo, nos leva a sustentar, que o processo de extinção da Fundação Piratini, assim como de todas outras contempladas no PL 246/2016, é parte da configuração de um processo direcionado a consolidar um projeto de reestruturação das atividades estatais.

4.3 O porvir da Fundação Piratini e de seus veículos de comunicação após a efetivação da extinção

A aprovação do PL 246/2016 pela Assembleia Legislativa do RS no último dia de atividades parlamentares do ano de 2016 abriu uma brecha jurídica, legitimada

por aqueles que definem o direcionamento social através da elaboração de políticas públicas na esfera estadual, para a efetivação da extinção das Fundações Públicas inclusas neste Projeto de Lei. A aprovação do projeto não as extinguiu, e sim deu ao Executivo a possibilidade de realizar tais extinções. A partir de então o futuro da Fundação Piratini, e de todas as outras fundações que estavam inclusas no PL 246/2016, apresentou-se turvo a frente daqueles que, ao contrário do Governo Sartori, enxergavam função pública em suas atividades.

A publicação em Diário Oficial, nos dias 17 e 18 de janeiro de 2017, dos nomes dos encarregados pela aplicação das medidas que efetivariam o Plano de Modernização do Estado apresentado pelo Executivo trouxe o nome de Carlos Burigo como um dos principais atores responsáveis pela execução do processo. Burigo foi então nomeado Titular da Secretária de Planejamento Governança e Gestão, sendo ele o representante de um dos órgãos que compunham o Conselho responsável pelo processo de extinção das Fundações, conjuntamente com os representantes das secretarias da Casa Civil, da Secretaria de Comunicação, da Fazenda; e da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos, além da Procuradoria-Geral do Estado e do Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP).

A Comissão Especial instituída pelo Decreto nº 53.404 seria responsável pelo acompanhamento e o monitoramento das atividades relativas às extinções de diversos órgãos públicos - não só das Fundações, mas também da Superintendência de Portos e Hidrovias e de empresas públicas como a CESA -, acompanhando os atos legais e administrativos, e por realizar todas as ações necessárias para o cumprimento do previsto nos projetos de lei que foram sancionados pela Assembleia. Dentre estes processos gerenciados pela comissão estava aquele que autorizava a extinção das Fundações que compunham o PL 246/2016. O projeto de lei efetivou-se transformando-se na Lei nº 14.982, extinguindo as atividades da Fundação Zoobotânica, da Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), da Fundação de Economia e Estatística (FEE), da Fundação Piratini, da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), e claro, da Fundação Piratini.

Após a extinção oficial da Fundação Piratini, com a execução do previsto na Lei nº 14.982, as operações da TVE-RS e da FM Cultura foram transferidas para a subordinação da Secretaria Estadual de Comunicação. A transferência da responsabilidade jurídica dos veículos de comunicação gerenciados por uma Fundação Pública de Direito Privado ligada a Administração Indireta do Estado para uma Secretaria diretamente subordinada ao Poder Executivo contradiz o ideal proposto pela emissora televisiva e pela emissora de rádio, de postar-se como veículos de comunicação públicos que buscavam se afastar da influência política direta do Executivo, apenas contando com financiamento advindo do Orçamento Estadual - como previsto e garantido em lei.

Com a absorção dos veículos anteriormente sob a responsabilidade jurídico-administrativa da Fundação pela Secom-RS o principal dispositivo de representação democrática que compunha o órgão extinto buscando evitar uma possível influência direta do Executivo Estadual, o Conselho Deliberativo, deixou de existir. Assim compreende-se que a remodelação da estrutura administrativa destes veículos de comunicação alterou profundamente suas atividades, visto que esta alteração ultrapassou o que toca a parte de gestão burocrática-orçamentária, afetando sua conformação editorial e assim, dotando-os de características de veículos Estatais e não mais Públicos.

Historicamente, como apontado nas entrevistas realizadas para esta pesquisa e baseando-se na bibliografia aqui utilizada, temos indícios de que todos os governos se aproveitaram do reconhecimento social de que goza a TVE-RS de alguma maneira, utilizando-se dela como máquina de propaganda na divulgação de seus feitos, em maior ou menor grau. Porém a autonomia dada pela gerência de uma Fundação Pública ligada à administração indireta do Estado acabava por dificultar a prática direta de influência do governo da hora sobre o conteúdo que fora veiculado pela emissora, possibilitando assim a existência de uma autocrítica sobre seu papel como veículo de comunicação social e mesmo a discussão de pautas político-sociais que estavam na pauta dos poderes constituídos.

Como resultado do processo de extinção da Fundação Piratini, já em 2017, a TVE-RS passou a ocupar as dependências do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), na capital gaúcha, onde encontra-se atualmente. O novo local é

onde estão lotadas as Secretarias de Estado e outros órgãos da Administração Direta. A mudança do local de sua sede fez parte do processo de redução de custos em suas operações, o que acarretou na redução de suas transmissões ao vivo, tanto pela necessidade de infraestrutura mais complexa do que a então disponível no CAFF, quanto pelo fato da redução do número de servidores afetar diretamente a possibilidade de realização destas transmissões.

Durante o período de campanha o então candidato Eduardo Leite, em debates e entrevistas, posicionou-se favorável ao desenvolvimento de uma parceria público-privada para dar continuidade aos serviços prestados pelos veículos da Fundação Piratini, afirmando que não seria estratégico ao RS possuir uma emissora de televisão naquele momento – de crise fiscal do Estado –, e pelas novidades midiáticas e alterações de plataformas. O candidato, naquele momento, propunha que esta parceria público-privada buscasse a potencialização do serviço, com menor custo e maior alcance efetivo, procurando alternativas de sustentabilidade financeira descoladas do orçamento estadual.

A agenda política proposta pelo Governo Leite⁷⁰ em muito se assemelha a de seu antecessor, tendo a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal como horizonte pretendido. Para tal, Eduardo Leite acenou com a possibilidade de realizar novas concessões e privatizações de Empresas Públicas em setores como o rodoviário e de saneamento, além das hoje já aprovadas reformas de carreira e previdenciária dos servidores estaduais. As reformas citadas foram medidas adotadas, segundo o Governo Leite, buscando acabar com o contingenciamento de despesas, recolocar a folha de pagamento dos servidores em dia e melhorar a arrecadação do Estado através de uma modernização de sua agenda de receitas e, no que toca diretamente as reformas, seus gastos. Claramente elementos político-econômicos uma agenda neoliberal.

⁷⁰ Em entrevista publicada na página oficial do Governo do Estado do RS no site de hospedagem de vídeos Youtube, o governador Eduardo Leite detalha o projeto de modernização estrutural proposto em campanha, apontando as deficiências estruturais do RS e indicando as políticas econômicas que se propõe a executar. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vZu_XukSjuQ.

No balanço dos primeiros 100 dias de governo⁷¹, apresentado em 9 de abril de 2019, Eduardo Leite voltou a afirmar que parceria público-privada é uma possibilidade aos veículos absorvidos pela Secretaria de Comunicação na busca de modernização de suas estruturas. Mesmo com a "baixa no CNPJ" que configurava a existência legal da Fundação Piratini, diversas ações judiciais que contestam a legalidade de sua extinção, somadas a outras implicações jurídicas que impediram a demissão em massa de servidores, se tornaram impeditivo da efetivação da postura retórica do atual governo, onde até o momento não foi levado a cabo a ideia da parceria público-privada como forma de gestão da TVE-RS e da FM Cultura.

Sob o Governo Leite a Secretaria de Comunicação do Estado buscou reincorporar os servidores da Fundação Piratini que foram realocados após o processo de extinção, demonstrando uma mudança de postura prática em relação ao governo anterior. Investiu-se novamente em produções ao vivo, além de produções mais complexas como matérias jornalísticas em profundidade. Notável também é o investimento no uso de novas mídias digitais e o uso da internet como forma de arquivo virtual disponível ao público. O canal da TVE-RS no site de hospedagem de vídeos Youtube⁷² oferece aos internautas e telespectadores a possibilidade de assistir a alguns programas já veiculados no canal televisivo, como os programas *Radar*, *Panorama*, *TVE Esportes* e *Consumidor em Pauta*.

A migração do sinal analógico para o sinal digital de TV, iniciada em todo território nacional no ano de 2014, tornou obsoleta a estrutura existente para a retransmissão de sinal da TVE-RS. A previsão de investimento na modernização tecnológico projetada durante o governo de Tarso Genro não se concretizou, e durante o governo de José Ivo Sartori ocorreu todo o processo de desinvestimento na comunicação pública no Rio Grande do Sul aqui descrito. Atualmente apenas a Região Metropolitana conta com a abrangência de recepção do sinal digital em TV aberta, tendo as demais regiões do estado acesso a programação da TVE-RS apenas via TV à Cabo, TV via Satélite ou diretamente no site institucional da emissora. O modelo de televisão pública, de acesso amplo e gratuito, foi brutalmente afetado pela falta de investimento em retransmissão, fazendo com que a cobertura

⁷¹ Nota da Assessoria de Comunicação do Governo do Estado, publicada em portal institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/leite-faz-balanco-de-100-dias-de-governo-e-destaca-medidas-para-solucionar-crise>.

⁷² Disponível em: <https://www.youtube.com/user/tvepublicars>

de sinal da TVE-RS, que havia sido até meados desta segunda década do séc. XXI a segunda maior do RS, retrocedesse a níveis próximos ao obtidos durante o período de operação da CeTeVê.

O processo de extinção da Fundação Piratini, e todo o desdobramento político e jurídico a partir dele, levou a que o Executivo gaúcho reavaliasse as possibilidades de ações sobre os veículos, sua estrutura e seus servidores. O modelo proposto durante a gestão Sartori, sob a presidência de Orestes de Andrade Jr, foi então reavaliado e sua possibilidade de aplicação congelada até que sua situação jurídica e de seus servidores envolvidos estivesse definida. Assim o Governo Leite optou por manter as operações e TVE-RS e FM Cultura sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação do Estado.

Orestes de Andrade Jr. criticou a posição adotada pelo Governo Leite ao não considerar a proposta arquitetada no período de sua presidência na Fundação Piratini, apontando como um retrocesso ao Estado o fato de o governador descartar a possibilidade de entregar à iniciativa privada as operações da TVE-RS e da FM Cultura. Segundo Orestes: “Manter a TVE e a FM Cultura significa manter salários altos, muito acima do mercado, ineficiência na entrega à população, investimentos de recursos que poderiam ser alocados em outras áreas para digitalização das retransmissoras e do acervo, além de aumentar o passivo trabalhista que todos os gaúchos terão de pagar um dia. É um nítido retrocesso”⁷³.

Compreendemos que mesmo apresentando determinada posição retórica durante o período de campanha, acompanhando os passos dados pelo Governo Sartori, o Governo Leite (inter)rompeu com a lógica de desestruturação da comunicação pública no RS e o desígnio da cessão dos veículos de comunicação públicos à iniciativa privada. A situação descrita não torna menos dramático o futuro da TVE-RS (e da FM Cultura) visto que ainda há incerteza sobre o direcionamento de suas atividades e os desdobramentos jurídicos da extinção da Fundação Piratini.

⁷³ Trecho retirado de matéria jornalística correspondente a entrevista com Orestes de Andrade Jr., realizada em 21 de agosto de 2019, publicada pelo portal de notícias na internet *Coletiva.net*. Disponível em: <http://www.coletiva.net/comunicacao/orestes-de-andrade-jr.-diz-que-decisao-do-governo-leite-sobre-tve-e-retrocesso-,317626.jhtml>.

Atualmente – no momento em que se escreve esta dissertação no mês de junho de 2020 – a grade de programação da TVE-RS⁷⁴ é composta por uma gama de programas que vão desde programas infantis a jornalísticos, mesclando-se com apresentações inéditas e reprises de programas de entretenimento. Também é presente na grade a transmissão de programas produzidos por outras emissoras, ao exemplo da programação infantil exibida nos dias de semana no período da manhã oriundas de uma parceria com a TV Brasil, ou mesmo programas de entretenimento como *O Brasil visto do céu*, também veiculado pela TV Brasil, e o tradicional *Roda Viva*, da TV Cultura de São Paulo.

⁷⁴ Consulta realizada em 26 de março de 2020 no portal institucional da emissora na seção destinada a divulgação de sua programação diária. Disponível em: <http://www.tve.com.br/agenda/>.

5 Considerações Finais

Na pesquisa aqui apresentada buscamos compreender o modelo de Estado presente detrás da reestruturação das atividades do Estado proposta pelo governo de José Ivo Sartori, através do desenvolvimento de seu Plano de Modernização do Estado, que teve como parte integrante a extinção de Empresas Públicas, Autarquias e Fundações, como a Fundação Piratini. Apontamos então para efeitos resultantes da extinção das atividades desta fundação, e a consequente remodelação estrutural das atividades de TVE-RS e FM Cultura que acarretaram em efeitos diretos sobre a comunicação pública no RS.

Iniciamos descrevendo o processo histórico político e socioeconômico que possibilitou a gênese e o desenvolvimento do modelo de Estado Neoliberal, correlacionando-o com as transformações no contexto sul-americano, brasileiro e gaúcho que trouxeram o Estado do RS até o ponto atual, de relevante crise fiscal. Apontamos que a agenda neoliberal aplicada ao contexto gaúcho em conjunturas diversas não obteve o sucesso pretendido, fazendo com que diversas gestões a frente do Palácio Piratini não obtivessem sucesso ao gerir suas finanças. Passando então a correlacionar tais conjunturas com referencial teórico selecionado pretendendo descrever tal conjuntura político-econômica com o histórico de criação da televisão enquanto meio de comunicação reflexivo ao desenvolvimento tecnológico do séc. XX, e que em sua concepção tinha caráter público baseado em investimento estatal.

Seguimos o desenvolvimento da pesquisa abordando o histórico de criação da emissora televisiva educativa que veio a transformar-se na TVE-RS, e na criação de uma entidade pública de direito privado que deveria então gerencia-la. Passamos pela reestruturação sofrida após a extinção desta mesma entidade que foi incumbida de gerencia-la distante da interferência direta dos governos de ocasião, construindo um modelo de gestão democrático que de forma representativa buscasse ser um espelho da pluralidade cultural da sociedade gaúcha. Então nos propusemos a tentar reconstruir de forma narrativa, baseando-se naquilo que foi exposto pelos entrevistados ou reportado por veículos de comunicação e pela assessoria do próprio Palácio Piratini, eventos pontuais que nos ajudam a compreender a configuração das forças políticas no Estado do Rio Grande do Sul no período que

compreende a apresentação da proposta do pacote extinções, passando pelas votações na Assembleia Legislativa até o processo de extinção da Fundação Piratini e o reordenamento das atividades da TVE-RS sob a subordinação da Secretaria de Comunicação do Estado.

Todo o processo discutido nesta dissertação ocorreu enfocado o processo de extinção das fundações, desde sua proposição e apresentação do projeto pelo Executivo até a votação pela Assembleia Legislativa na forma do PL 246/2016 que aprovado pelos deputados estaduais permitiu a extinção destes órgãos públicos pelo Governo de José Ivo Sartori. Ao fim desta pesquisa se percebe a configuração de políticas relacionadas a uma perspectiva de modelo de Estado. Este modelo, neoliberal, tinha por premissa a redução das atribuições da máquina pública frente à oferta e serviços públicos a população gaúcha, atingindo áreas diversas que vão desde a pesquisa, desenvolvimento e inovação científica-tecnológica até a comunicação pública, respectivamente campos de atuação de Cientec e Fundação Piratini.

No que toca especificamente a extinção da Fundação Piratini, mantenedora das atividades da TVE-RS e da FM Cultura, compreendemos que houve uma perda representativa a comunicação pública no Rio Grande do Sul, mesmo que estes veículos não tenham sido extintos. Compreendemos que a estrutura administrativa proporcionada pela Fundação Piratini, composta por uma diretoria indicada pelo Executivo e um Conselho Deliberativo formado por representantes da sociedade civil cumpria papel de equilíbrio representativo - entre representantes de classe e técnico-governamentais indicados pelo governo da hora - fundamental ao ideal democrático que se propunha o projeto de comunicação pública então presente.

Relativamente a efetivação das extinções, algumas delas ao exemplo da Fundação Piratini permaneceram inconclusas ao término da gestão de José Ivo Sartori, seja por prerrogativas legais que impediram a efetivação do processo ou mesmo por decisões judiciais movidas por seus (ex-)servidores e que postergaram o encerramento dos processos vinculando sua conclusão à acordos trabalhistas. Restou ao governo Leite a conclusão destes processos e a aplicação de medidas legais para tal.

A retórica neoliberal que usa de semântica em expressões como “enxugar a máquina pública”, “racionalizar o Estado”, “buscar eficiência na prestação de serviços essenciais”, entre outras, a fim de pregar sua máxima de redução das atividades estatais, desregulamentando e desburocratizando setores essenciais ao funcionamento da coisa pública, se fez presente em toda a explanação do ex-Secretário Carlos Burigo sobre a atuação do Governo Sartori. Tal postura retórica também esteve presente nas diversas notas publicadas nos portais digitais do Estado do RS quando da apresentação do Plano de Modernização do Estado e aludido nos discursos do próprio governador José Ivo Sartori.

A premissa da modernização da estrutura da máquina pública, apontada pela gestão Sartori em sua ideia de Estado como essencial para fins economicistas, configurou um processo político que ao fim alterou significativamente áreas de atuação do Estado no RS. A extinção das fundações acabou tornando-o dependente da prestação de determinados serviços, agora prestados por parte da iniciativa privada, que anteriormente quando prestados pelo Estado rompiam a lógica capitalista neoliberal da incessante busca pelo lucro. O próprio desenvolvimento de políticas públicas foi diretamente afetado visto que uma das instituições extintas, a FEE, era base para o processo de desenvolvimento destas, coletando dados e gerando relatórios essenciais para análises socioeconômicas que sustentariam qualquer proposição de ação política por parte do Executivo.

A busca pela aprovação popular das medidas político-econômicas propostas levou o Governo Sartori a adotar uma postura retórica que tentava abrandar possíveis consequências da implementação de seu projeto de reestruturação, ou “modernização”, das atividades do Estado. Assim foi “vendido” à população a imagem de que a aprovação do pacote de extinções - assim como outras reformas estruturais como a previdenciária e do plano de carreira do funcionalismo - seria essencial ao equilíbrio fiscal do Rio Grande do Sul. Houve então a responsabilização indireta de terceiros pela situação fiscal do Rio Grande do Sul, o que era usado pela gestão Sartori como base argumentativa quanto à necessidade das reformas, eximindo-se de responsabilidades.

Diante desse conjunto de aspectos foi possível compreender que o Governo Sartori articulou-se frente ao jogo político utilizando-se de sua maioria numérica em

relação à composição de apoio dentro da Assembleia para impor sua agenda político-econômica, e como estes Deputados Estaduais usaram de sua legitimidade enquanto representantes do povo para defender interesses políticos próprios, e daqueles grupos de poder que lhes dão sustentação fora do campo político. O embate político durante o processo, que ao fim se demonstrou ter ocorrido mais no campo social devido à articulação entre movimentos de servidores, movimentos da sociedade civil, representações sindicais e políticos que compunham a oposição ao governo, acarretou em desdobramentos jurídicos também resultantes da falta de debate no campo político onde o governo utilizou-se da retórica de bem-comum para justificar a necessidade de implementação daquelas medidas político-econômicas que extinguiriam determinados órgãos de Estado. Chegamos então à discussão sobre o futuro da comunicação pública no RS devido à reestruturação sofrida pelos principais veículos de comunicação que se dispunham a tal modelo, o novo modelo de gestão que se propôs instalar e aquele que, devido a impossibilidades ocorridas no percurso, acabou sendo instalado.

Dessa forma, no Governo Sartori, quando efetivamente a implementação de um modelo de Estado alterou a estrutura da comunicação pública, apontamos o êxito deste “projeto” de desestruturação daquilo que é público. O discurso proferido pelo governador José Ivo Sartori no evento comemorativo ao aniversário da Fundação Piratini⁷⁵, ainda nos primeiros meses de seu mandato, quando desejou “vida longa a Fundação Piratini”, transformou-se em um episódio da mais pura e fina ironia. Este episódio foi citado por dois de nossos entrevistados, Milton Simas e Newton Silva, e é amplamente lembrado por aqueles que de alguma forma acompanharam o processo de extinção das fundações.

Os desdobramentos do projeto de modernização do Estado sob o campo da cultura no Rio Grande do Sul, especificamente sobre o papel da Fundação Piratini e de seus veículos enquanto articuladores deste campo político, não foram considerados pelo Governo Sartori quando da definição de que esta fundação não cumpria “função de Estado”. Além de cumprir função como mantenedor de veículos de comunicação pública, que por sua vez tem o objetivo de valorizar e fortalecer a pluralidade cultural do Estado como um reflexo de suas qualidades democráticas, a

⁷⁵ Parte do discurso pode ser conferida em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y7IZaNflxVk>.

fundação era tida como forma de inserção ao mercado para diversos artistas locais, não só músicos como também atores, e produtores audiovisuais que não teriam espaço nos meios de comunicação privados. A extinção da Fundação Piratini representou uma sensível perda à cena cultural gaúcha.

No contexto de um Estado neoliberal o papel de indutor cultural deixaria então de ficar a cargo do Estado, partindo do princípio de interferência mínima, sendo ocupado então pela iniciativa privada e pelos interesses expressos por grupos diversos que possam vir a ocupar este espaço. Assim, se analisada esta premissa no contexto gaúcho, principalmente no contexto da extinção da Fundação Piratini, o desinvestimento praticado pelo Governo Sartori na comunicação pública, em especial na TVE-RS, engendra a possibilidade da dominação do privado sobre o público e a disseminação de interesses próprios e específicos destes grupos, privados.

Com o fim de “Promover uma comunicação democrática e que propicie acesso à informação, educação e cultura, estimulando uma reflexão crítica do seu público”, definia-se assim o principal objetivo de atuação da Fundação Piratini em seu portal institucional⁷⁶. A descrição de “quem somos” no, hoje extinto, site da Fundação Piratini também salientava a importância da valorização da produção local por parte da instituição e a troca de conteúdo entre diferentes emissoras de televisão e rádios públicas, ao exemplo da exitosa parceria firmada entre TVE-RS e TV Cultura de São Paulo. O ideal da comunicação pública, democrática, de valorização da cultura regional era expressa não só pelos ideais da fundação, mas sim por suas ações na construção de representações midiáticas da pluralidade social a que está imersa.

Cabe-nos aqui ressaltar o posicionamento da Fundação Piratini e de seus veículos quanto à valorização da cultura regional, visto que como o expresso nos parágrafos anteriores, ela colocava-se na contramão da tendência concentradora e centralizadora imposta pelo mercado, investindo na regionalização da produção audiovisual e cultural e buscando ser um espelhamento da cultura local. Na entrevista concedida pelo professor Pedro Luiz Osório para a construção deste

⁷⁶ A Fundação Piratini, hoje extinta, teve seu site oficial retirado do ar e o Estado do Rio Grande do Sul mantém seu domínio sob a responsabilidade da Cia. De Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

trabalho, ele discorreu sobre as diferenças conceituais e a missão social de emissoras privadas e públicas, afirmando que emissoras como a TVE-RS e a EBC, enquanto projeto mais amplo de uma rede de integração entre emissoras públicas, se contraporiam a interesses político-econômicos setoriais, e por isso costumeiramente são bombardeadas por críticas por parte da mídia comercial, hegemônica e alinhada aos grupos de poder.

Visto as relações de interdependência de poder e a manutenção de influências políticas de quem possui o monopólio da emissão da informação, existindo no Brasil uma correlação histórica entre o monopólio da mídia e grupos de poder, compreendemos que quando discursos diferentes ao hegemônico são amplamente levados à sociedade por uma emissora pública, buscando discutir os rumos daquilo que por ventura deveria ser comum enquanto sociedade, causam relações de interdependência diversas nas elites de poder que visando a defesa de seus interesses tendem por, de forma direta ou indireta, também precarizar, terceirizar e até privatizar a comunicação pública.

Durante as gestões de Olívio Dutra e de Tarso Genro a Fundação Piratini recebeu grande valorização com investimentos considerados altos que possibilitaram a expansão do sinal da TVE-RS e o início do processo de digitalização de sua transmissão, além do aumento no número de produções próprias e a valorização do material humano que então compunha o corpo técnico de seus veículos, com a qualificação e reposição de servidores. A gestão de Tarso Genro, que teve Pedro Luiz Osório como presidente da Fundação Piratini, ainda foi marcada pela estruturação de planos de carreira a seus servidores, uma antiga reivindicação que foi possibilitada após aprovação deste pela Assembleia Legislativa. Essas ações políticas se apresentam distintas a situação encontrada durante a gestão Sartori que com a aplicação de uma única medida, a da extinção da Fundação Piratini, acabou por desmantelar o provento de um longo trabalho de construção sobre o campo da comunicação pública no RS.

Na contramão de ações que valorizassem a comunicação pública gaúcha, citando somente governos das duas décadas que compõe o atual século, apontamos como negativa a postura do governo peemedebista de Germano Rigotto ao tentar apropriar-se dos veículos da de comunicação pública do Estado como se

fossem veículos Estatais, servindo-se destes como canais de comunicação direto entre o Governo e a população. Também salientamos um primeiro projeto de desestruturação da comunicação pública no Estado do Rio Grande do Sul, ocorrido durante a gestão de Yeda Crussius, com a proposta não efetivada de tornar a Fundação Piratini uma OSCIP, o que alteraria sua estrutura. Em relação a esta última situação citada, vislumbramos a proposição de uma agenda econômica pelo governo de Yeda Crussius que em partes se assemelha a trabalhada por Sartori, apresentando determinadas premissas de atuação do Estado e que diretamente atingiriam a estrutura dos veículos de comunicação pública no RS.

A escolha das referências para compor a base teórica desta dissertação em Sociologia foi diversificada, assim como a trajetória acadêmica deste autor que é no bacharelado em Comunicação Social e Bacharel em Relações Internacionais. Essa diversidade de autores, de múltiplas áreas dentro das ciências sociais e humanas, nos auxiliou na busca por compreender o processo analisado, a configuração relacional entre os atores envolvidos, e parte de seus desdobramentos em relação ao campo da comunicação pública no RS. Também nos permitiu vislumbrar a importância da existência de meios de comunicação públicos na construção de uma sociedade democrática, representando dentro do possível toda diversidade que nele há de existir.

Quando nas teorias em sociologia selecionamos dois autores clássicos da área, Norbert Elias e Pierre Bourdieu, correlacionando conceitos chave da obra de cada um deles buscando assim ferramentas para a compreensão do objeto em análise. Suas obras possibilitaram a instrumentação de conceitos na análise do processo de extinção da Fundação Piratini, desde a proposição do projeto que a possibilitaria, sua votação na Assembleia Legislativa e a posterior efetivação de sua extinção enquanto órgão de Estado a partir da chancela do governador.

O constructo teórico destes dois autores, utilizado de forma relacional, nos permitiu compreender como partidos políticos que tendem a manter relações de disputa de poder dentro de uma esfera de ação pré-determinada (campo em Bourdieu) podem, em dadas situações (configuração em Elias), aproximar-se em busca dos objetivos propostos para a pesquisa. A aplicação de uma agenda - econômica e política como no caso analisado - foi o fator que anuiu esta

aproximação nos permitindo teorizar sobre como estas relações se deram no período analisado.

A ideia da representação política, como trabalhada por Bourdieu (2006), ainda nos possibilitou compreender como atores/indivíduos quando investidos em cargos públicos usam de seu “poder legitimado” em defesa de interesses próprios, ou de outros os quais estes conservam alguma relação. A defesa destes interesses privados, expressa nesta pesquisa pela implementação de um modelo de Estado que reduz a atuação da máquina pública abrindo espaço para a atuação empresarial privada, se manifesta por meio de articulação políticas com seus pares, ou pelo uso das instituições – estruturas de poder legitimadas –, sendo elas possíveis em determinadas configurações políticas e sociais.

O constructo destes dois autores, Bourdieu e Elias, que serviram como base teórico-analítica para este trabalho encontra limitações em sua aplicação ao objeto do estudo aqui proposto visto que durante a construção da pesquisa um grande número de questões – relevantes ao tema, mesmo que não sendo elas questões que aqui pretendemos abordar -, foram desvelando-se. Por fim, apontamos que o referencial teórico, mesmo que limitado, mostrou-se satisfatório na construção de um trabalho acadêmico que se propôs a levantar questões de relevância social discutindo sobre um assunto até então pouco explorado na academia.

Portanto, concluímos que ao fim da gestão Sartori, os resultados financeiros esperados com as extinções das Fundações, Empresas Públicas e da Autarquia não foram alcançados em totalidade visto que, em relação ao plano de execução proposto no PL 246/2016, não ocorreu a extinção de todos os órgãos previstos. Assim, os valores que a gestão pretendia economizar a partir da aplicação das medidas econômicas de seu Plano de Modernização e a desoneração do caixa do Estado enquanto mantenedor dos órgãos públicos extintos não se concretizou e os valores alcançados foram ínfimos, não alterando a real situação deficitária das finanças públicas do RS. De forma mais ampla o Plano de Modernização do Estado proposto pela gestão Sartori não foi aplicado em sua totalidade onde alguns projetos ditos essenciais, como as proposições de um novo plano de carreira e de uma reforma previdenciária do funcionalismo estadual, não foram executados. Também apontamos o caso da privatização de outras empresas públicas - CEEE, Banrisul,

entre outras - que por motivos diversos não puderam ocorrer, dificultando também a adesão ao Plano de Renegociação da Dívida Estadual com a União.

Quanto aos efeitos sociais, apontamos que o trabalho de pesquisa referencial realizado para produção de nossa análise nos levou a reconhecer a importância social que os veículos de comunicação vinculados a Fundação Piratini possuíam (e continuam a possuir), sendo um espaço de divulgação para artistas locais, com pouca presença nos canais de mídia comercial, servindo como um conector entre a arte genuinamente produzida em nosso estado e sua população, e ainda movimentando o mercado audiovisual gaúcho. Observou-se que, além de sua relação direta com o campo cultural no RS, os veículos da Fundação Piratini tinham por missão promover a construção da sociedade produzindo programas considerados de caráter crítico a seus espectadores, buscando aprofundar temas, por exemplo, sociais que geralmente não são apresentados nos meios televisivos abertos. A extinção da Fundação Piratini também trouxe aos veículos que eram de sua responsabilidade obstáculos em relação à continuidade de suas atividades, no formato e na qualidade como então eram executados, já que a redução do corpo de servidores causada pelas demissões compulsórias e pela efetivação do plano de demissão voluntário juntamente com a cessão de alguns servidores a outros órgãos da administração pública, somados a mudança do local de sua sede, tiveram em um primeiro momento efeitos sobre sua capacidade técnica de produção.

Durante o percurso de construção dessa pesquisa ocorreram adversidades. Encontramos dificuldades técnicas como o acesso de documentos – mesmo que públicos - específicos do processo de extinção das fundações. Também apontamos a falta de interesse de indivíduos-parte, essenciais no discorrer do processo, em contribuir com este trabalho acadêmico concedendo-nos entrevistas. Da mesma forma indicamos a ocorrência de circunstâncias pessoais do autor.

Assim, por meio da pesquisa aqui apresentada, buscamos construir uma contribuição - mesmo com muitas questões em aberto sobre esse tema - para com outros estudos que, perante ótica diversa, busquem compreender como a gestão de José Ivo Sartori e a implementação de seu Plano de Modernização do Estado acabaram por alterar as estruturas da máquina pública no RS, e os efeitos econômicos e sociais que esta ação política promoveu. Por fim reiteramos que,

realizamos aqui um esforço acadêmico e social visando uma contribuição para a construção de uma sociedade democrática, plural e que agrupe indivíduos mais do que os indisponha em disputas que ao fim não contribuirão para nós enquanto seres humanos.

Referências

AMORIN, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva**. São Paulo: Benvirá, 2015.

ARAUJO, Cícero ; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos . **Para Além do Capitalismo Neoliberal: As Alternativas Políticas**. DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 61, p. 551-579, 2018.

ÀS vésperas do natal, AL-RS aprova extinção de oito fundações e centenas de demissões. **Sul21**. Porto Alegre, 21 dez. 2016. Portal de notícias. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2016/12/as-vesperas-do-natal-al-rs-aprova-extincao-de-oito-fundacoes-e-centenas-de-demissoes/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

ASSEMBLEIA aprova em 1º turno retirada da exigência de plebiscito para privatizar três estatais. **GaúchaZH**. Porto Alegre, 13 abr. 2019. Portal de notícias. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/04/assembleia-aprova-em-1o-turno-retirada-da-exigencia-de-plebiscito-para-privatizar-tres-estatais-cjuuc93si00ge01roglnvlpfg.html> . Acesso em: 20 mar. 2020.

ASSEMBLEIA Legislativa aprova extinção de seis fundações. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 21 dez. 2016. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/assembleia-legislativa-aprova-extincao-de-seis-fundacoes> . Acesso em: 21 mai. 2019.

BOMBAS de efeito moral do lado de fora da Assembleia Legislativa do RS. Jornal do Comércio. **Youtube**. 19 dez. 2016. 3min36s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fs8whsYaOSk>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

BOROWSKI, Edson Moraes. **O desequilíbrio Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul: Causas, políticas de ajuste, e os efeitos sobre a sociedade gaúcha**. Faculdade de Ciências Econômicas / UFRGS, Porto alegre, 2012. 154 p. (monografia).

BORTOLI, Rafael Berbigier de. **TV PÚBLICA: A EXTINÇÃO DA TVE DIANTE DOS PRINCÍPIOS DA COMPLEMENTARIDADE E DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Faculdade de Direito. Porto Alegre, 2017. 88 p. (monografia).

BOUÇAS, Valentim F. **HISTÓRIA DA DÍVIDA EXTERNA** – 2ª ed. - Rio de Janeiro - Edições Financeiras, 1950

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 313 p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no College de France (1989 – 92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 573 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Entre o estado e o mercado: o público não-estatal**. [S.l.]: [s.n.], 1998.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2004.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César R. S. **TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural**. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación www.eptic.com.br, vol. X, n.3, Sep. – Dic. / 2008.

CARINHATO, P. H. S. . **As políticas sociais no contexto da reforma do Estado**. In: III Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. III Lutas Sociais na América Latina, 2008.

CARINHATO, P. H. S. . **Neoliberalismo, Reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. Aurora (UNESP. Marília) , v. 03, p. 37-46, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CECE promete apoiar à luta contra privatização da TVE. **Câmara Municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre, 20 nov. 2007. Portal Institucional. Disponível em: <http://camarapoa.rs.gov.br/noticias/cece-promete-apoio-a-luta-contra-privatizacao-da-tve> Acesso em: 19 mai. 2019.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. / Amado Luiz Cervo. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2000, vol.43, n.2, pp.5-27.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. [S.l.: s.n.], 2001.

CONTRATO de R\$1,1 Bi com o Banco Mundial será assinado nesta quarta. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 12 ago. 2008. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/contrato-de-us-1-1-bi-com-banco-mundial-sera-assinado-nesta-quarta-feira> . Acesso em: 18 jun. 2019.

DECISÃO do TCE reforça legalidade em decisão de extinção de fundações. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 21 jun. 2017. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/decisao-do-tce-reforca-legalidade-em-processo-de-extincao-de-fundacoes> . Acesso em: 19 mai. 2019.

DELLAZZANA, Ângela Lovato. **Televisão e cidadania: a constituição da esfera pública**. p. 42-53, 2016. in SANTOS, N. M. W. ; Coiro Moraes, A. L. (Org.) . TVs Públicas: memórias de arquivos audiovisuais. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016. v. 1. 320p .

DERROTA na PEC do duodécimo ofusca êxitos do pacote do Piratini. **GaúchaZH**. Porto Alegre, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/12/derrota-na-pec-do->

[duodecimo-ofusca-exitos-do-pacote-do-piratini-8877883.html](#) . Acesso em: 20 mar. 2020.

DESAFIOS: Dilma terá de recompor base no Congresso para governar. **G1/RS**. Brasília, 27 out. 2014. Portal de notícias. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/desafios-dilma-tera-de-recompor-base-no-congresso-para-governar.html> . Acesso em: 16 mar. 2020.

EDUARDO Leite fala sobre a Reforma Estrutural do Estado. Governo do Rio Grande do Sul. **Youtube**. 30 out. 2019. 17min31s. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=vZu_XukSjuQ>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

EDUARDO Leita defende privatizações em coletiva dos 100 dias de governo no RS. **Brasil de Fato**. Porto Alegre, 9 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/09/eduardo-leite-defende-privatizacoes-em-coletiva-dos-100-dias-de-governo-no-rs> . Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

ELEIÇÕES 2014 – José Ivo Sartori. SBT RS. **Youtube**. 5 set. 2014. 11min29s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=w-DKH6Sn0Co>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995. 240 p.

ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael (Org.). **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. 201 p.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENTENDA o que é a Lei Kandir e por que é importante para o RS. **GaúchaZH**. Porto Alegre, 16 out. 2017. Caderno Política. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/10/entenda-o-que-e-a-lei-kandir-e-por-que-e-importante-para-o-rs-cj8u8pgj904qv01mqki52bm94.html> . Acesso em: 22 jun. 2019.

ESTADO declara fim das operações da Fundação Piratini e da Cientec. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 30 mai. 2018. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/estado-declara-fim-das-atividades-da-fundacao-piratini-e-da-cientec> . Acesso em: 18 mai. 2019.

EXTINÇÃO de fundações no RS gera polêmica e prevê demissões. **G1 RS**. Porto Alegre, 21 dez. 2016. Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/12/extincao-de-fundacoes-no-rs-gera-polemica-e-preve-demissoes-entenda.html> . Acesso em: 19 mai. 2019.

EXTINÇÃO de órgãos estaduais gera 54% da economia prevista. **GaúchaZH**. Porto Alegre, 5 de maio de 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/05/extincao-de-orgaos-estaduais-gera-54-da-economia-prevista-cjvbb1nu8010r01ma7lbu2x71.html> . Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

EXTINÇÕES da Fundação Piratini e da Cientec são publicadas no Diário Oficial do Rio Grande do Sul. **G1 RS**. Porto Alegre, 30 mai. 2018. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/extincoes-da-fundacao-piratini-e-da-cientec-sao-publicadas-no-diario-oficial-do-rio-grande-do-sul.ghtml> . Acesso em: 19 mai. 2019.

FAXINA, Elson. **DO MERCADO À CIDADANIA: O desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Leopoldo, 2012. 314 p. (tese).

FERRARI FILHO, F. ; PICOLOTTO, V. C. . **A Dívida Pública do Rio Grande do Sul: uma Análise sob a Ótica da Hipótese de Fragilidade Financeira de Minsky**. ANÁLISE ECONÔMICA (UFRGS) , v. 36, p. 295-322, 2018.

FERREIRA, Fernanda; MORAES, Lauro; VARÃO, Rafiza. **Origens da TV pública: um panorama histórico e conceitual**. In: SANTOS, Nádia Maria Weber; MORAES, Ana Luiza Coiro (Org.). TVS Públicas: Memórias de arquivos audiovisuais. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 82-96.

FINANCIAMENTO Público em tempos de crise: a Dívida Pública do RS (2017) - **Fundação de Economia e Estatística/Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/20170721josue-martins-1.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2019.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 236 p.

FORIGO, Marlus V. . **Crise do Estado de Bem-estar social e neoliberalismo**. Relações Internacionais no Mundo Atual , Curitiba, n.3, p. 51-62, 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - Rádio e Televisão. **NO AR UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO À MEMÓRIA TVE E FM CULTURA** / Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão - Porto Alegre, 2002

FUNDAÇÃO Piratini comunica cedência de 42 funcionários para demais órgãos. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 27 mar. 2018. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/fundacao-piratini-comunica-credencia-de-42-funcionarios-para-demaais-orgaos> . Acesso em: 18 mai. 2019.

FUNDAÇÃO Piratini notifica funcionários por extinção do órgão. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 18 nov. 2017. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/fundacao-piratini-notifica-servidores-sobre-extincao-do-orgao> . Acesso em: 20 jun. 2019.

GAÚCHA on Soundcloud. Orestes De Andrade Jr., **Presidente Da TVE, Fala Sobre A Concessão À Iniciativa Privada**. Entrevistado por: Kelly Matos. Porto Alegre, 18 de jul. 2018. Disponível em: <https://soundcloud.com/radiogaucha/orestes-de-andrade-jr-presidente-da-tve-fala-sobre-a-concessao-a-iniciativa-privada-18072018> . Acesso em: 20 fev. 2020.

GARSELAZ, Paulo da Silva. **DÍVIDA PÚBLICA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA, UM RELATO HISTÓRICO E O CASO DO RIO GRANDE DO SUL.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre, 2000. 133 p. (dissertação).

GOVERNADOR faz balanço dos três anos de governo durante almoço na Federasul. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 13 mar. 2002. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governador-faz-balanco-de-tres-anos-de-governo-durante-almoco-na-federasul> . Acesso em: 22 jun. 2019.

GOVERNO encaminha ações para efetivação do Plano de Modernização do Estado. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 18 jan. 2017. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-encaminha-acoes-para-efetivacao-do-plano-de-modernizacao-do-estado> . Acesso em: 25 fev. 2020.

GOVERNO do Rio Grande do Sul fere a constituição e extingue a Fundação Piratini. **Intervozes.** Porto Alegre, 21 dez. 2016. Observatório do Direito à Comunicação. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29597> . Acesso em: 20 jun. 2019.

GOVERNO do RS decide conceder TVE e FM Cultura a iniciativa privada. **GaúchaZH.** Porto Alegre, 18 jul. 2018. Política. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/07/governo-do-rs-decide-conceder-tve-e-fm-cultura-a-iniciativa-privada-cjjrc5ld900pm01o4ek9c79uo.html> . Acesso em: 19 mai. 2019.

GOVERNO do RS retira PEC que retira plebiscito para privatização ou extinção. **O Sul.** Porto Alegre, 30 mai. 2017. Disponível em: <https://www.osul.com.br/governo-rs-retira-pec-que-dispensa-plebiscito-para-privatizacao-ou-extincao-de-estatais-como-ceee-crm-e-sulgas/> . Acesso em: 20 mar. 2020.

GOVERNO reforça a relevância da modernização administrativa do RS. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 05 abr. 2017. Portal Institucional. Disponível em: <https://casacivil.rs.gov.br/governo-reforca-relevancia-da-modernizacao-administrativa-do-rs> . Acesso em: 11 dez. 2019.

GOVERNO sanciona lei que amplia parcerias público-privadas no RS. **G1/RS.** Porto Alegre, 25 jan. 2015. Portal de notícias. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/01/governo-sanciona-lei-que-amplia-parcerias-publico-privadas-no-rs.html> . Acesso em: 20 mar. 2020.

GOVERNO vai recorrer de liminar que suspende extinção de fundações. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 12 abr. 2018. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/estado-vai-recorrer-da-liminar-que-suspende-extincao-de-fundacoes> . Acesso em: 19 mai. 2019.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. . **Economia, Instituições e Estado do Bem Estar Social: respostas à nova configuração do capitalismo pós 1970.** DADOS-REVISTA DE CIENCIAS SOCIAIS , v. 58, p. 617-650, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Globalização e crise do Estado-Nação**. Estudos de Sociologia, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 129-135, 1999.

IANNI, Octávio. **Globalização e neoliberalismo**. Revista São Paulo em Perspectiva. v.12/ nº.2/ Abr-Jun, 27 – 32. 1998.

INCERTEZAS marcam o futuro da TVE-RS e da FM Cultura. **Intervozes**. Porto Alegre, 12 nov. 2007. Observatório do Direito à Comunicação. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=19745> . Acesso em: 17 jul. 2019.

JAGUARIBE, H. **Atual problema do desenvolvimento brasileiro**. Revista brasileira de. Ciências Sociais. São Paulo, v. 21, n. 60, Fev. 2006.

JUSTIÇA Federal no RS proíbe registro oficial extinção oficial da Fundação Piratini. **G1 RS**. Porto Alegre, 22 jun. 2018. Portal de notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/justica-federal-no-rs-proibe-registro-oficial-da-extincao-da-fundacao-piratini.ghtml> . Acesso em: 12 mar. 2020.

JUSTIÇA suspende extinção da Cientec que governo cumpra convênios e explique destinação de bens. **Sul21**. Porto Alegre, 11 abr. 2018. Portal de notícias. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/04/justica-suspende-extincao-da-cientec-ate-que-governo-cumpra-convenios-e-explique-destinacao-de-bens/> . Acesso em: 27 mai. 2019.

LANG, Lilian Hanel. **O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A DÍVIDA PÚBLICA**. Universidade Federal de Santa Maria / Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria, 2011. 81 p. (monografia).

LARA, Júlio César Marques de. **A DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E O PLP Nº 257/2016: impacto nas relações federativas**; 2016; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. 95 p.

LEITE faz balanço de 100 dias e destaca medidas para solucionar crise. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 09 abr. 2019. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/leite-faz-balanco-de-100-dias-de-governo-e-destaca-medidas-para-solucionar-crise> . Acesso em: 20 mar. 2020.

LIVROS134: O impeachment de Fernando Collor – Sociologia de uma crise, de Brasílio Sallum Jr. UNIVESP. **Youtube**. 21. Dez. 2015. 29min26s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YViMNMh5Nes>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p

MEDIDAS modernizam o Estado para enfrentar calamidade das finanças públicas. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 21 nov. 2016. Portal

Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/medidas-modernizam-estado-para-enfrentar-calamidade-das-financas-publicas> . Acesso em: 19 mai. 2019.

MENDES, S. R. **Televisão Pública: uma necessidade democrática**. Eptic (UFS) , v. IX, p. 175-178, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 80 p

MIOLA, Edna. **Conselho Deliberativo da Fundação Piratini: história, funcionamento e responsabilidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 1995. 90 p (monografia).

MONTEIRO, C. F. ; UNDURRAGA, T. . **Apresentação de dossiê: Estado, mercado e desenvolvimento**. Revista de Sociologia e Política (Online) , v. 23, p. 3-10, 2015.

MORAES, R. C. . **A Decolagem do neoliberalismo nos Estados Unidos – Uma história que ensina**. Revista Tempo no Mundo , v. 4, p. 109-123, 2018.

NUNES, Wellington. **Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990**. Revista de Sociologia e Política (Online) , v. 24, p. 67-89, 2016.

O futuro da TVE e FM Cultura. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 27 jul. 2017. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/o-futuro-da-tve-e-fm-cultura> . Acesso em: 20 mai. 2019.

OLIVEIRA, Jeferson Machado. **ORÇAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL: A RIGIDEZ DOS GASTOS E A LIMITAÇÃO DOS GOVERNADORES**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2018. 66 p.(monografia)

ORESTES de Andrade Jr. Diz que decisão do Governo Leite sobre TVE é retrocesso. **Coletiva.net**. Porto Alegre, 21 de agosto de 2019. Portal de notícias. Disponível em: <http://www.coletiva.net/comunicacao/orestes-de-andrade-jr.-diz-que-decisao-do-governo-leite-sobre-tve-e-retrocesso-,317626.jhtml> . Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

PACHECO, Regina Silvia Viotto Monteiro . **Regulação no Brasil: Desenho das Agências e Formas de Controle**. RAP. Revista Brasileira de Administração Pública , v. 4, p. 523-543, 2006.

PAULANI, L. M. . **Economia e Retórica: o capítulo brasileiro**. Revista de Economia Política , São Paulo, v. 26, n.1, p. 3-22, 2006.

PLANO de modernização do Estado foi pensado para 11 milhões de gaúchos, diz Sartori. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 24 nov. 2016. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/plano-de-modernizacao-foi-pensado-para-os-11-milhoes-de-gauchos-diz-sartori> . Acesso em: 18 mai. 2019.

PLANO de modernização do Estado não é questão de ideologia, é de necessidade, diz Sartori. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 25 nov. 2016. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/plano-de-modernizacao-nao-e-questao-de-ideologia-e-de-necessidade-diz-sartori> . Acesso em: 18 mai. 2019.

PARCELAMENTO de salários vira “rotina” no governo do RS. **Estadão**. São Paulo, 15 abr. 2016. Economia & Negócios. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,parcelamento-de-salarios-vira-rotina-no-governo-do-rs,10000026081> . Acesso em: 22 jun. 2019.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Economic Reforms and Economics Growth: Efficiency and Politics in Latin America, in Economic reforms in New Democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PEC que prevê fim de plebiscito para privatizar Banrisul avança na Assembleia. **GaúchaZH**. Porto Alegre, 14 out. 2019. Portal de notícias. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/10/pec-que-preve-fim-de-plebiscito-para-privatizar-banrisul-avanca-na-assembleia-ck1r1477z062s01n3z1en30s2.html> . Acesso em: 18 mar. 2020.

PUBLICADA lei que reduz em 30% o número de secretarias. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 16 set. 2015. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/publicada-lei-que-reduz-em-30-o-numero-de-secretarias> . Acesso em: 20 mar. 2020.

QUAL a atual situação das fundações, companhias e da autarquia extinta por Sartori. **GaúchaZH**. Porto Alegre, 5 mai. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/05/qual-a-atual-situacao-das-fundacoes-companhias-e-da-autarquia-extintas-por-sartori-cjvbl8wph012t01pev9hosfip.html>. Acesso em: 20. Mar. 2020.

Relatório de análise da dívida pública do Rio Grande do Sul (2015) - **Fundação de Economia e Estatística/Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/20160512relatorio-de-analise-dadivida-publica-do-rs-isbn-978-85-7173-138-7.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2019.

RIGOTTO negocia com Lula perdas do RS. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 3 fev. 2004. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/rigotto-negocia-com-lula-perdas-do-rs> . Acesso em: 22 jun. 2019.

RIGOTTO cobra da União cumprimento de acordo. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 16 abr. 2004. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/rigotto-cobra-da-uniao-cumprimento-de-acordo> . Acesso em: 22 jun. 2019.

RIO Grande do Sul: maioria das gestões parcelou ou atrasou folha. **Carta Maior**. Porto Alegre, 09 set. 2016. Texto de Marcus Meneghetti extraído do Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Majoria-das-gestoes-parcelou-ou-atrasou-folha/4/34444> . Acesso em: 23 jun. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 54.089, de 29 de maio de 2018. Decreta o encerramento das atividades da Fundação Piratini. **Assembleia Legislativa**, Porto Alegre, 29 de maio de 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 7.476, de 31 de dezembro de 1980. Autoriza a criação de Fundação. **Palácio Piratini**, Porto Alegre, 31 dez. 1980.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 10.536, de 08 de agosto de 1995. Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão e dá outras providências. **Palácio Piratini**, Porto Alegre, 08 ago. 1995.

RIO GRANDE DO SUL. LEI Nº 14.982, de 16 de janeiro de 2017. Autoriza a extinção de fundações públicas de direito privado da Administração Pública Indireta do Estado do Rio Grande do Sul. **Palácio Piratini**. Porto Alegre, 16 de janeiro de 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão. **Fundação Piratini**. Porto Alegre 11 de novembro de 1997.

RODA Viva | Impeachment Collor | 1992. Roda Viva. **Youtube**. 9 nov. 2017. 1h30min34s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=nVNNgp4E0vQ>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

ROSA, E. C. F. ; MAINIERI DE OLIVEIRA, T. . **Comunicação pública, cidadania e democracia - algumas reflexões**. Revista Comunicação Midiática (Online) , v. 7, p. 192-206, 2012.

ROSA, M. F. **TVE-RS: A produção do interior gaúcho no telejornalismo público**; 2016; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SALLUM Jr., Brásílio. ; GOULART, J. O. . **O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula**. Revista de Sociologia e Política , p. 115-135, 2016.

SANTOS, N. M. W. ; Coiro Moraes, A. L. (Org.) . **TVs Públicas: memórias de arquivos audiovisuais**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016. v. 1. 320p .

SANTOS, Nádia Maria Weber; SILVA, Newton Pinto da; OLIVEIRA, Rodrigo Cássio (Orgs.) **Comunicação Pública no Brasil: desafios e perspectivas; memórias e depoimentos** [recurso eletrônico] / Nádia Maria Weber Santos; Newton Pinto da Silva; Rodrigo Cássio Oliveira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. 267p

SARTORI, José Ivo; CAIROLI, José Paulo. **O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE** – Programa de Governo José Ivo Sartori e José Paulo Cairolli / Coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC. Rio Grande do Sul, 2014.

SARTORI, José Ivo; CAIROLI, José Paulo. **O RIO GRANDE NO RUMO CERTO** – Programa de Governo José Ivo Sartori e José Paulo Cairolli / Coligação MDB, PSD, PSB, PR, PGC, PATRI, PRP, PMN, PTC. Rio Grande do Sul, 2018.

SARTORI decreta encerramento das operações da Fundação Piratini e da Clientec. **Sul21**. Porto Alegre, 30 mai. 2018. Portal de notícias. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/05/sartori-decreta-encerramento-das-atividades-da-fundacao-piratini-e-da-clientec/> . Acesso em: 19 mai. 2019.

SARTORI conseguiu aprovação de 86% dos projetos enviados pelo governo à Assembleia. **GaúchaZH**. Porto Alegre, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/07/sartori-conseguiu-aprovacao-de-86-dos-projetos-enviados-pelo-governo-a-assembleia-cjka8vf1502uu01p6xi56r5pm.html> . Acesso em: 20 mar. 2020.

SARTORI vendeu a ideia de economia com as fundações, mas o RS só teve prejuízos, diz diretor do Semapi. **Sul21**. Porto Alegre, 27 set. 2019. Portal de notícias. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2019/09/sartori-vendeu-a-ideia-de-economia-com-as-fundacoes-mas-o-rs-so-teve-prejuizos-diz-diretor-do-semapi/> . Acesso em: 11 jan. 2020.

SARTORI: “Vida longa à Fundação Piratini!”. Milton Ribeiro. **Youtube**. 1min15s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Y7lZaNflxVk>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SARTORI volta atrás e anuncia que abre mão de reajuste salarial. **G1/RS**. Porto Alegre, 19 jan. 2015. Portal de notícias. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/01/sartori-volta-atras-e-anuncia-que-abre-mao-de-reajuste-salarial.html> . Acesso em: 14 mar. 2020.

SECRETARIA-GERAL de Governo reúne equipe para alinhar modelo de gestão. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 11 fev. 2015. Portal institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/secretaria-geral-de-governo-reune-equipe-para-alinhar-modelo-de-gestao> . Acesso em: 26 abr. 2020.

SILVA, Juliano Zarembski da. **O papel da TV Pública: Uma análise do programa TVE Repórter, 2017**. Trabalho de conclusão de curso / Curso de Jornalismo. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SINDICATO denuncia censura. **Observatório da Imprensa**. 04 nov. 2008. Caderno da Cidadania. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/sindicato-denuncia-censura/> . Acesso em: 20 jun. 2019.

SOBREVIVENTES do governo Sartori, servidores de fundações aguardam em “limbo” por posição de Leite. **Sul21**. Porto Alegre, 17 fev. 2019. Portal de notícias. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2019/02/sobreviventes-do-governo-sartori-servidores-de-fundacoes-aguardam-em-limbo-por-posicao-de-leite/> . Acesso em: 11 jan. 2019.

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. BOCC. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2019.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de ; MARCHI JR., Wanderley . **A teoria dos jogos competitivos de Norbert Elias como alternativa à leitura das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impresso), v. 26, p. 657-665, 2012.

TARSO: “nossa opção foi congelar salários de secretários e cargos de confiança, para dar aumento real ao servidor público”. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 17 dez. 2014. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/tarso-nossa-opcao-foi-congelar-salarios-de-secretarios-e-cargos-de-confianca-para-dar-aumento-real-ao-servidor-publico> , Acesso em: 22 jun. 2019.

TCE recorre de decisão que autoriza extinção de fundações estaduais. **Sul21**. Porto Alegre, 20 jun. 2018. Portal de notícias. Disponível em <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/06/tce-recorre-de-decisao-que-autoriza-extincao-das-fundacoes-estaduais/> . Acesso em: 27 mai. 2019.

TCE suspende processo de extinção das fundações pelo governo Sartori. **Sul21**. Porto Alegre, 12 abr. 2018. Portal de notícias. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/04/tce-suspende-processo-de-extincao-das-fundacoes-pelo-governo-sartori/> , Acesso em: 27 mai. 2019.

THE World's First Ever TV Ad. Dave Birss. **Youtube**. 20 out. 2011. 9s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lsjc2uDi1OI>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

TJ concede liminar liberando processo de extinção de fundações no Rio Grande do Sul. **G1 RS**. Porto Alegre, 22 mai. 2018. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/tj-concede-liminar-liberando-processo-da-extincao-das-fundacoes-no-rio-grande-do-sul.ghtml> . Acesso em: 19 mai. 2019.

TRABALHADORES da Fundação Piratini são impedidos de trabalhar no RS. Rede TVT. **Youtube**. 26 dez. 2016. 1min18s. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=ekJPvSYZBAs>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

TRIBUNAL federal mantém liminar que proíbe Governo do RS registrar extinção da Fundação Piratini. **G1 RS**. Porto Alegre, 19 jul. 2018. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/07/20/tribunal-federal-mantem-liminar-que-proibe-governo-do-rs-de-registrar-extincao-da-fundacao-piratini.ghtml> . Acesso em: 19 mai. 2019.

TVE amplia programação local a partir de segunda-feira (22/05). **TVE-RS**. 19 mai. 2017. Portal institucional. Disponível em: <http://www.tve.com.br/2017/05/tve-amplia-programacao-local-a-partir-de-segunda-feira/> . Acesso em: 20 mar. 2020.

TVE-RS depauperada, funcionários insatisfeitos. **Observatório da Imprensa**. 28 nov. 2005. Caderno da Cidadania. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/tvers-depauperada-funcionarios-insatisfeitos/> . Acesso em: 22 jun. 2019.

TORVES, José Carlos. **Televisão Pública** / José Carlos Torves. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda., 2007. 184p

TORVES, José Carlos de Oliveira. **TVE-RS: GOVERNO X CONSELHO DELIBERATIVO – Um Estudo das Operações Ideológicas no Comando da Emissora**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Porto Alegre, 2006. 155 p. (monografia)

VALPARAÍSO 2019. La crisi global de la democracia liberal: Manuel Castells. Puerto de Ideas. **Youtube**. 13 nov. 2019. 1h17min14s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q9blcS9bxO0>>. Acesso em: 22 jun. 2020

VEJA como votou cada deputado nos projetos que extinguiram nova fundações, uma autarquia e uma companhia. **GaúchaZH**. Porto Alegre, 21 dez. 2016. Política. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/12/veja-como-votou-cada-deputado-nos-projetos-que-extinguiram-nove-fundacoes-uma-autarquia-e-uma-companhia-8833118.html> . Acesso em: 22 jun. 2019.

VINTE anos de Plano Real. Estadão. **Youtube**. 30 jun. 2014. 3min35s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jlRzw5ChqJ0>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O CAÓTICO SÉCULO XXI** / PAULO Fagundes Visentini – Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2015.

YEDA anuncia transferência de sede da Fundação Piratini para Centro Administrativo. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 23 dez. 2009. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/yeda-anuncia-transferencia-da-sede-da-fundacao-piratini-para-o-centro-administrativo> , Acesso em: 22 jun. 2019.

YEDA entrega caixa do Estado com saldo record de R\$ 3,6 bi. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 17 dez. 2010. Portal Institucional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/yeda-entrega-caixa-do-estado-com-saldo-recorde-de-r-3-6-bilhoes> . Acesso em: 22 jun. 2019.

ZILIOOTTO, Guilherme Antônio. **DOIS SÉCULOS DA DÍVIDA PÚBLICA: A HISTÓRIA DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO E SEUS EFEITOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO (1822 – 2004)** / Guilherme Antônio Ziliotto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Anexos

A. Entrevistas

1 Considerações sobre as entrevistas e os entrevistados

Apresentaremos a seguir a composição dos anexos que estão presentes nesta dissertação de mestrado. Tudo o aqui disposto foi essencial na construção do texto acadêmico aqui apresentado, sejam eles documentos oficiais, referentes a uma das partes envolvidas no processo ou mesmo material jornalístico selecionado.

Iniciaremos a apresentação dos anexos com a exposição das perguntas que serviram de guia para condução das entrevistas realizadas na construção deste estudo. Logo em seguida apresentaremos a transcrição das entrevistas baseadas nestas perguntas. Estas entrevistas foram fundamentais para compreender as nuances do processo político que resultou na aprovação do PL 246/2016 e, em consequência desta, a extinção dos órgãos da administração pública que o compunham. Buscamos com estas entrevistas compreender como se deu a relação entre Poder Executivo e Legislativo durante o processo, atentando para as negociações e os embates ocorridos no campo político representativo profissional, além da relação destes Poderes com as partes diretamente afetadas com a extinção das Fundações Públicas a qual estavam vinculados.

As entrevistas também nos proporcionaram compreender a importância das instituições sindicais e das associações de funcionários no processo, apontando como estes tiveram papel político combativo quanto a proposição do projeto e, mesmo após sua aprovação e a efetivação dada pelo Poder Executivo, defendendo os interesses dos servidores e contestando as reais motivações que levaram o governo da hora a adotar tal medida.

Dentre os entrevistados iniciaremos com a transcrição da entrevista concedida pelo ex-Deputado Estadual Pedro Ruas, atual presidente do PSOL no Rio Grande do Sul. Possuidor de mandato eletivo durante a gestão de José Ivo Sartori frente ao Executivo gaúcho (2015-2018), Ruas postou-se com um dos líderes da oposição parlamentar durante a votação do PL 246/2016, possuindo importante papel como articulador político durante o período que compreendeu a votação do pacote de extinções.

A segunda entrevista foi realizada com o economista Rober Iturriet, que durante o período da apresentação do PL aqui analisado, e suas votações, integrou a direção do SEMAPI. Naquela época Iturriet também compunha o quadro de servidores concursados da Fundação de Economia e Estatística. Rober esteve presente em grande parte das negociações em que o sindicato que integrava se fez presente, usando de seus conhecimentos técnicos para assessorar o SEMAPI no embate político contrariamente a efetivação das extinções.

O ex-Secretário Estadual de Planejamento e atual Deputado Estadual pelo MDB, Carlos Burigo é o terceiro entrevistado. O ex-Secretário teve papel chave na articulação do projeto do PL 246/2016 e na proposta de reestruturação da máquina pública a que o “pacote das extinções” integrava, tendo participação também no processo de negociação para aprovação do pacote entre Executivo e Legislativo. Em sua entrevista Burigo detalha a ideia de agenda proposta pelo governo Sartori definindo o ideal de modernização administrativa a que se propunha, buscando sempre o equilíbrio na relação arrecadação/despesa.

Aproximando-se da TVE-RS enquanto objeto de estudo buscamos entrevistar atores que pudessem contribuir com relatos próximos do cotidiano vivido na (e pela) emissora durante o período de votação e durante a extinção formal da Fundação Piratini. O primeiro entrevistado então foi Milton Simas Júnior, presidente do Sindicato dos Jornalistas no período em que ocorreu a extinção da Fundação Piratini. A extinção da Fundação Piratini, e consequentemente a reestruturação das atividades da TVE-RS, atingiu diretamente esta classe de profissionais – os jornalistas – que nos últimos anos sistematicamente vem sofrendo ataques, tanto por meio de prerrogativas legais da profissão ao exemplo da retirada da obrigatoriedade do diploma, tanto quanto no próprio fazer jornalístico que sofre com ataques a liberdade de imprensa diariamente. Simas, representando seu sindicato, juntamente com outras entidades de classe tiveram papel importante na luta pela garantia dos direitos daqueles profissionais que representavam, buscando judicialmente quando necessário a salvaguarda dos direitos garantidos em lei nas negociações com o Executivo.

Pedro Luís Osório foi o quinto entrevistado. Tendo sido membro do Conselho Deliberativo representando o SindjoRS e posteriormente Presidente da Fundação

Piratini durante a gestão de Tarso Genro, Pedro Luís teve grande participação na construção do modelo de televisão pública que se propunha a ser a TVE-RS quando sob a responsabilidade jurídico-administrativa da Fundação Piratini, mantendo-se pública com financiamento estatal, porém sem interferência direta do governo do turno. Jornalista e professor universitário na área da comunicação, contribuiu com a pesquisa com seu olhar crítico sobre a perspectiva de como um novo modelo de gestão, se plenamente adotado sobre a TVE-RS, poderia modificar seu caráter de emissora de televisão pública.

Como representante dos servidores da Fundação Piratini, diretamente vinculado ao quadro de servidores da TVE-RS, apresentaremos a entrevista do jornalista Newton Silva. Contando com mais de duas décadas de serviços prestados na emissora, Newton passou por diferentes “eras” - governos, direções executivas, projetos editoriais – dentro da TVE-RS. O jornalista é coautor de livros que tem a TVE-RS como objeto de estudo, explorando sua programação, sua estrutura político-administrativa e seu papel sociocultural frente a população gaúcha.

Também foram selecionados como possíveis entrevistado outros parlamentares e ex-diretores da Fundação Piratini, assim como ex-servidores que atuavam na TVE-RS. Dentre as solicitações de entrevista, contatamos a Deputada Any Ortiz e os Deputados Luís Augusto Lara e Tiago Símon. Entre atores diretamente ligados à Fundação Piratini e a TVE-RS em cargos diretivos fizemos a solicitação de entrevistas a Maíra Baumgarten, ex-presidente do Conselho Deliberativo, e Isara Marques e Orestes de Andrade Jr.⁷⁷ - estes últimos, ambos ex-presidentes da Fundação Piratini, indicados pelo governador José Ivo Sartori no período que se deu a votação do PL 246/2016 e durante o efetivo processo de extinção da Fundação Piratini e a reestruturação das operações da TVE-RS, respectivamente – também foram procurados para a realização de entrevistas sobre o assunto proposto na pesquisa. Infelizmente, por motivos pessoais diversos, nenhum dos citados puderam ou se dispuseram a conceder as entrevistas solicitadas.

⁷⁷ Orestes respondeu em 16 de abril de 2020 à solicitação de entrevista realizada em 4 de dezembro de 2019. Devido aos prazos estipulados para a entrega da pesquisa não foi possível a realização desta entrevista.

Dentre os documentos que compõe este anexo estão a publicação oficial do PL 246/2016 no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e a lista oficial com os votos de cada Deputado referente a este PL. Tais documentos serviram como importante fonte na construção do texto aqui apresentado. Também foram selecionados como fontes material jornalístico publicado em jornais de grande circulação, que fazem parte da chamada mídia tradicional, e portais de notícia independentes veiculados exclusivamente em meio digital pela internet, estando todos os referentes utilizados citados juntos as referências anteriormente apresentadas neste estudo. A diversificação das fontes noticiosas buscou equilibrar qualquer matriz de alinhamento político-ideológico que pudesse vir a existir, além de qualquer tipo de interesse próprio que possa transparecer no fato da extinção da Fundação Piratini culminar na reestruturação das operações dos veículos anteriormente subordinados a ela.

Por último apresentamos fragmentos do relatório produzido pelo Movimento dos Servidores da Fundação Piratini como forma de fortalecimento do movimento “Salve, salve, TVE e FM Cultura”, apresentando dados e propostas de reestruturação dos veículos de comunicação sem a extinção do ente jurídico ao qual estavam vinculados.

1.1 Questões norteadoras das entrevistas

Dividimos as questões que nortearam as entrevistas realizadas para este estudo em três grupos, especificamente quanto a função que ocupava e a relação que o entrevistado mantinha com as fundações, ou especificamente com a TVE-RS. A especificidade dos atores e a função designada por cada um destes no processo de extinção das fundações carecia de questionamentos próprios, pontuais, e levou-nos a elaboração desta divisão valorizando questionamentos distintos.

Iniciamos as entrevistas solicitando que o próprio entrevistado fizesse uma breve apresentação pessoal – nome, idade, formação -, apontando qual cargo público ocupou durante o período de apresentação e votação do PL 246/2016 ou qual sua relação com as fundações que puderam ser extintas após sua aprovação e seu envolvimento com o processo de extinção destas.

Cabe-nos aqui reiterar que, como optou-se por utilizar o modelo de entrevista semiestruturada, as perguntas aqui apresentadas não foram aplicadas de forma integral aos entrevistados visto que ao conceder espaço para que estes expusessem suas opiniões sobre o assunto, em diversas vezes as questões foram respondidas sem a realização do questionamento por parte do entrevistador. Tivemos como objetivo proporcionar ao entrevistado liberdade na exposição de suas memórias e ideias, evitando ao máximo direcionar suas respostas e assim extrair conteúdos originais que contribuíssem com a produção deste estudo.

1.1.1 Questões aplicadas aos representantes do Poder Executivo e Legislativo.

As perguntas que seguem são base para a entrevista com o parlamentar gaúcho selecionado, questionando sobre seu voto e a postura adotada por seu partido durante a votação do PL 246/2016, e com o representante do poder executivo durante a Gestão Sartori, respectivamente Pedro Ruas e Carlos Burigo. Como solicitado pelas assessorias dos parlamentares, as entrevistas tiveram duração aproximada de 20 min. Optamos então por utilizar 10 questões base, aplicadas independente do voto dado em relação ao PL.

1. Na época qual foi à justificativa principal apresentada pelo governo para a extinção da Fundação Piratini? Qual sua opinião sobre a justificativa?
2. Qual a relação das tentativas anteriores de privatização ou extinção da Fundação Piratini com a que foi realizada no governo Sartori?
3. Como o Executivo apresentou o PL 246/2016 para a Assembleia? O PL teve apoio e oposição de quais organizações e movimentos sociais?
4. Durante o período de apreciação da proposta na Assembleia existiu interlocução com os servidores afetados ou seus representantes? Como as demandas apresentadas por estes foram recebidas? Estas demandas foram discutidas dentro do partido, orientando assim uma postura a ser adotada pelos parlamentares da legenda

5. Como foram as articulações políticas para a votação da Extinção da Fundação Piratini no parlamento gaúcho?
6. Qual foi o destaque dado ao tema “situação fiscal” do Estado do Rio Grande do Sul foi apresentada pelo Executivo durante a apresentação da proposta das extinções das fundações e empresas públicas? Qual a importância atribuída pelo Executivo da aprovação do pacote de medidas ao equilíbrio fiscal situação do Estado do RS e a possibilidade de renegociação da dívida pública com a União? Essa situação era de pleno conhecimento do parlamentar?
7. Como você percebe que a extinção de alguma das Fundações afetaria/afetou diretamente os serviços prestados, direta e indiretamente, pelo Estado à população? Houve aprofundamento nas discussões parlamentares sobre os possíveis efeitos destas extinções?
8. Quando da emenda apresentada no dia da votação que propunha a votação individual da extinção de cada empresa ou fundação, como se posicionou o partido que o parlamentar integrava? Existiu por parte do Executivo alguma forma de pressão para a votação não individual de cada caso?
9. A realocação dos servidores concursados nestas fundações também configurou desvio de função. Detalhes específicos a cada uma das fundações foram discutidos em algum momento durante a apreciação do projeto de extinção destas?
10. Como você percebe atualmente a situação da comunicação do estado sem a Fundação Piratini? Há possibilidade de algum retorno dessa Fundação ou pauta no âmbito do governo?

1.1.2 Questões aplicadas aos representantes sindicais e servidores de fundações extintas (exceto da Fundação Piratini).

As questões que seguem serviram de base para as entrevistas realizadas com o professor Rober Iturriet e com o jornalista Milton Simas Jr.

1. Desde quando começaram os rumores e as informações sobre a extinção das fundações/ da Fundação Piratini?
2. Desde quando os sindicatos se mobilizam seja pela manutenção ou mesmo contra a Extinção da Fundação Piratini?
3. Como foi informado aos funcionários das Fundações, Empresas e Autarquias inclusas no pacote proposto pelo governo de Sartori da extinção de suas funções e na realocação de seus cargos? Ocorreu antes ou conjuntamente a apresentação do projeto na Assembleia?
4. Como o sindicato se posicionou logo após o informe? Houve interlocução com o Executivo antes da apresentação da proposta na Assembleia? (pasta do planejamento -responsável pelo processo)
5. Houve alguma articulação política entre o sindicato e a oposição na Assembleia em defesa da manutenção das Fundações e EP? Quais partidos demonstraram apoio integral aos funcionários e oposição ao projeto?
6. Houve diálogo com parlamentares da base aliada do governo Sartori?
7. Quais manifestações políticas ou mesmo uso de recursos legais foram buscados para impedir a extinção das fundações? Como decorreu este processo?
8. A extinção de Fundações como a FEE, Fundação Piratini e outras afetam diretamente nos serviços prestados pelo Estado a sociedade. Durante o processo de extinção das fundações, após apresentação do projeto, como o governo justificava a prestação destes serviços? A demissão e realocação de servidores concursados foram apresentadas antes ou após o plano de demissão voluntário proposto pelo governo Sartori?
9. Como está atualmente a situação da política de comunicação do governo do estado? Qual é a percepção sobre a situação atual dos servidores que atuavam antes da Fundação Piratini?

1.1.3 Questões aplicadas aos ex-servidores da Fundação Piratini.

As questões que seguem serviram de base para as entrevistas realizadas com o professor Pedro Luiz Osório e com o jornalista Newton Silva.

1. Desde quando, por parte de que governos, já havia questionamentos sobre a existência da Fundação Piratini?
2. Como você compreende a correlação entre democracia e comunicação pública? Acha importante que exista meios de comunicação com financiamento estatal, porém sem estar subordinado aos interesses de governo?
3. Você considera que possa existir um projeto político de Estado por trás da extinção da Fundação Piratini, especificamente, visando entregar a concessão televisiva a iniciativa privada e fomentando um mercado audiovisual privado?
4. Como foi apresentado aos funcionários da TVE e da FM Cultura o projeto de “re”-organização que colocaria estes veículos de comunicação - antes sob um modelo de gestão público participativo que visava mitigar uma possível interferência do governo da hora - sob a tutela de uma secretaria de governo? Buscou dispositivos legais que impedissem essa mudança que causaria subordinação direta a uma secretaria?
5. Como o conselho deliberativo da TVE se posicionou frente esta proposta? Houve articulação política a partir deste para evitar tal mudança? Como sindicatos de classe e federações profissionais posicionaram-se sobre as mudanças estruturais ocorridas na TVE-RS e na FM Cultura?
6. Qual é a percepção sobre a situação atual dos servidores que atuavam antes da Fundação Piratini?
7. Como você vê a situação da comunicação pública no RS a partir da extinção da Fundação Piratini?

2 Transcrição das entrevistas

Entrevistas realizadas mediante assinatura de termo de compromisso dando cedência ao uso de seu conteúdo na construção da dissertação de mestrado do discente Roberto Gonçalves Dias, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, sob a Orientação do professor Dr. Sérgio Botton Barcellos.

2.1 Entrevista com Pedro Ruas

Transcrição da entrevista concedida pelo ex-Deputado Estadual Pedro Ruas (Psol-RS), realizada no gabinete do Partido dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Roberto: Eu vou começar pedindo para o senhor se apresentar: falar qual partido do senhor é vinculado e explicitar seu voto sobre o PL 246, que foi das extinções das Fundações dentre elas a fundação Piratini?

Pedro Ruas: Meu nome é Pedro Ruas, sou o coordenador da bancada do PSOL e foi deputado e líder da bancada do PSOL aqui na Assembleia Legislativa na última legislatura antes da presente e sempre combati, muito, a extinção das Fundações. Isso é um retrocesso brutal no nosso estado e infelizmente terminou aprovado em plenário contra meu voto, votei contra, e assim nós tivemos prejuízos enormes. Nós não temos como substituir a Cientec, por exemplo. Não temos e jamais teremos outra Fundação Zoobotânica, e aquele imenso patrimônio que o nosso jardim botânico. Nós perdemos a Fapergs, nós perdemos a Fundação Piratini, aliás o nosso Estado sofreu muito com a perda da FEE, Fundação de Economia e Estatística porque sequer a nossa arrecadação, o nosso PIB, podia ser calculado sem ela. Então é algo extraordinariamente ruim o que aconteceu, não deu nenhum benefício para o Estado. Nenhum, nenhum, nenhum! Apenas prejudicou Rio Grande do Sul e bastante.

Roberto: A primeira pergunta é, como foi apresentado o pacote pelo governo Sartori e como foram as tratativas do governo com as bancadas para tentativa de aprovação do pacote das extinções?

Pedro Ruas: Na verdade foi como tudo no governo Sartori, Roberto, não houve tratativas. O Sartori apostava na sua maioria, e é como faz o governo Leite também, não há tratativas. Os governos tem maioria e não negociam com a oposição. Os governos, via de regra, o que fazem juntar sua base. Deve ter negociação com a base, provavelmente fisiológico também, mas composição há conversa, que pode mais chora menos! Nós lutamos muito, mas eles tinham maioria matemática. Conseguimos adiar por um bom tempo esta votação. Infelizmente ao final perdemos. Na verdade, quem perdeu foi o Estado porque é um prejuízo, no meu ponto de vista, irrecuperável.

Roberto: Como a situação fiscal do Estado foi apresentado durante o processo e como é uma serviu de barganha para a aprovação, intuindo que as Fundações estavam sendo percebidas por aquela gestão como sendo um gasto oneroso ao caixa do Estado?

Pedro Ruas: É que o Governo Sartori mentia muito, né! Colocava, por exemplo, que a venda das Fundações mostraria algum benefício até forma de atualizar os pagamentos salários dos Servidores. Isso nunca aconteceu! Pouco tempo antes, não lembro nem quando e qual a relação de tempo exato ali, mas o governo mandou para cá (para Assembleia) um projeto que foi aprovado contra o meu voto também, dando mais isenção (fiscal) para o senhor Lírio Parisotto, para a (empresa) Videolar-Innova, uma empresa grande. A Videolar comprou Innova, e ganhou isenções fiscais, enfim, ganhou R\$380 milhões, e gerou 5 empregos no estado. Eu tenho um discurso na Tribuna falando isso. Cinco empregos, comprovadamente! Com cerca de 2 ou 3 meses diferença da extinção das Fundações que geraram, segundo o Governo, uma economia aos cofres públicos de R\$116 milhões, e uma perda de postos diretos de trabalho de cerca 1200 empregados. Sem falar em tudo que eu disse antes, na tecnologia, no conhecimento, no acúmulo da experiência da Cientec, da Zoobotânica, da FEE, na comunicação da Piratini. Então, foi uma barbárie o que ocorreu porque o Governo mentiu, ele ficou dando incentivo fiscal aos seus amigos empresários e destruiu as Fundações, o conhecimento a experiência com o acúmulo que tiveram e os benefícios que essas Fundações concederam sempre ao nosso Estado.

Roberto: Durante a negociação houve uma discussão sobre a mão de obra, no caso dos estatutários que faziam parte das Fundações? Como é que eles serão realocados?

Pedro Ruas: Não houve nenhuma negociação. Como eu falei antes, nunca houve negociação.

Roberto: Foi apresentado um pacote fechado já com a proposta

Pedro Ruas: Sim. Nunca houve negociação! Nós conseguimos adiar votação muito tempo. Denunciamos, juntando servidores, fizemos todas as manobras regimentais possíveis. Nunca houve negociação, o Governo nunca negociou. O Governo nunca veio aqui, nunca veio na Assembleia, então o que havia era enfrentamento e não negociação.

Roberto: Os sindicatos nesse adiamento da votação tiveram uma participação presente. por tentativa judicial ou mesmo pressão popular?

Pedro Ruas: Sim, os sindicatos estavam presentes, aqui na Assembleia e judicialmente também.

Roberto: Eles tinham alguma penetração nas bancadas? Não só nas de oposição, mas em outras?

Pedro Ruas: Eles tentaram bastante. Não sei se com algum sucesso.

Roberto: E com a bancada do PSOL houve diálogo?

Pedro Ruas: Com a bancada do PSOL, sim. Nós estivemos sempre do mesmo lado.

Roberto: Em relação as infrações da lei que ocorreram, por exemplo, no remanejo de alguns funcionários contratados ele acaba configurando desvio de função, porque eles não foram concursados para determinada função onde eles estão hoje. E a questão da TVE, sobre o princípio da complementaridade de serviços, onde a Constituição Federal fala sobre licenças para ter as públicas, privadas e estatais, existindo uma diferença clara entre a tv pública é a estatal, que seria a interferência direta do Governo da hora, sendo que as duas contam com financiamento do caixa do Estado. Como é que a senhor enxerga essa situação? O senhor vê alguma manobra política nessa situação?

Pedro Ruas: É que a manobra foi antes. Isso aí é consequência da manobra ou essa manobra é digamos, uma manobra recorrente porque o que o governo queria era demitido o maior número possível. Ele nunca se preocupou onde iriam ficar os (funcionários) estatutários. Ele vai colocando onde quer, acho que deve. E não há controle sobre isso, não há fiscalização sobre isso, não é nada sobre isso. Há um desgoverno total, uma desconsideração. O que o Governo queria mesmo era criar um espaço para atuação privada nas áreas (de atuação) das Fundações, em todas as áreas. E criou! Não apareceram os tais interessados ainda, até hoje, não se conhece. Eu não conheço! Mas o Governo queria criar espaço para uma atuação privada e destruiu o que era patrimônio público. Destruiu pesadamente. Foi uma coisa que é inesquecível na história do Estado. Comprimento a ti, Roberto, e quem pensou esse tema porque seu tema é histórico num dos momentos mais graves dos últimos 15 anos, do ponto de vista negativo, e que foi muito ruim para o nosso desenvolvimento. Desde a extinção da antiga Fadergs, de esportes, onde a Daiane dos Santos, a maior atleta Olímpica da história gaúcha, campeã mundial, foi descoberta, criada e formada na Fadergs. Por que as crianças e adolescentes pobres não têm acesso aos grandes clubes que preparam esportistas daqui. A exceção do futebol, as outras modalidades esportivas. O futebol é profissionalizado, né. Então as crianças não têm onde treinar, e em relação a Fadergs, se tivesse ocorrido antes nós não teríamos conhecido a Daiane dos Santos, a maior atleta história do Estado, e é terrível pensar isso.

Roberto: Nisso que o senhor falou agora, do interesse do mercado em setores estratégicos, como é que o senhor enxerga esse interesse na área da comunicação? Existem muitas produtoras que acabam prestando serviços aos partidos e que através do lobby consegue penetração nos serviços públicos. A TVE-RS com todo o orçamento disposto e a questão das leis de incentivo à cultura, o senhor enxerga isso como sendo um nicho que o mercado possa se interessar e que tenha influenciado nessa questão?

Pedro Ruas: Sim, com certeza. Mas, não apenas esses setores que tu falas, e tens razão, mas também os setores já tradicionais, já estabelecidos, a mídia convencional já estabelecida em grandes grupos que atuam no Brasil e aqui no estado, porque a TVE com qualidade passa seu concorrente importante, como era historicamente. Eu trabalhei na TVE. Fazia lá gratuitamente consultas trabalhista no

programa “Sete no Ar”, nos anos 90, com consultas ao vivo na área trabalhista, como fazia em várias rádios daqui (de Porto Alegre) fazia na TVE também. A TVE é uma extraordinária prestadora de serviço e colocava temas que outras emissoras não tinham o interesse comercial em colocar, e assunto importantes significativos. Então a TVE tem uma importância cultural enorme, na formação de gerações. Eu acho muito triste que nós não tenhamos mais isso, e acho que infelizmente as novas gerações não terão a mesma qualidade de vida e de oportunidade em função dessa perda. Mas eu tenho consciência que fiz a minha parte para evitar isso. Eu lutei muito!

Roberto: O senhor acha que a agenda do Governo Sartori tinha uma proposta de Estado específica, e esse pacote das extinções estava dentro desse modelo de Estado proposto pelo Governo?

Pedro Ruas: Não. Eu acho que não tinha uma agenda de Estado, eles eram improvisadores. Então a cada momento surgia alguém, com uma determinada ideia e essa ideia, por motivos que eu desconheço porque nunca participei de nada deles, então apenas tento imaginar, se tornava prioridade. Então verdadeiros absurdos se tornaram realidade. Esse (o pacote de extinções) talvez seja o mais grave, mas outras tantas situações ocorridas. Eu dei o exemplo antes, quando o governo veio para cá querendo dar em isenções, incentivos e dinheiro, 330 milhões de reais para Videolar-Innova foi um absurdo. Era prioridade do Governo aquilo que ia gerar tecnologia, mas que no fim gerou apenas cinco empregos. O cachorro-quente do Rosário, que eu frequento a 40 anos, gera 08 empregos. Eu tenho uma nora em Bagé, com meu filho e meus netos, que possui uma casa de festas infantis e que tem 09 empregados, e não tem incentivo do governo, nenhum centavo, e nem nunca teve. E esses R\$380 milhões, desse bilionário, um dos homens mais ricos do Brasil, o senhor Lírio Parisotto ganhou 308 milhões do Governo Sartori, e era uma prioridade, sabe-se lá por quê se até hoje eu não vi nenhum benefício nisso, a exceção da perda brutal de dinheiro que tivemos e que ninguém comenta. E os R\$380 milhões do Lírio Parisotto, pra quê serviram pro Estado? Ficamos sem a TVE, sem a Zoobotânica, sem a Cientec, sem a FEE, mas nós temos a Videolar-Innova. Então como eu disse isso é o Governo Sartori, uma série de improvisações onde quase tudo dava errado.

2.2 Entrevista com Rober Iturriet

Transcrição da entrevista concedida pelo economista e ex-funcionário da Fundação de Economia e Estatística Rober Iturriet, na sala dos professores do curso de Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atualmente o entrevistado leciona.

Rober Iturriet: Sou Robert Iturriet Ávila. Sou atualmente professor de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e logo que começou o governo Sartori eu me tornei delegado sindical do Sindicato das Fundações, representando a FEE e, um ano depois, eu era a diretor do sindicato. Participei da eleição como diretor e vencemos. A rigor eu era suplente, mas a gente não tinha essa formalidade no Fundo, eram a suplência e a titularidade só para a dispensa do trabalho ou não. Então me tornei diretor e continuei trabalhando na FEE. Então quando veio a questão das extinções, nesse momento, eu era diretor do sindicato.

Roberto: Como foi comunicado ao sindicato a proposta do pacote com as extinções?

Rober Iturriet: É, isso foi bem interessante. Como eu era sindicalista e também, não era toa, tinha uma percepção política boa, havia um certo “zum zum zum” e eu, no meu papel, alertava a todos da FEE, principalmente, mas também de outras Fundações de que havia uma possibilidade do governo querer fechar as Fundações. Muito porque a gente sabia de conversa de corredor, né. E os meus colegas na FEE, maior parte deles não acreditava. Achavam que não ia acontecer, que será coisa do sindicato, que era politicagem, né. Fui até um pouco perseguido dentro da instituição por causa disso, mas eu fazia o meu papel e alertava à todos. Então a gente não foi comunicado, não houve uma comunicação. O que aconteceu foi que começou a ficar um clima cada vez mais estranho, daí saiu na imprensa. Saiu na Zero Hora. A direção da FEE sempre negando, dizendo que não ia acontecer nada, que não era nada disso que eles tinham certeza que tinha conversado com o governo. E o sindicato dizendo que a história estava estranha e tal. Então ficou um pouco esta briga inicial da direção do sindicato com a direção da Fundação. E aí, até que um dia antes do pacote eu recebi uma informação privilegiada de que a FEE estava no pacote, e eu alertei a vários colegas lá da fundação, “Olha a fundação tá no pacote”. Mais da metade não quis acreditar, e achavam que não ia acontecer. E

no dia seguinte foi divulgado, então a gente oficialmente ficou sabendo pela imprensa. Não houve nenhum comunicado.

Roberto: Os servidores destas Fundações foram avisados com antecedência, ou apenas no momento da apresentação do pacote pela Secretaria de Planejamento?

Rober Iturriet: Não. O Governo negava. O caso da FEE foi mais emblemático ainda porquê havia um “zum zum zum”. Daí uma das coisas que aconteceu foi que o presidente da FEE saiu. Pediu demissão. Então ficamos sem presidente e eu como diretor do sindicato chamei uma assembleia e disse: “olha, nós precisamos exigir que coloquem um presidente aqui (na FEE)”. Alguns colegas propuseram que não, que quem definiria a direção seria o governo e que já havia até um nome, de um professor da UFRJ, Eduardo Pontual. Diziam que ele iria substituir e que já estava tudo certo. Não sei exatamente quanto tempo, mas aproximadamente um mês antes da Extinção, foi o secretário de planejamento, que na época era o Cristiano Tatsch, lá na instituição junto com Pedro Simon que é do PMDB. Falaram da importância da FEE e tal. O que sinalizava que tanto o secretário quanto o Pedro Simon, que é uma figura histórica do PMDB, estavam assinando embaixo do nome da FEE. Alguns dias depois o Secretario Cristiano Tatsch é demitido. Todo mundo realmente começou a ficar... saiu o Secretário, saiu o Presidente da FEE. E eu dizendo que queriam fechar a FEE, e muita gente negando, mas ficou cada vez mais evidente. Até que veio a informação pela imprensa.

Roberto: No momento da informação houve alguma articulação com alguns outros sindicatos de classe, por exemplo o dos economistas, ou dos jornalistas no caso da TVE? Houve uma soma de forças pra tentar barrar o projeto?

Rober Iturriet: Sim. A gente já vinha conversando antes na verdade. E aí eram... na verdade o nosso sindicato (dos funcionários das Fundações) era o principal, que abarcava várias Fundações. Seis das Fundações que foram extintas eram do nosso Sindicato. O caso da TVE era um pouco mais complicado porque haviam dois sindicatos, um dos Jornalistas e o Sindicato dos Radialistas. Então tivemos algumas conversas com eles e fizemos a tempo alguns materiais audiovisuais e impressos. Como o nosso sindicato era maior mais organizado a gente acabava tomando a frente. E aí tinha esse sindicato e tinha outro sindicato que também acabamos nos juntando, que é o Sindicato dos Engenheiros, que tinha muita gente próxima a

Cientec que é também da nossa base. Então o nosso sindicato era o mais relevante, e os outros basicamente nos acompanhavam. Então a gente começou a fazer algumas reuniões coletivas já antes, e também durante o processo, antes da votação na Assembleia.

Roberto: Depois da apresentação do projeto para Assembleia os sindicatos conseguiram alguma interlocução com os partidos de oposição ao governo Sartori? Houve alguma conversa sobre quais seriam os efeitos das extinções e uma eventual articulação política pra barra a votação do pacote?

Rober Iturriet: Sim. Desde o início já se havia falado em extinguir a Zoobotânica, que é também do mesmo sindicato. Então já tinha ocorrido uma audiência pública que foi chamada pela posição. Então a oposição estava do nosso lado e era a informante. Tudo que eles ficavam sabendo dentro da Assembleia, principalmente, eles nos passavam. Por isso que eu por exemplo, sabia de muitas das coisas que iam acontecer porque a oposição nos informava. A oposição esteve do nosso lado todo tempo. PSOL, PT e PC do B, mas a gente tinha também interlocução com os deputados do PDT, e alguns deputados do PTB. Sim, a gente conversou o tempo todo e mesmo durante a votação eles nos ajudaram. Falaram tudo e nos davam “a real” também. Eu particularmente estava bem realista, achava desde o início que a FEE, que é onde eu trabalhava, iria para o pacote e que ele iria passar. Muita gente achava que não “e tal” e houve uma campanha forte defendendo a FEE mas no final eu tinha uma visão bem realista, que foi o que aconteceu.

Roberto: Quando da proposição de projeto de lei em pacote existe uma ideia do governo Sartori de que algumas das Fundações as empresas não passariam se fossem votadas separadamente, e essa foi uma proposição no dia da votação no plenário. Vocês (do sindicato) tiveram alguma interlocução com alguém da situação? Porque alguns deputados foram voto dissidente de seu partido, exatamente porque se opunham a que algumas Fundações, como a FEE entrassem no pacote por entender que algumas destas Fundações possuíam função estratégica no funcionamento da máquina pública.

Rober Iturriet: Sim. A gente conversou também com deputados da situação, né. Tanto do PSDB como do PMDB, principalmente. Conversamos com todos. A gente levou informações, tudo. A instituição mais forte de todas, que tinha possibilidade de

se manter, era a FEE. E também havia uma conversa que havia a possibilidade de a Cientec também ficar fora do pacote. Por uma emenda, um projeto de destaque ou uma supressão dessas instituições, né. Nós chegamos a ter um compromisso do deputado Tiago Simon, que não era líder da bancada, mas era (e ainda é) do PMDB. E o pai dele, né, que é o Pedro Simon foi lá na instituição, que aliás foi quem batizou a instituição FEE quando era governador. Ele (Pedro Simon) tinha um apego sentimental a instituição, e o Tiago Simon tinha se comprometido a votar contra a extinção da Fundação, né. E ele mesmo o outro fariam um destaque para tirar o nome da Fundação (FEE) da votação, mas na votação não foi o que aconteceu. Foram todas em bloco e foram aprovadas.

Roberto: Depois da aprovação dos pacotes o sindicato tentou alguma medida legal para barrar os processos?

Roberto Iturriet: Sim, o sindicato depois entrou... a gente tinha uma convicção. O que eles queriam, vamos lá! O que eles queriam era demitir. Esse era o objetivo: demitir o pessoal. Só que pra demitir, tinha que extinguir. Por que não poderia demitir aquelas pessoas que eram concursadas. Grande parte era concursado, principalmente os mais novos. Então a gente tinha uma convicção com base na jurisprudência existente, que já tinha toda uma... estamos amparados também com uma frente de advogados. Existe uma compreensão de que não seria muito fácil nos demitir. Então o que a gente brigava era isso. O que eles queriam era demitir. Era possível que eles extinguissem as Fundações e não conseguissem nos demitir. Logo a seguir entrou uma batalha judicial que continua até hoje. Aí entrou uma série de ações cautelares impedindo a demissão, alegrando de quem eram concursados se amparando na jurisprudência, que já tinha uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho, de uma outra Fundação que também tinha sido extinta e que os funcionários não puderam ser demitidos porque eram concursados. Então essa era a batalha judicial, e que persiste. Agora está no Supremo Tribunal Federal pra ser discutido. Agora como não estou mais lá, me afastei um pouco, mas parece houve uma decisão do STF dizendo que funcionários de Fundações não tem estabilidade. Essa é a discussão, mas tinha estabilidade ou não, então o STF mudou a jurisprudência recentemente. Então a partir de agora, a princípio, poderia ser demitido. Só que neste meio tempo mudou o governo e muita gente saiu também.

Roberto: Houve plano de demissão voluntária?

Rober Iturriet: Houve plano de demissão voluntária e muita gente saiu. Eu saí. Várias pessoas saíram, então, pelo que eu compreendo do que está acontecendo agora, sim, finalmente o governo pode demitir. Muito embora esse caso em particular, a liminar que está no STF, mesmo que não tenha sido julgada o STF mudou a jurisprudência. Na hora em que o STF pegar essa liminar e vincular com a nova jurisprudência vai poder demitir (os concursados). O que é uma coisa possível que aconteça.

Roberto: Como é que tu entendes essas extinções de Fundações para a continuidade da prestação do serviço público?

Rober Iturriet Olha... eram muitas instituições, né. De diferentes tipos e tal. O que eu conheço é a Fundação de Economia e Estatística, que prestava um serviço relevante pro Estado. Não apenas pro estado, mas para sociedade, para academia, para empresas e para federações empresariais com informações em geral. Era um trabalho necessário. Depois se contratou a FIPE pra fazer o cálculo do PIB (estadual) por um valor muito maior (que o gasto pela FEE). Era pra economizar e depois contrataram (a FIPE) para fazer um trabalho bem mais simplório, menos sofisticado e por um preço alto. E daí outras instituições como a TVE, que tem também um caráter de levar informação de forma plural, supostamente mais neutra do que a mídia vinculada aos anunciantes... então assim, a Fundação Zoobotânica, que tem também um papel ambiental, cultural, educacional e científico sendo uma instituição de pesquisa. O que eu acho do ponto de vista do Estado, assim: o Estado tem o direito de rever suas atividades, de rever se (determinadas funções) cabem ou não ao Estado e rever seus custos. O Executivo, com a aval a Assembleia tem esse direito? Tem, claro. Porém o custo dessas instituições é ínfimo na verdade. Alegar que seria pelo custo (não se justifica). A Fundação de Economia e Estatística tem custo de 0,08% (do orçamento do Estado). Então, existia algum problema de gestão e de, talvez, eficiência? Eu acho que em todo lugar há. Provavelmente era possível fazer mais e melhor com menos, sim. Eu acho que sempre! Então o governo poderia ter feito. Acho que seria muito mais racional, muito mais inteligente, talvez fácil politicamente, se chamasse o sindicato para conversar mais os funcionar e explica-se: “Vamos fazer um plano de demissão, vamos fazer uma reestruturação, vamos

melhorar a eficiência e vamos alocar algumas pessoas em outras secretarias”. Seria muito melhor, muito menos custoso, muito mais fácil, muito menos traumático e com menos “pendengas” judiciais se tivesse tomado esse caminho. Só que infelizmente o Governo resolveu atropela, né. Não negociou com ninguém, não falou com ninguém, retirou a lei de emenda constitucional e levou pra Assembleia. Tocou a rodo! Tratorou! Só que foi um erro político que custou bastante, e que provavelmente também foi um erro administrativo.

Roberto: Uma das justificativas, se não a principal justificativa apresentada pelo Governo Sartori era relativo à saúde fiscal do Estado, e a possibilidade de renegociar a dívida Pública com a União. Tu achas que a extinção das Fundações, baseado nos custos que elas traziam ao Estado, é justificável?

Rober Iturriet Isso que foi falado é “balela”, porque o governo já estava negociando o regime de recuperação fiscal que exigia privatizações de empresas (públicas) e não exigia a extinção de Fundações. Era “conversa mole”! Agora, eu como economista reconheço que o Estado do Rio Grande do Sul está numa situação muito difícil, e que é muito difícil sair dessa situação atual e que de fato precisa rever seus custos administrativos. Como eu falei as Fundações não tem Impacto muito relevante no custo, e algumas destas Fundações tinham 100 funcionários, 50 funcionários, 200 funcionários. Enquanto o Estado do Rio Grande do Sul tinha na época quase 200 mil funcionários. Então é “economia de palito”! Não faria muita diferença no orçamento. Como eu disse antes, se o governo tivesse negociado de outra forma e procurado rever, reestruturar a administração e realocar funcionário... porque tem várias secretarias que tem escassez de pessoal. E que muitas demandavam nosso trabalho (da FEE), e eles precisavam do nosso trabalho. Várias secretarias demandavam nosso trabalho como a de Educação, a de Justiça. Perdeu gente qualificada também. Várias instituições tinham muita gente qualificada, né. Eu acho que foi um erro! Se eu se eu fosse gestor do Estado, talvez também... estou convencido de que preciso rever a estrutura do Estado. Estou convencido de que o Estado não é sustentável nesse nível atual, mas estou convencido também que o problema não eram as Fundações. O problema é outro e não está nas Fundações.

Roberto: Tu percebes que estas extinções fazem parte de um percurso que leva até um modelo de Estado, um projeto político vindo do PMDB ou de outros partidos à

direita do espectro político alguns partidos à direita do espectro político que possam estar alinhados?

Rober Iturriet Sem dúvida! É um projeto político que é de redução do Estado. Redução da estrutura estatal, redução de serviços públicos, redução de servidores públicos, redução do nível de salários e a redução do número de empresas estatais. Então é um projeto neoliberal que não é apenas dos partidos como o PMDB, como o PP, do DEM, bem como o próprio NOVO ou do PSDB. Não é apenas partidos, mas também de grupos, setores da sociedade, de segmentos empresariais principalmente. A FEDERASUL apoiou, a FARSUL apoiou, a FIERGS apoiou. As Federações empresariais apoiaram a extinção das Fundações e bancaram propaganda para a extinção. Então, é um projeto político que está em curso, que está sendo executado, de redução da atividade estatal. Sem dúvida!

Roberto: Tu achas que além de um interesse mercadológico em algumas áreas... por exemplo, a SulGás e a própria TVE como uma empresa de comunicação, está num nicho de mercado e não deixa de ser uma concorrente de empresas privadas. Tu achas que esse foi o único interesse na extinção de determinadas empresas e Fundações, ou achas que tem alguma ideia estrutural por trás disto que atinge diretamente a questão do Estado e como ele além de prestar serviços vem regulamentar as atividades comerciais e afins?

Rober Iturriet Acho que são várias coisas, né. Os grupos de comunicação apoiaram a extinção da TVE. Os principais grupos de comunicação do Estado. E das outras Fundações, mesmo que eles próprios utilizassem os serviços, e os entrevistavam o tempo inteiro. Mas mesmo assim apoiaram. Então havia este ponto de concorrência, havia também uma conversa de bastidor que algumas federações empresariais iriam constituir algumas organizações sociais para prestar esse serviço de status de consultoria pro Estado. Mas acho que este nem era o principal motivo. O principal motivo é uma questão ideológica, de compreensão ideológica de que o Estado deve ter um papel menor. Não apenas por acreditar nisso, por acreditar no mercado. Que o mercado é a melhor forma de... uma certa louvação ao mercado. Como se o mercado fossem só virtudes e o Estado fosse só ineficiência, corrupção e gente que não tá afim de trabalhar. Uma visão preconceituosa, claro né! E deu a lógica. Então o principal é isso. E também é preciso dizer que por trás dessa ideologia tem uma

questão de fundo que é a seguinte: o Estado apesar dos problemas que existem, e existem é claro, como em tudo, existe problemas nas famílias, no Estado, nas empresas... em qualquer coisa tem problemas, né. Tem problemas, mas também tem vantagens, né. Uma das principais funções do Estado é distribuição de renda. Então serviços públicos distribuem renda porque ele acaba ofertando serviços, direto ou indireto, serviço técnico de forma gratuita pro público que não teria acesso. Então distribui renda de maneira indireta. Grupos de alta renda, ricos não tem interesse em distribuir renda. Então não tem interesse de que haja serviços públicos, então isso se relaciona com a questão ideológica. E no fundo é o principal motivo, é uma questão ideológica de visão de redução do Estado ao mínimo.

2.3 Entrevista com Carlos Burigo.

Transcrição da entrevista concedida pelo ex-secretário de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul durante a gestão de José Ivo Sartori, Carlos Burigo, em seu gabinete no prédio administrativo da Assembleia Legislativa do RS, onde atualmente o entrevistado tem mandato como Deputado Estadual pelo MDB.

Carlos Burigo: Roberto, primeiro te agradecer a oportunidade de a gente poder conversar sobre um tema muito importante no Estado do Rio Grande do Sul, mas muito mais no momento atual que se discute o poder público no Brasil. Eu tive oportunidade quando fui secretário-geral de governo nos primeiros dois anos do governo Sartori 2015/16, e depois 2017 e parte do ano de 2018 quando fui secretário de planejamento do Estado, de fazer o estudo sobre todos os órgãos vinculados do Governo do Estado. Nós analisamos todas as Fundações, as empresas, as companhias do Estado da seguinte forma: primeiro nós trabalhamos... qual é a função do Estado e o Estado tem que entregar para a população? E a gente concluiu que o Estado tem que entregar algumas coisas que só ele pode entregar. Primeiro delas é segurança. O Estado tem que dar segurança à população. O Estado tem que entregar serviços na área da saúde. E o Estado tem que melhora a educação. Na área social, seja na assistência as pessoas que são mais desassistidas, como na questão da cultura, do turismo, enfim, diversas ações sociais que precisam do poder público, e também a infraestrutura. Os modais de transportes

e como vamos escoar nossa produção. Então esses são os cinco pilares que nós entendemos no governo que o Estado tem que dar foco. Como o Estado do Rio Grande do Sul é o que tem a crise fiscal mais aprofundada, mas não é diferente de muitos outros municípios, da própria Federação e de outros estados que estavam situação fiscal muito difícil e que isso se arrasta praticamente a 50 anos, quando a gente vem gastando mais do que arrecada. Dos últimos 50 anos, em 42 anos nós gastamos mais do que arrecadamos. E aí foi-se achando artifícios de cobrir esse furo. E aí o Estado começou a ficar gigante. Nos anos 60, 70, e 80 se criaram muitas empresas vinculadas, muitas Fundações, que naquele momento era importante para o Estado do Rio Grande do Sul, onde a iniciativa privada não conseguia entregar esses serviços para a população, e nem o Estado, como alguém que deveria determinar as políticas públicas tinha a estrutura pra isso e por isso foi criando estas empresas. Porém nós vivemos um outro momento, uma outra época. A economia globalizou-se. Nós temos aí a comunicação, com diversas ferramentas. A tecnologia avançou e o Estado do RS não acompanhou essa evolução. Então nós continuamos tendo muitas empresas que não tem mais função pública, pois o que eles executavam não havia empresas privadas que executam de uma maneira mais eficiente, com menor custo, e com menos pessoas entregando esse serviço. E nós fizemos então uma análise em cada uma dessas empresas: o que ela fazia; se ela tinha função de Estado; se existiam empresas ou outros organismos do que não fossem do Estado e que entregassem isso (seu serviço) para a população ou para o próprio Estado se ele precisasse; qual o número de funcionários; qual o custo; e se possuía prédio próprio; e seus custos totais. Partindo disso nós fizemos uma radiografia do Estado, inclusive das secretarias. E a gente propôs ao governo, o governo do Sartori e para o conjunto do Governo, quais eram as empresas e Fundações que nós entendíamos que aquilo que era realizado poderia ser realizado por outra secretaria ou departamento tendo um custo menor. Quando se tem uma Fundação você tem todo um custo administrativo. Tem presidentes, diretores, departamento de comunicação, contabilidade e a parte jurídica. Além de aluguel de prédio, guarda, veículo... então pela função que ela fazia pra se ter toda uma estrutura administrativa, ela poderia fazer parte de uma secretaria que já possui tudo isso diluindo os custos que estão lá. E outras coisas que não precisávamos ter. Por exemplo, por que nós precisamos ter a Corag? Uma gráfica que tinha três funções:

imprimir documentos para o Detran-RS; o Diário Oficial do Estado; e outras publicações. Se nós podemos fazer o Diário Oficial do Estado pela Prosergs. Na questão dos documentos nós fizemos uma licitação e terceirizamos por um valor bem menor. Uma outra questão aí também, é que a maioria dos servidores destas Fundações eram servidores estatutários, ou celetistas com estabilidade de emprego, e pelo concurso público que fizeram tinham função específica. Por exemplo, lá na TVE tínhamos funções específicas de quando a TV era totalmente analógica, e aqueles servidores não poderiam fazer outro trabalho. Então eles ganhavam um valor e não poderiam, mas não podiam realizar um outro trabalho porque aqueles servidores fizeram um concurso específico para uma função que não existe mais. Não só lá (na TVE), em outros lugares também. Então compreendendo tudo isso, nós entendemos que nós tínhamos que diminuir o peso do Estado. Não só por uma questão financeira, mas por uma questão de gestão. Você tem Governador, tem secretarias e todos estes órgãos estão vinculados a alguma secretaria. Quando o serviço então, ele é feito e não é um serviço essencial muito longe do poder de decisão, ele vai ficando à margem das decisões e muitas vezes da efetividade no serviço. Então até por uma questão de gestão, (decidimos) enxugar a máquina pública para que a gente possa, no futuro... tanto é verdade que diminuimos de 27 secretarias para 19. Tentando racionalizar o Estado do Rio Grande do Sul para que nós possamos ter no futuro um Estado mais ágil, mais eficiente, menos burocrático, com um peso da máquina pública menor. E todas essas atividades que nós fizemos entendemos... todas elas, e isso já faz dois anos que extinguiu... e todas elas o Estado vem vivendo normalmente sem essas atividades. E nós achamos que ainda tem mais pra trabalharmos. Por que precisa possuir, por exemplo, uma companhia de energia elétrica? Quando ela foi feita, na época, não haviam empresas privadas que entregavam energia elétrica, transmissão e geração. Hoje nós temos! Bom, aí as pessoas podem comparar o seguinte: o serviço que a RGE entrega e que a CEEE entrega são parecidos e nenhum é tão bom. Só que a RGE cumpre o papel, ela paga seus impostos. A CEEE, além de tudo o governo precisa injetar dinheiro e ela não paga os impostos. E esse passivo está ficando pro Estado. Por que o Estado precisa ter uma companhia de mineração? Por que nós vamos minerar carvão? Nossa função não é essa. Nós temos que regular a extração e a venda do carvão. A mesma coisa a Sulgás... vou citar a Sulgás porquê destas todas é a única que dá

lucro (ao Estado). Porquê privatizar uma empresa que dá lucro? Ela dá lucro, mas a economia no Brasil passa por uma recessão e em algum momento nós vamos ter uma retomada desse crescimento. E nós vamos precisar, e vão se instalar empresas aqui no Brasil. E nós queremos atrair empresas para o Rio Grande do Sul, mas nós precisamos colocar à disposição o gás que é vendido pela Sulgás. Mas a Sulgás não tem capacidade financeira de fazer investimento da tubulação para levar o gás lá para o sul do estado, por exemplo. Então por mais que ela dê lucro, ela precisa ter um volume muito grande de investimentos para atender a demanda do futuro das empresas. Então nós vamos ter que regular a distribuição do gás, mas tem que ser feito por uma empresa privada que além de poder fazer investimentos e poder suprir a demanda que vamos ter no futuro para que a gente possa disputar empresa com Santa Catarina e com Paraná para vir no Rio Grande do Sul. Ou então muitas empresas vão deixar de vir para o Rio Grande do Sul porque não vão ter à disposição o gás na frente da sua empresa. E como o faturamento vai aumentar, vai aumentar também o recolhimento do ICMS. Então é um ciclo que vai gerar mais recursos para o Rio Grande do Sul. Então foi nesse sentido que nós pensamos em fazer. E especificamente... vou dar uma pincelada sobre a questão da Fundação Piratini... eu acredito que quando ela foi criada nós tínhamos uma dificuldade de comunicação: “como é que vai comunicar o que ele tá fazendo?”, ou “como é que ele vai conversar com a sua população?”. O processo da comunicação era difícil, não tínhamos essas ferramentas digitais. Então foi criada uma TV e uma Rádio que faziam essa comunicação. No momento que nós estamos vivendo hoje o Estado pode se comunicar com a sociedade de outras formas, de uma maneira mais barata, mais eficiente e chegar (a mensagem) mais rápido a população. E nós entendemos que também, não precisávamos nós temos esse serviço pago pelo Estado. Nem por isso nós terminamos com a concessão. Nossa ideia sempre foi... de nós entregarmos essa concessão, pra não perdermos esse canal, pra algumas organizações da iniciativa privada que pudessem fazer. Num primeiro momento a gente até pensou que as universidades do Rio Grande do Sul pudessem fazer um consórcio e assumir isso. Então o objetivo principal, o “porquê” disso: é isso, nós deixarmos um Estado que cuide de suas obrigações. Por que quem quer cuidar de tudo que é coisa não cuida bem de nada! Então acho que esse é o foco. Nós estamos vivendo um momento racional, de muita crise fiscal em que nós temos que

ser objetivos. E aí tu tens que fazer aqui que é específico. Este foi o objetivo, foi o mapeamento que nós fizemos para que o Estado posse ter realmente sobre sua gestão aquilo que é de sua responsabilidade.

Roberto: A questão da dívida pública com a União e a renegociação... aquele pacote que estava sendo tratado pelo governo Sartori como o então governo Temer... qual o peso dele para a apresentação dos projetos de extinção de fundações na época?

Carlos Burigo: Primeiro eu quero dizer o seguinte: essa análise das fundações não veio por causa do Regime (de Recuperação Fiscal do Estado), nós fizemos isso antes. Posterior teve uma lei que pedia que os municípios e os estados poderiam buscar um novo financiamento e entrar no Regime de Recuperação Fiscal dando garantias nas áreas de energia, financeira... (e saneamento). Quais as empresas que nós tínhamos para dar como garantia? A Sulgás, a CEEE e o Banrisul, seriam as empresas que poderiam entrar (como garantia). Na área de saneamento temos a CORSAN. O Rio de Janeiro tem uma empresa de saneamento e deu como garantia. Mas isso tudo surgiu depois da nossa concepção, nossa ideia foi desde a transição (de governo) lá em 2014.

Roberto: Então a questão do pacote era independente, era pra sanear a situação financeira do Estado

Carlos Burigo: Para sanear e modernizar o Estado. Modernizar o Estado e deixar ele de acordo ...(inaudível). Daí no decorrer disso nós estávamos negociando com o Governo Federal para alongar (o pagamento) da dívida e reduzir os juros. E os juros nós conseguimos reduzir. O Tesouro disse assim: "eu posso fazer isso, mas qual é a garantia que eu vou ter de que vocês vão também fazer o dever de casa e enxugar (a máquina pública)?". Aí que o Governo fez isso. Por uma questão macro ele pediu de garantia algumas empresas públicas. Para tu ter uma ideia, talvez, o Rio Grande do Sul é o único que ainda tem seis empresas públicas, que tinha que passar pela Assembleia, sua extinção através de um plebiscito. E nós, pra tu ver como isso era verdade, ainda em 2015 nós passamos na Assembleia a venda da CESA. Bem antes disso! Porque nós tínhamos a concepção que o tamanho do Estado que estava não é compatível com a questão fiscal, com modernidade e com aquilo que nós temos que entregar para a população. Só pra tu teres uma ideia as discussões

de passivos trabalhistas da CESA chegavam quase 200 milhões. Então todas as estruturas assim tem um passivo trabalhista muito grande. Então quanto mais a gente vai deixando isso crescer dentro do Estado, mais dinheiro público vai ir para pagar isso. Então essa foi a concepção.

Mariana Raimondi (Assessora Parlamentar de Comunicação do Deputado): E as outras também porque a gente via também, Roberto, a partir do estudo que foi feito por exemplo a Corag. As máquinas que existiam lá eram da gráfica há muito tempo, muito antigas. E se gastava muito. O Estado pagava as cópias pra Corag muito mais caro porque as máquinas antigas... mão-de-obra... enfim. Então o Estado estava gastando pra dentro, sabe. É que nem o Diário Oficial. Todo mundo estava se voltando pra uma comunicação digital, com menos papel no mundo, e nós imprimir aquele calhamaço que era o Diário Oficial. E pagando ainda! Então tu tens uma empresa que é tua e pagando pelo serviço.

Carlos Burigo: Só pra agregar: quando são Fundações, algumas coisas tu não precisas do Estado pagar. Outras tinha que pagar. Por exemplo, muitas vezes os estudos que a FEE o Estado tinha que pagar pra ela mesma. Companhias... nós tínhamos que pagar pra sair no Diário Oficial. Então o Estado tinha uma estrutura que gastava muito, desorganizada, e o dinheiro do Tesou aqui da Fazenda ainda ia pra pagar. Então as receitas que essas empresas tinham eram receitas fictícias, porque a própria máquina pública era o gerador da receita deles, entende?! Então se eles fossem vender aquele serviço no mercado eles não conseguiriam ter isso. Quando faltava dinheiro no final do ano pra pagar os salários e tal, o Tesouro teria que ir lá e bancar. Até porque a maioria delas é em regime CLT, e por mais que o servidor tenha estabilidade por causa da Constituição, quem entrou antes de 1993 ou quem entrou antes de 1996, que tem uma outra decisão e tinham estabilidade. E tu terias que pagar os salários sempre no quinto dia útil do mês, sob a pena de ter multas muito grandes sobre o regime de CLT. Tanto é verdade que os servidores do Estado têm seus salários parcelados há quase 40 meses e os servidores das Fundações não têm. Então tudo isso distorce o sistema público, e aqui não tem nada de ideológico. Uma vez eu fui dar uma entrevista numa rádio e um cara disse que estávamos fazendo isso por uma questão ideológica. Não é uma questão ideológica, é uma questão de funcionalidade do Estado. Até porque eu e o Sartori entendemos que nós temos coisas boas, tanto em quem pensa num Estado maior, tanto quem

pensa num Estado menor. Eu acho que os extremos é que não são bons. Tem funções que são de Estado. Tem que manter público, serviços públicos, pagando com dinheiro público. E tem outros serviços que tu podes deixar que a iniciativa privada entregue. Por exemplo a FEE: ela fez um belo trabalho, foi importante, mas ela tinha um custo de R\$ 30 milhões por ano. Com 142 servidores, mas que trabalhavam na ponta não mais do que 30 ou 35. Nós colocamos esses servidores, que tinham ainda estabilidade, dentro de um departamento onde eles continuam trabalhando igual. E outros serviços nós contratamos a FIPE, por pouco mais de R\$ 3 milhões. Então nós reduzimos o custo da FEE continuando com o mesmo tipo de trabalho, sendo mais eficiente. Respeitamos muito a qualidade dos servidores e dos professores que fizeram parte daquele trabalho, mas é uma questão de modernização. A grande maioria dos países do mundo, os mais de ponta, eles também não têm um departamento, uma estrutura gigante que é deles. Eles terceirizam, até porque tem que se modernizar.

Roberto: Uma última pergunta. Eu gostaria de saber como foi a recepção dos parlamentares naquela época?

Carlos Burigo: A gente fez uma apresentação naquilo que a gente fez, apresentando os motivos. Foi compreensível e eles entenderam isso, mas quando chegou aqui na casa, é claro que as corporações se movimentaram. E é natural isso, eu acho que as pessoas tem que defender (em que acreditam), mas a gente tem que ter uma visão de um todo e não apenas específica de quem está ali trabalhando. E é claro que teve as pressões e muitas discussões aqui dentro da casa. Mas as treze Fundações, Companhias e Autarquias que a gente mandou os projetos foram aprovados. Os únicos que a gente não conseguiu aprovar, que são além dos 13, então eram 16, são CRM, Sulgás e CEEE, que precisavam retirar primeiro a obrigatoriedade do plebiscito, e que foi retirado. Mas pra tu teres uma ideia, essas empresas todas, com exceção da CRM, da CEEE e da Sulgás, tinham entre todos os servidores concursados, CC's e tal, em torno de 1150 funcionários. Destes servidores todos apenas 400 teriam que ser demitidos. Os outros seriam alocados pra continuar a ter serviço. Ou por ter estabilidade ou porque seu serviço foi feito. Então se vendeu uma questão de crise na questão do servidor público muito maior do que ela seria, e com a grande maioria nós fizemos um acordo junto com os sindicatos e com a justiça onde nós fizemos uma indenização para quem saísse. E

quem saiu teve uma indenização de um valor maior pra poder se recolocar na sua vida. Então nós não prejudicamos o servidor. Todos eles saíram com um acordo com recursos que foram negociados junto com os sindicatos.

OFF / comentário realizado após o encerramento formal da entrevista.

Carlos Burigo: Todo mundo fala que a gente tentou vender as empresas porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exigia, mas a exigência foi posterior. Tanto é verdade que a lei que permitia se inserir no Regime (de Recuperação Fiscal) foi (promulgada) bem depois de que nós já tínhamos apresentado a proposta.

2.4 Entrevista com Milton Simas Júnior.

Transcrição da entrevista concedida pelo jornalista Milton Simas Júnior, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul (SINDIJORS) no período da votação do PL246/2016, da extinção da Fundação Piratini.

Roberto: Desde quando começaram os rumores sobre a extinção da fundação? Isso é coisa antiga? Nos outros governos essa proposta já existia ou foi uma agenda do próprio governo Sartori?

Simas Junior: Não. Os governos... a primeira informação que eu tive assim foi no governo Yeda Crussius, que durante uma entrevista e algumas manifestações do governo. É como aquele prédio lá onde a Fundação Piratini Funciona hoje. Ele não é do Estado, é cedido. Na época ele era cedido pelo INSS, cedido pelo Governo Federal, pela União, enfim. E sempre existiu isso de uma contrapartida, de um aluguel e a governadora acenou com a possibilidade de trazer a Fundação para as garagens do Centro administrativo, e aí era também uma ameaça da extinção da comunicação. Na época até foi lançado uma campanha do sindicato com os servidores para a proteção da Fundação Piratini. Antes dela teve o Rigotto que não mexeu nada e ficou... e aí caiu no colo do Tarso um termo de ajustamento de conduta que ele deveria fazer concurso até 2015. Ele teria um ano e pouco pra fazer o concurso. Por quê? Porque des o último concurso que havia sido feito pelo Olívio, e desde então não houve outro. E gente saiu, se aposentou, enfim, foi pra outro lugar e ela (a Fundação Piratini) foi se esvaziando, e todas as vagas foram ocupadas por cc's. Até motorista era cc lá dentro. Então o Ministério Público foi lá e

fez esse “tac”, que é um termo de ajustamento, onde deveria ser feito concurso para vagas de jornalista, de produtor, e de várias outras ocupações. Foi o concurso feito no governo Tarso, que investiu e fez o concurso, investiu em equipamento e deixou tudo pronto pra fazer a migração pro digital, só que o “gringo” (José Ivo Sartori) trancou tudo. Aí veio essa movimentação das extinções e nós (do Sindicato do Jornalistas) estávamos sempre lá. Tínhamos colegas da Fundação aqui na diretoria do sindicato e soubemos quando começou esse burburinho de uma possível extinção. Tanto que no início do ano, que foi no início do governo dele, o Sartori foi lá na (sede da) Fundação Piratini no aniversário da TVE e da FM Cultura, no estúdio grande, desejando vida longa e tal. Aí chegou no fim do ano e veio aquele decreto. Então foi mentiroso ou foi sínico... ele tratou dessa forma. A gente viu a movimentação de extinção mais por parte de governos da direita ou de outros partidos que não dos governos mais alinhados à esquerda. Então a gente tem visto isso, e na nossa gestão aqui caiu esse projeto do governo, e consequentemente logo depois foi aprovado na Assembleia a extinção da Fundação Piratini e outras fundações. A de Economia e Estatística, a Zoobotânica, a Corag, e aquela série de empresas públicas.

Roberto: Quando o pacote foi apresentado na Assembleia e foi para as votações como foram as movimentações, a articulação entre os funcionários e o sindicato? O PL246 atinge diretamente muitos jornalistas, tanto na TVE quanto na FM Cultura. Como houve essa articulação?

Simas Júnior: Olha, pro pessoal lá foi uma “paulada”. No início tu via como tinha gente chorando... tinha homem, mulher, que dedica uma vida e tal, né, para um emprego, para uma atuação dentro de uma TV pública. Foi uma “paulada”! E foi onde aconteceu também um processo bem legal, bem interessante, que foi uma aproximação do nosso sindicato com o Sindicato dos Radialistas, que também tem todos os profissionais abrangidos por este sindicato. E aí se juntou, uniu forças e foi criado o movimento dos servidores lá e a gente começou a fazer campanha, fazer isso, fazer aquilo. Fizemos um ato na redenção que foi bem legal, com caminhão... “Salve, salve Fundação Piratini”. Fizemos camisetas, faixas. Nós fizemos esse ato da Fundação lá na Redenção com músicos gaúchos convidados que tocam na FM Cultura. Nelson Coelho, Bebeto, Tonho Croco, Gelso Oliveira, enfim, todos se uniram também nessa força pra preservação da TV e da rádio. Houve uma

mobilização muito legal da comunidade cultural e da sociedade como um todo, não admitindo a possibilidade essa de extinção da Fundação Piratini.

Roberto: Vocês tiveram alguma interlocução com os parlamentares, tanto da oposição quanto da situação? Conseguiram dialogar quanto ao projeto antes da votação com eles?

Simas Junior: Sim. Os da situação nem nos recebiam, nem queriam conversa. A gente tentava uma movimentação assim, mas não “eu tenho que votar com o governo”. Aquela coisa fechada, sabe?! “Eu tenho que votar com o governo e tal”. O filho do Pedro Simon, o Tiago Simon, por exemplo, foi um que votou favorável pela extinção e aí 15 dias depois diz “foi meu pai que fundou e tal, parara”. Nunca se dispôs a conversar com a gente. Como nós estávamos falando ali antes em algumas votações... o PDT, por exemplo, votou “rachado”. A Juliana (Brizola) votou (contra a extinção) e mais um. O Vinícius Ribeiro, que é um (deputado) lá de Caxias do Sul, conheço ele já que morei por 11 anos em Caxias... ele votou pela extinção e de tão inteligente que ele era, que era presidente da Corag, ele votou pela extinção do cargo dele. Só que ele é de Caxias, parceiro do Sartori. Com a oposição a gente tinha “porta aberta”, enfim, fazia movimentações, algumas coisas de tentar reverter, mas como foi um bloco que a gente fez movimentações também com o SEMAPI, que abrangia as outras 7 fundações. E nós pela Fundação Piratini, porque a gente não era abrangido pelo SEMAPI. E aí a gente fez essas movimentações, enfim, tentando demover os deputados, mas aí quando entrou em votação e a Assembleia foi completamente cercada, com a presidência da dona Silvana Covati, que botou gás de pimenta, gás lacrimogênio, botou cavalo e jogou a polícia contra os trabalhadores. A gente não tinha acesso dentro da Assembleia, da “casa do povo” no dia da votação.

Roberto: No dia da votação? Porque no dia da votação se tentou passar a emenda pra que se pudesse votar elas separadamente.

Simas Júnior: A Manuela foi um que foi chamada, mas ela viajou. Ela tinha uma viagem e não votou. Então houve uma movimentação, mas não se prosperou nesse sentido assim, de tentar retirar, de tentar fazer uma conversa. E dentro dessa questão... talvez tu vais perguntar depois da economia e tal, dos gastos... a gente

tinha um percentual lá de que o gasto com a Fundação Piratini ao ano é de 0,45% do orçamento do Estado.

Roberto: Pois é. Uma das justificativas é exatamente essa de reestruturação da máquina pública. Como é que tu vês essa justificativa? É justificável a extinção dessa “n” Fundações que prestam um serviço público.

Simas Júnior: A gente tem visto que é uma justificativa que dialoga bem com a população. Com o eleitor. De dizer que o servidor público é vagabundo, não faz nada e ganha bem. E aí dentro deste contexto o governo vendeu a bandeira de que era gasto e tal. Aí extinguiu a Fundação de Economia e Estatística e fez um acordo para fazer o levantamento do PIB Gaúcho com um instituto de São Paulo. Não poderia! Foi impugnado e tal, e a FEE tá aí. Extinguiu a Corag, e quem é que vai fazer a emissão dos certificados de propriedade dos veículos emplacados no Rio Grande do Sul? Que era feito na Corag, com custo baixo. Chegou ao descalabro do governo encerrar a Corag e os equipamentos o governo disse: “ah, vocês podem levar. Montem uma cooperativa de gráficos e podem levar os equipamentos”. Tamanho o descaso o patrimônio e com os servidores. O Dziedricki foi um pilantra. Eu digo isso porque ele chegou e disse que... aí o deputado esse, Maurício Dziedricki foi no plenário no meio da madrugada e estava liberado o sinal depois que o governo disse “bah, tira isso do ar, porque os caras estão falando contra a gente”. Tipo assim. Ele chegou e disse assim: “vocês são formados, tem mestrado, é fácil vocês irem pro mercado e acharem outros empregos”. Isso é uma falta de respeito com o servidor. Com o economista, com o jornalista, com o pessoal que trabalhava na Cientec, sabe!? Um patrimônio que o Estado tem... assim, como se não servisse pra mais nada. E isso foi muito triste e ao mesmo tempo desgastante pros servidores que estavam lá enfrentando essa bandeira. E nós fizemos atos lá na frente da Fundação Piratini. Então foi toda essa movimentação aí, né.

Roberto: E tu acha que pode haver algum interesse específico por trás, no caso da Fundação Piratini dos outros veículos de comunicação? Algum interesse da iniciativa privada em se vincular os serviços que eram prestados ao governo por meio da Fundação?

Simas Júnior: Não. Não vejo isso. Até porque a concessão é pública, e no caso tem que, né... e nem o governo sabia o que ele estava fazendo. “Vamos passar o

controle para a Secretaria de Comunicação”. Tá, mas não é o Milton Simas que tem que gerar um canal público. Tem que ter um CNPJ por trás, que era a Fundação. “Ah, mas ia ficar ligado ao governador”. Tá, mas não é o seu José Ivo Sartori que vai comandar a concessão de uma rádio e de uma TV pública. E tem programas dentro da Fundação, da TV e da Rádio, que tem audiência, mas na minha opinião eles não tem uma abrangência para outras emissoras. Por exemplo, quem é que vai querer fazer duas horas de jazz? A Band, a Atlântida, a Itapema? Não, né! *Cantos do Sul da Terra*, a música gaúcha... não, eles não vão. Alguns programas dali, TV Preta, TV Nação.... TVE Repórter, enfim. Eles vão dar meia hora de um programa jornalístico dentro da sua programação? Não, a gente tem visto. E sempre se falou que “ah, a RBS tá de olho e não sei o que, tal, tal e tal”, mas nunca.... eu não creio nessa situação. Mas como eu estava te falando antes do prédio, aí no governo Tarso quando o Lula fez uma movimentação e foi criada a EBC, o prédio da Fundação foi repassado (do INSS) pra EBC. E a EBC fez a cedência pra Fundação Piratini, e aí o convênio era de produção. A Fundação usaria o produto feito pela EBC e a TVE disponibilizaria para a EBC o conteúdo feito aqui. Tanto que o Fórum Mundial foi feito aqui. Teve algumas atividades que o pessoal da TVE usou direto da EBC, e hoje continua vinculado a EBC. EBC que também está na mira agora.

Roberto: Como tu achas que a comunicação pública, num modelo público passando por um conselho com integrantes de sindicatos e da sociedade civil, pode influenciar na comunicação pro estado do Rio Grande do Sul? Diferenciando daquele modelo privado que busca o lucro e do modelo estatal que tende a ser balizado pelo poder da hora.

Simas Júnior: Tchê, o que eu posso te dizer é que na prática todos os governos usaram em benefício próprio a comunicação pública. Todo mundo “passou a mão na menina”, sabe!? Seja PMDB, seja PSDB, seja PT, todos. Ninguém passou ileso ali. O sindicato (dos Jornalistas) sempre integrou o conselho da Fundação, em alguns anos com mais poder de interferência e em outros com menos. Eu passei a integrar o conselho na segunda gestão nossa aqui (no sindicato), de julho de 2016 até julho de 2019, aí já sob o governo Sartori. Ele simplesmente ignorava as nossas decisões, orientação e recomendações. A programação, por exemplo tinha que passar pelo conselho... pelo menos pra gente dar um aval. Não passava. A contratação do presidente, que foi o Orestes... ele ficou lá por seis meses e nunca

passou pela apreciação do Conselho (Deliberativo). Que deveria referendar, fazer tipo uma sabatina e tal. Não passou e o governo foi tratando assim, empurrando com a barriga. O formato (da tv), acho que a gente ainda tem que caminhar muito pra ter um formato legal de comunicação pública. Até a EBC tem interferência dos governos, seja lá quando foi o Lula ou foi a Dilma, e agora tem o Bolsonaro. Eles também têm usado mesmo que critiquem e falem mal. Eles também têm se utilizado. Acho que a gente deveria ter algum dispositivo pra que impedisse isso, que desse uma autonomia, que era a nomeação dos presidentes da EBC, mas quando o outro (Michel Temer) entrou ele já botou o cara pra rua. Seriam mandatos de 3 anos que pegariam 1 ano do ex(-presidente) e 2 do novo. O presidente da EBC pegaria os dois últimos anos da Dilma, se não tivesse acontecido o que aconteceu, e os dois primeiros do Bolsonaro. Só que ele já mudou, rasgou e todas as mudanças feitas pelo jornalista daqui, Lazier Martins, no Senado.

Roberto: Ele foi um dos articuladores?

Simas Junior: Ele foi um dos articuladores do estatuto (da EBC). Mudou toda a orientação da EBC.

Roberto: Vocês acabaram tentando algum dispositivo legal pra evitar a extinção das Fundações, junto com a TVE? Como tu me falou do deputado que tentou uma manobra?

Simas Junior: Roberto, com a aprovação da extinção por parte da Assembleia, que foi a última atividade do ano do legislativo, e logo após teve essa entrevista que eu te falei, do chefe da Casa Civil, o Burigo, que era então do governo Sartori nós montamos uma frente jurídica pra fazer essa movimentação. As instancias já estavam em recesso. E o que vamos fazer? Daí logo depois da aprovação do PL na Assembleia o Estado deu férias coletivas pros servidores da Fundação Piratini. E aí colocou programas em *replay* e um *playlist* na rádio e ficou de 22 de dezembro a 3 de janeiro. E com essa fala do Burigo os nossos advogados conseguiram uma liminar impedindo a demissão. Daí foi formada a frente jurídica em defesa das Fundações.

Roberto: Como tu acompanhastes a situação dos jornalistas, principalmente, englobados pela secretaria de comunicação? Tu sabes se eles continuam no ar, ou

exercendo a função ou se tiveram desvio de função, exatamente porque muitos cc's acabaram ocupando alguns cargos?

Simas Junior: Ai dentro dessa nossa frente jurídica, que era o nosso advogado, o advogado dos radialistas, o advogado do SEMAPI, o advogado da Corag... nós tínhamos quatro advogados ali fazendo a frente, daí mesmo em recesso a gente entrou e teve essa vitória a partir do dia 2. Todo mundo estava apavorado de no dia dois ia receber aviso e tal, e ia ser demitido. Era demissão sumária. Mesmo eles sendo concursados eles são CLT, e alguns não tinham fechado os três anos do estágio probatório do último concurso, né. E aí houve essa movimentação ai e tal e nós começamos a discutir com o governo, a PGE e os procuradores e tal. Pedimos audiência como Sartori e nunca fomos recebidos. O Sartori nunca nos recebeu. O Burigo nunca nos abriu as portas, no máximo para o presidente da Fundação. Aí começamos a fazer a negociação de quem era estável (no cargo) e quem não era, que recém tinha entrado e tal, e chegou-se ao número de vinte e poucos trabalhadores que foram demitidos em seguida... fevereiro, março e abriu.

Roberto: Dentro de um plano de demissão?

Simas Junior: Não! Eles não tinham estabilidade, estes haviam ingressado antes da nova constituição (Constituição Cidadã de 1988), sem concurso. Caíram lá dentro e lá foram ficando e não teve nenhum instrumento de estabilidade que pudesse segurar. Esses foram todos demitidos. Aí houve o processo de abertura de um PDV (Plano de Demissão Voluntária), proposto pela frente e tal. Por causa dessa pressão, dessa desconstituição de trabalho... não vai pra rua e tal, bota uma playlist e fica todo mundo aí, eles começaram a desconstituir. O Demétrio, que era do *Cantos do Sul*, foi devolvido ao Tribunal de Contas, parece. Ele era cedido para Fundação e aí ele foi devolvido, e houve a proposta do PDV... e quem aderiu pegou suas coisas e foi embora, e a Charão foi uma... e outro foi a realocação das pessoas. É aí que vem o que tu perguntas que é o deslocamento de função. Daí o Milton tá aqui, que é repórter de TV e tal. Vai pra Secretaria da Agricultura, vai pra Secretaria de Segurança, vai pro Detran, vai pro IGP e tal. “Ó, tu vais pra ser assessor de imprensa.”. “Ah, mas não posso ter desvio de função”. Mas tu vais continuar exercendo a tua profissão, tu não vais ser papiloscopista. Até porque a Secretaria de Segurança não tem um canal de TV. A Secretaria de Cultura também

não... no máximo alguma coisa na Expointer e tal. E aí eles espalharam umas quase cem pessoas, de realocação. Veio gente pro Museu aqui, veio gente pra Casa de Cultura, veio gente pra Brigada Militar. E virou meio que uma rifa: “ah, eu tenho um jornalista aqui. Quem quer?”. “Mas não pode vir um jornalista e um cinegrafista?”. “Tá, toma os dois!”. O colega que trabalhava na Fundação Piratini, no arquivo de todos os materiais, veio para no arquivo do Estado. O colega que era programador da Rádio, da FM Cultura, veio parar aqui na Discoteca do Estado Natho Renn... complicado. Aí o povo foi realocado nesses lugares aí que eu citei e outros mais. E a gente conseguiu segurar, segurar... e seguramos três anos. Aí acabou o governo Sartori e o pessoal tá lá. E o início do governo do Leite, agora, a secretária de Comunicação, dona Tânia, abriu a possibilidade dos colegas que foram realocados pudessem retornar pra Fundação. E aí alguns retornaram e outros não quiseram retornar. Outra sacanagem que o Sartori fez... ele extinguiu a Fundação e ele deixou o nosso acordo coletivo com a Fundação vencer, e aí com a reforma (trabalhista) do Temer, se tu não renova teu acordo tu perde todos os teus direitos. E aí o que aconteceu com os colegas? Eles perderam vale-refeição, perderam direito a creche, plano de saúde e vários direitos que estavam... porque o pessoal do quadro geral eles não tem vale-refeição. É uma conquista nossa, e o pessoal perdeu um monte de coisa. E na administração direta não existe acordo coletivo, então eles foram realocados e agora retornaram mantendo vínculo com a Secretaria de Comunicação. Não foi recriado e retornado igual ao estágio que estava. Hoje o pessoal da Fundação está protegido por uma liminar nossa que está no Supremo, com o Gilmar Mendes, que reconhece a estabilidade destes servidores. Mas o momento que ele caçar aquela liminar abre-se a brecha pra todo mundo ir embora. E quanto tempo demora? Bom, pode demorar três meses ou pode demorar três anos. Não tem previsão. Está lá quietinho, e que fiquei lá!

Roberto: Pra finalizar eu gostaria de te perguntar se no governo Sartori, com toda discussão desse projeto de lei, tu conseguias perceber a presença de um modelo de Estado, sendo esta proposta parte de um modelo de Estado? No caso, a ideia da redução da máquina pública, e o corte de gastos do que era tido pelo governo como não essencial. Tu conseguias ver isso?

Simas Júnior: Não! Não, porque era tipo “ah, vamos cortar aqui e tal porque aqui vai ter economia”. E venderam isso pro Estado, só que o Estado... ele (Sartori) não

tinha noção do que ia fazer. Ele achou que “ah, na Cientec eu tenho 200 funcionários, na Zoobotânica 250 e na Fundação Piratini mais 250... e no total são 1500 servidores que eu vou botar pra rua”. Não! O perfil destes servidores de contratação, não é assim pra botar pra rua, como numa empresa privada. E o projeto dele não ter nada no lugar, tanto que contrataram o instituto lá pra fazer o levantamento econômico do Estado. A Rosane Oliveira falou: “ah, quanto que se gasta pra alimentar um Jegue... R\$80”, e começou todo mundo a perguntar de quem é esse Jegue? Mas não tinha uma opção. Tá, vamos acabar com a Fundação Piratini, acabar com a Cientec, acabar com a pesquisa e botar o quê no lugar? Todo trabalho da Cientec que é feito em parceria com o Instituto Butantã, a gente perdeu aqui soro antiofídico e coisas básicas pra saúde. O dia-a-dia da população gaúcha... “ah, mas uma tv...”. Ok! Mas outras questões importantes... E dentro das nossas negociações com a PGE/Estado, porque aí nós ficamos negociando com eles por um ano e meio, quase dois, até chegar nesse acordo. E tá, “vocês vão respeitar a liminar e eu vou ficar aqui, ninguém mais mexe em ninguém”. Numa das várias reuniões que nós tivemos com o Estado aqui no Tribunal Regional do Trabalho uma procuradora do Estado falou (para o representante do Estado): “Mas vocês queriam economizar...”, e teve como resposta “não, a proposta não era economizar”. Aí caiu tudo! E nós dissemos:” então teve que vir uma procuradora aqui, um ano e meio depois, pra admitirem que o projeto do governo não era economia, era justamente extinguir e colocar servidor na rua”. E isso dialoga com aquilo que falei antes da ideia de que o servidor é vagabundo, trabalha pouco e ganha muito. Então era isso. Outra coisa que o Sartori fez quando assumiu ali,,, ele acabou com hora extra. Bom, em final de semana não tem mais, então não tem mais notícia. Naquele final de semana que o Guaíba alagou aqui a Fundação não tem imagem disso. Foi a maior elevação do nível do Guaíba desde 1940, quando a cidade ficou alagada. Então não tinha (imagem), porque final de semana todo mundo folgava. Não tinha um plantão ali, pelo menos... tipo assim, a notícia não para, né. Então houve vários equívocos aí durante esse governo sem um caminho a mostrar, e agora vamos ver o que o Leite vai fazer. Ele está lá, o pessoal está trabalhando, fazendo alguma coisa e com o retorno desses colegas deu uma fortificada e eles voltaram agora a fazer (transmissões) ao vivo, depois de três anos e meio. Fizeram a Expointer. Fizeram vários boletins de lá, e aí tem aquela coisa, tem interesse do Governo do Estado

porque tem estande e é o Estado que promove... aquilo que te falei. E fizeram várias atividades, vários programas ao vivo aqui na Feira do Livro (de Porto Alegre) este ano. Então deu uma re-motivada nos servidores, mas algo muito insipiente ainda. Mas é um caminho árduo que o pessoal está enfrentando... até não sei quando.

OFF / comentário realizado após o encerramento formal da entrevista.

Simas Júnior: É. Foi uma... posso dizer assim que na nossa gestão aqui foi a principal luta nossa aqui... foi conseguir manter a Fundação Piratini de pé. Mesmo com todas as pauladas que ela levou, com todas as relhadas, todos os cortes, enfim, o sindicato dos jornalistas e dos radialistas, nós conseguimos manter a Fundação Piratini, e a FM Cultura e a TVE no ar. O pessoal tá lá, tá fazendo programa, não como antes, mas as duas tão no ar. Mesmo com redução de programação, mas as duas estão no ar. Graças aos nossos sindicatos e aos nossos advogados.

2.5 Entrevista com Pedro Luiz Osório

Transcrição da entrevista concedida pelo ex-presidente da Fundação Piratini durante a gestão de Tarso Genro (PT), Pedro Luiz Osório, diante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em uma sala de aula na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no Campus São Leopoldo.

Pedro Luiz: Eu sou o Pedro Luiz da Silveira Osório. Sou jornalista por formação, formado na Federal Santa Maria. Mestre em Comunicação e Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Meu vínculo com a Fundação vem de dois lugares, de um deles a partir do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Entidade que ainda existe e que foi bem ativa em uma determinada época. Eu era vinculado a esta entidade sendo secretário executivo e o seu dirigente máximo, numa época em que era o Daniel Herz, já falecido, ele foi presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Piratini. Então nós acompanhávamos bem aquilo ali. E de outra parte por lado do Sindicato dos Jornalistas, que eu integrei durante muito tempo. Nesta gestão de agora não estou, nesta que se elegeu recentemente. E eu passei, de uma altura em diante, a representar o Sindicato no Conselho Deliberativo da Fundação Piratini, chegando a ser seu presidente. E na sequência assumi a presidência da Fundação, indicado pelo então governador Tarso Genro, e aprovado pelo Conselho

Deliberativo, que é uma coisa que eu gostaria de destacar porque o Estatuto da entidade determinava, a legislação determinava que todos os presidentes da Fundação Piratini fossem aprovados pelo conselho deliberativo. Salvo, eu acho que o primeiro lá, ainda no tempo do PMDB, porque a Fundação Piratini ela adquire perfil jurídico diferenciado no Governo Simon, e passa a ter esse Conselho Deliberativo, se livrando de uma estrutura anterior que era muito voltada a este perfil muito voltada e muito simplificada voltada a TV, dita Educativa da época. E ela vai assumindo um caráter de TV Pública. Então o presidente daquela época, o (Ruy Carlos) Ostermann, que não foi aprovado pelo Conselho Deliberativo. Depois ninguém mais foi indicado à revelia. No caso da Yeda (Crussius, do PSDB), todos indicados à revelia. E eu fui aprovado pelo Conselho Deliberativo. Esse é o meu vínculo, e o fato de eu ter militado, assim... a minha vida profissional, e nem tanto acadêmica diz respeito a política, sempre ligado a política de comunicação, ligados as políticas públicas de comunicação. Eu editei uma *newsletter* que foi pioneira até os anos 2002, chamada “AcessoCom”, que reunia as principais informações da área de comunicação do país. E eu participei do primeiro levantamento que se fez, eu integrava um instituto chamado “EPCOM” com o Daniel e James, que fez o primeiro levantamento efetivo da estrutura da mídia no país chamado “Donos da Mídia”. Então eu tinha uma vinculação muito grande com essa área de políticas públicas. Eu fui secretário Municipal de Comunicação do Governo Municipal de Porto Alegre e 1993 à 1996, quando o Tarso foi prefeito, e antes disso, quando o Olívio foi prefeito pela primeira vez eu também integrava a então Coordenação de Comunicação, e na época em Porto Alegre quem foi o primeiro Secretário de Comunicação da administração popular foi o Daniel Herz, que foi substituído pelo Guarací Cunha e que depois veio a ser Secretário de Comunicação do Olívio no Governo do Estado. E nós criamos um Conselho de Comunicação Municipal, ainda por decreto e não por lei porque não conseguimos dar trânsito. Não conseguimos fazer transitar na câmara de vereadores, mas criamos enfim um órgão que debatia a comunicação municipal inspirado no Conselho Nacional de Comunicação que é um órgão do Congresso Nacional, cujo a criação nós também havíamos participado dos debates que ocorreram da Constituinte de 1988. A minha ligação é por aí! Como jornalista que sempre fui, sempre trabalhando em outros locais além de trabalhar na universidade

onde eu estou há muito tempo. Só nos últimos quatro anos que eu estou apenas aqui. Sempre estive vinculado ou a redação ou a assessoria e foi por aí.

Roberto: O senhor assumiu frente na TVE durante o Governo Tarso? Durante o Governo Yeda, que antecedeu o e Tarso Genro, a Fundação Piratini já sofria algumas fraturas na questão de sua estrutura, como a questão seu prédio que era locado...

Pedro Luiz: Foi destruída em dois mandatos. No mandato da Yeda ela se orgulhava, e o antigo presidente (da Fundação Piratini) na época em que ela era governadora, ele recebeu um prêmio ao final desta gestão por nada ter gasto. Esse foi o governo da Yeda. Um governo de “deve haver”, quer dizer, de “livro-caixa”. De nenhum investimento. A Fundação Piratini estava literalmente quebrada, e antes dela, no governo Rigotto, houve uma desaceleração muito grande. O governo Rigotto foi responsável. Ele sucede o governo Olívio Dutra e na presidência da Fundação Piratini o José Roberto Garcez, que depois foi dirigente da Radiobrás. E o governo Rigotto, por exemplo, não só reduz os investimentos como destrói uma rede que a Rádio FM Cultura havia montado no interior do estado com pequenas antenas e várias emissoras que recebiam durante o dia parte da programação... alguns programas da FM Cultura. E ele destruiu isso. Quem diz que destruiu não sou eu e sim os funcionários. Eles relatam como foram encarregados de ir até as emissoras e arrancar as antenas, retiras as antenas, sob o protesto das rádios de então. A serviço de quem? Não sei. Desconfio que o vizinho dele ali no morro não devia estar interessado que a rede se consolidasse. A TVE era, e acho que ainda é... não tenho esse dado preciso, mas seguramente na minha gestão foi, já era e continuou sendo e se expandiu, a segunda maior rede de tv aberta do estado. Menor apenas que a RBS. E nós trabalhávamos para consolidar o crescimento da FM Cultura com o advento da digitalização. Então, a Fundação Piratini que nós recebendo, e eu já conhecia boa parte pelo fato de integrar o Conselho Deliberativo, e não que a direção prestasse contas, mas pelo contato com os funcionários e representantes dos funcionários, absolutamente destruída. Não tinha automóvel. Não tinha equipamento. Não tinha ar-condicionado. A internet era uma internet doméstica... absolutamente destruída. Não tinha funcionários. Faltava cerca de 50% dos funcionários, especialmente na área do jornalismo porque na medida em que a instituição foi decaindo os jornalistas, especialmente, foram procurando outros

lugares para trabalhar. Na TV tinha dois repórteres. A rádio não tinha nenhum repórter. Então, uma instituição falida, destruída, com um prédio em péssimas instalações com infiltrações, sem ar-condicionado, com banheiros em péssimo estado, um controle administrativo absolutamente frágil... e foi essa a situação, nós passamos a intervir a partir desse quadro. Nós administrativamente a colocamos de pé na medida em que fizemos um concurso (público), fizemos primeiro uma seleção provisória e depois um concurso público, redefinimos o plano de carreira. Do ponto de vista técnico nós compramos uma rádio e uma TV novas. O Governo do Estado investiu R\$ 12 milhões na captação, edição, transmissão e radiação. Tudo novo! Um parque de transmissão novo, novo. Uma rádio nova! No ponto de vista técnico, então, foi completamente reestabelecida. Do ponto de vista editorial, redefinimos boa parte da programação. E, diga-se de passagem, todas essas medidas, especialmente o que tange a programação, discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, que era integrado por vários representantes da sociedade civil, e que depois foi extinto... agora na gestão passada, no governo Sartori, né, que foi uma confusão geral.

Roberto: O senhor falou na questão da transmissão digital e na mudança do modelo. Esse investimento partiu durante o governo Tarso ou era de uma política nacional que vinha incentivando esta ideia de mudança?

Pedro Luiz: Basicamente do governo Tarso. É preciso dizer que o Governo do Estado... que o Estado bancou. Claro, como parte de um projeto que uma direção com razoável competência apresentou para ele. Mas sim, havia um movimento nacional que beneficiava isso porque a EBC crescia e ela mantinha vínculos com várias das Fundações e televisões que estabeleciam parceria com ela. Seja adquirindo alguns produtos, seja financiando algumas atividades, mas sempre de modo limitado. Mas o fato é que havia um clima, havia um ambiente que beneficiava o discurso sobre a comunicação pública onde a gente pode se engajar. E nós fizemos isso com tanto sucesso que eu não só passei a integrar a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, educativas e Culturais, a ABEPEC, e depois fui seu presidente. Essa entidade reunia as emissoras todas, nacionais, na área educativa que se mobilizavam pra constituir como emissoras públicas e pra se encaminhar pra digitalização. Havia uma dificuldade muito grande financeira de produzir esse movimento. Nós estávamos na ABEPEC, gerenciando junto ao

BNDES para a criação de uma linha com juros subsidiados para a aquisição de equipamentos. Não tinha isso! A iniciativa pública não tinha apoio em lugar nenhum, não tinha sequer...

Roberto: A iniciativa privada tinha esse benefício pra migrar?

Pedro Luiz: Sim, total. E nós não tínhamos nada. Como presidente da ABEPEC eu integrei uma comissão que trabalhava junto à Telebrás para a criação de uma rede nacional de cabos (de transmissão). Expandir a rede de internet, e expandir o sinal via cabo. “Dominar todo Brasil”, como eles diziam. O que reduziria a dependência das emissoras privadas. Das teles privadas. Nós estávamos num movimento também, de reivindicação junto as operadoras pra garantir a permanência na TV por assinatura dos canais das várias emissoras públicas. Nem todas tinham isso. A TV Cultura (SP) tinha, depois algumas foram conquistando e outras não. Nós participamos de uma discussão muito relevante, também como presidente da ABEPEC. Mas assim, a partir da Fundação era assim... Minas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, as emissoras mais importantes da área pública e que mais participavam dessas discussões. E nós pegamos a digitalização. O que ocorre com a digitalização? Ela concentra o espectro, concentra o sinal e ele pode ser mais bem aproveitado. Então nós participávamos, tínhamos voz ativa nessa junto ao Minicom (Ministério Federal das Comunicações) pra decidir quais espaços do espectro seriam destinados à quem, porque na medida em que eu concentro o meu sinal, e que portanto, o meu canal passa a ocupar menos espaço o que resta do meu espaço quando o sinal não era concentrado... pra quem vai isso? Acabou na mão das próprias emissoras. Daí tu tens Sportv 1, Sportv 2, Globo não sei o quê... então estes espaços poderiam estar na mão e outros. Por que estar com elas? É uma discussão sobre democratização e também uma questão técnica que demandava uma boa qualificação. Mas voltando a origem da tua pergunta: sim, o governo do Estado bancou corajosamente isso, e nós conseguimos atender as demandas administrativas e financeiras, isto é, comprar equipamento e instala-los exige capacidade técnica e administrativa razoável. Pra que se possa demonstrar a prestação de contas junto ao Estado porque este é um dos maiores problemas da área pública, como tu já deves saber e perceber... é gastar o dinheiro, é investir o dinheiro. Recebe-se o dinheiro e não se consegue executar determinada obra num determinado período, aí o dinheiro volta para a origem. E nós conseguimos. Do

governo do Estado, nas áreas de seus investimentos nós estávamos na linha do pelotão da frente. Dos mais bem avaliados. E conseguimos então fazer instalação. Caminhávamos para a instalação de repetidoras no interior. E faltava ainda instalar dois ou três equipamentos que já estavam aí, e que no começo da gestão Sartori acabaram sendo instalados e tal, antes dele decidir de fato querer fechar a Fundação, porque ele entrou dizendo que a Fundação e tal. E mais, nós conseguimos fazer no final da gestão Roberto Garcez, do governo Olívio Dutra, se comprou ainda na época analógica se comprou um retransmissor *top de linha*, na época. Esse retransmissor quando chega já chega no governo Rigotto e fica parado nos armazéns do porto durante anos porque o governo Rigotto não tomou providências. Depois nós resgatamos esse retransmissor e trouxemos ele. Aí a imprensa nos batia porque tinha um retransmissor parado e já estávamos migrando pra área digital, mas mesmo assim ainda fizemos funcionar esse retransmissor com o apoio da fábrica e dos descendentes da fábrica porque ela já havia mudado sua linha de produção... dos técnicos que restavam. E acabamos colocando em funcionamento esse transmissor analógico, fortalecendo a transmissão analógica porque havia um espaço de transição entre o sinal analógico e o digital. Mas é verdade: os tempos para discussão da comunicação pública eram completamente outros, como eram outros tempos neste país.

Roberto: Uma das justificativas pra extinção das Fundações, como um todo e não só da Fundação Piratini, é a questão do custo da mão-de-obra que era oneroso ao Estado. Durante a sua gestão, no Governo tarso, houve o último concurso público pra ocupação de cargos na TVE, sendo muitos destes de pessoas que já estavam aposentadas, o que não acabava sendo um acréscimo ao corpo de trabalho, muito para reposição de vagas e não para expansão. Essa foi uma política (da gestão) de vocês? Como tu enxergas a questão de o governo seguinte optar por não chamar as pessoas aprovadas e entrar com o processo de extinção?

Pedro Luiz: Optar por não chamar até uma política que se pode discutir na medida de determinada contenção de custos, mas extinguir a Fundação é um *troço* absolutamente selvagem. Esses concursos foram feitos. As pessoas foram sendo chamadas e foram passando pelo período de adaptação, e em alguns casos outros sendo convocados. Mas claro, essa convocação nossa... nem todos foram convocados porque nós dependíamos também de um determinado aporte de

recursos que aos poucos vinham sendo liberados para que nós convocássemos mais X ou Y. Antes de falar sobre isso eu preciso dizer que esse concurso foi feito ancorado numa mudança estrutural da Fundação Piratini. Numa mudança inclusive de redefinição de cargos técnicos, da sua estrutura, discutido com os funcionários e com o Conselho Deliberativo, porque ela ainda herdava uma estrutura dos primórdios da transmissão analógica com a existência de cargos e de funções que já não existiam mais... já na época analógica haviam desaparecido porque ali mesmo houveram mudanças significativas. E ainda, a Fundação Piratini não estava assentada numa lei, estava assentada numa determinação burocrática que era uma decisão que não tinha caráter nem de decreto. Era uma ordem, que especificamente não havia base legal para a manutenção da Fundação Piratini. Nós revisamos tudo isso e elaboramos uma lei e aprovamos por unanimidade na Assembleia Legislativa em 2013. Muitos dos deputados que haviam aprovado (o projeto) por unanimidade a reformulação da Fundação Piratini votaram por sua extinção 12 meses depois. É uma absoluta falta de critério e de vergonha na cara. Nada se colocou de novo, a não ser as dificuldades (financeiras) do Estado que todo mundo já sabia, e isto de dizer que custa caro é uma senhora bobagem. Custa caro é deixar a mão da comunicação nas mãos da iniciativa privada. Por que é uma responsabilidade da comunicação pública e da televisão pública, que em parte não se pode cobrar da iniciativa privada e de outra parte eles não estão dispostos a fazer, porque não tem competência e não tem interesse. Muito bem, a TV pública e a rádio pública não existem pra disputar audiência, o primeiro, o segundo, e o terceiro lugar, mas ela existe para a permanência de um discurso e dar espaço pra muitas vozes, e sotaques, e qualidades, e características de todas as regiões do estado que não transitam pelas emissoras. Nem pelas locais porque as locais replicam as emissoras de caráter regional. Então nós temos muitas emissoras, mas temos pouco jornalismo e pouquíssimos programas audiovisuais no que toca. Veja a RBS, por exemplo, que é a maior. Que programa audiovisual ela produz sobre a realidade gaúcha? Um que outro, e olhe lá. E a TVE e a Fundação Piratini, junto com a Secretaria de Cultura publicaram editais financiando a realização de (programas) audiovisuais locais junto com a Agência Nacional de Cinema (ANCINE), onde nós tínhamos representação e participávamos. Nós trabalhamos na elaboração de um edital voltado para a TV pública e a produção de um determinado audiovisual com características ligadas a

comunicação pública. Isto é, com preocupação antropológica, com preocupação sociológico, com uma linguagem que não fosse meramente apelativa e que garantisse uma continuidade de produção, infantil, inclusive. Aliás esse era um outro papel que a TVE representava, e a EBC, diga-se de passagem, a TV Brasil, abriu um enorme espaço para produção infantil de qualidade. Com méritos internacionais. Inclusive a TVE tinha um programa chamado Pandorga que antecede... Nós tínhamos um financiamento da EBC pra produzir 20 episódios novos desse programa. Não sei como é que ficou isso. Então isso de dizer que é uma economia é uma bobagem. Primeiro porque é uma visão administrativa retardada, vinculada há uma visão neoliberal e também a um atraso no ponto de vista administrativo. Não é só uma questão política! É um atraso no ponto de vista administrativo e uma incapacidade de formular políticas públicas que possam garantir ao Estado a sua manutenção. E aí há uma incapacidade maior ainda de reconhecer a relevância da televisão pública. Eu viajei por todos os municípios onde tínhamos retransmissoras e em todos eles independentemente de qualquer partido, fui recebido de braços abertos porque os prefeitos, as comunidades, as associações locais, o teatro... havia milhões de histórias pra contar. Realizadores de audiovisual constituindo, querendo falar de suas vidas. Tu ainda vives numa cidade que é privilegiada do ponto de vista cultural. É um polo e tem uma tradição enorme. Mas pensando em todos os outros municípios de todas as outras regiões nós sabemos que isso não acontece. E havia um apreço pela Fundação Piratini e pela rádio FM Cultura, mas especialmente pela TVE, que não adveio do governo Tarso nem da minha gestão. Isso já é histórico! É um mérito de quem trabalhou lá. Pois bem, ainda que fosse necessário lidar com determinadas restrições financeiras e administrativas, a Fundação Piratini sempre lidou com restrições financeiras e administrativas. Ela teve dois momentos onde ela respirou: foi no momento da gestão do José Roberto Garcez e do Olívio como governador do Estado, e na minha gestão com o Tarso como governador do Estado. Depois sempre foi um sufoco muito grande. Bem, que se lide com o sufoco, mas daí partir pra extinção é de fato assumir uma ignorância do que seja cultura ou comunicação pública. Ou então, a estão atendendo o interesse dos outros sobre os quais eu nem quero especular.

Roberto: O senhor acha que pode existir um interesse, não só da dos grandes conglomerados, mas de algumas empresas menores em ofertar o serviço ao Estado

que talvez fosse coberto pela TVE. E aí eu lhe explico: o próprios PROCULTURA e outras leis de incentivo à cultura tem como cláusulas devem ter uma transmissão em TV aberta, sendo ela pública, estatal ou privada, ambas abertas no caso. Será que existe um interesse mercadológico por trás de toda essa verba que pode existir?

Pedro Luiz: No que diz respeito à cultura acho que há um interesse limitado porque historicamente está comprovado que essas emissoras não fazem cultura. De modo geral, evidente que há exceções. Há programa aqui e acolá que assinala, mostra alguma coisa relativa que tenha sido assim, que tenha tradição, que tenha continuidade, que tenha marcado. São pouquíssimos caso. Elas não fazem cultura. E sim, podem ter interesse. Eu acho que há mais uma preocupação do ponto de vista, da audiência por um lado e do ponto de vista político, porque a TV pública na sua vocação trata de forma diferenciada os fatos e o noticiário. Certamente nós, independente de governo de Estado, uma TV pública não noticiaria o fato de ontem nas portas do Palácio Piratini com uma agressão aos professores. Óbvio que não se trata de fazer um jornalismo sindical, mas imaginar que professores na situação que estão, há 4 anos ou mais vendendo ou entregando seu apartamento, vendendo seu carro, tirando seu filho da escola particular, não podendo fazer férias, pagando dívida no banco... seriam recebidos na calçada, e não esperar uma reação dos professores. Isso é uma absoluta falta de respeito. E os noticiários todos dizem que: "bom, ai, vejam só, derrubaram os gradis". Tem que se chamar atenção pra incompetência política desse governo. Ora, que se faça uma recepção ali recebendo dez ou vinte... enfim, nem preciso discorrer sobre isso aí. Então, numa televisão pública, o jornalismo público seria feito de forma diferenciada, e isso vai estabelecendo um contraponto as outras emissoras que gradativamente vão sendo comparadas a uma televisão pública, nos seus interesses, no seu discurso, e nas abordagens que fazem. E de certo modo contrapõe a audiência e contrapõe os seus interesses políticos. Digo isso com muita tranquilidade porque desde sua origem, desde o seu nascimento, a TVE, e isso dá pra comprovar em outros lugares também, mas podemos pegar a EBC, ela foi bombardeada por todos os meios de comunicação privados. É só pesquisar nos jornais. Sempre foram contrários, foram críticos, e continuaram achando que aquilo era um desperdício. Como a RBS nesses últimos tempos, ao ponto de dizer que era "botar dinheiro fora".

Roberto: O senhor falou de uma razão política, do porquê ou não manter. O senhor consegue enxergar nesse processo de extinção, não só da Fundação Piratini mas como de outras Fundações, que tenham um trabalho não tão vistoso aos olhos do público mas que tem profundidade social como sendo parte de um projeto de Estado que o governo Sartori, ou até um determinado aspecto político, tenha em relação ao que é o Estado e o que ele deve oferecer ou não? Muitas dessas Fundações que foram extintas não são vistosas aos olhos do público. Por exemplo, a gráfica do Estado não é de conhecimento de grande parte da população. A FEE, a grande maioria da população não compreende o porquê de ela existir e qual a importância dela pro cálculo político e econômico do Estado. E aí, claro, a TVE tem, por se tratar de comunicação, é um espelho. A sociedade consegue se enxergar nela e ver uma relevância em si, mas dentro do pacote de como elas foram votadas e como elas foram, talvez, escanteadas na sua importância dentro do Estado. O senhor consegue enxergar um modelo de Estado aí? O que a gestão (Sartori) entendia como Estado e como ela pretendia entregar a população determinados serviços?

Pedro Luiz: De um lado é uma visão de Estado mínimo. No que diz respeito às tantas Fundações por aí, cada caso é um caso. A Fundação Piratini e a Zoobotânica talvez fossem as mais conhecidas e as mais consideradas pela população. Mas é uma visão de Estado mínimo, e do outro lado uma ignorância total. E uma visão de Estado mínimo não só economia, mas no que diz respeito em atender interesses privados. Como eu digo “atender interesses privados”: bem, se nós não temos mais a Fundação de Economia e Estatística eu tenho que comprar os serviços de uma fundação que faça isso; se eu não tenho mais a Fundação Zoobotânica eu tenho que comprar esse serviço, e assim sucessivamente. Isso atende ou não atende interesses privados? Se eu vou extinguir ou... como estava em voga e eu não sei se foi adiante, mas pela greve me parece que sim, se eu vou trabalhar com a ideia de terceirizar a fiscalização do serviço sanitário, agropecuário... bem, eu tô atendendo o interesse de quem? É evidente que tem interesses nisso aí. Vamos ver quem são essas pessoas, quem são as organizações. Em que medida eu vou beneficiar determinados frigoríficos. Eu acho que atende determinados interesses e é uma visão tacanha, do ponto de vista administrativo e é uma visão que se enquadra, claro, numa ideia de que o Estado deve ser mínimo. Quando o Estado é mínimo, bem, eu benefico a iniciativa privada. E que controle eu tenho sobre essa iniciativa

privada? Tá cabalmente demonstrado que não há controle na medida em que a ideia de Mercado vem se impondo sobre a ideia de Estado. Pelo mundo afora tem privatizações que se está voltando atrás, e aqui no estado também. Eu acho que é uma concepção equivocada. É um atraso do ponto de vista político e econômico, e é um atraso em uma concepção bancada pela mídia. É preciso dizer que de modo geral, a dita mídia hegemônica bancou tudo isso e continua bancando, assim como está bancando até agora.

OFF / comentário realizado após o encerramento formal da entrevista.

Pedro Luiz: É uma tragédia, né tchê! Tanto que a comunidade cultural, salvo raríssimas exceções, a comunidade cultural de A, B, C, de todos os lados... porque é o espaço que tinha, que sempre teve pra produção audiovisual, porque não se tratava de trabalhar a TVE como produtora, enfim. Ela produzia material audiovisual, mas obviamente não tinha condições de dar conta de todo estado. Não tem recursos, não tem quadros, não tem competência pra algumas coisas, ainda que seus funcionários sejam competentes, mas há determinadas propostas audiovisuais que partem de determinados grupos independentes que tem uma outra visão e que precisam de um apoio, um espaço pra trabalhar. É uma tragédia isso que aconteceu... Eu estive em uma dessas cidade aqui do vale do Taquari onde o prefeito me disse: "olha, eu não aguento mais essas emissoras, porque nós temos uma festa aqui na comunidade que se realiza todos os anos. Entra governo e sai governo tem centenas de pessoas que trabalham, tem um esforço comunitário, tem uma mobilização, e isso é muito importante pra nós. Os caras vêm aqui, nos cobram uma grana e nos mostram como comedor de cuca e de linguça. Só isso que eles sabem fazer. E tem toda uma diversidade culinária, cultural e artesanal... e quem pode fazer isso? Uma TV pública.

Roberto: Até a questão de outros discursos. Por exemplo a cultura negra era muito valorizada na TVE e não tem outros espaços...

Pedro Luiz: Nós criamos um programa chamado *Nação*, e que depois passou a ser transmitido nacionalmente. E agora foi extinto. Era referência nacional, vejam! Tem três polos de no país, relevantes assim... existem muitos, mas os mais reconhecidos... Rio, Bahia e Rio Grande do Sul. Aqui muito menos que nos outros lugares. E nós conseguimos produzir um material abordando esse assunto com mais

pertinência do que a Bahia, por exemplo. Até do que os cariocas, que lá estava a antiga TVE que passou pra EBC. E mesmo a questão regional, no que diz respeito a música regional. A abordagem que a gente dava não era uma abordagem de CTG, ainda que com uma vocação pra música tipicamente regional. Fora todas essas outras bandas. A gente sabe que tem por aí violeiros, com um pé na música sertaneja e que não são sertanejos clássicos. E vai por aí... no que diz respeito a esporte, por exemplo, quanta coisa se tem pra mostrar na área do esporte. Não só o futebol amador, mas tantos outros esportes que são praticados. Não só os da água, mas enfim. Nada disso a rede privada vai mostrar. Seja por incompetência, seja por falta de interesse. Além de discutir, nós tínhamos um programa chamado *Crítica da Mídia - A mídia em debate, que discutia a mídia. Aonde mais vai se fazer isso?* Não se trata de atacar a mídia, se trata de discutir. Nós não vamos fazer um programa atacando, condenando um *Big Brother*. Nós vamos fazer um programa onde provavelmente nossos entrevistados vão demonstrar que aquilo ali é um programa, ainda que assistido por milhões de pessoas, que banaliza as relações afetivas e sexuais, estabelece um clima de competição... enfim, vai fazer as pessoas pensar sobre aquilo.

2.6 Entrevista com Newton Silva

Transcrição da entrevista concedida por Newton Silva, jornalista que integrava o quadro de funcionário da TVE-RS no período de extinção da Fundação Piratini, realizada na Casa de Cultura Mário Quintana, na cidade de Porto Alegre.

Newton Silva: Os projetos que chegavam, as propostas, as ideias, ... as propostas que chegaram, de extinção já vem de governos anteriores. De transformar em OSCIP, isso foi pensado e chegou até a gente, os servidores, no governo Yeda, por exemplo. Então esse movimento já é antigo, mas em 2016 o governo Sartori conseguiu aprovar esse projeto, né. Depois em 2017 eu prossegui trabalhando na TVE e em 2018, em abril, eu fui transferido pra secretaria da cultura. Por isso que eu estou trabalhando no décimo andar daqui (o Centro Administrativo Fernando Ferrari). Eu estava na primeira leva de funcionários (da TVE) que foram transferidos. Não foi uma solicitação minha. Eu fui colocado à disposição, e fui colocado em outro

lugar. Então meu afastamento da TVE, desde abril do ano passado, ele se deu não por uma iniciativa minha. Por eu pretender ir pra outro lugar. Não, o governo daquele momento me colocou em outro lugar. Só pra tu entender porque eu estou ali na Secretaria da Cultura. Claro que de lá pra cá eu venho construindo meu espaço dentro da Secretaria da Cultura. Estou trabalhando na assessoria de imprensa. Trabalhando com a produção de vídeos dentro da assessoria. Vídeos institucionais. Porém, o lugar para onde eu fiz concurso, onde eu busquei me colocar foi na Fundação Piratini. Então esse processo de extinção mexeu com a vida dos servidores de muitas maneiras. Desde as questões que envolvem o teu projeto pessoal e profissional. Claro que ele está vinculado a um órgão público, na medida em que tu és um servidor público. Mas ele parte de algumas escolhas que a gente faz. Ele mexeu com o teu futuro profissional porque tu não sabes nada o que vai acontecer a partir de agora. A gente vai estar sempre nesse lugar onde, pelo menos juridicamente até o momento nós estamos trabalhando porque existe uma liminar do Tribunal Regional do Trabalho que impede a demissão em massa, no primeiro momento, mas também questiona se o governo está embasado numa perspectiva correta de demitir funcionários concursado, mesmo celetistas. E aí essa liminar está parada. Não é julgada, e quando for vão ocorrer recursos. E agora, o último acordo que houve no movimento jurídico de todos os sindicatos envolvidos, de todas as fundações. E o governo do Estado, não pensando em Governo enquanto o Governo que está no poder... porque este acordo foi feito neste governo. Esse último acordo, durante o governo Eduardo Leite, em que o governo e a Procuradoria Regional do Estado, fazem um acordo junto ao sindicato que a nossa frente jurídica de servidores, que nós só seríamos demitidos, caso esse seja a decisão final, depois que o processo seja tramitado e julgado no STF. Então a extinção das Fundações mexeu de uma maneira muito drástica diretamente na vida dos servidores e de seus familiares. Por que muitos adoeceram. Muitos, como eu, foi para em terapia. Por depressão. Apesar de lutar forte na resistência, mas acabei na terapia para ter mais força e mais mecanismos pra me manter forte diante da situação. E, claro, todas essas perspectivas que são do teu planejamento pessoal. Seja do teu desejo profissional, do teu futuro profissional. E mesmo de um determinado reconhecimento que tu podes adquirir no decorrer da tua carreira, como eu que estava a 20 anos trabalhando como jornalista no meio de cultural num veículo de comunicação pública

e com muitos laços construídos, muitos pilares levantados e bem embasados com fontes na sociedade. E de repente, por conta da extinção, o governo decide “tu não vais ficar aqui, vou te colocar em outro órgão”. Ponto!

Roberto: Vou pedir pra tu te apresentar e falar teu vínculo com a Fundação.

Newton Silva: Meu nome é Newton Pinto da Silva. Profissionalmente como jornalista eu adotei Newton Silva. Sou jornalista. Me graduei na PUC-RS, na Famecos, em 1992. Eu tenho 57 anos. Me graduei com aproximadamente 30 anos. Depois disso eu trabalhei rapidamente no Correio do Povo em algumas funções jornalísticas. Na rádio Guaíba também em algumas funções jornalísticas. Como assessor de imprensa no Senac, e nesse meio tempo eu fiz o concurso pra Fundação Piratini. Eu fui chamado pra assumir meu cargo em julho de 1998. Então, em julho de 1998 eu assumo o cargo como repórter de TV na Fundação Piratini e nesse momento, já por uma aproximação que eu tinha com a área cultural onde trabalhei como ator, divulgador, produtor, iluminador, sonoplasta, e fiz artes cênicas na UFRGS... aí quando eu cheguei lá, concursado e tal, me colocaram pelo meu histórico, pelo que eu fazia, pra trabalhar como repórter no programa *Estação Cultura*. É um programa diário e que está no ar até hoje, que é uma revista cultural na perspectiva da cultura enquanto produção e crítica. Então ele faz esse espaço e mediação entre o artista e seu público, mas também aborda o campo cultural através de uma crítica da área. Uma perspectiva crítica. Como repórter de TV do programa *Estação Cultura*, eu acebei também assumindo a função de apresentador do programa, nos últimos oito anos, desde a metade do Governo Yeda, ou talvez um pouco antes. Função essa que eu desempenhei até meados de 2017 quando iniciou o processo de extinção e o então presidente da TVE me tirou da apresentação, e em 2018 eu fui transferido. Então esse é um pouquinho... rapidamente a história. São 20 anos de Fundação Piratini.

Roberto: Quanto tu saíste da frente do programa era o Orestes o presidente (da Fundação)? O Orestes que foi indicado pelo Sartori. Eu queria voltar um pouquinho na questão do processo da extinção. Como é que os funcionários receberam a notícia da extinção depois de o próprio governador ter, no início do ano, garantido e desejado “vida longa” a TVE, salientando o valor cultural do trabalho da TV pro estado?

Newton Silva: Tu sabes que em 2013... um ano antes do governo Tarso terminar, a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade um projeto... os deputados... um projeto do governo de consolidação de um plano de carreira dos funcionários. Um plano de carreira que nunca tinha existido. Esse plano de carreira também previa a abertura... ele acabou aprovando um plano de carreira para o quadro que já estava, e um novo plano de carreira para um novo quadro, que iria entrar através de concurso.

Roberto: Que ingressaria a partir do concurso de 2014?

Newton Silva: É, que ingressaria a partir de 2014! Esse novo quadro... então, vamos pensar. A Assembleia e todos seus deputados, de todos os partidos, aprovaram, e bateram palmas pros funcionários de pé neste momento da aprovação deste plano de carreira... todos os partidos. E de um outro pra possibilitar novos concursos. Então, um investimento claro na comunicação pública. Uma proposta para além de um (único) governo. Uma proposta de Estado. De Estado e de todos os partidos que estavam, pelo menos, votando naquele momento na Assembleia. Em 2016, depois que o Sartori... ele deseja vida longa a TVE em 2015, no início de 2015, no primeiro aniversário da TVE (sob seu governo). A gente já sabia que pelo discurso que o governo já tinha colocado, a gente percebia como funcionários que o clima não seria de investimento na comunicação, mas não esperávamos que fosse o desmonte da comunicação. Então, quando no início de 2016 começaram os rumores de que o governo pretendia fazer algum tipo de ataque, ou de (inaudível) na Fundação Piratini e na comunicação pública nós, já escolados que estávamos de outros momentos, desse círculo vicioso da “comunicação pública pra quê?”. E a gente já de cara já percebeu que existia necessidade de uma mobilização. Então, no início de 2016 nós já criamos um movimento dos servidores que também tinha um eco em um outro movimento que era da sociedade civil, que era o *Movimento em Defesa da Fundação Piratini*, que ainda existe no Facebook. E esse movimento reúne intelectuais, artistas e pessoas preocupadas com a construção de um Estado onde a cultura seja valorizada. E ao mesmo tempo nós criamos o movimento dos servidores que em seguida já teve um slogan que foi muito bem pensado que é “Salve, salve, TVE e FM Cultura” que acabou tocando também em um outro lugar nas pessoas que assistem a TVE, que curtem a TVE e a FM Cultura e tal. Um local de *salve* de saudar e de *salve* de salvar. Então foi muita preocupação na realidade,

né. Mas existia uma certa incredulidade. Nós éramos em torno de 250 funcionários, não tenho o número exato, por aí, e grande parte dos colegas não acreditava que isso pudesse acontecer e continuou não acreditando até a Assembleia aprovar. A mobilização que nós conseguimos enquanto movimento, ela era uma mobilização de rede, uma mobilização de vários apoios construídos dentro da sociedade civil, porém na mobilização de rua nós não conseguimos fazer a adesão de 100% dos funcionários. Incrivelmente! Mesmo com a possibilidade de demissão. De perder seu emprego. Para além de um projeto de construção de uma comunicação pública. Então é muito curioso que a incredulidade, como hoje em que a gente vive esse momento brasileiro que existe uma certa incredulidade de que “isso não vai acontecer”, mas as coisas acontecem. Têm acontecido. Então a gente teve sim um grande aspecto de mobilização, e de colegas bem guerreiras. E de articulação com movimentos sociais, articulação com artistas, articulação com coletivos que se formaram a partir disso. Lá mesmo em Pelotas um cara que tu podes entrevistar é o Leandro Maia. Ele é professor de música e criou um coletivo chamado *Cavalo de Tróia*. E ele fez uma série de ações durante e depois.... antes do processo de votação que na época ele estava fazendo doutorado em Londres, e aí ele ficou estupefato lá em Londres com o que aconteceu, se sentindo também, de certa forma tentando participar virtualmente. Mas quando ele chega em Porto Alegre ele ainda não tinha defendido o doutorado, e ele cria esse coletivo *Cavalo de Tróia* e faz uma ação dentro do Palácio Piratini. Depois ele faz um movimento de um dia que todo o Centro Municipal de Cultura foi tomado por shows e espetáculos em defesa da Fundação Piratini. Uma forte voz... e ele está no livro até. O livro da comunicação pública. Então, houve uma reação muito forte e potente do movimento dos funcionários e dos sindicatos, que se aliaram. Não fomos só nós os atacados. A FEE foi atacada, a Fundação Zoobotânica, a METROPLAN, enfim, a Fundação de Saúde, a CIENTEC. Incrivelmente, inclusive com serviços... a comunicação pública é essencial, mas órgão que prestavam serviços essenciais. A METROPLAN, por exemplo, a CIENTEC, tudo isso. E a gente então teve essa mobilização forte dos funcionários que estavam aliados aos colegas de outras Fundações e os Sindicatos que criaram uma rede de luta e de apoio. A rente jurídica que trabalhou maravilhosamente bem na defesa das Fundações e de todos os empregos. As duas coisas correndo paralelas, juntas. Não existia a ideia de “ah, vamos defender o

emprego”, existia a ideia de defender o emprego e o serviço prestado. E a sociedade civil que abraçou as causas de uma maneira que eu só tenho a agradecer, no sentido de como servidor público, e só tenho a me orgulhar enquanto um cidadão que esteve e nesta nessa luta.

Roberto: Houve alguma interlocução entre o movimento dos funcionários e os deputados, tanto da oposição quanto da situação, na votação do projeto? Houve algum tipo de diálogo pra tentar discutir, aprofundar e ver qual a razão da apresentação do plano, se ela se sustentava ou não?

Newton Silva: Olha, existiu essa uma comitiva, mas o projeto foi colocado a toque de caixa pra votação. Então não havia tempo hábil para uma discussão aprofundada. Então nós tínhamos que, sim, propor discussões e houve audiências públicas, houve alguns encontros que eu participei e que, sei lá, 3 mil pessoas estavam dentro de um encontro, né. Porém era tudo muito rápido. Eu não tenho os dados aqui, mas acho que o projeto foi apresentado um mês antes de ser votado (da votação em plenário). E, a memória não me garante, mas foi tudo muito rápido. Então, o que houve sim foi uma articulação corpo à corpo dentro da Assembleia Legislativa. Encontrando um deputado no corredor, fazendo frentes de trabalho. Tem colegas que trabalharam diretamente nessa frente de trabalho. Eu estava na frente da comunicação, mas temos colegas da articulação política que... angélica Coronel, por exemplo, que é uma colega que está hoje na Secretaria de Segurança Pública, e a Simone Feltz, que é uma outra colega que agora a licença-maternidade. Foram pessoas que por já terem trabalhado dentro da Assembleia tinham no período contrário ao trabalho essa função. Ela fazia a cobertura também das notícias da área política, então ela estava lá dentro e conhecia, né. No período contrário ao trabalho elas também estavam arduamente lá dentro, fazendo frente à frente, corpo à corpo, com os deputados para conseguir sensibilizar. Os deputados da oposição eles estavam realmente fechados com o governo, então não existia muito espaço. Foi um trabalho desgastante pra quem estava dentro desta frente política, desse movimento político que dialogava diretamente com a Assembleia.

Roberto: Tu achas que a questão das extinções terem sido votadas em pacotes com, talvez, empresas públicas que se votadas separadamente, como a TVE, talvez não fosse aprovada a extinção. Tu achas pode ter existido uma articulação política do

governo exatamente pra que os objetivos fossem alcançados, e eles conseguissem a extinção dessas Fundações?

Newton Silva: Uma coisa que eu tenho dúvida até hoje, dúvida real enquanto uma pessoa que esteve com a sua vida dentro do processo, é sobre os motivos que levaram o governo a propor essas extinções. Eu acredito que os movimentos econômicos, os grupos que poderiam lucrar com a extinção desses serviços públicos, diretamente ou indiretamente, prestando seus serviços ao governo, ou seja, não tendo seu serviço fiscalizado... que essas pressões, que esses lobby's, eles foram determinantes, muito mais do que a pretensa economia que o governo iria ter com a extinção das Fundações. Sobre se essa maneira de votar como pacote... se foi uma articulação pra que ele chegasse ao seu objetivo eu não saberia te dizer. Eu sei que houve uma tentativa da oposição ao governo Sartori de retirar algumas Fundações como a Fundação Piratini, a Fundação Zoobotânica e a FEE... articulações de algumas frentes parlamentares pra preservar essas Fundações, mas que não encontrou resposta positiva na bancada do governo e de apoio ao governo. Então se essa possibilidade iria retirar ou não a TVE, que é do que a gente está falando, e a Fundação Piratini do possível pacote de extinções é difícil te dizer, porque eu também queria entender melhor que outros motivos podem ou não estar por trás dessa questão, né,

Roberto: Durante a apresentação do pacote das extinções uma das justificativas era a questão da máquina pública "inchada", e reduzir gastos que seriam supérfluos na visão daquela gestão. Tu consegues enxergar um modelo de Estado proposto nessa ideia de redução da máquina pública, de preterir alguns serviços à outros na hora de entregá-los a população?

Newton Silva: Eu tenho impressão que o pensamento político que se dedica a pensar que o Estado pode ser mais enxuto e deve estar reduzido a alguns serviços básicos, talvez saúde, educação e segurança... a impressão que eu tenho é que é um discurso falacioso porque esses mesmos grupos querem terceirizar presídios, terceirizar segurança pública, terceirizar a previdência social, querem terceirizar a saúde, querem terceirizar as próprias escolas. Então, na realidade o que me parece que se esconde atrás do Estado mínimo, o Estado mínimo para dar lucro para outros grupos, a outros segmentos econômicos que já ganham muito e poderiam ganhar

mais. Vamos pensar: a redução de universidades federais, quem vai lucrar? As universidades particulares, privadas. Verbas pra pesquisa: quem vai lucrar se nós não tivermos programas de pós-graduação? E, essas verbas vão ser totalmente extintas ou elas vão migrar pra institutos de pesquisa particulares, privados? Então, eu acredito que a ideia do Estado mínimo seja um discurso que esconde o seu real objetivo que é a privatização dos serviços, e dar lucro aos grandes grupos econômicos. Por que a cultura, no caso comunicação pública, não seria um serviço essencial na medida que hoje a gente pode perceber, segundo a minha visão, a maneira como todos estamos teleguiados por um tipo de comunicação privada que defende somente os interesses dos grandes grupos econômicos? Uma comunicação pública, por mínima que seja, como era o caso da TVE e FM Cultura, mas que ao mesmo tempo consegue tocar em pontos e aspectos.... não de modo ideal, mas de modo possível... que os outros meios de comunicação sequer abordam, ele incomoda a muitos grupos. Então, como tu falou, quando se pensa o Estado mínimo a gente tem que pensar que o modelo representativo que nós temos no Brasil, de representação política e de governos sucessórios que passam de quatro em quatro anos. Quem é que vai garantir as transições, de um lugar para o outro, se não o funcionário público? Quando houve a transição do Governo Tarso pro Governo Sarney eu estava em um cargo de chefia e em quinze dias eu fui convidado a tentar conhecer todos os projetos da área de programação porque o Governo Sarney ainda não havia chegado no dia 15 de dezembro dentro da TVE. Ele assumiria dia primeiro de janeiro, mas não havia uma (equipe de) transição. Então eu e uma colega tivemos que rapidamente compreender tudo que estava sendo gestado, todos os projetos que estavam transcorrendo em 15 dias pra poder esperar que o próximo (presidente) chegasse. Por que a diretoria ia sair. Alguns técnicos assessores iam sair.

Roberto: Os cargos em comissão todos?

Newton Silva: Saíram. Daí quando chegou a nova presidência da TVE na época, que era a Isara Marques, e eu durante um mês fiquei lá diariamente dando relatos a ela. Depois disso acho que levou mais ou menos um mês pra ela nomear um diretor de programação, e que eu fiquei mais uns 6 meses ali no espaço da diretoria de programação passando informações. Depois que passamos tudo (todas as informações) eles nos tiraram da chefia e nós voltamos a trabalhar (nas funções

originárias). Normal. Ok! Mas questiono eu quem é que vai fazer essa continuidade no serviço público, seja ele qual for, dentro de uma ideia de Estado mínimo, no momento em que houvesse uma troca de governo de um partido para outro? É uma situação muito complexa. É pensar precariamente, rasamente, no serviço público. E porquê? Por que esses grupos não enxergam o serviço público enquanto um serviço cidadão. Isso na minha opinião, claro. Um serviço cidadão, um serviço de prestação de serviço à comunidade. Um respeito a comunidade, um estar com a comunidade. E me parece que são só movimentos políticos que visam o poder e o lucro. Se é que há!

Roberto: A ideia da TVE enquanto um TV pública se diferencia tanto de uma TV privada por não ter um direcionamento voltado ao econômico, ao lucro, quanto de uma TV estatal por tentar se manter longe da baliza de um governo. Qual o peso que tu sentiste logo na transição onde a TVE foi absorvida pela Secretaria de Cultura?

Newton Silva: Ela foi absorvida pela Secretaria de Comunicação. Eu não sei exatamente quando ela foi pra Secretaria de Comunicação, eu não saberia te dizer agora. Eu saí (da TVE, sendo por transferência) em abril de 2018. Nós temos duas questões aí: a partir do momento que houve a aprovação do projeto de extinção, a autorização pra que o governo pudesse extinguir...o projeto (e a votação na câmara, não extinguiu, ele autorizou o governo (Sartori) a extinguir. A impressão que nós temos, e aqui vou falar no coletivo, é que o governo realmente pretendia extinguir esse serviço, mas com a resistência jurídica e política dos movimentos dos servidores e dos movimentos da sociedade civil em defesa da comunicação, começaram a ocorrer vários entraves políticos e jurídicos pro processo de extinção. Por exemplo: sim, extingue a Fundação e a permissão do sinal fica com quem? Tu poderias privatizar a posse do sinal ou ela é do Estado? Ou ela é da Fundação? E se ela está com a Fundação como volta a ser do Estado. Automaticamente? Entraves políticos... não no sentido de uma política partidária, mas no sentido de uma formação de uma opinião pública? A opinião pública, em grande parte, contrária a extinção e contrária a que não houvesse mais esse espaço de se ver e se reconhecer. Os artistas percebendo que iriam perder o pouco espaço que ainda tinham, lá em 1965 e 1965, quando começam o crescimento das grandes redes nacionais e o *videotape*, e tal, existiu uma... o Fernando Peixoto que é um teórico do

Teatro, que já é falecido, fala de um movimento migratório onde os artistas daqui saíram pra trabalhar no eixo Rio - São Paulo porque aqui não havia mais emprego. Eles trabalhavam na TV Piratini e na TV Gaúcha fazendo radionovela e telenovela e aí eles foram obrigados... no livro “um teatro fora do eixo” ele fala isso... foram obrigados a ir embora. Paulo José, Lilian Lemmertz, Paulo César Pereio, e toda essa gente saiu daqui... Antônio Abujamra, Zé de Abreu. Todo mundo foi embora, porque não tinha mais espaço. Os músicos que trabalhavam nas orquestras que faziam programação direta ao vivo, antes na rádio e depois na TV, também perderam. Então, perder a TVE e a FM Cultura também é, pra quem está hoje, como se fosse a chegada do *videotape* pra televisão, porque tu vais perder trabalho, é perder o lugar onde tu vais mostrar o teu trabalho. Qual o espaço que tem e RBS? qual o espaço que tem a Band? Não tem, ou tem muito pouco! Então essa mobilização... O governo não contava. Acredito que o governo não contava. Num primeiro momento o governo ficou... dessa ideia que me parece, que seria extinguir realmente... ele teve que dizer que não, que não era bem assim, que teríamos uma TVE e uma FM Cultura sobre outros moldes. Mas quais outros moldes? E na construção desses outros moldes é que entra uma ideia que o Orestes defendeu amplamente que seria o governo repassar recursos para uma ONG ou algum tipo de empresa privada que fosse gerir a TVE. E aí ele iria fazer uma licitação e a empresa deveria ter determinado estudo, e teria que ter alguns compromissos de programação, e ao mesmo tempo o governo iria repassar o orçamento da TVE para essa empresa. E os funcionários que não tem garantia jurídica pra continuar, seja por liminar ou por algum tipo de lei que o protegeu, foram demitidos, outros colegas pediram PDV (Plano de Demissão Voluntária), e o governo Sartori terminou sob esse impasse, não conseguindo extinguir e não conseguindo implantar ou implementar um novo modelo. Ao mesmo tempo fazendo esse movimento, como é o meu caso sendo transferido e lá. Tirando os funcionários pra botar quem? É uma pergunta. Não sei te dizer. Quando o Leite assume, o novo governo assume, ele recebe esse processo todo, complexo, sem ter um envolvimento emocional, tanto do lado do governo do PMDB quanto do lado dos funcionários. E houve uma certa trégua, um apaziguamento. E o governo atual ainda não se definiu, me parece, sobre o que fazer. No entanto, efetivamente, mesmo eu não estando lá dentro... tu me perguntou sobre 2017, era um momento lá que como o governo não sabia o que

ia fazer a partir da extinção e que foi pra Secretaria da Comunicação, me parece que eles estavam aguardando pra implementar esse projeto do Orestes, e que não chegou a ser feito. O que aconteceu foi que eles tentaram descaracterizar a programação, tanto na FM Cultura quanto na TVE. Na realidade na FM Cultura muitos programas deixaram de ter os seus apresentadores pra ter um outro nome, parecido com aquele e com o mesmo foco, mas não mais com aquelas pessoas. Tentaram descaracterizar a programação, mas também não sabiam como porque estavam nesse momento de implementar um projeto que esse governo (atual) não abraçou. Me parece! Não vejo esse movimento dele abraçar o projeto do Orestes, por exemplo.

Roberto: Vou fazer uma última pergunta, pra te liberar...

Newton Silva: Tranquilo! É bacana te falar sobre isso e pensar sobre isso. Tu tá me fazendo perguntas que eu ainda não tinha pensado.

Roberto: Eu até vou na questão da programação. Depois da Fundação ter sido extinta e da TVE ter sido absorvida pela Secretaria de Comunicação grande parte da programação foi modificada, tanto porque alguns funcionários foram desligados, e tinham um vínculo empregatício por contrato e tal... e uma das coisas que aconteceu foi que as coberturas ao vivo, principalmente as coberturas jornalísticas perderam espaço. O ao vivo deixou de ser feito e muitos programas culturais que eram gravados em outras localidades que não aqui na capital do estado deixaram de ser feitos exatamente por uma contenção de verba, de uma coisa que era destinada a população e que tinha um planejamento pra que se conseguisse cobrir a pluralidade do estado, não só aquilo que costumamos ver na grande mídia... CTG e aquela coisa mais batida, digamos assim. Qual tu achas que pode ser o peso pra cultura do estado com esse processo de extinção?

Newton Silva: Hoje a TVE, que não se reorganizou, ela tem ao vivo três programas. Dois diários e um semanal. Os dois diários são o programa *Estação Cultura* e o programa *Radar*. E um semanal que é o Frente à Frente. No jornalismo... não existe mais jornal, existem programetes que são inseridos durante a programação. Por exemplo, eles pegam durante a Feira do Livro (de Porto Alegre). Eles fizeram ao vivo durante a Feira do Livro, durante o período. Agora eles estão fazendo, pelo que sei, uma nova série voltada a saúde, mas nada disso é ao vivo. Da Feira do Livro foi

ao vivo, mas o resto não é. E não existe mais jornalismo. Existe o departamento, mas não existe jornalismo seno feito na cobertura de acontecimentos no estado. Existe uma normal que pra se manter uma programação, uma emissora no ar é preciso ter tantos por cento de programação local. Então o Estação Cultura mais o Radar ao vivo acabam mantendo essa cota semanal, e também no ar tem algumas reprises de alguns programas, o que também conta. Em Pelotas, por exemplo, a última vez que eu lá estive (pela TVE), foi fazendo a cobertura de um festival de jazz, em 2012. Muito viajei pelo estado fazendo cobertura de várias coisas (pela TVE). Uma TV pública de um Estado, não uma TV governamental, ela tem como objetivo justamente fazer esse mapeamento, essa exibição e essa crítica daquilo que é relevante pra produção cultural pra questão cidadã e pra esse lugar se pensar e se virtualizar, e se ver. Com essa ida pra Secretaria da Comunicação existe, mesmo que de uma maneira mais velada, existe sim uma dependência muito maior do governo que está. Então a TVE e a FM Cultura deixaram de ter uma perspectiva de comunicação pública pra ter uma realidade de comunicação estatal. Eu falo em perspectiva de comunicação pública porque eu nunca disse que nós chegamos a um lugar ideal em termos de produção de comunicação pública, e sim em construção. Uma construção de um lugar. E essa construção foi paralisada, foi decapitada, e nós voltamos muito atrás. Com relação, e eu estou falando naquilo que é o processo em sí, o organograma. Por que a gente sempre... existem dois níveis: o nível da construção legal, entende!? Na construção legal hoje a gente (a TVE) é Estatal, na realização, e podem haver brechas de comunicação pública. Por exemplo, o *Estação Cultural* fez uma entrevista com a Nádia, que é organizadora do livro, sobre o lançamento do nosso livro, ao vivo. É uma brecha! Brecha é falar sobre... nos tempos atuais... sobre outras questões que estão aí sendo extremamente importantes na cultura. Por exemplo, vamos pensar, cultura LGBT, na cultura em relação as discussões raciais. E esses programas não vão se furtar de colocar isso no ar. Vão colocar, mas porque existe um fazer que vai além do que a estrutura organizacional, entendes!? A tentativa é calar com essa estrutura, mas vão rolar brechas.

Roberto: A questão da brecha, muito do ao vivo é onde isso pode acontecer...

Newton Silva: Durante o processo, nós tivemos nosso projeto aprovado... o projeto deles, de extinção... foi aprovado no dia 21 de dezembro, depois nos deram um

recesso de natal e no dia 3 nós fomos trabalhar e os portões estavam fechados. Nós nunca (antes) tivemos recesso de natal e ano-novo, nunca. E naquele momento houve. Quando a gente voltou os portões estavam fechados e não conseguimos entrar, e aí nós ficamos mobilizados lá na frente e em seguida houve a liminar que garantiu o nosso trabalho, vinda nesse dia, ou o dia seguinte. Veio a liminar o Tribunal Regional do Trabalho dizendo que não poderia ser feita demissão em massa e o governo reabriu os portões, mas disse que nunca os havia fechado. Pelo dia 5 de janeiro voltamos com a programação ao vivo e daí no *Estação* a gente convidou... a memória é o músculo da imaginação, então o que eu estou te comentando pode ser que não seja bem assim no sentido de datas... mas isso aconteceu. Neste período a gente fez uma programação ao vivo bastante de resistência, claro. E pra quem vai perder o seu emprego... vamos lá, vamos resistir e não vamos ter medo. Liberdade é não ter medo, teria dito Nina Simone. Aí, em algum momento a gente chamou o Francisco Marshall, que é professor de Filosofia da UFRGS e um dos articuladores do EstúdioClio, e foi um cara que esteve muito presente na luta contra as extinções em sí, num contexto muito grande, e entre elas a extinção da TVE e da FM Cultura. E daí nós convidamos ele pra falar sobre a programação do EstúdioClio, mas sabendo que ele não ia falar da programação do EstúdioClio, e ele chegou no estúdio (da TVE) com uma flor que ele entrega pra mim, ao vivo, fazendo alusão a este momento de luta que nós estávamos vivendo e homenageando todos nós pela resistência. Antes já estávamos fazendo e continuamos com um evento bem forte sobre o que abordar e o que fazer dentro dos nossos programas ao vivo. Talvez esse seja um dos motivos pra que eles não queiram programas ao vivo, né. Por que se perde um pouco o controle, a possibilidade de estar no controle. Como é que eles iam saber o que o Marshall ia fazer no programa. Ele foi pra falar da programação do EstúdioClio e é isso. E a gente não precisava dizer nada pra ninguém, estávamos ali com o convidado e ele parava de falar sobre o seu trabalho pra chamar atenção sobre o nosso movimento e chamar atenção sobre a comunicação pública. Houve muito afetuoso, e muito de resistência e muito de luta de toda comunidade cultural sobre essa perspectiva de extinção da TVE e da FM Cultura.

Roberto: Tu continuas tendo contato com alguns colegas que foram deslocados pra outras secretarias?

Newton Silva: Alguns, mas pouca coisa. Eu tenho colegas que estão na Secretaria da Agricultura. Hoje eu recebi um vídeo do “choque” (Batalhão Especial da Brigada Militar) lá dentro porque os funcionários estão todos de greve. Tenho outra colega que está na Secretaria de Segurança, tem colegas que estão aqui na Casa de Cultura (Mário Quintana). Aqui mesmo tem dois ou três que estão agora trabalhando. Colegas que estão no Museu da Comunicação (Hypólito José da Costa), e em vários locais. A gente...(inaudível)... existe um pouco de nossa parte, das pessoas que foram deslocadas, uma certa.... eu tento lutar contra isso na trajetória acadêmica, como no livro onde fui convidado pra participar desse projeto e também nas minhas redes. Mas a gente continua bastante magoado, machucado, com relação a tudo que aconteceu. Então, se encontrar também é uma espécie de lembrar.

Roberto: Uma das coisas que foi dada como justificativa foi a desoneração da folha do Estado e a questão de que os funcionários de uma Fundação tinham regime CLT, não o de um funcionário estatutário estadual. As transferências podem configurar desvio de carreira, de função nesse caso, e isso foi um dos argumentos utilizados pra tentar barrar a extinção. Tu achas que a estrutura... a Fundação (Piratini) em si é muito improvável que volte a existir, mas tu achas que a estrutura da TVE, com um corpo de funcionários e uma estrutura (física) projetada e pensada pra produzir a uma TV... tu achas que ela voltaria num futuro governo que tivesse o interesse em tentar reativa-la?

Newton Silva: Cada vez mais percebe-se no mundo a importância da diversidade na comunicação. Todo o governo ou todo movimento político que desejar romper com a lógica capitalista da comunicação, a lógica neoliberal da comunicação, ele vai ter sim que investir numa comunicação pública e nos veículos alternativos. Ela vai ter que fazer isso porque chegamos onde chegamos por falta de investimento na comunicação pública e nos veículos alternativos. Ou melhor, chegamos onde chegamos por falta de saber como nos comunicar. Estou falando agora sob uma perspectiva minha, de um cidadão de esquerda, dono de um pensamento político que está o campo da esquerda segundo o que a gente entende hoje por esquerda, direita, centro e tal. Então não há outra possibilidade. Como romper com esse pensamento único? Com essa construção de um pensamento único, de um pensamento neoliberal, de um pensamento de Estado mínimo? Todos os

formadores de opinião, ou grande parte deles, estão na mídia neoliberal e defendem estes parâmetros de redução da máquina pública, reforma da previdência, Estado mínimo. Todos esses conceitos estão sendo defendidos diariamente. Além, é claro, da construção de um imaginário de medo, de um imaginário onde tenta se ampliar a ideia de que vivemos em um Estado violento onde precisamos de muita segurança onde precisamos matar bandidos. Para a configuração de um sistema totalitário, fascista, é preciso, me parece, a construção de um estado de medo. Então, para qualquer grupo político, partidário ou não, que deseje mudar o status, da forma como a coisa está, vai sim ter que investir em comunicação. Alternativa e pública! A configuração de um estado cidadão com a defesa das minorias, dos LGBT'S, dos negros, dos indígenas, dos pobres, do trabalhador, tudo isso. Se não o fizer como vamos chegar as pessoas?